

Não Esquecerei o que Então Chamámos Esperança



Antologia de Crónica Autobiográfica sobre a Revolução de Abril

Não Esquecerei o que Então Chamámos Esperança

**Antologia de Crónica
Autobiográfica sobre
a Revolução de Abril**

Organização, notas e posfácio

Carina Infante do Carmo

Filipa Perdigão Ribeiro

Rita Baleiro

Sofia Andrade

Título: *Não Esquecerei o que Então Chamámos Esperança.*
Antologia de Crónica Autobiográfica sobre a Revolução de Abril

Organização, notas e posfácio:

Carina Infante do Carmo

Filipa Perdigão Ribeiro

Rita Baleiro

Sofia Andrade

Ilustração:

Não Podias Expressar-te de Maria Reis Rocha 04/2023

Edição: Universidade do Algarve Editora

1.ª Edição

Local de edição: Faro

Data de edição: 2024

Design gráfico e paginação: João Correia

Impressão: Grafisol – Edições e Papelarias, Lda.

ISBN: 978-989-9127-86-9 (versão impressa)

Depósito legal: 539243/24

ISBN: 978-989-9127-87-6 (versão eletrónica)

DOI: <https://doi.org/10.34623/p52z-mg48>

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/25891>

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04019/2020.



© Universidade do Algarve
Campus de Gambelas
8005-139 Faro
Portugal
Reservados todos os direitos

Organizadoras

Carina Infante do Carmo

Professora Associada da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Membro do CEComp (Universidade de Lisboa) e colaboradora do CIAC (Universidade do Algarve). Tem estudado autores portugueses novecentistas, o movimento neo-realista e a escrita autobiográfica, em particular o género crónica. Entre as suas publicações registam-se *A Visagem do Cronista. Antologia de Crónica Autobiográfica Portuguesa. Séculos XIX-XXI* (2 vols., 2018), *A Noite Inquieta. Ensaio sobre Literatura Portuguesa, Política e Memória* (2020) e, em co-organização, *Neo-Realismo e Infância* (2019), *Presença e Memória. Homenagem a Paula Morão* (2022). Curadora das exposições *Miúdos, a Vida, às Mãos Cheias. A Infância do Neo-Realismo Português* (com Violante Magalhães, dez. 2017 – set. 2018) e *Escrever é Lutar. Escritores Neo-Realistas e a Revolução de Abril* (abril – nov. 2024), ambas no Museu do Neo-Realismo.

Filipa Perdigão Ribeiro

Professora coordenadora na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, da Universidade do Algarve. A tese de doutoramento teve como tema «The discursive construction of Portuguese national identity in the media thirty years after the 1974 revolution (Universidade de Lancaster, R.U.). Os seus interesses de investigação atuais incidem sobre as ligações entre linguagem, discurso e turismo de diferentes perspetivas. Publicou artigos sobre identidade nacional, sentido do lugar entre turistas, *overtourism*, migrações, entre outros tópicos. Revê periodicamente manuscritos submetidos a revistas e encontros científicos e é investigadora do CiTUR – Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo.

Rita Baleiro

Professora coordenadora na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, da Universidade do Algarve; é doutorada em Estudos Literários pela Universidade Nova de Lisboa e mestre em Estudos Anglo-Portugueses pela mesma universidade. Rita é investigadora integrada no CITUR – Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo e no TULE – Centro de Investigação sobre Turismo Literário. É coeditora da revista académica *Dos Algarves: Tourism, Hospitality & Management Journal* desde 2007. Na última década, tem desenvolvido Investigação na área dos estudos em turismo e literatura e publicado trabalhos nesta área.

Sofia Andrade

É docente na Universidade de Génova. Colaboradora do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, onde integra o grupo Textualidades. Dedicou-se ao estudo do romance de família na Literatura Portuguesa Contemporânea em autores como Fernanda Botelho e Alves Redol. Atualmente a sua investigação incide sobre o género crónica na imprensa periódica, com incidência nos escritores Agustina Bessa-Luís e David Mourão-Ferreira. É tradutora de narrativa italiana contemporânea.

A pequena história:

O 25 de Abril

Isto aconteceu uns anos depois do 25 de Abril, quando a comunicação social procurava dar àquela data ênfase e fervor. Foi então que apareceu um locutor que, entusiasmado com o acontecimento, perguntava a um camponês:

– Então, e para si, o que significa o 25 de Abril?

Ele, com a mais santa inocência, perguntou por sua vez:

– De que ano?

António Alçada Batista

A Pesca à Linha: Algumas Memórias,

Lisboa, Presença, 1998, p. 251.

Esta antologia apresenta os textos divididos por cinco décadas, a partir de 1974. Em cada década, os textos foram organizados por ordem cronológica de ano de publicação e dentro de cada ano, por ordem alfabética do nome do autor. As subsequentes notas biobibliográficas seguem a ordem alfabética do nome do autor. A transcrição das crónicas respeita a ortografia original da sua publicação. Sempre que a informação foi possível, apresenta-se a referência bibliográfica da primeira publicação e observações complementares da história das crónicas.

As organizadoras de *Não Esquecerei O Que Então Chamámos Esperança* agradecem aos autores antologados e seus representantes a disponibilidade e a colaboração que tornaram possível este projeto editorial.

A realização desta antologia só foi possível graças ao apoio do CIAC – Centro de Investigação em Arte e Comunicação, que disponibilizou fundos da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia para custear os direitos de autor, e ao apoio da Universidade do Algarve Editora, que acompanhou e viabilizou a publicação da obra nas suas diversas etapas.

Índice

1974 – 1983

Maria Judite de Carvalho, <i>À espera</i>	15
Mário Castrim, <i>Televisão, Alegria do povo</i>	17
Álvaro Belo Marques, <i>Camarada Vasco</i>	25
Armando da Silva Carvalho, <i>Uma gaivota voou em Celorico da Beira</i>	29
Baptista-Bastos, <i>Contar de Abril</i>	33
Fernando Namora, <i>Os inquisidores</i>	35
José Gomes Ferreira, <i>Reportagem do Rossio em 1974</i>	39
Luiz Pacheco, <i>O orgulho de ser português</i>	43
Maria Velho da Costa, <i>A gente</i>	45
José Cardoso Pires, <i>A visita</i>	49
José Saramago, <i>Recado para João Basuga, alentejano</i>	57
Urbano Tavares Rodrigues, <i>A noite da vitória</i>	61
Luís Forjaz Trigueiros, <i>Os novos velhos</i>	65
Augusto Abelaira, <i>Pudor</i>	69
Nuno Bragança, <i>Carta a Otelo. Uma mobilização de todos os do 25 de Abril</i>	71
Eduardo Guerra Carneiro, <i>25 é evidente</i>	75
Pedro Alvim, <i>A escrita do silêncio</i>	79

Raul Rego, <i>Abril: Liberdade para a Imprensa</i>	83
Dias de Melo, <i>O 25 de Abril e o dia da Constituição</i>	87

1984 – 1993

Arsénio Mota, <i>Pelo canto da voz</i>	93
Maria Rosa Colaço, <i>Memória de uma mulher em Abril</i>	97
Maria Filomena Mónica, <i>Os meus amigos</i>	101
Arnaldo Saraiva, <i>Óscar Lopes na Universidade</i>	105
António Alçada Baptista, <i>José Gomes Ferreira</i>	109
António Modesto Navarro, <i>Raízes de Abril</i>	113
José Manuel Mendes, <i>O oitavo dia da semana</i>	115
Fernando Assis Pacheco, <i>Os rapazes da PIDE</i>	119
João de Melo, <i>Portugal: Da história ao esquecimento</i>	123

1994 – 2003

Lídia Jorge, <i>O esconderijo</i>	133
Alice Vieira, <i>O vidro</i>	137
Clara Ferreira Alves, <i>O povo português</i>	139
Eduarda Dionísio, <i>25 anos do 25 de Abril – Vozes da mudança</i>	143
Eduardo Prado Coelho, <i>Já foi há 24 anos</i>	151
Joaquim Letria, <i>O pirilau de muletas</i>	157
Julieta Monginho, <i>A professora de Latim</i>	159
Maria Belo, ... <i>a liberdade apenas posso esperar</i>	163
Rita Ferro, <i>Ideologia, a rifa</i>	165
António Lobo Antunes, <i>Herrn Antunes</i>	169

2004 – 2013

António Borges Coelho, <i>Ouviste a rádio</i>	175
Armando Pereira da Silva, <i>Crónica do dia em que os homens se sentiram pássaros e pousaram nas árvores</i>	177
Carlos Coutinho, <i>Obrigado, Louro</i>	181

Hélia Correia, <i>O breve instante</i>	183
Jorge Silva Melo, <i>As minhas férias com Salazar</i>	187
Manuel António Pina, <i>O sonho possível</i>	191
Maria Teresa Horta, <i>Madrugada</i>	193
Mário de Carvalho, <i>As passas do Algarve</i>	195
Teresa Rita Lopes, <i>O meu primeiro 1.º de Maio</i>	199
Rui Cardoso Martins, <i>Dia da Liberdade</i>	201
José Pacheco Pereira, <i>Parafernália</i>	203

2014 – 2023

Rui Zink, <i>Eu só queria um pónei</i>	209
Ana Margarida de Carvalho, <i>Testemunho de quem foi privada de comemorar o 25 de Abril (o primeiro deles, em 1974)</i>	211
José Tolentino de Mendonça, <i>As lágrimas do general</i>	213
Dulce Maria Cardoso, <i>Faxismo nunca +</i>	215
João Viale Moutinho, <i>O dia certo!</i>	219
Fernando Alves, <i>O meu 25 de Abril na Ereira</i>	225
João Pedro Mésseder, <i>Era uma vez um 25 de Abril</i>	227
Luís Filipe Castro Mendes, <i>Onde estavas no dia 25 de Abril de 1974?</i>	231

2024

Capicua, <i>Uma preciosidade</i>	235
Notas biobibliográficas	237
Posfácio	259



1974



1983

Maria Judite de Carvalho **(1921 – 1998)**



À espera

Num dia de festa popular da Esperança verde e de liberdade não vigiada, aquela velha sentada na soleira da porta. Da sua porta, suponho. Baixa, sequinha, toda de preto vestida como no campo é normal em idades assim. Porque viúva decerto. É raro um casal sobreviver tanto tempo, e aquela mulher era muito velha. À sua volta os gritos alegres, os braços erguidos, os slogans, incessantemente escondidos por vozes de todas as idades. Ela, porém, silenciosa. Ensimesmada na sua tristeza solitária. As mãos estavam-lhe esquecidas sobre os joelhos. Mãos escuras, trabalhadas, gravadas pelo tempo, com altas cordilheiras endurecidas e rios bem fundos, e riachos. Mãos humildes que nunca se haviam erguido assim, como as outras, e já não iam, está bem de ver, erguer-se. Invento aquela velha. E sei portanto que ela assiste a um entusiasmo que é dos outros e que a transcende. Porque o amanhã e até o hoje, é deles, desses outros. Outros que eu sei que não são seus filhos nem seus netos. Aquela mulher é só no mundo e ficou, esquecida. Por isso aquele ar acabrunhado.

A mulher olha vagamente, desinteressada, ou sem compreender, a multidão agitada e sonora. Invento-a, já disse, e por isso sei o que ela sente, ali na soleira da sua porta. Que aquele dia chegou tarde, por exemplo. E que para ela já é sem significado. Porque não sabe – nunca soube – o que é fraternidade e já é tarde para aprender. Já é tarde para muitas coisas. Ela está no fio da navalha e largou tudo o que era presente. Nada no seu rasto, nem filhos, nem netos. Foi andando, andando, tombou ali, sentada

e à espera. Não da esperança verde, da liberdade não vigiada, não. Ela está muito simplesmente à espera da morte e de mais nada.

Fonte: *Este Tempo. Crónicas* (org. e pref. Ruth Navas e José Manuel Esteves), Lisboa, Caminho, 1991, pp. 255-256.

Primeira publicação: *Diário de Lisboa. Suplemento Mulher*, Lisboa, n.º 18472, 29.05.1974, p.2.

Mário Castrim (1920 – 2002)



Televisão, alegria do povo

A Rádio. A Rádio. A Rádio, preso a ela por um invisível cordão umbilical. A Rádio. As palavras sabidas de cor. As marchas. As músicas escolhidas de qualquer maneira. O telefone que não pára. Quero saber, querem saber. A pergunta sacramental: «Estás a ouvir o Rádio Clube Português?»

Sim. Claro, a Rádio. Sento-me esfalfado, como se andasse a calcetar estradas durante um ano inteiro. Na minha frente, o televisor está apagado. Distante, um inocente. Ele, o monstro!

Aproximo-me. Chego-lhe lume. Por nenhuma outra razão mais do que vê-lo agressivamente vazio de branco. Para me ciliar. A rádio, sim. Mas para quando a televisão? Televisão, se alguma vez. Fico-me a pensar. A sonhar. Sonhos velhos, sonhos quase apodrecidos e pendurados da árvore. Sonhos de uma televisão viva, feita gente.

Quando, quando ó televisão, te levantarás do túmulo? Quando, Lázaro electrónico desta idade?

... E foi então que apareceu aquele rosto jovem, um pouco estranho no ambiente, desconhecido. Não, ah isso não, o Manoel Caetano não era. Nem o Clímaco. Nem a Maria Margarida. Talvez não fosse ninguém. Talvez não passasse de um fantasma. De uma criação do espírito. Um produto da imaginação. Calma. Talvez seja melhor beberes um café! Passa-te.

Ei-lo que regressa. Com uma extrema simplicidade a anunciar o Daktari, o viver no campo e depois [sic] a Telescola.

A partir daí, estou hipnotizado. As imagens vão e vêm. Há som, não há som. Reparo nisso mas só de muito longe. Como se nada disso fosse importante. E não era. Bem me importavam a mim as imagens e o som. Por baixo de tudo isso se infiltrava a realidade – e tudo o mais eram aparências. Dei por mim a dialogar com o leão Clarence, à trela como um lulu: «Coragem, meu velho, leão és e não rendeiro. Quebra a arreata, vamos.»

Com o *Viver no Campo*, a cena repetiu-se. O episódio começou não me lembro quantas vezes. Como se isso importasse muito... Como se a realidade não fosse outra... Anunciam, mais tarde, a sinfonia n.º 3 de Beethoven – e transmitiram o *Corsário* de Berlioz, após o que, num alarde de delicadeza, pedem desculpa: *Como decerto notaram, houve uma alteração em relação ao concerto que tínhamos anunciado...* Descanse amigo, ninguém reparara. Porque tudo estava a reparar noutra realidade mais convincente.

O primeiro Telejornal – às 18 e 40 – com a presença de Fernando Balsinha a abrir, marca a viragem. Chegámos ao Cabo da Boa Esperança.

O interesse ficou centrado no jogo que iria manter-se por longo tempo. O locutor que começava a falar, a imagem que desaparecia. Uma suspeita ancestral a infiltrar-se. A rádio explicava: a antena de Monsanto ainda nas mãos da G.N.R.

Será que o telejornal das nove e meia acabaria por vir?

Veio. Balsinha e Fialho Gouveia, descontraídos, lado a lado. Fialho:

Boletim de notícias das nove e meia. O Balsinha vai começar por recordar-lhes os comunicados que lemos quando entrámos em contacto convosco, faltavam vinte para as sete.

Seguem-se as notícias. Assim:

Os acontecimentos verificados em Portugal desencadearão na bolsa de títulos da capital britânica uma vaga ordem de venda das acções de minas de ouro, a qual acelerou a descida dos valores verificados nos últimos dias, paralelamente à descida dos preços do lingote. A reacção reflete, segundo os especialistas, o receio de repercussões na África Austral. Alguns títulos desceram esta manhã mais de libra e meia...

O Vaticano tem-se recusado a comentar os acontecimentos ocorridos em Portugal, embora as relações entre a Santa Sé e o ex-Governo de Marcelo Caetano

se tenham tornado mais tensas nos últimos tempos, em consequência da recente expulsão de Moçambique de catorze missionários Combonianos.

A France Press a informar de Paris que o levantamento militar em Portugal produziu o efeito de uma bomba na África Austral. Na África do Sul, a notícia foi conhecida logo a seguir a uma eleição legislativa que confirmou no poder John Vorster.

Na Rodésia o Governo de Ian Smith segue igualmente com atenção os efeitos possíveis da revolta.

Em Bruxelas a Organização do Tratado do Atlântico Norte e as delegações dos países membros da Aliança Atlântica seguem atentamente a evolução da situação militar em Portugal. O Governo belga adoptou a mesma atitude.

O Governo brasileiro adoptou uma atitude de esperar para ver, perante o levantamento militar.

As estações de rádio do Rio de Janeiro acompanharam o desenrolar dos acontecimentos de Hoje em Lisboa em sucessivos jornais falados.

A Reuter informa de Zurique: «Em telegrama hoje enviado, o Instituto Internacional de Imprensa (I.I.I.) exigia a libertação imediata de cinco jornalistas portugueses presos pelo governo de Marcelo Caetano, hoje deposto.

«O director do I.I.I. declarou que o Instituto estava a observar com ansiedade cada vez maior a continuação das prisões de jornalistas em Portugal. O I.I.I. insiste em nome dos seus 1900 membros em 63 países na libertação imediata dos jornalistas presos e internados.

Acrescenta os nomes dos detidos: Fernando Correia, Albano Lima, Mário Henrique Leiria, Mateus Branco e Lino de Carvalho.

NOTÍCIAS DO MUNDO NAS ÚLTIMAS HORAS

Os bispos católicos romanos manifestaram publicamente a sua preocupação devido à falta de garantias legais que reina no país desde o golpe de Estado de Setembro último. Os bispos criticaram nomeadamente as detenções arbitrárias, técnicas de interrogatório e a falta de protecção das pessoas presas.

Esta manifestação de protesto da Igreja Chilena foi feita através de uma conferência de Imprensa pelo Cardeal-Primaz Raul Henriques, arcebispo de Santiago do Chile.

Nas Nações Unidas, O Conselho de Segurança censurou Israel pelo «raid» de represália a seis aldeias libanesas. Mas condenou também todos os actos de violência dos quais resultam perdas de vidas inocentes.

Entretanto a luta prossegue na frente sírio-israelita. Esta manhã continuavam os duelos de artilharia.

No Cairo, um porta-voz oficial disse que o ataque ao Colégio de Engenharia Militar do Cairo faz parte de uma intentona para derrubar o presidente Sadat.

Mais perto de nós, na França, a 10 dias de eleições. O candidato gaullista Chaban-Delmas perde terreno perante o eleitorado. Na última série de sondagens à opinião pública, Delmas baixou para 24 por cento, enquanto o seu rival das direitas, Giscard d'Estaing se mantém nos 28 por cento. O candidato socialista François Mitterrand viu no entanto aumentada a sua margem de adesão, passando para 42 por cento.

Na Bélgica, dificuldades de última hora adiaram a comunicação de formação de um novo Governo de coligação.

Em Bona, as duas Alemanhas vão assinar hoje um acordo nos termos do qual será permitido a indivíduos particulares, sob certas condições, a transferência de dinheiro entre os dois países.

Simultaneamente, foi preso o colaborador pessoal do Chanceler Willy Brandt. Acusam-no de fazer espionagem a favor da República Democrática Alemã.

Meu Deus, que distância nos separava dos antigos *telejornais!* Mas então, como era? Não havia nenhum ministro a discursar? Não havia nenhum subsecretário a cortar fitinhas? Não havia ninguém a dar abraços aos velinhos e a depor beijos programados nas bochechas dos meninos? Então como era! Onde estavam as reuniões e as sessões em que também esteve presente o nosso presidente de administração? Como era possível haver, debaixo deste rol que o nosso orgulho e o nosso pendão turístico, um telejornal sem a solenidade do Henrique Mendes nem os olhos frios do Pedro Moutinho?

Beliscou-me nos braços. Ainda cá tem as marcas. Acorda, pá. Não sejas lunático. Andaste para aí uma data de anos a pastar o teu rebanho de sonhos de uma televisão com rosto humano, uma televisão com asas mínimas que lhe retirassem toda a configuração de verme. Andaste nisso e agora pensas que é verdade, o que estás vendo não é a projecção do real, mas a projecção do teu desejo. Aguenta aí um bocadinho e vais ver se não te aparece o José Augusto com o seu vómito maior que a Torre Eiffel e o Dutra Faria refocilar na chocarrice impune, e o Barradas a estostrar de cómica agressão...

O tempo ia passando. Essas imagens constantes de há tantos anos não aparecem. Aparecem mais notícias. A rendição do quartel do Carmo, a P.S.P. que já diz que sim.

E de súbito aquela explosão popular.

TERRA DA FRATERNIDADE

Sinceramente: tudo começa a ser real a partir daí. O povo acotovela os soldados. Toca-lhes. Mira-os com um sorriso. Devora-os. A câmara mostra o formigueiro no largo, no passeio, nas árvores. Fialho Gouveia chama-lhes «curiosos». Mas não há curiosidade: há participação. A vaga poderosa e tranquila começa a alastrar, a pisar todos os terrenos. Em breve, os próprios tanques desaparecem: estão vestidos de gente. Transformam-se em carne viva através da cidade. Vão como se fossem para a grande festa, para o encontro marcado há muito.

A Televisão, pela primeira vez na sua vida, respira. A mão treme-lhe, como a um ser humano. Nenhuma trucagem, montagem nenhuma. Nem sequer aquela marca em fundo para reforçar as emoções. Nem mesmo aquelas palmas, quando não havia ninguém para as bater. A câmara estremece. O operador João Rocha vai na onda, rola como um seixo. A multidão, nas lentes desfocadas, aparece como uma floresta. É um único rosto. Mal se adivinha: uma terrível força no equilíbrio da Hora.

Assim foi no Carmo. E na Televisão Portuguesa?

Foi lá a primeira conferência de Imprensa. Presentes, Eduardo Guerra Carneiro, António Perucho, Teresa Monserrate e Joana Godinho, reunidos com o tenente Cerveira. Era a manhã nas suas primeiras horas. Novais Ribeiro, fotógrafo do *Século* conversa com o capitão Teófilo Bento que comandou a operação TV.

Referem-se os nomes doutros militares que ocuparam a Televisão: o aspirante Matos, o tenente Santos Silva, o capitão Gaspar, o aspirante Reis, o aspirante Costa, o alferes Geraldês...

Do pessoal da Televisão, presentes porque quiseram e não porque fossem obrigados, Fialho Gouveia, Fernando Balsinha, Alfredo Tropa que comandou toda a emissão, António Esteves, assistente do Telejornal, Fernando Midões, Gomes Henriques, Monteiro, João Soares Louro, João Moreira, Jorge Teófilo, José Gomes, José Augusto Pinto, José Topa, Manuel Filipe, José Manuel Tudela e João Rocha, José Saraiva, Lucinda Gomes, Manuel dos Santos, Maria Teresa Barata, Norberto Santos, Ribeiro Soares, Simões Alberto, Virgílio Frazão, Restituto, Rio Tinto, Valdemar Marques, Armando Fernandes, Anacleto Lopes, Domingos Pimenta, José Viegas Esteves, Alberto Couto e Jorge Soromenho.

Palavras que se registam: *Triunfou o movimento das Forças Armadas e com ele, todos o sentimos, triunfou o povo, o povo, o nosso estóico povo que soube na hora da verdade manter o seu magnífico patriotismo conservando-se aparentemente afastado do movimento, mas apoiando-o pelo sentimento, com o seu enorme coração. Vitória do Movimento das Forças Armadas? Pois claro que sim. Mas a ela se sobrepõe, transbordante de alegria ainda mal contida, a grande vitória do povo. Foi para o dignificar que os nossos bravos militares actuaram. Para se tornarem dignos de preservar as suas liberdades fundamentais.*

A manhã do dia seguinte começara já. Anuncia-se a presença do general António de Spínola. Algum tempo ainda vai decorrer antes que tal aconteça. Há problemas com o estúdio. Sim, porque em dezassete anos a televisão portuguesa não tivera ocasião de alargar o cubículo estreito onde se encafuara.

Aí o temos, numa impressionante serenidade, a ele e aos seus companheiros da Junta. Ao ouvi-lo reafirmar solenemente a certeza de uma vida vivida na dignidade e na liberdade, ao ouvi-lo propor um futuro onde cada português se possa consciencializar e determinar e tomar sobre os seus ombros a sua quota parte de responsabilidade nos destinos da Pátria. Quantos nomes me povoaram a memória! Nomes de povo que, ao longo dos anos, se entregaram ao seu ideal: um futuro sem opressões e sem medos. Nomes de vários credos políticos ou religiosos, que tudo sacrificaram, incluindo

a própria vida alguns deles: Bento Gonçalves, Alex, Germano Vidigal, Catarina Eufémia, Ferreira Soares, general Humberto Delgado, José António Ribeiro Santos, Guilherme Costa Carvalho, Dias Coelho, Bento de Jesus Caraça, Soeiro Pereira Gomes, Daniel Teixeira, Abel Varzim, Padre Mário, José Magro, Rogério de Carvalho, Dias Lourenço, Ângelo Veloso – e tantos, tantos outros que adquirem, à medida que passa o tempo, maior vitalidade e maior razão.

A madrugada passou, é manhã madura do dia seguinte. Abeiro-me das seis horas. José Afonso canta, na rádio uma vez mais *Grândola vila morena terra de fraternidade...*

TERRA DE FRATERNIDADE...

Três palavras: uma promessa e uma responsabilidade na primeira claridade deste segundo dia de criação do mundo.

Fonte: *Diário de Lisboa*, Lisboa, n.º 18440, 26.04.1974, p. 5.

Álvaro Belo Marques (1931 – 2017)



Camarada Vasco

Com o mesmo à-vontade com que entras em minha casa, na intimidade do meu clã, assim eu vou entrar na tua que, vendo bem as coisas, é de todos nós.

Com esta intimidade (fácil) de «tu cá, tu lá», vou contar-te que ontem, eu e a minha mulher, chegámos a casa e nos desesperámos num ataque cerrado a milhões de formigas que tinham chamado sua à nossa cozinha.

Calculo que mirmecologia não te preocupe neste momento – há assuntos, não tão sérios mas prioritários – mas, curiosamente, as formigas foram atacar um pequeno naco de torresmos, passando indiferentes pelo açucareiro. (Será que também mudam de gosto?)

Deixa-me, na aparente calma do meu estirador, onde escrevo, contar-te esta cena quase íntima – estamos a conversar ao serão; o mínimo de gentileza que te peço é que, benevolente, compreensivo, oiças esta história que, talvez por ser verdadeira, perca muito do seu valor.

Minha mulher, perante a invasão do formigame, vai de guardanapo molhado, rosto firme de batalha, decisão assumida, recolher, em gesto rotativo, aquelas invasões que não respeitavam o direito de se ter um naco de torresmos.

O naco de torresmos estava protegido!

O camarada Vasco Gonçalves lembra-se do que, milhares de mães deste nosso país, fizeram, durante a última guerra, de um naco de torresmos?

Como, com a imaginação que só as mães têm perante a fome da cria, efectivaram refeições substanciais, nas quais o encher da barriga vencia largamente aquilo que a burguesia chama de «apresentação»?

Vi o desespero de minha mulher.

Concentrado – pois o momento não era para brincadeiras nem análises superficiais –, percorri o carreirinho das formigas. Saí de casa, continuei, passo a passo, a sua persistente caminhada e cheguei ao local da origem. Um pequeno buraco, no rodapé do prédio, dava-me a «casa da guarda».

Foi aí, então, que ataquei.

Sem meios bélicos apropriados, improvisando à medida de uma imaginação que defendia um modesto naco de torresmos, ataquei o quartel-mestre do formigame invasor.

Após uma hora, vencíamos os dois: minha mulher, numa «frente» representativa; eu na origem. Na base. No fundamental.

Num carreirinho de formigas não há atalhos, como sabes. Vêm umas para cá, outras para lá, cruzando as antenas segmentadas. As mensagens estão dadas. Não há desvios, nem desertoras. Destroem em dois tempos um edifício. Nos alicerces. Sem darmos por isso. Eficientemente. Passei horas de menino a ver os carreirinhos de formigas.

É bom não esquecer o que aprendemos em menino: como foge o gala-gala, como ataca a tarântula, como destrói a formiga.

Poderá parecer-te uma imagem, para tirar efeito às conclusões. Mas o que, sem brilho nem graça te conto, é verdade.

Tens a minha palavra e, se necessário for, aduzo a ela a da minha mulher. (Que as mulheres só mentem em coisas superficiais; mas de base, sou muito claras, directas e, por isso, contundentes – honestamente sinceras e autênticas, como sabes).

Como é a segunda vez que te escrevo, já não te choca, por certo, esta maneira de pôr as coisas. Escrevo como se ornamentasse uma mesa que tem tudo, excepto ordenação clássica do funcional, do que se espera. Estar, onde deve estar.

Mas é só estender o braço. Encontrarás o que necessitas.

Uma onda de violência invadiu o nosso País.

O nosso, repara bem.

De nove milhões de portugueses, não gostaria que fizessem nove milhões de inimigos. Sei que também não o desejas.

Há ataques selvagens a sedes de partidos.

Há fogo nas searas.

Há greves pinochelvagens.

Há comícios alienatórios de trabalhadores são, bons, adentro da nossa revolução.

Há elementos de um povo fardado que morrem. (Sem saber porquê, às vezes.)

Há um Cristo revolucionário que diariamente é prostituído – e a sua palavra adaptada, deformada, a contento dos que amarinham pelas suas costas, para parecerem maiores.

Há um carreirinho de formigas – sistemático, persistente, firme, sem desvios. Rota sempre sabida.

Pois, Camarada Vasco, proponho-te que, de braço dado, como no poema do Pessoa e como «guardador de rebanhos», sigamos o carreirinho e encontremos a origem, a «casa da guarda».

Vamos destruí-la e tudo acabará. Vamos.

Não seremos apenas tu e eu que, forças, comigo, conta poucas. Confesso.

Seremos eu, tu e mais uns milhões de portugueses. E aviso-te. Alguns serão capazes de te empurrar, não por desrespeito, mas para chegar primeiro.

Não deixemos de dividir o nosso País.

Há milhões que também o não desejam.

Vamos todos unidos, firmes e determinados, ao rodapé do prédio.

E seremos, por certo, muito ciosos. A Revolução Socialista é nossa; não vamos permitir que a divisão ou que a magoem. (A ferida seria nossa.)

O momento é claro: ou limpamos romanticamente as formigas que atacam à superfície, ou vamos ao rodapé do prédio e acabamos com o assunto, de uma vez para sempre.

Escolhe, Camarada Vasco.

Eu, que me subscrevo com respeito e amizade, já escolhi.

Fonte: *Companheiro Vasco*, Porto, Inova, 1977, pp. 261–264.

Primeira publicação: *República*, Lisboa, n.º 15762, 31.07.1975, p. 3.

Armando da Silva Carvalho (1938 – 2017)

Uma gaivota voou em Celorico da Beira

Os ares, inconsequentemente frios, inconsequentemente quentes do distrito da Guarda não fazem arrepiar o caminho da gaivota. Ela, literalmente asa de vento e coração de mar, voava (voa) no íntimo de cada, no projecto de cada, na cabeça colectiva que sobressai entre penas múltiplas que vão do sacrilégio e desabuso das ideologias ao tão ameno e clássico da ternura funda, do amplexo terreno, dos amores acidentados por um povo de rastos, e dir-se-ia, cândido.

Houve um concurso de forças a modelar a amplidão do seu voo. Homens que falavam de cultura e dos tempos áureos de dona Adelina Abranches – a excelsa atriz. Homens de boné e copo de vinho, o olhar brincalhão, o gesto sempre a cair no falso e imponderável de quem não se apoia numa estrutura economicamente definida – o gesto os atraiçoa. Mulheres de xaille e sorriso escapado no côncavo da mão quase de bronze. Os homens militares com o coração emplumado de cravos metafísicos e abandonados à tarefa de reinventar uma cultura pátria. Os literatos – quase no fim da causa –, os que procuram sopesar a carga abstracta das sensações livrescas no concreto de uma situação sem avatares, desculpas: eram montes, eram batatais, eram casas pobres, era o Mondego a burilar um cântico qualquer. Era uma gaivota.

Gaivotas-crianças na tentativa de abrir um espaço límpido, uma pausa ineficaz ao desenvolvimento pseudo-revolucionário.

Aqui, reparem, falo em tecnocracia, em estratégia que penso disfarçar, simplificando, os modos plausíveis do sensível, os do desejo indeterminado e que aparece nas

costuras das castas sociais, no riso espalhafatoso, espaventoso da adolescente de enormes saltos de cortiça que ruboriza com os tenentes do M. F. A., enquanto gira no vira ensaiado a contragosto, a contratempo, nos sábados de tédio, depois do programa radiofónico ouvido num estremecimento.

Estamos em Celorico da Beira. A que tem um castelo onde, dizia entusiasmado, subvertido, o tenente-coronel, a lusitanidade começou a despertar com os seus vagidos débeis. A que produz batata, centeio, alguns pomares (nas estradas de sombrias que descem da serra e que vêm da Guarda, mulheres aborrecidas erguem nos braços cestinhos com cerejas) e a que pode (agora discute-se uma hipotética reforma agro-pecuária) desenvolver a exploração de gado: vai-se ao pormenor das proteínas necessárias ao alimento quotidiano (o calor das «lojas» no inverno será substituível de forma a conseguir-se melhores condições higiénicas?).

São coisas que se dizem na taberna durante o almoço, enquanto o capitão Vasco Lourenço apresenta ao País o último comunicado que resultou da longa jornada para dentro da semana levada a cabo pelo Conselho da Revolução.

Há um complexo circuito de linguagens, ora paralelas, ora entrelaçadas. Códigos que se destroem de simultâneo ao sentirem sobre si a invasão inesperada de outros mais remotos, mas nunca sepultos.

Trazíamos (levávamos) uma relativa e estável rede de referências ideológicas. A província (o que é hoje a província? pergunta-se) parece continuar a ser para bastantes o quintal dos padres de Camilo. Trazíamos (levávamos) compartimentada nas esferas cerebrais a dimensão geográfica arrancada ao mapa da primária, noções de pequena propriedade rural com possibilidades óbvias de reconversão industrializada (muitos adubos, muita maquinaria, muita produção sectorizada). Além do mais, queríamos impingir aos autóctones como se fabrica o poema, as ânsias prévias do simulacro da escrita, o nosso aconchego de viandantes lisboetas com prosa a rebentar por todos os lados menos um: o lado dos autóctones.

Acabámos no simulacro teatral, muito bem armado pelo Vergílio: Quem ouviu M. F. A.? E quem é ouvido? As crianças, descaradíssimas, riam como loucas e a gaivota lá andava ela: voava, voava. Alguém falava (via-se) de graves coisas que, então todos concordámos, tinham a ver com a vida de todos.

Mas a linguagem, tão elástica para poder abarcar o país inteiro, é possível que na sua rede de malhas bem abertas deixasse de fora o homem de cepo na mão, a mulher de mãos de bronze (não confundir com mãos bronzeadas) e a criança adolescente a ensaiar-se na profissão de mulher.

Que venham então os codificadores, os dinamizadores, os animadores culturais com os gestos de missionários laicos para sintonizar a comunicação possível.

Alguém invocou Brecht, tentando teatralizar a «problemática» local. Era um jovem da Guarda, integrado no C.P.A.C. – centro de dinamização cultural que projeta nas aldeias, «Vilarinho das Furnas» e que se queixa da falta de transportes para executar a tarefa. Talvez haja nisto tudo, pensa-se, uma excessiva complacência pedagógica. Falou-se também em liberdade na responsabilidade. Uma criança de dez, onze anos, definiu – provavelmente de cor, como «tudo o que a gente queira fazer desde que não seja libertinagem». O que é libertinagem? pergunta-se. A criança retrai-se. Ninguém provavelmente lhe definira o conteúdo.

Ninguém, provavelmente, saberia ali, naquele momento, proporcionar-lhe toda a dimensão do vocábulo.

Haverá quem pense para si: uma revolução tranquila, demasiado tranquila, demasiado «humana».

Mas haverá também coisas sérias: o levantamento económico-social da região. Seus costumes e usos. Suas falas próprias.

A fala produzida no trabalho rural, nas reduzidas manifestações da indústria. A dança com suas variações e modos.

O canto mais remoto que a gaivota, agora momentânea, oculta nas suas asas fabricadas junto à orla do mar e que se lembrou de subir, levada por ventos progressivos, ao sopé dos Hermínios. O canto subterrâneo e fluido de um povo, canto que se torna necessário recuperar para um canto mais geral, aberto, indiferenciado entre vales e serras, planícies e mares. Mas a sessão continua (continuou).

Há que não perder o sentido dos gestos. E o sistema audiovisual, num contraponto colorido e mecânico, apresentava a distinção de classes, desabusada e irracional repartição da riqueza produzida numa dialéctica acerba às poucas dezenas de camponeses, gente de posses pequenas, e crianças estríduladas.

Para os que chegavam de Lisboa produzia-se um conhecimento referenciável na multiplicidade de reacções, pequenos comentários medrosos, interjeições abafadas por uma tosse já cavernosa de quem apanhou o borralho e as cinzas de lareiras mortas.

Falou-se atrás em levantamentos sócio-económicos, quando o que se trata é de erguer um povo ao nível do desejo. Desejo revolucionário. Aquele que da transpiração à flor da pele, da gramática sexual e festiva que possa vir a cristalizar-se em novas fórmulas de produção global, sem que nela intervenha, por enxertia fora de tempo, uma discursividade rígida e que apenas provoca sobressalto e os pecados maiores da desconfiança e do desinteresse, como talvez dissesse Agustina Bessa Luís.

Ao literato não fará mal nenhum estas correntes de ar que sopram na serra e sobre um Portugal ainda adormecido à sombra da canção (a outra) que, de tão mistificatória, o punha a soluçar uma perdição irremediavelmente confusa.

Confuso fica ele também, o literato. E ainda bem.

Que regresse a penates, a solidão geométrica de um apartamento perdido na cidade e se ponha a pensar. E se ponha a cantar de gaivota. Voando com as pequenas patas bem assentes na terra. E que não volte atrás. Uma gaivota voa em Celorico da Beira.

Fonte: *Antologia de Textos Publicados no Suplemento Artes e Letras do DN de Maio a Novembro de 1975*, Lisboa, Diabril, 1976, pp. 282-286.

Primeira publicação: *Diário de Notícias. Suplemento Artes e Letras*, Lisboa, n.º 39218, 17.7.1975, p. 13.

Baptista-Bastos **(1934 – 2017)**



Contar de Abril

Contarás de Abril o assombro, o desassossego, as súbitas visões de belezas longamente sonhadas, a hora vespéral, o renascer, meu e teu. Contarás de Abril instantes serenos, salivado de paz, o perfil de casas, as ruas docemente nossas que rimam connosco, as ternuras vagabundas, a utilidade dos gestos, o murmúrio discreto e comovido.

Contarás de Abril os gritos, as imprecações, as cóleras, o idioma ressurecto na fraternidade de frases efusivas, no estertor.

Contarás de Abril aquele haver viagem, aquele cheiro antigo de chuva de infância, a peca sombra, o chouto curto, o bêbado de rua que te assustou, temulento, a frugal manhã.

Contarás de Abril o lado esquerdo da madrugada; cíclicos, os sismos: o chão em fissuras laceradas; devagarosa, a capa da terra a recobrir o oco, as galerias naturais do ódio, onde rebramia o mar, sobre o qual haviam colocado o pinho e a pedra e reconstruído a cidade, longa história de uma frustração.

Contarás de Abril os passos.

Contarás de Abril os sons, ínsitos na paisagem nocturna, mas betesgas.

Contarás de Abril que me viste trajado de estrelas, seteira ao ombro, num baixel de antigamente, soletrando palavras felizes, sem direcção nem sentido, como tudo o que é feliz.

Contarás de Abril, aos meus filhos, filhos teus, que os meus olhos míopes, ardidos, urbanos, ficaram cheios de um ofício de dizer coisas singelas, humildes e absurdas: como amor, liberdade.

Contarás de Abril os idos e os que voltaram; os que ficaram e ficam.

Contarás de Abril as pequenas pilhas de palavras, armazenadas numa necessidade que inventei; e as nossas almas ledas e limpas; e os braços que se estendem a outros abraços; e a cordialidade anotarmos um nome, um número, numa flor; e os balaios sem reticências de mágoas, cheios, os balaios, de trissos de aves, de pássaros remotos de que ignoramos a voz ou havíamos esquecido o toque e a fímbria.

Contarás de Abril que na nossa terra já não apodrecem as raízes e que já não adiamos o coração; que já não nos dói a velhice e que os rios são todos nossos e íntimos e que já não perdemos a infância e que nascem crianças insubmissas e claras e livres.

Contarás de Abril a espessura mágica, o punho reflexo, o dia d'água, a lágrima, a vontade de sermos e de estarmos, o límpido grito, a forma inconsútil, o beijo proliferante, o vermelho e a brisa, as bambinelas vagantes nos sopros, o livor das coisas, a maravilha discreta de assear a vida, o caminhar, os semideiros, os rostos nesta dócil pausa e neste imenso perdão.

Contarás de Abril as casas de mil sóis, a imponderável descoberta dos sussurros, a brancura inadiável da perseverança, o resplandecente varar dos dias, a feira alvorçada das horas.

Contarás de Abril a visão e o visto.

Contarás de Abril as mãos dadas. Contarás de Abril o renascer da essencial frescura.

Contarás de Abril.

Contarás, meu amor.

Fonte: *Capitão de Médio Curso*, Lisboa, Editorial Caminho, 1978, pp. 35–36.
Primeira publicação: *Diário de Notícias. Suplemento Artes e Letras*,
Lisboa, n.º 39177, 29.6.1975, p. 18.

Fernando Namora **(1919 – 1989)**



Os inquisidores

Dizem que os inquisidores poderão voltar. À nossa vivência quotidiana, à nossa teia social. À nossa interioridade e à nossa exterioridade, desde os sinais que se escondem na frustração silenciada, e aí serão lava, até aos que fazem alarde na arena pública e aí se tornam uma arrogância impaciente de agir.

Irão mesmo regressar? Será esse, pois, um dos escuros estigmas do europeu em geral e do português em particular? Desse europeu que tem sentido na carne quanto «o terror desmoraliza», e, pela boca de Rosa Luxemburg, reconhece quanto a vida com a «liberdade limitada é pobre, esquemática, infecunda», nela secando «as fontes de toda a riqueza e de todo o progresso intelectual»? Deste português acabado de sair de um pesadelo, para quem o 25 de Abril foi um estoírar de açaimes, intolerâncias, vergonhas, e já parece manifestar nostalgia de tudo o que sofreu e, sobretudo, do que fez sofrer?

Seremos, assim, privilegiados paradigmas de um gregarismo que só entende a palavra dita em segredo ou escutada com suspeição e logo transmitida há quem se queira repressor? A cidadania exemplar medir-se-á pela obediência a todos os mandos que se reclamem de infalíveis, sempre em nome de um povo abstracto que só existe para executar e nunca para lhe ouvirem o que lhe vai na alma? Será a nossa emocionalidade particularmente atraída pela fereza, pelo ajuste de contas, pela sufocação, e estarão os nossos gestos condicionados por autoritarismo que nenhuma saga de martírios consegue saciar? O nosso molde existencial terá de ser,

por fatalidade, a desconfiança, a insídia, o constrangimento, e não o solidarismo sem fuzis nos olhos e nas mãos? Estarão as nossas energias predestinadas a um infundável torneio entre caudilhos e tutelados?

Mas estamos em Revolução. E uma Revolução talvez justifique desvarios e paixões, talvez justifique algumas transitórias anomalias. Porém, não há verdadeira Revolução, que é a que nos modifica por dentro, sem aquele direito «à razão diária da felicidade» – ainda palavras de Rosa Luxemburg e não de qualquer reaccionário. Porque tudo o que adulterar este desiderato é o sacrifício de existências ao «absurdo culto de Baal, a morgue intelectual» do revolucionismo que, apenas na acção cruenta se sente legitimado. Como também nos preveniu Rosa, a Vermelha.

UMA CULTURA DE CENSORES

Ao basculhar no meu baú de papéis, deparou-se-me um artigo que publiquei anos antes do 25 de Abril. Eis um trecho:

«... vão proliferando os observadores que vêem na cultura europeia, portanto a das direitas como a das esquerdas, uma cultura de sensores, os quais possuem todos os segredos de se apoderarem das palavras e das atitudes para lhes deturparem o significado. Esses mesmos comentadores advertem que existe uma crescente analogia entre alguns temas, gestos e vocabulário de cariz pretensamente progressista e os do fascismo do pré-guerra. Já, aliás, o sabíamos: antes de constituir uma ideologia, o fascismo é uma mentalidade, que tem impregnado muitos daqueles que o dizem combater e usam a mais odiosa forma de se ser nazi, que é a de actuar como tal usando, porém, o alibi das bandeiras democráticas. Desse modo se sentem legitimados e impunes. E desse modo exercem uma pressão sobre aqueles que, sabendo quanto a berrante truculência é aplaudida, temem que os julguem retrógrados pelo facto de distinguirem entre um salutar estilo irreverente e os seus subprodutos, entre os antídotos da paralisia das consciências e o falso inconformismo, que apenas cobiça a notoriedade.

«Os homens são indissociáveis da linguagem que emprega e da lupa que escolhem para aplicarem ao trabalho alheio. Carlo Levi, ao ponderar tanto no parasitismo

como no terrorismo intelectual, escreveu que eles, esses censores, estão diante das obras como comissários de segurança perante réus, coscuvilhando morbidamente o delito, e que os olhos deles brilham de prazer quando descobrem ou julgam descobrir o crime oculto. E há seja o que for de eficazmente solidário nas seitas da devassa e da denúncia (no ódio todos se sentem irmãos) e há muito de narcisismo primário e de mimetismo pueril nesta sanha no desfazer, a servir-se de vazas obtidas com um impressionante espírito de denegrimiento, que perante nada recua actos ou escritos isolados do seu contexto e assim se prestando à deformação, alegações sem base ou torpemente insinuatoras (que, na primeira oportunidade e ajustadas a outras pessoas, até podem mudar radicalmente de significado), factos distorcidos – e sobretudo essa veemência feita só de raiva. O que caracteriza o estado narcísico é que nele tudo se quer, e depressa, arredando violentamente os obstáculos ou o que é sentido como tal, com a iconoclastia dos ambiciosos que não têm meios para alimentar a sua ambição».

AINDA OS INQUISIDORES

Acerca deste relato de uma atmosfera de ontem, e que tudo deveríamos fazer para não mais ser reavivada, confesso que muito me perturbou a sua coincidência com o depoimento de uma linguista alemã, agora entre nós. No seu aviso, certas estridências do fraseado na berra semelham-se a outras que ela já conheceu e de cujas feridas jamais se sentiu sarada.

E, assim, novas e infatigáveis perguntas terão de se suceder – dolorosamente, corajosamente. Seremos então incapazes de conviver com normalidade quando nos embaraça a contradita? O «outro», o de opinião discordante, é sempre o inimigo a abater? Seremos tão susceptíveis aos antagonismos, que são a vida na sua fertilidade e na sua pujança, aos juízos adversos, que são a dialéctica dinamizadora, aos reparos, às advertências, que são o correctivo dos excessos – seremos tão susceptíveis a tudo o que não for a nossa dominadora vontade que, sempre que contrariados, logo se desencadeia um reflexo punitivo?

Será tão ágil a nossa versatilidade que, num repente, nos faz aplaudir o que ainda ontem era detestado – o desfigurar dos factos, o vergar das consciências, o braço

justiceiro em vez do coração indulgente? Terá mudado tão depressa a nossa sensibilidade que hoje nos parecem desprezivelmente subjectivas e supérfluas as aspirações que ainda na véspera davam sentido à nossa vida? Entre a coacção e a persuasão, saberemos apenas escolher a primeira? Entre verdugos ou vítimas, não nos restam mais alternativas? Então para nada conta o ardor que busca o seu húmus na confiança partilhada, na fraternidade assumida, nos amigos que ainda ontem correram riscos para que hoje estivéssemos vivos e obreiros da Revolução?

Dizem que os inquisidores poderão voltar. Não o creio. Não podemos crer. Mas se vierem, se existe esse tumor maligno dentro de nós, arranquemo-lo, portugueses! Porque ele tem sido a nossa tragédia. E a nossa infâmia.

Fonte: *O Jornal*, Lisboa, n.º 11, 11.07.1975, p. 7.

José Gomes Ferreira **(1900 – 1985)**

Reportagem do Rossio em 1974

Como certo já sabem, iniciei a minha vida intelectual pela adesão tardia a uma escola literária que ficou na História com o rótulo de «saudosismo». Esse facto deve-se ao acaso de conviver em Lisboa com dois dos mais célebres iniciadores desse movimento artístico (chamemos-lhe assim) que, em certos aspectos quase parecia uma religião: Leonardo Coimbra, o meu professor de filosofia no sexto e sétimo anos no Liceu de Gil Vicente, e Teixeira de Pascoaes, mestre querido dos anos de trinta e companheiro diário com o Manuel Mendes, o Carlos Queiroz e o Lacerda de Almeida no espaço que ia da Brasileira do Chiado à do Rossio.

Ao primeiro, devo o ensinamento da Liberdade que me levou a furtar-me às ideias que ele próprio defendia (e com delírio inteligente de argumentos!) e aliás nunca pretendeu impor-me.

Com o segundo aprendi sobretudo a seriedade que os poetas e, ainda com mais forte razão os aprendizes, devem à Poesia. Exerceu em mim, como nenhum outro, um fascínio decisivo pelo seu exemplo constante de militante poético que, com modéstia mais aparente do que real, nunca se esquecia de que era o Teixeira de Pascoaes.

Estou a ouvi-lo, em certa tarde da Brasileira do Rossio, a responder a um energúmeno grosseirão que lhe perguntou desrespeitoso:

- Então, Sr. Doutor: como vão as suas versalhadas?
- Versalhadas?

E «o homenzinho de Amarante», como ouvi certa vez chamar-lhe Mário Beirão, ergueu-se em labaredas de protesto vivo:

– Versalhadas? Eu que estive doze anos seguidos diante do Marão, a viver como monge, a minha Poesia? Versalhadas?

Também já escrevi não sei onde que esses dois homens, Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes, impediram que eu recebesse na altura própria, a lição do *Orpheu* e de Fernando Pessoa. Não sei se foi um bem ou um mal. Nem isso importa ao Universo. Sei apenas que a experiência do saudosismo deu talvez outra largueza a certas concepções que mais tarde adoptei como minhas.

– Versalhadas? Eu que vivi doze anos como monge a olhar para o Marão?

Através da janela do autocarro que desliza neste mesmo instante ao lado do passeio do Rossio onde existiu a Brasileira, veio-me de súbito esta história à cabeça. Ali falei muitas tardes com o Leonardo e o Teixeira de Pascoaes. Pisámos aquelas pedras agora polidas por outros pés de pessoas vestidas de cores mais garridas. (Na minha juventude usavam-se horrendas vestes escuras). Grupos de rapazes discutem, apaixonados, distribuem panfletos, vendem jornais com títulos há meses impensáveis: *A Tribuna do Povo*, *O Proletário*, *A Revolução*, *A Luta Proletária*, etc.

No passeio em frente, perto da velha Tendinha alongam-se vendedores ambulantes diante de vastos estendais de sapatos, blusas, calças, colares, jóias *hippies*, brinquedos, sei lá! Uma autêntica feira onde sobressaem os ciganos de vozes blandiciosamente violentas. E ciganas com os filhos escarranchados nas ancas. Tudo dominado pelo monumento a Dom Pedro no centro da praça, actualmente, de dia e de noite, inçado de moços e moças a agitarem bandeiras vermelhas em que o mesmo símbolo a foice e o martelo, toma os mais variados aspectos: a foice virada para a esquerda. A foice voltada para baixo. A foice para cima. O martelo atravessado desta maneira. E daquela. Tudo significando qualquer coisa que não se sabe bem o que é. Profundas diferenças enigmáticas que o comum do povo, alheio a simbologias políticas, e sociais, não compreende, mesmo quando pára, curioso, a ouvir os comícios da rapaziada, como o que está a realizar-se neste momento, suponho.

E suponho, porque não ouço os oradores, fechado como estou neste autocarro barulhento que continua a dar a volta ao Rossio. Mas adivinho os discursos. Naque-

les punhos estirados. No ondular dos gestos. Nas bocas abertas de canções em coro. E pouco depois vejo formar-se um cortejo exíguo em que o vento nas bandeiras parece levar os rapazes e as raparigas pelos cabelos por essas ruas fora... Enquanto eu, novamente de volta ao passado, continuava a recordar o Leonardo Coimbra, filósofo do criacionismo, de quem talvez copiei, quando andei perto do neo-realismo, o meu lema de «saudades, só do futuro». O bom do Leonardo Coimbra, ministro da Instrução, que, depois de vencida a revolta monárquica do Monsanto, ousou em 1919 demitir o Salazar de professor, o que lhe valeu, claro está, uma greve de estudantes, nessa ocasião quase totalmente reaccionários.

Por fortuna minha, fui dos poucos que defendi Leonardo Coimbra na companhia de mais 39 republicanos reunidos heroicamente, com alegre melancolia dos réprobos, na Associação do Registo Civil instalada no Intendente. (Os «40 do Intendente» como, daí em diante, nos tratavam com desprezo os integralistas.)

Isto é: embora por motivos diferentes, senti talvez então o que provavelmente sentem agora aqueles rapazes da Estátua com audácias erradas, dignas de outros alvos – concordo – talvez aos tombos ideológicos imaturos e pouco esclarecidos, prejudiciais até (tudo o que quiserem!), mas presos à «saudade de uma revolução que não há, que não pode haver», como em 5 de Outubro já não era possível repetir a Revolução Francesa (como a minha «saudade» então também desejava).

Mas na História as revoluções não se fazem a papel químico. Não se repetem. E quando se tentam repetir, o menos que lhes pode acontecer é parecerem reaccionárias.

Eis o drama.

No entanto, quantos me invejarão no futuro por estar a ver neste momento, do alto do meu autocarro, o Rossio de 1974! E este raio de sol onde se deita uma mulher.

Fonte: *Revolução Necessária*, Lisboa, Diábril, 1975, pp. 56–59.

Luiz Pacheco (1925 – 2008)



O orgulho de ser português

Quem diria que o escandaloso (para a época, hoje inofensivo e esquecido fantasma) Albino Forjaz de Sampaio, o das «Palavras Cínicas», vinha a ver divulgado e consagrado em nossos dias (embora por bem diversas, até opostas, razões das dele) o título de um dos seus livrinhos: «O Orgulho de Ser Português».

Pois, pouco a pouco, durante os últimos meses, esse mesmo sentimento se foi afirmando em mim, eu, como tantos, os da geração do medo e da vergonha, iludidos e enganados uns, determinados e conscientes na coragem e sacrifício clandestinos outros, mas todos silenciados ou quase. Exilados; ou sentindo-se exilados no próprio país. Cochichando de boca a orelha palavras de esperança ou desespero (é fácil, agora, proclamar certezas de que assisti muitos desistirem, indo até ao suicídio); por escrito e em público, tentando dizer algo de nós e da nossa justiça, no jogo rato das insinuações veladas, apostando numa ambiguidade, quase um código convencional que era, não podemos esquecer, a negação de comunicar livremente – truque necessário porém e que nem sempre pegava, porque os tipos da Censura às vezes estavam atentos e percebiam, às vezes não percebendo nada, sonolentos ou enraivados ou suspicazes em demasia, cortavam à balda as coisas mais inocentes... prova mais que experimentada daquilo que não me cansarei de repisar: «a estupidez que a (qualquer) censura é».

Eis que, já não sei quando, oiço pela rádio, a sessão de esclarecimento ou de dinamização do M.F.A., transfigurada em mote de incitamento convicto, a frase-chave: «o orgulho de ser português». E com crescente insistência a sinto compartilhada,

em muito largas e jovens camadas repetida e expressa consciência afervorada. Do 25 de Abril de 74, logo no 1 de Maio também de 74, dia inesquecível, um povo foi ganhando força e clarividência, a qual somente na luta se adquire. Nem se confunda tal orgulho com patrioteirismos à Pinheiro Chagas, com xenofobias de mística nacionalista (longe o agouro — ... que já experimentámos no nosso século mitos de raças superiores e não esquecemos ao que levaram) ou com reminiscências daquela balela tragicómica de evangelizadores de povos pagãos, sabendo usar melhor o chicote e os pelourinhos que o crucifixo. Antes, bem pelo contrário, uma tradição portuguesa de universalidade, de convivência, de ávido conhecimento e abertura ao Mundo.

Deixámos, sim, de estar «orgulhosamente sós», como apregoava o encaixotado fanático tacanho de Santa Comba; estamos, sim, «orgulhosos de nós». E a demonstrar que se não trata de uma paranóia colectiva que se apoderou, de repente, dos Portugueses, é ver as atenções (e preocupações) da estranha, muito embora as suas intenções (e preocupações...) para connosco divirjam, o que também sabemos. Deixámos de ser «os cafres da Europa» — e para os mais novos recordarei que por desenterrar, lastimando-o e repelindo-o, esse antigo ignominioso apodo, numa campanha pseudo-eleitoral dos tempos do fascismo, quando era consentido um escasso mês para se publicarem algumas (poucas e vigiadas) verdades, Adolfo Casais Monteiro foi preso pela P.I.D.E.; Armindo Rodrigues, por se espantar, indignado e protestando contra, e tê-lo escrito e publicado, sofreu vexame.

Neste momento, como se verifica lendo a jornalada, somos um sinal de contradições: para uns, ainda condenados à opressão, submetidos à exploração, somos incentivo, guia de uma nova esperança, e eles o manifestam, trazendo até nós as suas bandeiras, o seu apoio, uma curiosidade fraterna; para outros (topamos à légua), incómodo modelo, surpresa irritante, «a grande doença da Europa», como neste jornal registava há dias Mário Ventura Henriques. Esperança ou pânico exagerados? Talvez não. A liberdade é contagiosa.

Fonte: *Textos de Guerrilha* (pref. José João Louro), Lisboa, Ler Editora, 1979, pp. 15-16.

Obs. Junto à crónica surge a informação de que esta foi publicada no *Diário de Notícias*, entre março-abril 1975. A consulta do jornal naqueles meses não pôde confirmar este dado.

Maria Velho da Costa (1938 – 2020)



A gente

Falar das relações interpessoais aqui, neste Verão de Portugal de 1975, é como tentar averiguar das diversas substâncias de um caldo que ferve ao lume. Sabe-se, e mal, o que havia antes nas diversas prateleiras bem separadas, castas e classes pouco tocáveis submetidas um código oculto, mas severo, de distâncias. Aqui como aí. Nada mudou, tudo mudou.

Em férias roubadas à boa consciência atordoada da revolução diária (ah, ler mais que as notícias, comunicados, manifestos e propostas de reestruturação!), não sei se maldigo a promessa feita a amigo de Espanha de escrever sobre estas coisas, se agradeço o estar ainda aqui obrigada a cumprir. Um dos vícios com que estamos alguns dos intelectuais é esse – o de obrigar-se. Não que a vida fosse mais fácil antes. Mesmo como universitários, a nossa geração não foi propriamente acomodada. Mas vocês sabem como nada é urgente quando se vive sob uma ditadura antiga, bem rodada, com seus sinais de crise bens espaçados no tempo e espaço. Entre um artigo cortado e um abaixo-assinado e um amigo exilado e um telefone vigiado havia sempre tempo para alguns romances lidos, um em preparação, muitos problemas pessoais, cuidar de ter uma aparência solta nas roupas e na casa, falar de cinema, pensar em ir ao cinema, beber um copo com os amigos cada dia mais ácidos e dormir toda a manhã seguinte, domingo. Éramos todos dormentes crónicos ou *voyeurs*, estávamos onde habilmente éramos postos – uma redoma de vidro, um aquário algo exótico não muito distinto do modo e habitat dos inconformistas de hábito de todo o mundo dito livre.

Tínhamos mesmo alguns originais e tímidos e dois ou três suicidas geniais a quem citar com frequência. Surpresas não tínhamos muitas, escrevíamos cada vez menos, pintávamos cada vez mais decorativo, estávamos todos do mesmo lado, o da esquerda e o da liberdade e nada disso era então real como uma parede, vivíamos numa névoa grossa, viajávamos um pouco, estávamos.

Numa manhã não muito límpida a confirmar esses mitos que nos desfaziam e que já nem sabíamos glosar, essa restauração que havia de vir encoberta, saiu-nos para a rua um exército que mal conhecíamos. Depois de algumas hesitações, saem todos ou não saem todos os presos políticos, vêm ou não vêm todos os exilados, a gente, essa gente de que falo, a geração educada dos trinta/quarenta, saiu toda para a rua aos gritos de júbilo no 1.º de Maio. Foi o primeiro e último dia da Comunhão dos Santos. A revolução veio vindo depois.

A cada crise que se foi seguindo iam aparecendo as diferenças, as surpresas – caras de amigos onde o sorriso se fazia de meia boca, olhos de meia fenda para perguntar «como podes tu», brados de polémica pelos jornais. Esta gente descobria que a liberdade não há só uma, quem arrecada a mais-valia, que é zdanovismo. Que há uma democracia impopular. Situavam-se. Coisas que alguns povos aprenderam com sangue, ou com tanta história que foram esquecendo, esta gente sorvia pela primeira vez – escrevia-se/pintava-se todas as paredes e muros, a rádio e a televisão não paravam de estimular como um espelho a agitação política de cada ânimo, a rua entrava pela casa gritando slogans. Cada vez mais claríssimos. O poder popular é consagrado no estertor dos barítonos solistas do post-eleições. Não há lugar para o supérfluo. Que é o supérfluo? Que é criar? Esta gente entre os trinta e os quarenta está tendo uma agudíssima crise de identidade – Que vai ser de nós? E como há centenas de anos, como sempre, voltam-se para a Europa dita livre, dando, como sempre, o salto por cima dessa Espanha com quem sempre se viveu de costas. O intelectual de trinta, quarenta e mais, bendizia-se antes, amarguradamente crente de que pouco teria a perder se a revolução um dia fosse. Um dia foi, está sendo. Cada dia, se não tem a ganhar, e nem sempre o ânimo é generoso, cada dia mais tem a perder. E pensa então Europa, protestar na marginalidade decente de uma democracia burguesa. A social-democracia em liberdade para os seus poetas e malditos bem-sucedidos, vernissages e tiragens de vinte mil.

E agora? Que nada está consumado. A luta extrema-se. Mais um ano e sabermos. Agora ainda não. Quem escolheu, escolheu e pode ser sangrento. Não cremos, todas as avançadas têm sido comandadas por grandes massas anónimas que vêm pelas ruas das cidades maiores a desfazer os equívocos. Sem sangue. Poderá ser que estes grandes corpos vivos retenham na memória sem palavras o horror fratricida da vossa guerra civil. A Ibéria é só uma e também o vosso solo estremece. Não há povos de costumes brandos, há uma aprendizagem lenta e dolorosa da eficácia, do cansaço e da guerra.

As nossas pequenas casas e igrejas de província continuam muito brancas, há uma grande quietação neste Verão ameno. Há pequenos palácios ocupados que são lavados de alto a baixo com sabão humilde, terras abandonadas de anos e onde o mato crescido até à altura de um homem é arrancado para a sementeira de Outubro. Os grandes hotéis estão desertos dessa grande praga mortal que nos é lançada pela Europa rica, «como se atrevem», os criados de dólmán muito branco perdem pouco a pouco os gestos servis, na inquietação, na cólera, e esperam, para o outro mês, para o ano, os outros viajantes que hão-de trazer na mão estendida outras formas de vida. Não temos fome ainda. A pequena costureira analfabeta aprende a ler à noite e fiscaliza pela manhã os preços do açúcar e da carne. O emigrante escreve «quando posso voltar?» e é-lhe dito que aguente, havemos de alçar pontes e escolas com o trabalho das suas mãos de longe. Soldados rasos vão pelas estradas dizendo «trazemos esgotos, liberdade, as primeiras letras», e um povo atónito pergunta, comove-se, inquieta-se da maldição dos párocos todo-poderosos. Famílias inteiras desembarcam de olhos espantados de uma África que não reconhecem, num país que não reconhecem, com três estatuetas de madeira e duas peles de lagarto para os parentes que lhes estendem o pão e as camas improvisadas na cozinha, no patamar da casa. Negros modestos vêm dizer na celebração das suas festas de independência que somos irmãos. A Europa jovem prepara as suas violas e sacos de dormir, canta em português a solidariedade com uma revolução agora tão próxima, tão pouco exótica, tocável com dois ou três dias de viagem barata.

A gente, esta gente, descobre-se todas as manhãs como de discórdia, grão de areia na engrenagem, outra gente. Ou a mesma gente que se definiu outrora por uma

grande capacidade de improviso e resistência na exploração de rotas novas face a uma Europa relativamente estabelecida. A história não se repete, mas é sempre comovente ver um povo retomar em mãos, com angústia e hesitação e pobremente, os seus próprios destinos, os seus modos preferidos de navegar os ventos da história.

Julho 1975

Fonte: *Cravo*, 2.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1976, pp. 87-93.

Primeira publicação: *Litoral-Portugal*, 25 de Abril de 1974:

La Revolución de los Claveles, Málaga, n.º 53/58, 1975, pp. 69-76.

José Cardoso Pires (1925 – 1998)

A visita

Começo por recordar a rua. É pequena e discreta e fica aqui ao pé – no Chiado queiroziano que vou atravessando pela tardinha. Mesmo à beira dela há Camões em refete de bronze: constelado de pombas sobre a cidade. Há o *shopping* dos turistas e o lucilar das belas burguesas. Há bares, salões de chá. Comércio elegante. Ourivesarias solenes (oh, sacrários!) de alta contrastaria. Letras e artes, quem as quiser encontra-as no velho Café da Brasileira que foi estação de muitos imortais: Aquilino, Mário Eloy, Sérgio, Almada Negreiros e etc. – e se chegarmos à porta e olharmos em frente, lá está, vemos a rua em questão. A entrada, mais propriamente.

Para o português geral, dizer a rua (Rua António Maria Cardoso, tal é o nome oficial) vale o mesmo que dizer PIDE porque de facto é a isso que ela se resume, a sede da Confidencial Polícia do Estado. E a um teatro, acrescento. Ao maltratado Teatro de São Luiz que lhe fica porta com porta. Donde, diabo – pergunto –, vem esta atracção das gestapos pelo teatro?

Ponho-me a rememorar: Seguridad, em Madrid, teatros a toda a volta; Gestapo Hauptquartier, era Albrechtstrasse, Berlim, com o Deutsches Theater a dois passos; Teatro de São Luiz no caso da PIDE. E isto para não citar também o São Carlos, ópera e ballet, que lhe fica ali à mão, nas traseiras. Digo então de mim para mim que tem de haver qualquer significado nesta vizinhança, nesta simpatia topográfica, superstição ou lá o que é, e aproximando-me da rua, da PIDE e do teatro, configuro palcos gradeados e cenários sangrentos, música e gritos «de fundo».

É natural: entre o interrogatório policial e a encenação dramática existe qualquer coisa em comum. Por exemplo, a luz e a sombra são decisivas, toda a gente sabe. E há outros condicionamentos (con-di-ci-o-na-men-tos, repito) estudados: o som e as máscaras, o espaço – tudo isso. Depois, os actores («pequenos, anónimos e imemorráveis actores», diria o Wordsworth que Deus tem) também eles, sendo da Casa, se revezam no cenário dum gabinete de tortura em papéis do anjo ou do Diabo, do sádico ou do humanizado e também lá, como no teatro, todo o diálogo é violentado pelo efeito de surpresa ou pelo choque. E a alienação do tempo, já me esquecia. De facto que é a «prova do sono» senão uma alienação do tempo elevada à última potência dramática?

Mas eu avanço em plena cidade libertada, embora a caminho de uma rua de má memória. Uma rua que antes do 25 de Abril era um território todo ouvidos para pronunciar em voz baixa e onde uns indivíduos, com ar de desocupados, avaliavam só com um olhar cada pessoa que lá passasse e com que fim. Eram pides, estavam de guarda à Casa-Mãe e muitos usavam até os óculos escuros e as gabardinas que se vêem nos figurinos dos agentes secretos. Outros vestiam de operários e de meio *hippies*, de burocratas, de pobres diabos. Era conforme.

Tudo isso morreu e eu vou aqui por ruas de comércio que escorrem slogans políticos pelas paredes. A foice e o martelo, o punho cerrado, o comício, a festa. Levo no bolso uma notificação para ser ouvido pela Comissão de Extinção que funciona no antigo quartel-general da PIDE e, não sei, tudo me parece morto, sombrio. Vou conhecer mais uma denúncia, mais um espião ao serviço da polícia e isso francamente enjoa, cansa.

Paciência, e o rescaldo... (Que remédio senão dizer coisas destas?) Há que fazer prova da traição, ver por escrito o medo mercenário, preto no branco. É necessário, faz parte da clarificação. Só que já nem indigna. Nem espanta sequer. Uma pessoa achasse perante golpes consumados, mais nada; e sente-se impotente diante das mensagens que lhe mostram, dos recados e das sugestões segredadas em dactilografia anónima e satisfeita.

Matéria da História, triste espólio. Os pseudónimos dos informadores (tão bizarros, alguns), as mentiras que acrescentavam à denúncia para valorizarem a sua dedicação à polícia... caramba, a gente abre um processo destes como quem abre um arquivo da Inquisição. Irmãos que espiam irmãos, padres que saltam entre o segredo

do confessorário e o segredo da PIDE. Marido que denuncia a mulher («Não seria conveniente prendê-la neste momento, devido ao seu estado de saúde», aconselha o delator). É assim, e pior, a feira da indignidade que se levanta aos nossos olhos como uma poeira de larvas extintas.

Às vezes mostram-nos no processo envelopes com moradas-fantasma de contactos policiais – um número de apartado, uma firma comercial. Noutras uma fotografia de nós próprios, e quase não nos reconhecemos: Tirada quando? Recordação dum jantar? Dum passeio? E tão esmaecida, tão casual... Há de tudo nestes dossiers. E pode acontecer que num deles apareça a *Informação* à margem: «Colabora a medo por ter sido agarrado (leia-se *aliciado*) quando da sua detenção» – e isso é tudo o mais terrível por que representa a última destruição de alguém que lutou e se desfez.

É daí que nasce este travo morno que me cresce na boca enquanto me aproximo da velha central da Rua António Maria Cardoso: o receio de que nessa extensão de baba cristalizada surge o nome de alguém que traía em amizade.

Atrás daquelas vidraças há anos de insónia em suspensão. Não das janelas do palacete, aí é o Quartel-General propriamente dito. Refiro-me às janelas do edifício ao lado, ou da porta baixa, a seguir à garagem. *Porta de Dante*, chamo-lhe eu ao passar agora por ela: era por ali que os presos entravam para o inferno das escadas e dos gabinetes encurralados onde antigamente se fazia a tortura. Antigamente, quero dizer, há muitos anos. Quando a tecnocracia da confissão ainda não se tinha instalado nos «laboratórios» do Forte de Caxias.

É pois das janelas deste primeiro edifício que falo e, para ser mais preciso, das que estão viradas para o pátio. Por trás delas quantos vultos de sono desfilaram em horas, e em dias, e em semanas de estátua? O tempo a escoar-se e os vultos de pé, numa bruma de delírio. Cercados de bichos-fantasma, perdidos em visões, os pés enormes, a inchar, os sapatos rebentados... e vem o médico, o silencioso assassino da bata branca, e toma o pulso à obra da destruição. É um clarão lunar, traz com ele a aragem fria do mundo de fora. Vem então ele, o doutor Caligari, e, debruçando-se sobre a sonda infernal do coração, atravessa a cavalgada das pulsações, mede escuta, escuta e mede, calcula resistências. Depois sai, entregando o mártir do sono aos carrascos da confissão. Pode continuar.

Repito: isto passava-se acolá, não no palacete da Central. Aí as janelas eram mais burocráticas, ouço dizer; pelo menos até ao 25 de Abril, quando os pides selaram a sua rendição, disparando lá de cima sobre os soldados e os populares. Três mortos em afirmação de despedida, três balas enviadas em aceno de paz...

Aproximo-me do portão principal. Vou a entrar quando à minha frente, cara a cara, cheiro com cheiro, ou quase, me surgem dois pides. São dois perseguidores lendários, dois enviados do terror que conversam à beira do passeio como no tempo em que vigiavam a rua da Gestapo.

Há um salto de pesadelo em tudo isto – e é junho, ano de 77. Um cidadão (eu próprio, no caso presente) vem aqui prestar testemunho sobre um tempo, uma memória vencida, e numa volta súbita vê-se outra vez remetido à insónia fascista com estes dois espectros recuperados. Onde está a nossa paz prometida? pergunto eu. E acto contínuo percebo: pois é, são dois dos dois mil que andam em liberdade e agora fazem horas para ir receber a absolvição do tribunal. Só que de quando em quando têm que vir à Comissão de Extinção, ou seja aqui, à Velha Casa, para cumprirem umas tantas regras. Será isso?

O portão abre-se e eles, como se me cobrissem o rasto, entram atrás de mim. Há soldados da GNR no átrio, fardados de cinza. Olho-os: mastins dos campos. Quantos destes cavalgaram noutros tempos sobre grevistas e ceifeiros? «A GNR não tem nada que se penitenciar do passado – urra uma voz qualquer à flor da minha memória. Soa como um brado de quartel, meio ordem, meio comemoração, e é voz de general, não de soldado. Vem do grande comandante da GNR, nem mais. É assim que ele reeduca os antigos militares da repressão fascista.

Pois bem, mas é a estes patrulhadores do passado que está confiada a guarda do Quartel-General da PIDE. Aos últimos militares que se renderam ao 25 de Abril. E é dum deles que eu recebo este cartão vermelho que devo pôr na lapela – «Visitante», está aqui escrito.

Adiante. Subo uma larga escadaria de mármore e como eu os dois pides, acompanhados igualmente por um homem. Levam a mesma etiqueta pendurada e cumprimentam outros que se cruzam com eles: *Visitantes*, também, trazem escrito.

E aqui começa o jogo das humilhações. *Visitante* eu, *visitante* aquele, *visitantes* todos. *Visitante* o pai, *visitante* a mãe, *visitante* o pida e honrado também. Um simples rótulo que iguala o antifascista ao polícia e ao informador; um insulto para uns, um eufemismo para outros. Merda, apetece-me gritar. Senhores, onde estão aqui os homens afinal? Acolá, fardados de cinza? – E espezinhar este carimbo, este artifício legalista que despersonaliza deliberadamente.

Algumas dezenas de degraus, mais *visitantes* que descem (Pides? Informadores? Cidadãos de consciência? Como sabê-lo?) E logo no meio primeiro patamar ergue-se-me, bem alto e ostensivo, o nome de Salazar com uma das suas frases trovejantes. Está em metal dourado e para que fique – ah, sim para que fique! Por baixo há lápides com nomes e datas como num panteão de memórias: são as homenagens do fascismo aos bravos torcionários da PIDE que tomaram no campo da honra, e ao passar ali é como se vá obrigado a desfilar em romagem punitiva a um monumento escarnecedor. A PIDE foi extinta, a PIDE foi extinta – dizem lá fora os discursos oficiais. De acordo, mas a comemoração perdura – avisa-me o muro votivo.

Pior ainda, diga-se de passagem, é nada disto funcionar como museu. Não ser uma ilustração viva, um documento do horror. Pelo contrário, pressente-se um respirar secreto, de polícia em laboração, com funcionários escada abaixo, escada acima, e nem uma só vez se ouve ou se lê a palavra democracia, nem uma só vez aparece a palavra liberdade. Mais ainda: passado o muro dos heróis torcionários e subindo ao patamar seguinte (galeria de honra – via-sacra, 2.^a estação) o que surge, alto e bom brilho, é o nome de Marcello Caetano.

Estava ali e ali continua – e o que querem dizer aquelas letras tão firmes, exemplo e resplendor, sobranceiras ao tempo e às heresias. E logo ao lado fica o salão onde o *Oberführer* Silva Pais, sentado a uma escrivaninha de estilo, congeminava a sua teia. Repousava, sabe-se hoje, sobre um mapa de fios invisíveis, disfarçados nas paredes e nos forros dos tapetes. Mas era esse o encanto discreto de um burguês: retrato de família ao lado do telefone e registo de escuta comandado por baixo da mesa. Não faltavam sequer o biombo de seda nem as estatuetas domésticas do cisne e do idílio campestre e, repare-se, a um canto havia uma caixa de violino. (De violino, digo bem; não de metralhadora).

Quase em frente, um elevador conduz-me ao último andar da Central. Começa ali uma sensação de emparedamento, uma subida ao vazio negro entre quatro chapas de ferro e o cheiro, o tal cheiro morno da desconfiança. Depois é pior. Depois desembocamos num corredor apertado, portas sombrias, não sei quê de sórdido e de vida concentrada. Penso: como a galeria dos interrogatórios da antiga sede. Sei que não é isso, mas a paisagem repete-se tal e qual. Em cubículos como estes trabalhava-se o medo e a despersonalização e no que acabo de entrar cá está o mesmo mobiliário tosco escasso, cá estão as mesmas paredes sinistras, nuas – um covil de tortura, é o que lembra, uma verdadeira *Folterkeller*.

Atrás de uma secretária há alguém à minha espera.

É um capitão burocrata e acolhedor que se esforça por dar convicção dramática à tarefa de investigar assuntos de que andou a leste toda a vida. Vê-se isso pela maneira quase fútil como fala dos pides e dos informadores e pelo ar de resignação com que me comunica denúncias à política fascista de alguém que me espiava. Parece um notário de província a fazer a leitura do testamento repleto de calúnias aos vivos.

Nesta cadeira onde estou sentado já se sentaram carrascos e informadores, vou eu pensando enquanto o escuto. Dezenas, tenho a certeza. Vinte, trinta, sei lá quantos. E se calhar acolhidos com a mesma simpatia com que estou a ser recebido. Não me admirava. E porque não? Isto aqui é o lugar-comum do legalismo, vítimas e assassinos vem tudo dar ao mesmo. Visitantes. *Visitante!*, que raio de injúria.

E então ponho-me a imaginar o esforçado capitão, no final de uma carreira de casernas e de sargentos, a contas, por exemplo, com os pides. Ele a interrogar experimentados profissionais do interrogatório e da confissão – a que leva o dever! Sublinha as *deixas*, interpreta o papel com a maior aplicação mas cabe-lhe fatalmente a parte mais pobre do diálogo. Decerto, estou mesmo a ver. Em acto final acabará por resumir e a passar a auto a verdade que lhe concedem os prevenidíssimos encenadores da mentira.

Descrente, quase ao fio do desinteresse, um antifascista cumpre esta entrevista de consciência, e com que dúvida, com que mágoa. Quando desfolha o processo que lhe mostram sente-se como se fosse um coveiro ou coisa parecida. Um coveiro

convidado a fechar com uma pàzada simbólica uma urna onde nunca haverá cadáver. Depois passa o olhar pelas paredes, pelo cabo amanuense sentado talvez à mesma máquina de escrever em que um pide martelava confissões. Vê o capitão de inventários: também parece descrente. Há nele a tranquilidade de quem só ouve e resume. Sim, ouve e resume e manda ditar, mas antes ainda vem a pergunta final, a linha que alguém noutra gabinete irá sublinhar a encarnado:

«Considera-se prejudicado pelos actos praticados sobre a sua pessoa pelo presumível delinquente?»

Aqui, francamente, suspendo-me entre o artifício e a ingenuidade. Olho o investigador que já tem mão espalmada sobre o processo em ponto final e, olhando-o, pergunto-me se me devo recusar a responder. Ou evitar-lhe esse desgosto, sejamos humanos.

Senhor Capitão (diria eu só para o não magoar) fique Vossoria sabendo que no fascismo que eu conheci toda a ficha da PIDE decidia a liberdade e o trabalho de cada cidadão. (E continuaria, ditando para o auto:) Que todas as denúncias a essa Polícia *vírgula* reproduzindo matéria falsa ou verdadeira *vírgula* representam um dano moral e um atentado à liberdade do semelhante só por si condenatórios *vírgula* além de prejuízos materiais que na maior parte dos casos é impossível avaliar. Ponto e tenho dito.

Despeço-me a pensar na pergunta e na intenção com que os juizes a mandavam fazer. Tudo me diz que, respondida com a mão na consciência mais rígorosa, só pretende aliviar a responsabilidade criminosa do informador. Do «presumível delinquente», quero eu dizer — peço desculpa.

Na rua levanto o rosto para o céu da cidade e para as nuvens breves que navegam, rumo ao Tejo. Saí do mundo em redoma, é a ideia que me dá. Qualquer coisa como uma fortaleza ou mosteiro negro, vencido mas intocável e protegido por fumos e por alíneas voadoras. Alíneas como insectos inocentes; no fundo, terríveis nos seus engenhos e na pertinácia com que se multiplicam. E para entrar lá nunca me esqueço que me impuseram a injúria da objectividade que confunde, a antiga regra da despersonalização. Não, nunca me esqueço. Tive de coabitar com o hálito distante que exalam os torcionários quando regressados ao covil, retensos, e com o seu olhar ensinado e voraz; tive de passar os nomes de ouro de Salazar e de Caetano e percorrer a come-

moração dos assassinos, e agora, à luz do dia, sinto o quase esquecido e inquieto alívio de quem antigamente saiu alguma vez àquela porta.

PIDE, central do medo. Teatro de São Luiz: há cartazes da *Zoo Story*, Jardim das Feras, do Albee.

Rua António Maria Cardoso, a toda ouvidos e para pronunciar em voz baixa. Do lado de lá fica o São Carlos com as *Marionetas*, de Vilarejo, a funcionar em grande espectáculo. Teatro. Mundos fechados. Quantos personagens para ocultarem os autores da tragédia?

Junho 1977

Fonte: *E Agora*, José, 2.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1999, pp. 255–263.

José Saramago **(1922 – 2010)**



Recado para João Basuga, alentejano

Se o tempo não fosse isto que é, talvez em lugar de recado te escrevesse uma carta aberta. Era o que dantes se usava, um fingimento de tratar assuntos privados na praça pública, quando, pelo contrário, nem eram privados os assuntos nem mais o eram os destinatários do que a pequena conta já de antemão conhecida. Agora, a carta aberta é outra coisa, usa maiúsculas e vai à mesa do rei, quero eu dizer que vai aos gabinetes dos ministros, sempre aberta e, salvo seja, cada vez mais descomposta. Vê lá se eu ia cair em confusões, pôr um título, por exemplo, «Carta Aberta para João Basuga», como se tu tal carta quisesses ou eu me atrevesse a supô-lo. Mais certo era ter eu perdido o juízo do que tu teres mudado em tuas opiniões. Por estes motivos é que o recado é recado mesmo, como em português se diz e se usa comunicar entre amigos.

Amigos somos, João Basuga, amigos de uma amizade que certa gente em Portugal tudo fez para que não existisse nunca: a amizade que, com uma simplicidade que a essa mesma gente tira o sono, liga o intelectual e o trabalhador, o escritor que em Lisboa vive e o operário agrícola nascido, criado e amargado no Alentejo, o eu que nós somos aqui, o tu multiplicado em rostos de homens e de mulheres, firmeza vossa e nossa aprendizagem. Durante quase dois meses me sentei à tua mesa, comi do que tu comias, o pão e a azeitona, o peixe do rio, o porco, a acorda e as migas. Falamos muito, mas não tudo, porque dois meses é quase nada e incrivelmente longa a história dos vossos trabalhos. Contigo, com a Mariana Amália tua mulher, com os teus filhos,

aprendi ou confirmei duas ou três coisas fundamentais: o parentesco essencial de quem não tem laços comuns de sangue, e também que na partilha da inteligência nem sempre o melhor quinhão cabe aos que têm ofício de utilizá-la e dessa utilização tiram proveito: debaixo do teu teto vivem alguns dos espíritos mais agudos que alguma vez conheci.

Porém, não posso esquecer que este recado é para ser lido por outras pessoas. E se quanto ficou escrito era necessário para que ficassem a conhecer-te um pouco aqueles que no jornal me lêem, importa que falemos agora de outras matérias. Aqui, na cidade, a «Lei Barreto» desanimou muitos de nós, mas hoje, decorridas essas semanas, podemos dizer que tínhamos razão e ao mesmo tempo não a tínhamos. Razão, porque tal lei é uma iniquidade, e a nossa estúpida confiança se recusava a acreditar que desvergonhas assim ainda fossem possíveis num país que fez uma revolução, provou a liberdade, avançou uma constituição. Sem razão, porque provavelmente havíamos esquecido, ou alguns não o sabiam sequer, a rijeza de pedra que sois, que partir poderá, mas amolecer não. E porque não nos lembramos desta verdade que se mete pelos olhos dentro: a terra que o governo quer esquartejar e tornar a dar está aí, não pode ser trazida ao Terreiro do Paço ou a S. Bento para ser submetida a trabalhos de alfaiate que rouba na fazenda; e se a terra está aí e daí não pode sair, são vossos os pés que caminham nela, são vossas as mãos que a trabalham, são dos vossos pais e avós os ossos que estão debaixo dessa terra, depois de terem trabalhado e sofrido o que os filhos ainda hoje trabalham, mas, sofrido, basta. Ora, tendo com mais calma assim pensado, logo vimos que diminuía o nosso desânimo na proporção da vossa serenidade, e que era outra lição que daí recebíamos. E agora que a violência regressou ao Alentejo, não por vossa mão, mas pelas armas de quem tão mau uso delas faz, viu-se que não é possível esperar de vós qualquer forma de traição ou de subserviência. A esta hora, há gente que nesta terra deita contas à vida, ao ver que os tiros estão a sair pela culatra, que não basta fazer leis para que as leis sejam, e que a história nestes últimos anos portugueses andou mais depressa do que os políticos julgavam fazê-la.

Por minha parte, mesmo que a situação mais se agrave, estou sereno. Estarei sereno pelo tempo da vossa serenidade, é promessa que faço, e quando breve

aí voltar, falarei contigo, João Basuga, e com os amigos, sobre estas coisas que vão acontecendo. E certamente não deixaremos de comentar um episódio que a mim me tem feito espécie: vai tu pensando nele e enquanto arrancas a cortiça do sobreiro, entre dois golpes de machado, na pausa do almoço, na hora de pensar.

De certeza deste fé de que o presidente da República não se tem poupado à viagem: ele no Norte, ele no Centro, ele nas Ilhas, por toda a parte é visto, sisudo, grave como convém ao seu modo de encarar a função e lhe está no feitio. Todos andávamos preocupados com o abandono a que o Alentejo estava votado nisto de visitas presidenciais, e eis que num repente a visita se fez: não irá, foi. Mas vê lá tu, João Basuga, que, em terra tão cheia de homens, o presidente da República apenas foi descer a Alter do Chão para ver os cavalos e o resto sobrevoou.

Não sei se viste passar o helicóptero e se adivinhaste quem lá ia. Nem sei se deves ter pena de não ter visto o presidente da República: afinal, é ele quem mais perde por não te conhecer a ti.

Fonte: *Folhas Políticas 1976-1998*, Lisboa, Caminho, 1999, pp. 38-40.
Primeira publicação: *Extra*, Lisboa, n.º 22, 08.09.1977, p. 3.

Urbano Tavares Rodrigues (1923 – 2013)



A noite da vitória

Percorro as horas côncavas do reservatório da noite. O ar continua quente, já não se vêem punhos fechados nem bandeiras vermelhas. Começou a miragem a tornar-se realidade. Celebrando a vitória, os namorados amam-se, os solitários bebem em conjunto e fazem saúdes, os velhos deitam-se na luz das constelações, descansam a cabeça em travesseiros de espuma e aguardam que, enfim, a vida se transforme.

Falo dos mais pobres dos pobres, desses que sempre foram tão duros e abandonados como os leixões que têm de mudar de sítio para deixar passar os barcos. Desses para quem a própria austeridade vai ser um maná. Da maioria dos portugueses.

Dos que viveram e morreram todos os instantes da luta sem quartel que travámos. Dos que apenas assistiram e que nos piores momentos até nos cuspiram na face, mas que eram a matéria da revolução, o seu sujeito nebuloso, o seu complemento directo. Porque a revolução fez-se, faz-se para eles, que nesta hora já nos estão rendendo e andam a acender de azul alegria e de laranja coragem e pertinácia todas as avenidas, ruas e becos da cidade. Vêm correndo, dançando, das alfurjas e dos seus bairros de barracas, dos quartos do Bairro Alto e da Madragoa, carregando e quebrando correntes.

É o novo dia, o dia que tinha de acontecer. A água tornou-se quase amarela, porque a esperança, de noite, é dourada e o rio também se engalanou para a vitória.

Acabou hoje um estilo de vida que já em nós há muito agonizava. Principia outro e a classe operária, que assegura a continuação da cidade, festeja-o. Pouco importa

que Lisboa perca os seus anúncios luminosos, uma vez que o roubo e o crime têm de emigrar.

Qualquer coisa como isto aconteceu depois de Abril quando as formigas despertaram, quando o sorriso foi permitido aos pobres e Portugal aprendeu a dizer tu. Era o prenúncio. Mas a mão pesada do bom senso burguês domou a revolução, pôs-lhe um colete de forças.

A bárbara alegria do povo, tão linda, recolheu então aos vales escuros, às galinheiras, aos cemitérios com tecto de estrelas falsas, ao pó dos prédios novamente em construção, à esquina das alamedas cheias de putas para os ociosos ou para os desesperados – e tornou-se raiva erecta. Lisboa a estalar de medo, criminosos largando bombas, psicólogos explicando tudo menos a sua função de bombeiros.

Será enfim a humanidade nova? Conseguiremos abalar a crosta da terra e fazer que a fraternidade de palavra sonora se torne em verdade viva? Só é vitória a nossa vitória porque acreditamos, ingenuamente ou cepticamente, em gestos, em desejos e dádivas, em flores e espinhos, em relações humanas que estão ainda por nomear.

Vamos pedir, muito serenos, aos micróbios da cobiça e da vaidade, aos dedos soltos que sabem vendar com suma arte os olhos do povo, que esta vez se vão embora ou que emigrem para suas derradeiras mazurcas. Enquanto os que estamos fazendo e vencendo a revolução, sobretudo para outros que não nós, lhes entregamos, a esses outros, a equação da vitória. As chaves da cidade e a ideologia em chama.

Os operários da construção civil entendem melhor as explicações científicas, em forma simplificada, do que vocês, reações, que taparam e tapam os ouvidos ao rumor das novas estações.

Emparedados no vosso egoísmo, consintam ao menos que a mudança se opere, que a vida flua, sem sangue inútil, para o ponto marcado no espaço da história.

A noite a terminar. O dia da nossa vitória! O dia dos nossos grandes, pesados trabalhos. Pois divaguemos, sim, de braço dado, adivinhando a voz das imensas praças desertas, maiores do que a do Marquês, do que a do Terreiro do Paço, onde hão-de erguer-se as casas para todos, de portas sempre abertas.

Hoje é ainda tempo para o luxo das bandeiras, com sinais inscritos, como liberdade, camarada, pão igual.

A revolução é uma exaltação, a mais pura, entre dois tempos. Amigos, façamos que ela dure, que se aprofunde, que não se corrompa. Eu sei que é difícil, quase impossível. Mas sei também que atingiremos, com o nosso saco às costas, pleno de erros e decepções, a margem certa e segura duma existência mais humana. E isso, afinal, por pouco que a alguns se afigure, vale bem a aposta da nossa vida.

Fonte: *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1579, maio 1977, p. 39.

https://pt.revistasdeideias.net/pt-pt/seara-nova/in-issue/iss_0000001489/41

Luís Forjaz Trigueiros (1915 – 2000)



Os novos velhos

Encontro-os manhã alta, a horas normais de trabalho ou ao princípio da tarde pelas ruas, nas praças, nos jardins públicos, quando está bom tempo, é claro. (Penso: e nos dias de chuva? A tarde em casa, a prolongada sesta, o jornal ou a revista consumidos?) Ultimamente tenho reparado mais neles, embora uma vez por outra os tivesse detectado; ainda não passeio no Jardim da Estrela, atravesso-o para encurtar caminho. No entanto, foi há semanas, havia poucas crianças brincando ali, tempo de praia ou campo, era isso, um silêncio pesava, foi então que reparei melhor neles e por um instante os estranhei e logo noutro os esqueci. Agora, porém, chegou o Outono, já lá vão os dias quentes mas continuo a encontrá-los ali no jardim, sozinhos ou em pequenos grupos, na conversa. Só que um baço olhar comprometido apaga qualquer possível satisfação, mesmo formal, do cumprimento amigo. E não só na chateza verde-escuro do jardim, cochilando num banco, a revista aberta esquecida sobre os joelhos. Vejo-os também pelas ruas do meu bairro, detendo-se frente a montras mais compostas, parando de vez em quando para coisa nenhuma, mas ali, na rua, mais cordiais e comunicativos do que no jardim quando um conhecido se cruza com eles e lhes fala. Curioso mesmo: quando estão reunidos, dois ou três, raramente mais, não parecem um grupo identificado por qualquer coisa comum, classe, ideias ou ócio, como no antigamente os víamos no Chiado a certas horas da manhã ou do fim da tarde, à porta da Bertrand ou da Bénard. O tédio tem molduras diferentes das da ociosidade.

Abro aqui um parêntese, talvez necessário, pois escrevi «como no antigamente». Talvez valha a pena explicar a algum leitor mais distraído ou menos afeito à linguagem coloquial de hoje. «Antigamente» deixou de ser, como se tem notado, advérbio, passou a ser substantivo. Agora diz-se e escreve-se *no antigamente*, assim mesmo.

Pois nesses encontros de jardim ou de rua, a surpresa para alguns, os costumados abraços, jamais, porém, o gosto antigo pela conversa estirada que poderia esperar o recém-chegado como eu, por parte de um amigo ou até apenas conhecido que andava por ali muito evidentemente a fazer horas. Vagas perguntas, no género de *Como vai a saúde?* ou então indiscretamente concretas: *Vens para ficar?* E logo de seguida, com um risinho óbvio: *Fazes bem, vais ver...* Quando pergunto, automaticamente: *E tu como estás?* A resposta tem poucas variantes: *Vou indo, que remédio*. Entretanto, reparo, em alguns, certo desalinho inabitual e noutros uma espécie de constrangimento no voto com o qual rematam o diálogo: *Pois oxalá tudo te corra bem!* Algumas vezes me pareceu que possivelmente estariam, no seu íntimo, a desejar-me exactamente o contrário, mas considerei que seria injusto pensá-lo e afastei a ideia pessimista. Agradeço-lhes, já quebrado o ímpeto inicial, e travo instintivamente a minha curiosidade bem-educada, muitos nem me davam tempo a inquirir da família, do trabalho e despediam-se numa pressa que somente algumas semanas mais tarde viria a entender.

Fui encontrando outros, nem todos eram assim evasivos, como se tivessem sido apanhados em flagrante num encontro sentimental clandestino, coisa que antigamente (advérbio) ainda havia, pois, agora, afinal, nada se esconde. Não – ia pensando para comigo – não seria isso, nem menos amizade, sequer menos simpatia. Nem divergência política: mais ou menos todos pensavam como eu no essencial, apesar de que em Portugal não há hoje ninguém que pensando como o seu interlocutor, pense afinal exactamente como esse interlocutor. Já me habituei a isto.

No eléctrico ou no autocarro era a mesma coisa, com variantes, algumas vezes, que acabaram por fazer-me compreender. Um deles, ao qual impensadamente perguntei o que fazia, respondeu-me num tom afirmativo mas artificial: *Felizmente tenho uns ganchos, vou indo*. E outro, há dias ainda, dizia-me: *Sabes? Faça escritas para firmas de amigos... Vou agora para a farmácia de um primo que me pediu para ajudá-lo...*

Nunca o soubera contabilista, é engenheiro de profissão, mas, enfim, seria possível, estudou matemáticas. Semanas atrás, encontrei outro que atrapalhadamente mentia, procurando mais iludir-se a si próprio do que a mim: *Ando aí às voltas com a hipótese de uma empresa que um grupo amigo vai fazer, pediram-me um estudo económico, aquilo pode vir a ser coisa grande! Vamos a ver...* Lembrei-me de que o conhecera administrador de uma das maiores empresas do país, considerado no antigamente (substantivo) um gestor muito qualificado. Desejei-lhe felicidades e que fosse para diante. *Claro que vai para diante!* Respondeu-me sem grande convicção. Outro ainda, com mais filosofia, disse-me sorrindo: *Isto interessa-te: como não tenho nada que fazer, imagina que ando a reler os autores antigos... Outro dia atirei-me ao Herculano! Aquilo é que era escrever a sério! O Eurico... Toda a gente devia ler o Herculano, não achas? Olha, ainda bem que te encontrei, podes emprestar-me os Sermões do Padre António Vieira?* Disse-lhe que sim, que emprestaria, que fosse buscar os volumes a minha casa – Quando?

E constringido:

– *A mim qualquer hora serve...*

Semanas atrás, na Baixa, entro no autocarro ao mesmo tempo com um vizinho. Chegados à paragem devida, vejo que não se prepara para sair. Explica-me: *Quando tenho assim uma tarde à frente não vou logo para casa, dou um passeio de eléctrico ou autocarro. Hoje resolvi ir até Belém, está um dia lindo, não acha? E depois volto um bocado a pé, só me faz bem...*

Muitos deles, a maioria, são mais novos do que eu, andam pela faixa dos cinquenta anos. Outros, nem isso. Foram empresários, professores, administradores de empresa (hoje seriam «gestores»), directores, técnicos competentes, trabalharam honestamente pensando vir a ter, muito mais tarde, um fim de vida sem problemas. De um dia para o outro foram condenados à velhice, ao ócio, são os novos velhos, obrigados a assumir sem gosto e sem razões, a sua inutilidade prematura. «Saneados», reformados, afastados, sabem – mesmo que a pensão lhes dê um mínimo para viver – (quando dá!) que sofreram a segregação absurda, num país que precisava ainda deles e no qual o rendimento de trabalho, os índices de produção, desceram aos níveis conhecidos. Homens válidos e cheios de experiência, circulam pelas ruas, pelas avenidas,

pelos jardins públicos, tentando encher as suas horas vazias, muito mais longas por isso, e proibidos de transmitir aos mais novos as lições dessa experiência. A maioria, porém, a grande maioria, estou certo, carregando a sua amargura com uma dignidade que lhes vem da consciência tranquila e uma revolta que não tem de proclamar-se a toda a hora para lhes estar nos olhos e envenenar, apressando-os, os anos de vida que lhes restam. E nem precisam de queixar-se, pois também sabem que a queixa maior não será nunca a sua, individualmente, mas do país que os perdeu.

Fonte: *Um Jardim em Londres*, Lisboa, Guimarães, 1987, pp. 37-41.
Primeira publicação: 1978

Augusto Abelaira (1926 – 2003)



Pudor

Conhece os segredos da TV, fixa-nos bem nos olhos, fala de democracia e de liberdade.

E, de súbito, vendo-o tão sinceramente apaixonado pela democracia e pela liberdade, tão virtuosamente condenando aqueles que no seu entender não as amam, pergunto-me:

Com esse teu duplo amor, que fizeste durante o fascismo? Porque esse amor, agora tão firmemente apregoadado, levou-te certamente algumas vezes a arriscares a tua paz, o teu emprego, a tua carreira. Candidato a professor, a médico, funcionário público ou a outra coisa qualquer, seguramente assumiste alguns riscos, puseste em jogo o teu futuro, o teu sossego. E talvez até nem te tenha acontecido qualquer percalço, a sorte visitou-te. Mas arriscaste, porque ao teu amor pela liberdade faltaria o sentido, em tua própria consciência, se não tivesses sido capaz de desafiar os opressores.

Sim, não direi um grande gesto, um grande risco – nem todos poderão ser heróis. Mas, pelo menos, um gesto pequeno, um pequeno risco: o colega perseguido pela PIDE, que certa noite abrigaste em tua casa, o documento clandestino que dactilografaste, a trémula assinatura que escreveste num papel em que se protestava ingenuamente contra já nem sabes que iniquidade do Poder. Coisa pouca? Muito, a história faz-se com pequenas coisas, sobretudo a história de cada um.

Insisto: não um desses gestos que incendeiam mundos, acessíveis somente aos heróis. O pequeno nada que talvez ninguém tenha visto, que talvez ninguém saiba – mas tu sabes, se Deus existir, Ele também sabe. A prova para ti próprio de que a liberdade, que hoje surge constantemente, como palavra, na tua boca, foi alguma coisa mais do que um simples articular de sons – alguma coisa a que, religiosamente, votaste o teu pequeno sacrifício. Uma pomba? Uma borboleta? Não importa. Algo que, no diálogo sem disfarces com o deus da tua consciência, te permite dizer: «Naquele dia...» Porque esse dia ilumina uma vida inteira de fraquezas.

Ah, Exmo. Senhor! Ninguém lhe pede gestos heróicos no passado (nem sequer no presente), porque os homens são fracos e não nasceram para ser heróis (ou só alguns nasceram). Ah, Exmo. Senhor! Ninguém lhe pede que tenha corrido o risco da prisão ou da carreira cortada, ninguém lhe pede nenhum acto grandioso, nem sequer pequeno, a iluminar-lhe o passado. Ninguém lhe pede o sacrifício de uma pomba ou até de uma borboleta. Ninguém lhe pede coisíssima nenhuma. E a liberdade pela qual alguns lutaram e sofreram foi conquistada para todos, foi conquistada também para si, ninguém lhe exige que pague a factura.

Mas por isso mesmo, Exmo. Senhor, um pouco de pudor. Viva livremente e seja feliz, procure até governar Portugal se for essa a sua vocação e se os Portugueses estiverem de acordo, mas poupe-nos aos seus hinos à democracia e à liberdade, desista da sua arrogância perante aqueles que efectivamente se bateram – e aos quais o Exmo. Senhor e eu, que nada fizemos, devemos a nossa liberdade. Porque o Exmo. Senhor está a ofender, sem vergonha, já nem direi os heróis, mas os próprios e frágeis autores dos pequenos inglórios gestos.

Pudor, Exmo. Senhor, porque ninguém lhe pede nada, salvo talvez uma certa discrição. Ninguém lhe pede nada, ninguém lhe exige nada, salvo talvez um pouco de pudor nas suas palavras, porque qualquer dia os próprios microfones e o próprio papel começarão a sentir-se envergonhados.

Fonte: *O Jornal*, Lisboa, n.º 202, 09.03.1979, p. 12.

Nuno Bragança (1929 – 1985)



Carta a Otelo: Uma mobilização de todos os do 25 de Abril

Escrevo estas linhas numa casa emprestada por amigo, perto do alto da serra da Estrela. Tirei uma semana de férias como funcionário público para trabalhar como escritor: há momentos em que um livro **puxa** pelo autor. O isolamento a que me acolhi implica ausência de jornais e noticiários.

Hoje desci com a Madalena à Covilhã, para comprarmos alimentos. Olhei cabeçalhos já ultrapassados pelo tempo. Assim eu li: «Otelo passado à reserva.» Não comprei qualquer jornal, que em nenhum deles encontraria (por agora) os pormenores que contam e que (por enquanto) estão silenciados. Até quando?

Talvez porque no sentido das palavras esteja em mim mais aguçado por este labor de escrita, isolado na montanha, fiquei a «curtir» as quatro que tinha lido: «**Otelo. Passado. À reserva.**» Pensei: «Pela boca morre o peixe.» O jornal era de direita, e revelava o progressivo gozo dos que querem tornar **passado** um homem-símbolo do movimento que sonham enterrar, para voltarem aos bons-velhos-tempos em que operários, camponeses, empregados, funcionários públicos e outra «criadagem» só serviam quando eram servis.

Na História salazarenta que me infligiram no liceu, o adolescente em mim revoltou-se por completo. Exigiram-me um entusiasmo invertido, voltado para trás. E a repressão em todos os campos era um obstáculo grave à tusa indispensável para alcançar futuro. Mas qual futuro? A mentalidade reinante, mesmo quando não confessa, era de

pessimismo: tarde ou cedo, o Grande Salazar, o Único, desapareceria; e então seria o caos dos homens maus.

Chegado ao limiar de adulto, comecei a encontrar compatriotas. (Primeiro grande encontro: na sede da **Seara Nova**, na noite em que se procurava convencer, pelo telefone, o Ferreira de Castro a aceitar ser candidato às presidenciais que se tornariam as da candidatura de Delgado). Gente que recusava, activamente, o fatalismo descolorido que foi sempre a base psicológica do salazarismo. Gente que apostava numa nação presente, capaz de forjar uma continuidade criadora digna de futuro.

Quando soou a hora da verdade, os cultivadores de estátuas e suspiros foram varridos com a simplicidade com que uns quantos jovens militares, num súbito e faiscante encontro com toda a sorte de camadas populares, lograram demonstrar que Portugal não era o museu dos coxos que nos desgovernavam, mediante uma guerra suicida e uma estrutura política obsoleta imposta pela repressão ditatorial. Mas a verdade, sobrevinda após dezenas e dezenas de anos de mentira cultivada, não podia deixar de ser «boa de mais.» No seu imediato.

Houve — isso sim — aquele lá-vai-disto que é o segredo português quando é a hora certa. Mas esse entusiasmo, tão saudavelmente ingénuo como o eram os militares que o libertaram, sofreu inevitáveis infecções: as que acometem todo o tecido em carne viva exposto a um ambiente infeccioso.

E a infecção acometeu, de origem várias. Por causa das fundas feridas da guerra colonial que foi um erro histórico maior que Alcácer-Quibir. Por causa dos profissionais do poder e, via destes, por causa dos interesses das duas superpotências que perpetuam, à custa do planeta todo, o lento e criminoso jogo de xadrez de império contra império. Com um novo candidato a super — a China — e vários alinhados por razões diversas.

Sobrevindas as sucessivas febres que nos acometeram (todas, de certo modo, «febres de África»), reapareceu o velho pessimismo que aparece sempre que nos dá, portugueses, para a «apagada e vil tristeza». Só que agora esse pessimismo é cultivado com desvelo pelos que pretendem a desforra contra o 25 de Abril. Apoiados em quantos se reclamam do 25 de Novembro porque nunca foram verdadeiramente, nem podiam ser, do outro 25.

É a isto que me sinto compelido a gritar **não**. Com todos aqueles que apostam perseverantemente no que apostaram em 74: num futuro **diferente** do salazarismo sinistro, do marcelismo decadente, e mais: diferente também desta cultura de bactérias-mentiras que adoenta o nosso dia-a-dia e que nada tem a ver com o movimento que foi-é o 25 de Abril.

Você, Otelo, experimentou o peso estimulante de ser-se o símbolo humano daquilo que a maioria dos portugueses (que é pobre) apostou; você sabe o que é ser-se aplaudido, abraçado, quase despedaçado por milhares de mãos que sonham (ainda sonham) com uma repartição do trabalho e do seu produto que seja justa, colectiva e individualmente. Coisa difícil, quando pensamos no que é hoje a repartição Internacional do trabalho e dos seus frutos. Difícil mas não impossível. Ou então desistimos de viver e ainda mais de criar filhos.

Você, que já sentiu directamente o que muitos intelectuais só provam no papel, tem a obrigação de saber puxar pela reserva colectiva que milhões de portugueses vivos representam. Um «saber» que implica detectar as condições azadas para isso.

E poderá fazê-lo apoiado em dois princípios: 1) não cair no erro de cuidar-se carismático, porque o não é, para bem de todos nós, a começar por si; 2) falar sempre a verdade; não na verdade complicada dos «cérebros» políticos de profissão ou caturrice, mas a verdade chã que qualquer homem ou mulher de senso entende. De começar por aí antes de chegar ao mais complexo. Você sabe como nos meios pobres trabalhadores se encontra uma sabedoria que só por engano chega aos parlamentos ou outros lugares-comuns da ilusão vaidosa, aquela que motiva quem vive de ter retrato e fala estampados no jornal e no falar mundano.

Dirão os calejados analistas que esta de apostar na força da verdade é coisa para ingénuos, e que, nisto de política, só vence a sabença dos ratões. Mas olhe, proponho uma experiência simples: que você e outros que não têm nada a esconder façam a desmontagem de vários factos que levaram a população a entrar numa progressiva desconfiança. Começando pela arrogante impunidade da PIDE (sem esquecer os segredos cujo peso vitimou o meu inesquecido companheiro de liceu, Fernando Silva Porto Oneto), continuando pelo 25 de Novembro, de memorável nevoeiro; prosseguindo pelo progressivo regresso de capitalistas judicialmente inculcados e que o próprio Eanes,

diz-se, começou por querer mandar prender num impulso de moralismo legal. E por aí fora até chegarmos às verdadeiras causas do estado actual das coisas do país, e aos verdadeiros responsáveis por tal estado. É provável que encontre alguns especialistas aptos para dar mão às dimensões técnicas desse tirar a limpo o pós-25 de Abril. Então veremos como se mexe um povo saturado de jogos de bastidor, de mentiras e meias-verdades tácticas, para iniciados e outras elites intelectuais ou partidárias.

A magia da confraternização povo-MFA resultou precisamente da verdade limpa. As coisas só se complicaram quando os sequiosos do poder nos saltaram na espinha, com os seus segredos que Maquiavel já catalogou há muito. Essa magia pode ressurgir numa retomada do espírito inicial e uma mobilização de todos os que são do 25 de Abril (excluindo, pois, os que se serviram dele; e também os que não aguentaram a ressaca e por isso envelheceram: até ao ponto de servirem à geração seguinte o clássico aperitivo: «Meus caros, eu também sonhei um dia como uma sociedade diferente e lutei por isso. No entanto... » etc. e tal e pantufas).

Urge criar as condições para que surja um novo, experiente, mas sem ronha o fanatismo, clima de lá-vai-disto. Que Portugal é aventura ou então deixa de ser...

Um abraço Abrilante do
Nuno Bragança
Salto do Lobo,
21 de Junho de 1979

Fonte: *O Jornal*, Lisboa, n.º 218, 29.06.1979, p. 12.

Eduardo Guerra Carneiro (1942 – 2004)



25 é evidente

Alguns pastores da noite percorriam a cidade, em 1974, eram para aí duas e tantas da madrugada já no calendário dobrava o 24. Entre uma conversa e dois copos, regressavam outros a casa, rodando em automóveis de amigos.

Ali por S. Sebastião da Pedreira repararam na tropa nas ruas, de G-3 aperrada, próximo do Q.G. Um dos tipos que nessa noite estava ainda acordado era este vosso amigo. Ensinaram-lhe – escola antiga! – que o repórter está sempre de serviço. Vai daí, vai de telefonar para *O Século*.

No casarão, agora vazio, palácio do Marquês, jornal de Magalhães Lima, o meu amigo Mensurado atende: «Sim, sim. Deve estar qualquer coisa a passar-se. Telefonei para a Televisão e desligaram-me o telefone na cara! Vê se consegues ir lá e ver o que se passa!»

Pergunto à amiga: «Queres arriscar?» Sabia que nestas coisas de tropa na rua um tipo se arrisca a apanhar um balázio perdido. «Embora!», diz a amiga, arrancando já no utilitário, rumo à Alameda das Linhas de Torres.

Ruas vazias, nada de soldados. A rampa de acesso à RTP lá estava, íngreme. E depois da curva? «Avança! Seja o que for!» Claro: ao virarmos já corriam para nós os soldados, nervosos, apontando-nos as armas. «Imprensa! Imprensa!», gritava o vosso amigo, saltando do carro em movimento, crachat do Sindicato ao peito e cartão na mão.

«Imprensa?», pensariam os soldados, «que quer isso dizer?»

O que eles queriam saber era a *senha*. Mas o repórter não sabia de senha, nem *contra-senha*. Mas, virando a outra curva, mais acima, já perto da entrada, vinha a correr um aspirante-miliciano, gritando para a tropa ter calma que o tipo da Imprensa até era conhecido, e amigo de longa data, do repórter e da amiga ao volante.

Mais tarde, com a nova aurora a romper o 25, António Reis, o tal aspirante-miliciano, ajudava a redigir os primeiros noticiários, a G-3 pousada na secretária. Eram 10 e 33. O repórter fotográfico de *O Século* é admitido nas instalações da RTP. Primeira fotografia, talvez histórica. O capitão Teófilo Bento, dirigindo-se aos homens do Telejornal ironiza: «Vejam lá se fazem um noticiário diferente!»

De início confinado à sala de recepção, o repórter, cerca das 5 e 40, pôde telefonar para o seu jornal dizendo onde estava e prometendo notícias para breve. Antes, às 5 e 15, acompanhado pelo aspirante-miliciano António Reis deu a volta ao perímetro para verificar como tudo se encontrava e quais as condições de defesa das instalações da RTP ocupadas pela tropa da Escola Prática de Administração Militar. «Quem que diria que viriam a ser os *padeiros* – como são conhecidos na gíria militar, os elementos da EPAM – a ocupar a Televisão!», exclamava um soldado.

No meio disto tudo os comunicados do Movimento das Forças Armadas iam para o ar, de 15 em 15 minutos, *Grândola Vila Morena*, do Zeca Afonso, canções do Adriano, do Zé Mário Branco, rompiam o silêncio pesado da expectativa. Às 6 e 15, quando a madrugada rompe, em frente, altas antenas com luzes vermelhas pontuando a claridade rosa e cinzenta, cansaço no rosto de quase todos, pela tensão de muitas horas de expectativa. «Como vai ser o resto do dia?» – perguntavam alguns.

Os soldados, de capacete de aço na cabeça, e G-3 pronta a disparar, aguardavam ordens e os acontecimentos que viessem a desenrolar-se. Mas a tensão ia-se desfazendo. A certeza da vitória do Movimento parecia ser mais que evidente.

Agora, seis anos depois, batendo este texto a máquina na redacção do Dafundo, respigando algumas notas retiradas das várias edições que nesse dia *O Século* fez sair para a rua, o repórter recorda a data, lembra as luminárias da Imprensa, quando mais tarde, já noite, quase a 26, os generais subiam, entre cravos e aplausos, a mesma rampa de acesso aos estúdios da RTP que o repórter subira, em serviço voluntário, para saber o que se passava.

E agora? Que estamos a 25 de Abril é evidente. E os cravos? E a *Grândola Vila Morena*? E a alegria, transbordando por ruas e avenidas na libertação? Seja como for escrevo, em caixa alta:

25 DE ABRIL. VIVA A LIBERDADE!

Fonte: *O Revólver Carneiro*, Lisboa, Teorema, 1980, pp. 43-45.

Pedro Alvim (1935 – 1997)



A escrita do silêncio

I

Todos os anos, e ao longo destes anos todos, muitos e muitos de nós se sentaram a estas secretárias, e foram à rua em busca de notícias, e voltaram com a rotina ou com o desastre, ora secos de sol, ora molhados de chuva, e lentos e rápidos escreveram até ao desespero, viram as provas, emendaram as gralhas, sentiram na boca o azul da censura – e confessaram-se impotentes para modificar o que quer que fosse, indo-se embora para casa, para a reforma, para longe... Muitos não voltaram mais, começaram a sentir a morte por aqui, caíram mesmo nesta sala – e deles, folheando agora as colecções, surpreende-nos a sua habilidade de escrita para que constasse lá fora o que o regime de então não permitia.

Esse esforço de comunicação, esse saber jogar com as palavras, as entrelinhas, a pontuação, foi a arma da dignidade ultrajada, da inteligência saqueada, do diálogo isento de vogais sonoras. Foi, enfim, um murmúrio. Mas um murmúrio que, na infinidade dos dias, lentamente foi criando um corpo no espaço em direcção aos tempos ainda por chegar. Era, fragmentada, a história de uma **ideia** generosa, letra a letra, vírgula a vírgula, ponto a ponto. E também era aquela sábia resistência que, num tempo de opressão, reside no mais fundo de cada homem: essa flor de verdade que, assentando na raiz da terra e subindo pelo corpo, irrompe um dia pelas cinco pétalas dos dedos da mão.

II

Uma flor, portanto. Mas até que essa **ideia** se viesse a concretizar num cravo, e, assim concretizada, dissesse das aspirações que alimentávamos, e que eram as da Liberdade por todos partilhada, quantos casos tivemos de calar, o silêncio, enfim, que tivemos de escrever, a leitura plena de hiatos que de nós saiu para a rua!

Sim: muitos de nós, durante muitos e muitos anos, **escrevemos o silêncio** que nos era imposto, não explicando por quem eram abatidos a tiro homens na via pública, a razão de certos suicídios, a sem razão da guerra colonial, os motivos da emigração, a causa das fomes alentejanas... Era como se do aparo das canetas a tinta não saísse e das teclas das máquinas as letras não subissem até ao branco do papel. Mas essa **escrita do silêncio**, hora a hora, ano a ano, ia-se imprimindo cá muito dentro de nós – e tão nítida, tão precisa, tão gráfica, que, muitas vezes, em conversa ou em monólogo, nos descobríamos como jornais em «stock» por distribuir, armazenados.

Ansiávamos, assim com tantas páginas escritas no íntimo, títulos sublinhados a sangue, fotografias decepadas, por uma rotativa que imprimisse a realidade escondida do povo português, e a denunciasses ao mundo, com exílios e prisões, falta de pão, aluguer não cumprido no fim do mês, ida envergonhadas aos penhores, o acesso só à quarta classe, o fato apertado dos domingos quadrados. Uma rotativa tilintada que nos libertasse, e por todos nos distribuísse em notícias, «então isso», «então aquilo», «isto ainda» – e por fim nos desse o título de homens livres.

III

Esse título, no entanto, demorava. A **escrita do silêncio** teve de ser cumprida durante muitos anos, engravidando-nos a todos, a todos nos transformando em edições urgentes, em edições da última hora, à espera sempre do dia em que pudéssemos dar à luz a verdade saqueada.

Hoje, que em tempos escuros sempre nos dirigíamos para o futuro, não é sem uma certa comoção que nos apercebemos que em muitos dias 25 de Abril anteriores ao 25 de Abril de 74 fomos obrigados a calar esse subtil movimento da História

que, com mortes, prisões, exílios, acabaria por culminar na «Revolução dos Cravos». Quantas vezes, pois, num dia 25 de um Abril qualquer, situado nas décadas de 40, 50 ou 60, tantos e tantos de nós tiveram de escrever o silêncio, deixando na gaveta o que afectava ignominiosamente o País, um imposto estatuto de isolamento que, contrariamente ao pensamento do regime, só quebrava a nossa verticalidade e fragmentava o nosso orgulho... Éramos anões por ordens superiores, mas gigantes na paciência, no saber estar no tempo mau, confiantes na rotação da Terra e na circulação de ideias que, dia após dia, iam dando uma nova feição ao mundo. Sabíamos, em suma, que a nossa escrita teria de utilizar, mais tarde ou mais cedo, as letras todas do alfabeto.

E tal, efectivamente, aconteceu. Não como uma explosão qualquer ao acaso, à semelhança, por exemplo, de um abalo sísmico. Foi antes o parto que não podia deixar de verificar-se: cumprido o tempo – nasceu um novo modo de encarar as coisas e os homens. Uma outra harmonia, enfim, tomou-nos no seu ritmo e no seu movimento – e eis que somos hoje portadores de uma «Carteira Profissional de Jornalista» que preconiza, entre outros princípios, «a liberdade de criação, expressão e divulgação; a liberdade de acesso às fontes oficiais de informação; a garantia da independência; a participação na vida do respectivo órgão de comunicação social...». E, em certa medida, o fim da **escrita do silêncio**. E em certa medida porque, devido ao Governo antidemocrático que ora nos rege, uma contra-informação multiforme tenta silenciar, como um polvo, a escrita viva e sonora que sai das nossas mãos. Mas...

Mas quem um dia saboreou o gosto da liberdade, esse perfume da dignidade inteira que veste um homem da cabeça aos pés e rejeita qualquer remendo, saberá respeitar sempre as consoantes e as vogais – e até na própria escrita do seu nome haverá, traço a traço, os tijolos com que se constroem as fortalezas que a Democracia exige. Outros, na verdade, são os tempos: o «a», «e», «i», «o», «u» da escola primária converteu-se na maturidade de outros dizeres. Findou a **escrita do silêncio**: ouviu-se o silêncio dos tempos obscuros derrubados.

Fonte: *Diário de Lisboa*, Lisboa, n.º 20240, 25.04.1980, p. 2. [Negrito no original]

Raul Rego **(1913 – 2022)**

Abril: Liberdade para a Imprensa

A Imprensa é sempre o espelho de um país. Toda a Imprensa e não apenas este ou aquele jornal; desde o conspícuo órgão conselheiral à folha solta de um grupo marginal ou ao jornal clandestino que arrisca a liberdade e a vida daqueles que o fazem.

A Imprensa portuguesa antes do 25 de Abril era o espelho de um povo, de quatro ou cinco povos, a viver na prisão e forcejando por sair dela. Havia os jornais satisfeitos, como os cachorros que todos se lambem quando diariamente estendem o pescoço ao dono que lhes põe a coleira. Havia jornalistas tu cá tu lá com a censura e botando diariamente ditirambos e zumbaias aos açaimadores Tomaz, Salazar ou Caetano. Não é de estranhar. Todos os que estiveram presos algum dia sabem que há detidos que cultivam as boas graças do carcereiro.

Havia por outro lado os jornais insofridos. Iam todos os dias à censura como a rês vai para o matadouro. Repontavam com os cortes e buscavam também jogar ou com a ignorância ou com a desatenção (rara) do censor; e, às vezes, desafiavam-no francamente. Mas bem sabiam o que arriscavam.

Havia a Imprensa clandestina. Não ia à censura e era perseguida, como são perseguidos os lobos ou javalis, no monte. Semeava a desordem, agitava as águas, tirava o sono aos ditadores. Clandestina era não só a Imprensa impressa, aguentada por máquina secreta, mas o jornal estudantil que sai esporadicamente, a folha policopiada de espontâneos não identificados, a notícia que passa de mão em mão, em fotocópias ou tirada na tipografia do jornal, depois de ter sido cortada pela censura. Havia artigos ou notícias

que os autores eram os primeiros a comunicar aos amigos, como comunicavam o que transmitira uma rádio estrangeira ou o que fora cortado em agência telegráfica.

O que cortava a censura? Tudo podia ser cortado. Desde um discurso do cardeal Cerejeira à juventude a partes da encíclica *Humanae Vitae*, à notícia do Papa ter nomeado o arcebispo Gracias de Bombaim, à informação de um tornado ter arrasado a aldeia de Quintas, junto a Vila Franca (uma hora depois seria autorizada). Cortavam-se sistematicamente nomes de pessoas. Álvaro Lins, Humberto Delgado, Mário Soares. Impediam-se referências a livros e até a nome dos livros. *Quando os lobos uivam*, por exemplo. Procurava-se fazer silêncio, a morte cívica, sobre os adversários da situação. Raríssimas vezes se deixava fazer alusão às actividades das duas grandes colunas da ditadura: a polícia política e a mesma Censura.

A Imprensa portuguesa até 25 de Abril era a expressão de um povo cujas fronteiras correspondem às paredes de uma cadeia.

E os jornalistas tinham de se adaptar, até os mais recalcitrantes, a esse ambiente, porque os jornais não se fazem para serem desfeitos e tornados a fazer. A primeira vez à-vontade dos jornalistas, a segunda à-vontade dos censores.

Posso dizer com certo orgulho que é o jornalismo uma das classes em que há mais recalcitrantes. Numa altura, quando os jornalistas não seriam mais de 400, levei eu, com o Veiga Pereira e o Alfredo Noales, uma exposição reclamando a liberdade de Imprensa, assinada por cem jornalistas profissionais.

O que significou para a Imprensa o 25 de Abril? Pois, significou simplesmente a saída da cadeia.

Como, depois de uns meses ou anos em que nos vamos adaptando ao ambiente estreito, dando dez a vinte passos, vendo a luz da mesma janela e um só horizonte, ouvindo os mesmos passos dos guardas no corredor e contando os dias que faltam para acabar o encerro, e de repente nos dizem «Vá-se embora!», nos sentimos aloulados ao vermos um campo largo, o corrupio dos automóveis, gente livre que vai e vem, as nossas pernas não são capazes de correr e os nossos olhos fecham-se à luz crua do sol; também os jornalistas tiveram de aprender a sua profissão. O doente que sai da enfermaria tem de reaprender a andar, o preso que sai da cadeia tem de se adaptar à liberdade e ser ele próprio o juiz dos seus actos.

A Imprensa depois do 25 de Abril foi livre. Teve de aprender à sua custa a praticar a liberdade, a exprimir-se. O que antes se dizia só nos jornais clandestinos e no estilo azedo dos jornais clandestinos, pode dizer-se na linguagem comum de homem livre para homem livre.

Essa evolução se tem feito. Mas, durante anos, os jornalistas portugueses têm sido marcados pelas cicatrizes que sobre eles deixou a violência. Nem me parece que tenhamos já adquirido a serenidade dos profissionais que sempre tivessem vivido em liberdade. Habituei-me, por exemplo, a escrever o editorial da *República* até às 9 e 30, o máximo 10 horas da manhã. Além dessa hora era tarde para a censura. Muitas vezes, ao escrever o editorial para *A Luta*, em 1976 ou 1977, chegado a essa hora, tinha um calafrio: «Estou atrasado para a censura...»

E ainda hoje, seis anos volvidos me sinto rebuscar modismos mais inocentes, a evitar palavras com que a censura embirra...

O 25 de Abril foi a liberdade para a Imprensa. Teremos sabido usá-la? Toda a liberdade, até os abusos dela, são menos prejudiciais à comunidade do que uma censura imposta, uma Imprensa subserviente e monolítica. É preferível fazer-se ouvir, gritando do que ser obrigado a calar-se.

Há abusos da liberdade de Imprensa? Pois há, como os há da palavra falada. Uma calúnia é sempre uma calúnia, um exagero é sempre um exagero. Mas aqueles que mais gritam hoje, aqueles que menos respeitam a honra do seu vizinho, que menos prezam a dignidade da sua profissão, eram em geral os que defendiam a censura ou se lhe mostravam submissos.

Não há jornais clandestinos em Portugal. Como não há presos políticos. Mas há jornais desbocados. Atente-se em quem os faz, em quem os redige. É gente que nunca teve problemas com a censura. E se são jornalistas de antes do 25 de Abril, poderíamos até perguntar em que jornais trabalhavam então; em muitos casos encontramos os fiéis servidores apologetas da tirania.

É diferente a situação da Imprensa portuguesa hoje do que era antes do 25 de Abril. Como o dia da noite. Serenamente, pensemos o que acontecia a um jornal que, em 1960 ou 1973, dissesse que um ministro tinha depositado 7000 contos num banco suíço? Haveria prisões a rodo, suspensões e multas ao jornal. Enquanto depois

do 25 de Abril o caso seria apenas confiado aos tribunais. Os tribunais também não funcionam. É que nós todos, jornalistas, governantes, magistrados e simples cidadãos, somos um povo que aprende a ser livre e que só aos poucos vai tomando conta das responsabilidades que isso implica. Como diria Alexandre Herculano: «Somos um País que se regenera.» Mas só se aprende a ser livre em liberdade; e é muito bom ser livre.

Fonte: *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 5, 28.04.1981, p. 17.

Dias de Melo (1925 – 2008)



O 25 de Abril e o dia da Constituição

Fomos cerca de uma centena de pessoas, velhos democratas uns, novos outros, convertidos da última hora alguns, que, naquela noite daquele dia 2 do corrente nos juntámos num restaurante de Ponta Delgada para celebrar, com um jantar-convívio, o sexto aniversário da Constituição que o 25 de Abril nos deu e que, hoje, os bonzos do 24 de Abril, já recuperados, querem destruir.

À excepção da ANOP nenhum dos outros órgãos locais, ou com delegação local, da comunicação social, esteve presente.

De qualquer maneira, o ambiente era de festa. Flores, colchas coloridas nas paredes de um vermelho-pálido à entrada, de um branco-baço depois. Luzes. Sob o clarão das luzes a cair do alto, nós ao redor da mesa e, à nossa frente, em cima da toalha alvíssima, as loiças, os talheres, os vidros brilhantes – copos, garrafas.

Comemos. Bebemos. Conversámos. Cantámos. Alguns (e algumas) dançaram. Canções, danças populares. Das canções a primeira e a última foi «Grândola Vila Morena». Cantámo-la de pé. De mãos enlaçadas. A música, os versos do José Afonso. O alerta daquela madrugada.

Antes, falaram Luciano da Mota Vieira, Roberto Amaral, Noronha. Só. Mais ninguém. Repito: só: mais ninguém. De salientar as palavras de Luciano da Mota Vieira.

Luciano da Mota Vieira é professor ilustre, jornalista prestigioso, orador consagrado. Notáveis os seus conhecimentos de História. Principalmente de História local.

Com os seus conhecimentos da História local, provou a democraticidade que sempre existiu nestas ilhas. Uma democraticidade velha. Começou, pelo menos, com os **sete mil e quinhentos bravos** que, aquando das Lutas Liberais, incorporados no exército de D. Pedro, foram desembarcar nas praias do Mindelo, ocupar a cidade do Porto e impor, no Continente, a Vitória das armas da liberdade. E da democracia. Gente do povo.

Julgávamos... Mas julgávamos mal. Julgávamos que as Lutas Liberais, sendo um passo indispensável aos então futuros combates da Democracia, não teriam sido, contudo, uma revolução democrática – mas da burguesia ascendente, que, detentora do comércio, da indústria, do dinheiro, enfrentava, para a derrubar, como o fizeram já na maior parte da Europa, a aristocracia nacional atolada numa decadência indigente e miserável. O povo (classe social) teria sido apenas o burro que carregaria no lombo os burgueses pelas íngremes e difíceis ladeiras que os levariam ao poleiro do poderio político e social. Que os carregariam, sem os querer carregar.

Contavam-me até os velhos, na minha terra, era eu criança (tê-lo-iam ouvido de outros velhos quando, por sua vez, foram crianças), que, nos tempos dessas guerras, o povo, os filhos do povo, não sabendo nem se importando saber quem eram D. Pedro e D. Miguel, nunca os tinham visto mais gordos, não queriam ser soldados, não queriam ir combater, matar, morrer, que tinham horror a serem catrafilados pelos cães de fila que andavam por aí a arrebancar, à força, os **sete mil e quinhentos bravos** (voluntários) e, se os pressentiam nas proximidades, que fugiam. Para onde? Para o mar, sem um navio, afogavam-se. Num navio, iam-se meter na boca do lobo: haviam de andar nessas águas navios de guerra em missão de patrulhamento. Depois fugiam para dentro da ilha. Sepultavam-se nas furnas que por toda a parte abundam. Na minha terra. Nas outras, não sei. Mas com certeza que também. Ai se teriam sepultado tantos anos quantos os necessários para que passasse o perigo. As mulheres ir-lhes-iam levar comida e roupa. De noite, e quanto mais escura a noite melhor, não as topasse algum esbirro que as seguisse, descobrisse o esconderijo e fosse denunciar os escondidos. Só os que se não percataram a tempo e horas teriam sido apanhados na rede e levados para voluntários sem o quererem ser, irem cumprir a sua vocação de bravos. Fui a uma dessas furnas. Morada tremendamente desconfortável, nem se compreende

como ali se pudesse viver. Mas lá encontrámos vestígios certos de a terem habitado: restos de cinzas, restos de lenha sobre pedras que teriam servido de lar, e mais umas pedras que teriam sido mesa. De quem? De foragidos à incorporação nas tropas de D. Pedro, no exército da liberdade – não.

Não – pelo que disse Luciano da Mota Vieira. E Luciano da Mota Vieira sabe. Viu os papéis. Estudou-os. Por mim, nunca os vi. Não vou ver nem estudar agora. Chega-me o que afirma Luciano da Mota Vieira. Acredito nele. Já escutei que os papéis aceitam o que nele se quiser pôr. Coisas de gente ignorante e insensata.

As Lutas Liberais foram uma revolução democrática, no sentido actual da expressão. O povo, os filhos do povo dos Açores, nessa altura, aí por 1830 (podia consultar livros: não consulto) era tudo gente letrada, ilustrada, consciencializada. Assim não fosse, e não teria um ideal. E ela – tinha-o. O ideal da liberdade. O ideal da democracia. A sua alma não iria parar a bom lugar se não fosse combater, matar, morrer, pelo seu ideal. E corriam, era ver o que mais podia correr, e alistar-se nas hostes de D. Pedro, que batalhavam pelo seu ideal. Outros terão estado naquela furna, em todas as furnas que na minha terra existem. Na minha terra, e com certeza noutras. Ladrões, talvez ladrões, ladrões ou assassinos, acossados pelas justiças de el-rei. Eles – não.

Não lhe permitia o seu ideal, a sua democraticidade. Esta democraticidade que veio até aos nossos dias, cada vez mais enraizada nas sólidas convicções populares lucidamente assumidas (o povo, os filhos do povo destas ilhas cada vez se tornaram gente mais letrada, ilustrada, consciencializada) – tudo isto disse, embora por outras palavras, Luciano da Mota Vieira, e o que não disse depreende-se do que disse; são verdades indesmentíveis. Esta democraticidade que tão à evidência se comprova, só os cegos ou não vêem, com a **presença** dos órgãos de comunicação social naquele jantar – convívio com o que celebrámos o 6.º aniversário da nossa Constituição. Que tinham estado ausentes...Enganei-me. **Presentes**. Estiveram **presentes**. Foi uma **presença invisível** (daí o meu engano), mas **presença**.

Democraticidade, liberdade tão autênticas que todo o terrorismo que se diz ter acontecido por aqui em 1975, 1976, 1977, 1978, ou é o reconhecimento ao legítimo direito democrático de livremente o praticar quem quiser, ou não passa de invenção. Isso. Invenção. Bombas que sacrificaram vidas e destruíram fazendas, assaltos

e incêndios de sedes (uma na Terceira) de partidos políticos, incêndios de edifícios particulares, de automóveis, um automóvel lançado no mar, raptos, espancamentos, uma jovem grávida espancada e desnudada, por uma multidão, em plena praça pública, expulsão de pessoas, provocações a transeuntes, difamações, carros atirados para cima de quem passava nos passeios ou ia nas estradas, ainda hoje a perseguição a trabalhadores – João Luís de Medeiros, militante e deputado socialista, a ter que ir **passar** para os Estados Unidos –, a recusa de trabalho a candidatos ao primeiro emprego com uma pitadinha de cheiro a esquerdismo, neles ou nos pais (**se não foste tu, foi teu pai**), o medo que persiste incubado em tantos, – invenção, tudo invenção malévola de espíritos falsos, mal intencionados, perversos, caluniadores, tenebrosos.

Os mesmos que têm o desplante de afirmar que o 25 de Abril nunca chegou a estas paragens...

25 DE ABRIL.

Há oito anos – foi há oito anos –, a surpresa magnífica de uma alvorada deslumbrante de sol, alegria, esperança.

Hoje, um dia pardo nevoeiro triste.

Porém, para lá de todos os nevoeiros, está o céu. O céu é sempre azul. O céu tem sempre estrelas. No céu há sempre esperança

Fonte: *Diário de Lisboa*, Lisboa, n.º 20836, 25.04.1982, p. 2. [Negrito no original]



1984



1993

Arsénio Mota (1930)



Pelo canto na voz

A José Afonso

Homenagem.

Floresce o canto na tua voz. Simplesmente, como quem aprende de novo a falar para que melhor o entendam. Lentamente, como quem tacteia a sua própria face e a vai descobrindo plasmada na face dos outros e não se admira.

Porque ter voz não chega. Todos a usam e não se entendem no tumulto. É como se ninguém falasse falando todos ao mesmo tempo, ou todos fossem moucos, ou andassem perdidos na torre de Babel. E, então, que poder terá uma voz contra os muros e as dores tantas da existência?

Para se poder ouvir uma única voz de cada vez, ou um grupo de vozes em coro polifónico, seria preciso restaurar o silêncio original desfeito, manter a serenidade das montanhas. E ninguém comanda por inteiro as próprias falas, fios entrecruzados da teia-armadilha onde se amontoam cativos.

É preciso cantar.

É preciso cantar, sempre, para se fazer ouvir o canto por cima do tumulto, construir a esperança.

Uma voz concita outras vozes, arrasta consigo a desarmonia. Mas o canto sobrelva e extingue as vozes, nenhuma se considera mais digna de ser ouvida, competitiva. Emudece todo o ruído, porque só floresce no silêncio.

O canto encanta. Faz-nos desejar que não acabe, que perdure e se eternize no regaço da sua própria melodia.

É inefável e, quando cessa, deixa-nos reconciliados, felizes, em sintonia com a ondeação íntima das nossas águas, fecundados por um anseio de beleza maior do que todas as fomes.

A voz divide e empobrece, o canto une e beneficia. Torna-nos melhores – coisa perigosamente subversiva, revolucionária, demolidora das ordens criadas. Sabe-o bem quem canta, para animar a malta.

Fala de amor e liberdade porque não há mais tema que mereça ser cantado. E não se repete porque o amor e a liberdade são inesgotáveis como a vida e o sonho.

Por isso o canto floresce na voz sempre novo. Mas tem inimigos, monstros lóbregos que despertam nas suas alfurjas a cada toque de beleza e ficam à solta. Querem proibir o canto, expulsá-lo da voz, embargar a garganta – e não apenas de raiva, de pura comoção.

Vã porfia!

Os martelos da vontade continuam a bater nas cordas vocais retesadas e arrancam-lhes sons de tamanha amplitude que já não cabem entre o Choupal e a Lapa, têm a dimensão de um país encoberto, quem esperava que houvesse ali um canto-menino de ouro?

Para trás ficam luares de prata em noites de serenata, adeus Mondego, vê-se o mundo inteiro através dos buracos da tua capa, tantos vampiros o infestam e ainda tão poucos o sabem!

Os martelos da vontade pisam com freima as cordas vocais, um vento suão os acciona e é delas que tem de sair modulado o falar mavioso que todos melhor entendem. Façamo-las, pois, soar como quem liberta as cantigas do povo prisioneiro!

Mas para amadurecer o canto, para lhe dar todo o sabor vibrante das cantigas de Maio, é preciso sofrer mais, martelar infinitamente na bigorna dos sentidos, até ao rubro do máximo esforço, os sons arrancados à garganta como se fossem ferros em brasa.

E tudo se organiza em arcos majestosos como a respiração, numa prodigiosa arquitectura de espirais desenvolvidas num espaço aéreo tão transparente e luminoso,

tão fruído, que reaparece o grão da voz circulando ao vento que nos impele em beleza, cantando em uníssono, ao encontro do inefável.

O canto torna-se expressão do *homo dramaticus* e é mais do que o canto, é o som de carne e carne de som, é palpitação da história, legenda viva e bandeira rutilante quando a morte sai à rua, quando se rompem as membranas e todas as flores são cravos, em Grândola, vila morena, amorosa pátria nossa – de todos.

O canto torna-se então de bronze. E fica. Colocado na voz – assim.

Fonte: *Som de Origem (Arte Descrita)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp. 22-24.

Maria Rosa Colaço (1935 – 2004)



Memória de uma mulher em Abril

Era um tempo cheio de luz e manhãs frescas. A amizade, um pássaro real que pesava nos dias adoçando as arestas mais graves. E, certos nomes, um pretexto para a grandeza dos pensamentos.

Nos escombros da Liberdade que sonhávamos, suas vozes: um temporal de coragem e passos certos. Não éramos muitos: mas éramos! e o que fazíamos vinha antecedido do cheiro de trigo maduro. Sentávamo-nos no chão das eiras mordíamos os símbolos só de nós legíveis íamos devorando ferozmente as estrelas e a esperança.

Sempre pensei que a Liberdade havia de ser uma palavra azul. E quente. Que se sentisse nos cabelos como vento num quadro de Chagall. Mas, Liberdade, também podia ser aquela tarde, na avenida, fugindo aos cavalos e às espadas desembainhadas ou, a noite em que, apesar das grades negras do Aljube, soube que tu me ouvias quando, no escuro para ti e não só, cantei o poema novo.

Sentados nas mesas dos cafés, com medo dos vizinhos de olhar mais persistente, dos dentes vorazes do desconhecido do autocarro e, mesmo assim – Liberdade dentro de nós. E isso, era a força!

Foi então que em Abril, o milagre aconteceu. Ouvia-se a rádio – e era verdade! Liam-se os jornais – e era verdade! Tinha-se medo de tamanha luz. Mas era verdade! Mas era verdade!

Eu estava em Moçambique, frente ao Índico: devoravam-se as notícias, gastavam-se os dias colados à telefonia ouvindo passo a passo, hora a hora o som de um povo que caminhava e chorava e ria.

E era verdade!

Os símbolos, a secreta linguagem, os olhares repartidos, o medo, tinham um rosto único: era luminoso e perturbante! E as pessoas, de mãos dadas, com flores acesas no sorriso. Flores vermelhas!

Era verdade!

Era uma onda do Tejo, alargando-se, alargando-se. Eram gaivotas, aos bandos, no céu de Lisboa! E eram os nossos camaradas, e era o rosto de Catarina pela primeira vez, a sorrir na glória do seu exemplo.

E era o meu povo de trigo e raiva levando os poetas como uma bandeira.

E eram os nossos camaradas, livres, às janelas de Caxias, os meus amigos dos jornais sem algemas na voz, sem medo no pensamento.

E era verdade! E foi verdade! País de Cravos, armas floridas.

Sózinha, por favor, sózinha, andei nessa areia distante a medir passo-a-passo como Lisboa era longe. Passo-a-passo enquanto, na António Maria Cardoso o teu sorriso morto era finalmente resgatado.

Pés descalços na areia quente do Índico corriam-me as lágrimas, mordida a alegria como um fruto maduro, mas a tristeza da distância confundia tudo: os cravos e a Boa Nova.

E porque um braço real, um beijo real e fraterno não comungou comigo desse dia de luz dei comigo aconchegada aos ombros do meu pai morto defendendo os mineiros de Aljustrel em greve; e dei comigo falando com o Rasquinho no exílio e com todos os que, anos e anos foram escrevendo a giz, nas paredes graves do sonho e do tempo da esperança lenta, tantos nomes que, de tantos, já poderiam apagar o Sol.

Diga-se CAMARADA. E diga-se! Mas não esquecendo os dias em que estas oito letras eram passaporte para o ar mais puro do tempo imaginado; o santo e a senha para as fronteiras sem medo.

Diga-se CAMARADA. E diga-se!

Mas não esquecendo os dias em que outros, por a escreverem num envelope simples, assim, descuidadamente como te escrevo hoje, tiveram o prémio da tortura e da humilhação, da fome e do tempo sem horas.

Diga-se CAMARADA. E diga-se!

C – como CAMARADA

A – como AMOR

M – como Morte

A – como AMOR

R – como Raiva

A – como AMOR

D – como Desespero

A – como AMOR

Com AMOR, Morte, Raiva e Desespero se escreveu teu destino para sempre e para nunca, Camarada-Amor, Amor-Camarada, Amor-Morto, Camarada-Perdido sem cravos sobre a Terra sem braços erguidos para te saudarem, camarada anónimo sangue-semente da minha Pátria amada, renovada e livre que aqui invoco, que aqui estremeço.

Hoje, em Abril, metade de mim para sempre na António Maria Cardoso onde morreste dizendo poemas e o teu nome, liberdade, e o resto de mim repetindo no morango maduro desde mês sempre novo, desta palavra doce e salgada feita de Tejo e de Sol, o teu nome companheiro-militante-morto

o teu nome irmão humilhado e torturado

o teu nome de irmã livre de face ao Sol e à raiva

Catarina de Baleizão

o teu nome meu pai de lábios fechados para a denúncia

e olhos feridos pela coragem dos vinte e oito anos sem amanhã

o teu nome o teu nome o teu nome
ó grande muralha de nome abnegados e renascidos
ó grande parede branca onde a alegria
é um cravo vermelho, o mais vermelho
desta luta e deste mês que não podemos perder
Que não podemos perder.
Que não podemos perder.

Fonte: *O Diário. Suplemento Cultural*, Lisboa, n.º 139, 22.04.1984, p. 3.

Maria Filomena Mónica (1943)



Os meus amigos

Em 1974, os meus amigos eram quase todos de Esquerda. Pertencíamos à juventude do pós-guerra e da crise universitária de 1962. Olhávamos com desprezo a velha oposição, composta por republicanos maçónicos e comunistas revisionistas. Para nós, os ídolos era outros: Marx, Gramsci e Althusser. Acreditávamos que o regime marcelista iria cair em breve e que a Revolução nos esperava ao virar da esquina.

Fartos dos limites da vida portuguesa, abandonámos o país a caminho da Europa: alguns por causa da guerra colonial, outros porque se tinham envolvido em actividades consideradas perigosas pela PIDE, outros, como eu, porque tinham tido a sorte de obter uma bolsa de estudo para uma Universidade estrangeira.

Parti, rumo a Inglaterra, no Outono de 1970. Durante os quatro anos seguintes, frequentei ocasionalmente alguns grupos de portugueses semi-exilados, espalhados pela França, Suíça e Argélia. Durante um ano, na cripta de um colégio de Oxford, com camaradas alemães, brasileiros e ingleses, li, em doses semanais, *O Capital*. Marchei ao lado dos mineiros ingleses gritando *slogans* contra o governo de Heath, participei em excursões a Londres contra a política colonial de Marcello Caetano e, em Paris, encontrei a fina-flor da *intelligentzia* esquerdista.

Para minha surpresa, um dia a Revolução chegou a Portugal. Não era bem aquela com que tínhamos sonhados. Olhámos, desconfiados, os militares do 25 de Abril. Mas a alegria nas ruas acabou por dissipar as dúvidas iniciais. Exultámos. Fomos esperar Mário Soares a Santa Apolónia e Álvaro Cunhal ao aeroporto. No 1.º de Maio, andámos,

de mãos dadas, pelas ruas de Lisboa, a caminho da grande manifestação. O futuro não podia deixar de ser glorioso.

Nos meses que se seguiram, cada um de nós foi à vida. Dispersámo-nos: uns foram para o MES, outros para o PS, outros para os sindicatos, outros para as comissões de base, que nasciam por todos os lados. Quase não tínhamos tempo para nos vermos. Subitamente, em pleno Verão Quente, descobrimos que a Revolução nos estava a dividir.

O Socialismo foi, desde a sua origem, um movimento pela liberdade e pela igualdade. A Revolução Francesa trouxera a igualdade perante a lei, a legitimidade fundada na representação popular, mas não trouxera a igualdade. Mesmo quando ambos passaram a poder votar, continuou a haver pobres e ricos. Foi a partir desta constatação que nasceu o movimento socialista.

Mais tarde descobriu-se que, longe de serem uma e a mesma coisa, ou de poderem manter uma coexistência harmónica, os dois grandes pilares do pensamento de Esquerda, a igualdade e a liberdade, eram coisas distintas e por vezes antagónicas. Historicamente, os homens não lutaram só, ou sobretudo, pela liberdade, no sentido em que Stuart Mill ou Benjamin Constant a entenderam, mas por uma liberdade entendida positivamente. À concepção clássica da liberdade – o direito de cada um organizar a sua vida sem intervenção do Estado – foi acrescentada uma outra, que pressupunha que todos os homens deveriam ter a possibilidade de desenvolver as suas capacidades e de se associar na construção da organização social.

Originariamente, a Esquerda foi um movimento de revolta dos trabalhadores da Europa desenvolvida contra a situação de miséria e opressão em que se encontravam. A eles se aliaram, em diversos momentos e por diversas razões, elementos das classes médias. À medida que ia obtendo vitórias, a Esquerda foi-se deslocando. Hoje, o que em geral está em causa não é já a natureza democrática dos regimes ou a necessidade de providenciar um mínimo de bem-estar, mas a maior ou menor participação das pessoas nos processos de decisão.

Inevitavelmente, em ano de eleições, de novo se ouvem vozes proclamando que as diferenças entre a Esquerda e a Direita já não fazem sentido. Trata-se de um discurso conservador, tendente a evitar o debate de ideias. A Esquerda continua a

existir e a definir-se pelos seus objectivos. Com a sua passagem pelo poder, mudou: houve becos sem saída e querelas importantes. Mas os ideais por que luta não são muito diferentes dos originais. Em Portugal, depois de cinquenta anos de estagnação e silêncio, tudo se passou de forma demasiado rápida. Invoca-se a social-democracia em vão e remetem-se os dirigentes odiados para as trevas da Direita.

Dez anos depois da Revolução, os meus amigos e eu voltámos a encontrar-nos. Descobrimos, com prazer, que estávamos do mesmo lado. Os ardores vanguardistas de alguns e as ilusões direitistas de outros tinham desaparecido. A Esquerda revolucionária revelara-se claustrofóbica, a Direita cavernosa. Nem os meus amigos nem eu acalentamos hoje ilusões sobre as potencialidades da democracia directa ou das revoluções feitas sobre as insuficiências dos partidos. Reconhecemo-nos na luta democrática por uma sociedade mais livre e igualitária.

A Revolução de 1974 ajudou-nos a amadurecer. Aprendemos que temos de escolher entre fins igualmente últimos e exigências igualmente absolutas e que, para a realização de alguns, outros terão de ser sacrificados. Aprendemos que a possibilidade de conflito não pode ser eliminada da vida humana. Aprendemos os perigos contidos na mensagem rousseauiana. Aprendemos que o Socialismo só pode subir ao poder com um forte movimento de massas. Aprendemos a prezar simultaneamente a liberdade e a igualdade. Aprendemos o valor do pragmatismo e do pluralismo. Mas não queremos manter a Esquerda na gaveta.

O país mudou e nós com ele. Reencontrei velhos amigos, fiz novos. Descobri que estávamos empenhados na mesma luta. Numa palavra, que éramos quase todos de Esquerda.

Fonte: *Vida Moderna*, Lisboa, Quetzal, 1997, pp. 40–42.
Primeira publicação: 24.05.1985.

Arnaldo Saraiva (1934)



Óscar Lopes na Universidade

Quando em 1970 iniciei as minhas funções docentes na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que tentava constituir o grupo de professores da secção, criada no ano anterior, que então se chamava de Filologia Românica, sugeri a uma alta autoridade universitária que se fizesse a Óscar Lopes, residente no Porto, um convite para integrar esse grupo.

Foi-me respondido que tal convite implicaria dificuldades, e que o próprio Óscar Lopes não estaria interessado nele.

Estava – como verifiquei quando o interroguei a esse respeito. Mas não me era difícil admitir dificuldades no seu contrato, ou conceber de que ordem seriam, quando sabia que já anos antes lhe havia sido negada a possibilidade de ensinar numa Universidade, e que, formado em Filologia Clássica e em Histórico-Filosóficas, e co-autor da melhor *História da Literatura Portuguesa*, fora impedido de ensinar no Liceu Literatura, História e Filosofia, sendo obrigado a ensinar Latim e Grego (e Português, mas só a principiantes), assim como fora impedido de dirigir turmas ou reuniões. Aliás, também não ignorava que ele chegara a ser «exilado» do Porto para Vila Real, que chegara a ser preso e torturado, e que chegara a ser proibido de usar o seu nome em colaborações literárias.

Em princípios de 1974, o jornal *A Opinião* convidou-me para integrar a comissão de honra de uma homenagem que projectava fazer a Óscar Lopes. A minha resposta, transcrita no número de 9 de Março de *A Opinião*, dizia textualmente: «Será para mim

uma honra grande a participação na Comissão de Homenagem a Óscar Lopes – que há muito admiro como homem, como cidadão e como escritor, e que gostaria de ter como mestre ou como companheiro de trabalho na faculdade onde ensino».

A referida homenagem foi prestada, é impossível esquecer-lo, em 20 de Abril de 1974, e no decurso dela foram feitos vários apelos à liberdade e à libertação do povo português, foi «exigida» a autorização de regresso a Portugal de exilados como Mário Soares e Álvaro Cunhal, e foram formulados votos que cinco dias depois pareciam cumpridos ou a cumprir-se.

Em 26 de Abril encontrei-me com estudantes que, como eu, estavam empenhados em recuperar Óscar Lopes para o ensino universitário. Dois deles, Francisco Jorge Tristão e Fernanda Meira, comprometeram-se a apresentar a proposta de convite a Óscar Lopes na primeira Reunião Geral dos Alunos da Faculdade de Letras do Porto; e eu comprometi-me a apresentar idêntica proposta na primeira Reunião Geral dos Professores da mesma faculdade. Ambas as propostas seriam aprovadas, a aprovação seria que delas se desse conhecimento imediato à Junta de Salvação Nacional que então governava o país.

Foi assim que, na tarde de 28 de Abril, terminada a Reunião Geral dos Professores, pude dirigir-me com algumas dezenas de alunos ao Quartel-General da Região Militar Norte, onde fui recebido, juntamente com Francisco Jorge Tristão, pelo seu comandante, nomeado pelo MFA, o então coronel Passos Esmeriz, e por dois dos seus adjuntos, um dos quais, por sinal, viria a ser comandante do mesmo quartel, o general Carlos Azevedo.

Passos Esmeriz comprometeu-se a fazer chegar a nossa proposta à Junta de Salvação Nacional. E, por iniciativa própria, Francisco Jorge Tristão foi a Lisboa com o propósito de sensibilizar para a justeza da nossa causa o representante da Junta de Salvação Nacional no Ministério da Educação, Dr. Alberto Machado.

Quatro dias depois, quando como alguns milhões me preparava para festejar o primeiro 1.º de Maio em liberdade, recebi um recado para entrar em contacto com o Quartel-General portuense, de onde me informaram que Óscar Lopes acabava de ser nomeado não só professor mas também director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Humildemente, quase timidamente, como é do seu estilo, Óscar Lopes apresentava-se no dia seguinte com um telegrama ou um telex na faculdade, em cujo salão nobre foi acolhido com aplausos inesquecíveis. Duvido que nessa hora ele tenha previsto os trabalhos, os incómodos, as incompreensões que o esperariam sobretudo ao longo do tempo em que seria director e em que, mais do que discordâncias, legítimas ou leais, como quis que fossem as minhas, teve de enfrentar, com a tolerância, a paciência e a inteligência que os deuses lhe concederam, ataques e até grosserias de alguns que, toldados de fanatismos, não sabiam ou não souberam dar-se conta da grandeza moral, ética e intelectual de Óscar Lopes.

Essa grandeza não abunda, infelizmente, na Universidade portuguesa. Por isso foi com pena que vimos aposentar-se o professor Óscar Lopes, cuja passagem pelo ensino superior foi tanto mais brilhante quanto a quiseram breve.

Mas a jubilação não é uma demissão. Oxalá a Universidade e o país possam continuar a contar ainda por muitos anos com o trabalho, a dedicação, a inteligência e a integridade do ensaísta, do historiador, do linguista, do animador cultural e do cidadão exemplar que é Óscar Lopes.

Fonte: *O Sotaque do Porto*, Porto, Afrontamento, 1996, pp. 113–114.

Obs.: A data de publicação presumível desta crónica é 1987, data da jubilação de Óscar Lopes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

António Alçada Baptista (1927 – 2008)



José Gomes Ferreira

A morte de José Gomes Ferreira não me surpreendeu. Nas últimas vezes que com ele estive, era visível que o anjo do fim lhe tocara no ombro. Foram oitenta e quatro anos de vida de poeta que ele soube encher de comunicabilidade poética e pessoal que raros conseguem alcançar.

Tenho para com José Gomes Ferreira uma dívida de gratidão que não vou poder pagar com esta crónica não obstante ela ser também uma imposição de consciência que devo à sua sensibilidade e à sua delicadeza e, por isso, à sua memória.

O meu primeiro contacto com José Gomes Ferreira data de há mais de quarenta anos. Estava no Colégio de Santo Tirso e era meu professor de muita coisa mas também de literatura portuguesa o Padre António de Magalhães. Um dia, na aula, leu um poema de José Régio e outro de Gomes Ferreira. Perante a nossa emoção, comentou: — Como vêem, a poesia não acabou em Portugal.

Conheci-o depois em Lisboa e não quero dizer que me tornei um íntimo, o que é ainda mais importante para aquilo que vou contar. Algumas vezes ia tomar café com ele ao Montecarlo, onde o Carlos de Oliveira tinha mesa certa e onde acorria quem gostava de os ouvir. Aquele café estava de tal modo ligado a essa presença que o Palla e Carmo lhe chamava o Montecarlos.

O José Gomes Ferreira, o Manuel da Fonseca e o Manuel Mendes foram os melhores conversadores do nosso tempo. O José Gomes tinha uma comunicabilidade e um despojamento de si próprio a contar as suas histórias que encantava aqueles que

ali apareciam para o escutar. Lembro-me de lhe ouvir a sua experiência de crítico cinematográfico, das frases que usava quando os cineastas o chamavam para ele ir ver as «obras-primas»: – «O segredo é a gente dizer o vago como se fosse erudito, antecedido dum silêncio: o silêncio de Pacheco.» Terminou a história assim: – «O pior foi quando quiseram que eu fizesse um filme. Um produtor chamou-me disposto a financiar um filme meu.»

Todos nós exclamámos: – «Então, você não quis?!»

Ele respondeu: – «Não. Eu disse-lhe: eu não sei nada de cinema. Eu sou só crítico!»

Quando fui assessor para a cultura do então Ministro da Educação, Prof. Veiga Simão, ele, o Manuel Ferreira e eu, trabalhámos com alguma assiduidade na reabertura da Associação Portuguesa de Escritores. Foi um trabalho fácil pois estávamos os três igualmente empenhados e o Ministro fazia questão em reparar de algum modo aquela injustiça. Creio que a nossa amizade ficou com isso reforçada e foi com prazer que me inscrevi na nova associação de que ele ficou presidente.

Quando veio a Revolução de Abril, tive alguns desgostos com conhecidos meus. Pessoas que até aí mantinham comigo relações cordiais e até algumas a quem eu, através da minha situação no Ministério, tinha podido fazer pequenos favores, era visível que procuravam evitar-me. Nesse aspecto a Revolução teve uma acção extraordinariamente benéfica no que diz respeito à higiene dos nossos conhecimentos e, até por isso, foi bom que tivesse acontecido.

Foi nessa altura que pude avaliar a qualidade moral e a delicadeza da sensibilidade de José Gomes Ferreira pois, durante o período revolucionário, não só redobrou da afabilidade e de atenções para comigo como ele, que nunca me mandava os seus livros – como disse, as nossas relações não o justificavam – passou a enviar-mos com dedicatórias duma grande cordialidade e amizade.

Este tipo de homens está a desaparecer. Às vezes penso no que seria o José Gomes Ferreira se a sua revolução tivesse triunfado e lembro-me de Gorki, com o seu humanismo imediato, sempre a bater à porta de Lenine a tentar resolver situações individuais de injustiça daqueles que viveram na esperança mas a quem a máquina cega da revolução impiedosamente vitimava.

Temos um poeta a menos mas não podemos esquecer que o pequeno lote de energia que dá a uma comunidade a sua face humana também diminuiu com a sua morte.

Fonte: *Um Olhar à Nossa Volta (Crónicas)*, Lisboa, Presença, 2002, pp. 334–336.

Obs. Junto à crónica surge a informação de que esta foi publicada em *A Tarde*.

Jornal Independente, de 18.02.1985. A consulta do jornal naqueles meses não pôde confirmar este dado.

António Modesto Navarro (1942)



Raízes de Abril

Um dia, já lá vão muitos anos, chovia sobre Lisboa e também sobre a prisão de Caxias. Uma raiz seca rodava na parede defronte daquela janela gradeada. Parecia que ia soltar-se, impulsionada pelo vento, mas resistia e continuava presa à terra.

Assim eram os homens e as mulheres que estavam presos e os que lá fora preparavam a libertação definitiva. O vendaval da violência fazia rodar, e até recuar, a acção e a luta, mas a resistência era muita.

Ali perto da janela gradeada, sobre a mesa, havia um cravo vermelho. Não havia direito a papel, não havia esferográficas nem livros. No isolamento, ninguém tem direito a isso. Mas, curiosamente, alguém trouxera pequenos bolos numa caixa, que pelos guardas fora espiolhada, e lá no meio vinha uma flor. Exacto, uma flor que passou a vigilância dos agentes e dos guardas. Se calhar alguns deles até riram, perante aquela fantasia da mulher que entregara a caixa com bolos e um cravo lá dentro.

Assim foi. O cravo vermelho passou na vigilância e chegou ao homem que estava na cela, no isolamento, e já tinha pesadelos com ratos e mortos de gente amiga pelo meio.

Sem papel, sem esferográfica, mas com aquela raiz resistindo no ângulo de visão estreito, que tinha da janela até à parede fronteira, foi mais fácil ao homem entender que era possível preencher os dias de isolamento. O cravo vermelho tinha passado a vigilância dos agentes e dos guardas e gritava, sobre a mesa, que lá fora a luta progredia e havia maneira de vencer a vigilância e a opressão dos que não tinham raízes nem amavam este País e iam perder a batalha.

De facto, as raízes da terra tinham seiva... E continuam a rodar e a resistir, sob as tempestades que se sucedem, provando que é possível fazer passar o cravo vermelho através da vigilância e dos crimes que são cometidos contra a liberdade e contra o futuro de todos nós.

«Não há machado que corte... a raiz ao pensamento» ...Cantava Carlos de Oliveira, em Caxias, baixinho, naquele tempo. Como hoje muitos continuam a dizer que nós temos é saudades do futuro...Não é assim, José Gomes Ferreira?

Fonte: *Diário de Lisboa*, Lisboa, n.º 22647, 15.04.1988, p. 21.

José Manuel Mendes (1948)



O oitavo dia da semana

Eu estava lá. Posso-lhe dizer que não saberei como foi possível caber tanta gente numa só voz. Faço-me entender? Eram muitas as vozes, milhares e milhares, mas havia uma que vinha de todas elas e ficava a pairar. Uma revoada, uma música de mar. Cada um de nós a ouvir à sua maneira. Eu ouvia a pensar no inverno de sessenta e cinco, o meu tio preso, o meu tio tinha-se envolvido nas greves da margem sul, as nossas visitas a Caxias, o pavor, a revolta, imagine com que coração atravessávamos os portões, o vento a varejar as árvores quando saíamos. Ouvia também essa voz por entre as imagens da guerra nas fotos dos amigos, contaram-me estórias de arrepiar, iguais decerto a todas as estórias do género, mas havia uma diferença, na Guiné ou em Angola morriam tipos do meu bairro, tipos que jogavam matraquilhos nos cafés onde ia tomar a bica, um desses foi abatido a meio de um sorriso, o horror a preto e branco, corpos desfeitos no capim, navios carregados largando o cais. E o silêncio depois. Silêncio da angústia, silêncio do luto.

Estava lá, mesmo junto dos blindados. A barba por fazer, cigarro atrás de cigarro, duas maçãs nos bolsos.

Vim para a rua esfregar os olhos, cheio de sono, e corri para o Carmo. Como a cidade inteira, afinal. Ou antes, como os que esqueceram o medo. Porque a derrota ainda poderia surgir, claro. Ansiedade crescia, tornava-se clamor, tantas palavras inventávamos, nem calcula as palavras que acolá nasciam para andarem de boca em boca, a tropa nervosa, um braço no gatilho, outro na festa, uma festa com

subterrâneos de dúvida, note que não faltavam agoiros, preces, gestos temerosos. E lágrimas, lágrimas. Lembro-me sempre da velhinha, atrás de mim, murmurando: Jurem-me que é verdade, o rosário na mão, as contas caindo dos dedos até serem apenas cruz, murmurando e chorando, Jurem-me, um homem cortava presunto à navalha, oferecia aos militares, já o osso brandia no ar das palmas, dos punhos e cantigas, alguém assomou a uma janela, pôs balões a subir, balões de feira, pombas de várias cores em viagem por cima dos telhados.

E, a dada altura, tiros. Respiração suspensa, barulho de água a precipitar-se, a multidão em sobressalto. Os rostos fitando a entrada do quartel. Que se passaria além daqueles muros onde estrebuchavam quarenta e oito anos de ditadura? Que se passa, nosso cabo? Alguma novidade, senhor jornalista? Nada, conjecturas, rumores. Nada. No fundo da alegria sentíamos charcos, essa coisa pegajosa chamada angústia. O tal receio de um desaire. Pequeno e imenso receio, acredite. Entoámos o Hino Nacional. Gritámos Liberdade, Fascismo Nunca Mais, desejos assim. Desejos ou certezas, tudo se confundia. E Vitória, Vitória, quantos vês em movimento de onda contra o dique entretanto derrubado?, chegou a notícia da rendição, chegavam cravos, vermelhos, brancos, cravos, cravos, na raiz do sangue e no cano das espingardas, pão, chouriço, cerveja, não te perguntarei o nome, soldado a quem estendo uma das maçãs camoesas, não te perguntarei por que caminhos irás, chegariam sustos e flores silvestres, transístores, ecos de um país amanhecendo, a História mudava de página, eu estava ali, percebe?, ali, uma criança trepara-me aos ombros para observar as varandas apinhadas, os carros de combate, o povo no Largo.

Creio que não, não chovia. De qualquer modo fazia sol, um sol de dentro, tão intenso como se o mundo começasse finalmente a conhecer a claridade. Sábado? Quarta-feira? Impossível recordar-me. Se calhar domingo, as pessoas desobrigadas do emprego, enchendo os passeios e as praças, Rossio, Chiado, Cais das Colunas. Os cacilheiros, as gaivotas do rio. E daí, deixe ver, os domingos são uma chatice, horas gastas de montra em montra, jardim em jardim, a remoer azedumes. Às vezes o cinema, sim. As praias na época do calor, o futebol. Domingo não, não podia ser. Teremos de imaginar um dia único, diferente dos sete dias da semana, um lugar para a dádiva e os abraços sem porquê, para o que jamais se repete, o insólito, o definitivo.

Por exemplo, um oleiro no Terreiro do Paço. Um oleiro a tirar do barro crescentes de lua, flautas, placas à espera dos sinais por aprender. E, à volta, grupos a dançar. Dia único, garanto-lhe. A legenda de uma vida.

Fonte: *Os Implicados*, Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 2015, pp. 27–29.
Primeira publicação: 1988

Fernando Assis Pacheco **(1937 – 1995)**



Os rapazes da PIDE

Parece que agora, revista a legislação a propósito, já não vai ser fácil medalhar por méritos secretos os rapazes da PIDE. E quanto a pensões por serviços, como se diz em militarês, «relevantes e distintos», também deverão ter acabado. O regime cuida das aparências. Viva o regime!

Os rapazes da PIDE – eu conheci-os. Coimbra tinha alguns lotes de primeira apanha em armazém, desde o ex-oficial miliciano que metera o chico e depois aceitara pôr um bocado de ordem nessa matula do reviralho, até ao juvenzinho apeado do curso dos liceus com três chumbos seguidos, visto a partir de certa altura à mesa de um café sempre o mesmo garatujando uma interminável carta para a qual jamais comprara selo nem tão cedo compraria.

Por coincidência esse café era exactamente onde a PIDE fazia pagamentos avulsos aos seus informadores da zona, cena que acabou por tornar-se mais notória do que os fins de tarde da famosa Máquina diante do Café Montanha combinando a bandeirada com os clientes. (E dela não darei outros pormenores para evitar ferir a sã moral. Ponto).

O rapaz da carta, soube há tempos, já lá vai de uma tuberculose que teria sido coisa do destino se houvesse justiça imanente mas não há. A última vez que o vi na triste figura do ouvinte-escrevente, emagrecera e abanava umas orelhas de porcelana muito fina por fora da cabeça, ele que daria metade do salário para as ter dentro para ninguém reparar.

O seu ofício era sórdido, melancólico e sórdido. No 25 de abril e meio, quando a PIDE queimou as listas dos seus informadores, legiões compactas desses juvenzinhos haviam-se transformado em cavalheiros seriíssimos, denunciados apenas pela ténue ocupação dos dias. Um ou outro terá apanhado um bufardo, um susto, uma corrida em pélo. Quem não se recorda da fotografia do pide em cuecas numa rua de Lisboa, patético, nojento, acochado? Mas a maioria escapou incólume; resta um sobressalto nas breves ocasiões em que os vemos.

Dava jeito dizer que são como ratos saídos do bueiro. Exagero de estilo. Comem, bebem, fornicam, dormem, vão à bola ao domingo e quando o rei faz anos pedem cento e cinquenta gramas de gamba congelada numa cervejaria para brindarem ao naufrágio que graças a Deus não houve – graças a Deus há Deus, que tudo perdoa e manda esquecer.

Só o meu antigo companheiro de liceu se apagou. Para o fim, contou-me um vizinho, engasgava-se com o fumo do cigarro e tossia aflitivamente, revirando os olhos. Depois pedia uma bagaceira e fazia que bebia, mas era ilusão. «Estou bem, estou bem», sussurrava. Ninguém perguntara nada.

Outros meteram-se em cavalarias altas, fingindo que emigravam por questões políticas. Foram para Londres, Paris, Estocolmo, Bruxelas. Apanhei um num campo de trabalho no Worcestershire: representava o papel do esquerdista assanhado, embora mal, com as costuras da ignorância à mostra. Provoquei-o com repetidas alusões ao camarada Davidoff dos charutos. Não sabia quem fosse mas ouvia-me atentamente, esperando que eu descaísse com o pormenor essencial. Sei lá – bombas, panfletos, o *Daily Worker* folheado às escondidas. Sucede que eu lia, um bocado aos tropeções, uma coisa chamada *Les Chants de Maldoror*, comprado à ida em Paris. Seria um dos tais? Maldorov? Ele olhava de esguelha, torcia-se na mesa do refeitório, queria saber urgentemente:

«O que é? Um dos teus autores?»

E eu, distante:

«Lautréamont.»

Como se dissesse:

«Jdavov, pá. Estaline, pá. Estás a topar?»

Também os conheci na tropa. Eram de baixa extracção e jogavam com o baralho todo marcado. Um deles ia-me calhando como sargento no pelotão em Angola, mas à última hora saiu.

Esses, de tão óbvios, davam-me tédio, e um apareceu mesmo na primeira página de *O Século* com a legenda «pide na grelha» ou parecido: acabava de entrar em Custóias. Aqui há meses demos de caras um com o outro num almoço do batalhão em Estremoz. Não estendo a mão ao sacana, pensei. O sacana arriscou estendeu. Estendi também. Cabra de vida a minha: fazia sol, foi isso. E eu que já vou falhando do carburador.

«Tudo bem?»

O tipo nem queria acreditar.

«Tudo bem», disse, antes de desaparecer para os lados do vermute.

Um amigo meu fez a dramática experiência de ler a ficha nominal que tivera na PIDE como perigoso oposicionista, potencial sabotador de barcos afretados e guloso devorador de criancinhas ao lanche no Bar Ibéria do Chiado, onde trocava senhas do partido entre todos temível por doses de uísque. Resultado: um dos relatórios mais minuciosos (e mais parvos) tinha a assinatura dum amigo do meu amigo. Serviu-me de aviso para não querer nunca ler as baboseiras da minha ficha, se é que alguma vez a PIDE se deu ao cuidado de gastar três laudas de papel com este servo de Deus.

Os das medalhas por mérito secretos e diversos, e das pensões outorgadas em nome da Pátria agradecida, são gado mais fino. Os méritos incluem a tortura de seres humanos e a liquidação física de um que outro absolutamente renitente em confessar. A Pátria, distraída, corre o risco de agradecer simultaneamente o destemor algures no mato e a sangueira no musseque. Quanto pesará, em inocentes mortos, cada herói destes?

Não são coisas que se castiguem com um puxão de orelhas, como eu faria, para começar, ao meu antigo companheiro de liceu se agora o voltasse a ver – contanto que ele não tivesse passado, e eu soubesse, de bufar umas piadas soezes entreouvadas à mesa do café.

Ou talvez eu nem lhe ligasse, como estive para fazer ao sorja naquele almoço. Talvez chovesse no reencontro: não já o sol que me desarmou na parada da guarda, mas a garoa de Coimbra ensopando camisa, suéter, casaco. Essa dá pensamentos tristes e acirra os maus espíritos.

Ele, cuidadoso, morreu antes.

Fonte: *Crónica Jornalística. Século XX. Antologia* (org. Fernando Venâncio),
Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 260–262.

Primeira publicação: *O Jornal. O Jornal Ilustrado*, Lisboa, n.º. 904, 19.06.1992, p. 46.

João de Melo (1949)

Portugal: Da história ao esquecimento

«Georges! Anda ver o meu país de marinheiros / O meu país de naus, de esquadras, de frotas» (António Nobre). Não sei se já algum dia to disseram, Georges: em Portugal, bebe-se por devoção ao tempo e à nostalgia. O vinho tem ainda a rara e preciosa virtude de nos surpreender entre a história e o esquecimento de tudo. Bebe pois do meu vinho, Georges. Como todos os outros que por aqui nasceram, sou filho e neto de muitos séculos. Mas deles não possuo a memória da grande música, o orgulho da casa ostensivamente digna, o respeito de quem nela entre para venerar o sagrado e o profano que – também não sei se sabes – existe em cada um dos nossos templos. Sobram-me, apesar de tudo, emoções e ideias de grandeza quanto ao espírito da Casa Portuguesa.

Reconheço ser de um país que nem sempre esteve no mapa da tua Europa. De um país onde nunca acontece nada, como disse o poeta Ruy Belo, e de cujas cidades partimos pela estrada em frente, ao encontro das honestas, paradas, às vezes sublimes aldeias da infância. Os mais radicais dizem até que Portugal está por cumprir-se e que, por isso, não começou sequer a existir. Muito por culpa, presumo eu, de um senhor chamado Fernando Pessoa, que tanto se deprimiu por aqui. No extremo dessa depressão, ousou mesmo atribuir-nos uma mitologia quase fatídica, à qual chamou «Quinto Império». Em matéria de sonhos e mitos, Georges, temos todos aquela espécie de essência dos visionários e dos alquimistas. Inventámos a saudade, a distância e a metafísica do mar: uma enfermidade sem cura nem remédio à qual demos o nome

de «coita» – do amor, do mar, da vida e sobretudo da morte. Porque em Portugal temos livros sobre a arte de morrer, o seu culto, a virtude suprema dos mortos. Livros de poetas, diz-se, que assinalam a modéstia, o esforço e a passagem da grande vida que não nos pertence. Possui-nos também o estigma de nunca termos sido um povo de ricos.

Mais do que não possuímos a riqueza, sofreremos com o facto de nos confundirem com a tribo dos pobres, dos tristes e dos mal-aventurados. Eu explico. É muito nossa a ideia de nos desculparmos com as coisas mesquinhas. Algumas delas foram-nas impostas como essência do espírito, quando afinal não passam de sombras que atravessam os ventos últimos da memória. Por exemplo, a vitória sobre os Castelhanos na Batalha de Aljubarrota – mas em contraponto à nossa derrota frente aos Árabes, em Alcácer Quibir. E também algumas taças europeias, ganhas pelos «nossos» (assim o diria Fernão Lopes): duas delas, precisamente, contra o Barcelona e o Real Madrid, de um país vizinho mas longínquo e continental – e aliás tão grande quanto o preconceito da nossa condição de «arraia-miúda». Não calculas como isso voga ainda, passados tantos e tantos anos, no orgulho e no sangue, na alma e na melancolia dos portugueses. Melhor do que o sussurro de um vento de glória, é algo que marulha como a sonatina marítima deste deserto de sal que nos fustiga com o seu anticiclone diário e se confunde ora com as lendas, ora com as epopeias da literatura. «Georges! Anda ver o meu país de romarias / E procissões!».

Talvez te pareça um pequeno excesso de zelo: um país de torres e igrejas, com seus sinos cada vez mais suspensos não dos campanários, mas do silêncio que agora vem do mar e se deita sobre a vida dos cemitérios. Aqui, andamos todos à procura da grande metáfora. E a grande metáfora portuguesa, Georges, está na metafísica deste mar de outrora, de onde partiram naus (algumas a perder-se), outras regressando carregadas de versos, despojos de combate, xácaras, romances-de-cego, vagas legendas – e as mais loucas especiarias. Colonialismo sem Império, disse-o Eduardo Lourenço. Para que saibas, Georges: daqui nos fomos e aqui regressámos (as mãos nos bolsos, os olhos zelosamente postos no bernal) assobiando árias que passaram, passam ainda na memória histórica do vento, e que hoje tanto fazem parte do segredo e da função dos sentidos, como deixam o remorso pousar, arder, extinguir-se no nosso esquecimento.

Claro que de tudo isto andamos nós há muito tempo perdidos, Georges! Eu estudei não o meu, não o território do povo de cujo destino ainda hoje partilho, mas o país dos rios que nasciam sempre em Espanha. O das vias-férreas e seus ramais secundários. O dos castelos que ainda celebram vitórias contra mouros e castelhanos, «inimigos» históricos da minha pátria e de uma religião primitiva que alguns bispos bárbaros mandavam aprender de cor na instrução primária. Estudei este país numa ilha que não tinha rios nem comboios nem castelos, nem mesmo sistemas montanhosos galaiço-durienses, mas que ainda assim existia, e obrigatoriamente, nos compêndios de História e Geografia. Era um caso de fé, acredita. Não o víamos nem por ele suspirávamos – mas nele todos fomos tangidos e forçados a acreditar. Tornou-se numa saudade futura, numa espécie de religião profética que nos apontava a porta de saída, o gesto de dizer adeus, a viagem, o vento de partir, os caminhos do destino. Por isso, Georges, toda a forma de voltar, mais do que um regresso, é uma descoberta, uma revelação. E um reconhecimento de nós mesmos. Como se todos estivéssemos fadados a entrar para os conventos...

Então, dei por mim a decorar versos de poetas que aludiam a uma neve invisível ou inexistente, a cidades que ficavam muito e muito longe, a árvores imemoriais que falavam ao viandante dos jardins (onde sempre foi proibido pisar a relva, falar de política, dizer que Deus não existia, que nunca tivemos colónias mas sim províncias ultramarinas – da mesma forma que nunca houve guerra colonial, antes simples e necessárias missões de soberania nos territórios portugueses de Angola, Guiné e Moçambique, Georges!). Não obstante isso, posso e devo garantir-te, e sem nenhum espanto, que este país tem alma e um povo dentro da alma; e tem ideias que deslizam e em si mesmas peregrinam ao longo da terra periférica das suas praias. E gente que mora tanto nas casas que voltam portas e janelas para os mares de Julho e Agosto, como naquelas que cobrem a encosta, coroam as montanhas, nelas se erguem para serem casas-deusas, donas e senhoras da paisagem. As paisagens, Georges, moram dentro, mesmo quando só existem distintas, altas e muito fora de nós – umas vezes nos olhos da carne, outras no suspiro dessa alma oculta que eu agora, aqui me proponho revelar-te.

Repara, Georges, que este foi o único país do Ocidente onde as pessoas ressuscitaram a plenitude da História. Em 1973 (fez há pouco vinte anos), estávamos, sem

sabermos, a despertar do pior de todos os exílios. Era um exílio apenas do espírito: tão abstracto como uma doença que ainda não vinha nos livros. Morria-se dela, tanto quanto pode hoje morrer-se de melancolia ou de paixão, que sempre foram para nós formas disfarçadas de suicídio. A doença chamava-se Ditadura. Dos seus males bebíamos a suspeição de nos espiarmos uns aos outros, de nos dividirmos entre a «Situação» e a «Oposição», e entre os que iam ou não iam à guerra e aqueles que ficavam ou partiam atravessando a salto fronteiras nocturnas. Passavam Espanha escondidos entre fardos de palha, subiam os contrafortes da meseta ibérica e dos Pirenéus, e entravam por terras de França com quem ressuscita o nome, os ossos, a dignidade que em Portugal fora proscrita. Digo 1973, Georges, porque, em alguns destes últimos vintes anos, o país passou das trevas para a claridade diurna e divina da poesia. Tínhamos vergonha da bandeira e do hino nacional, do folclore e da música popular, do fado e dos feriados portugueses; arrepiava-nos que aqui se comemorassem apenas o dia da Independência nacional, as festas daqueles santos que sempre nos foram estrangeiros, o 10 de Junho de uma pátria que condecorava viúvas de heróis tombados em combate. Davam-se medalhinhas irónicas a pretos tristíssimos que não falavam português mas diziam de cor dois versos do poeta Luís Vaz de Camões. As flores do luto vinham de jardins proibidos pela Censura; passavam nos discursos, nas imagens que o vento levava para o fundo do mar. Porém, Georges, como o mar era americano, neste país religioso onde os americanos sempre foram mais poderosos do que Deus, foi-nos aos poucos acontecendo a iluminação, a clarividência da cidade onde há muito se perdera o conhecimento da História. Em nenhum outro país do mundo ocidental ocorreu aos militares descerem à cidade proibida, armados com seus cravos, suas armas fingidas, e serem eles os poetas de uma ideia grande, uma ideia afinal tão antiga como a língua, a dor, a «coita» divina dos nossos poetas, e afinal a dignidade de todos os Portugueses. Repara, Georges, que, nascendo eu cego e obscuro, e prometido apenas ao esquecimento, fui educado para beber o vinho, permanecer ignorante e analfabeto, ir-me embora da minha terra, dizer adeus à minha família e à minha geração, e resignar-me a não ter nunca um destino português. De modo que foi sendo inevitável abrir os braços, ajoelhar na rua e acreditar que nos estava prometida uma Revolução...

Não sabes o que foi aqui a Revolução, Georges? Eu te explico.

Não é preciso eu falar-te em democracia, nacionalizações, partidos políticos, reforma agrária. Dispensar-me também de em pormenor referir-te a vicissitude democrática – como isso de sermos chamados às urnas, pela primeira vez na vida (repara bem, Georges, pela primeira vez na vida!), termos podido exercer o direito ao voto e sermos senhores da nossa vontade. Falo-te da outra, da inolvidável e funda alegria de sermos campeões de atletismo – porque a grande Revolução, aqui, foi vermos os estádios encherem-se, no primeiro dia de Maio, de multidões que corriam levantando a sua bandeira; foi termos começado a comemorar o 25 de Abril com a corrida da maratona, onde magníficos atletas sem nome ergueram o verde, o rubro e o amarelo de um orgulho que até então nos era desconhecido. É certo que nos iludimos, por termos pensado que aqui seriam eternos os atletas e os estádios cheios. Mas nunca mais deixaram de em nós mover-se o sentido e o sentimento de uma grandeza que ultrapassa o rectângulo do território. Podes vê-lo no mapa, Georges: a norte, predomina este verde galaico, atravessado pelos mesmos rios estrangeiros de outrora. Ao centro, enche-se a paisagem de um vinho raro e precioso, e também insubmisso como só o veneno e a cicuta da filosofia. Ao sul cruzam-se povos e línguas, numa planície que só não é deserta porque sempre lhe assistiram a paciência, os rostos parados, a fé, o horizonte, a sabedoria dos homens e mulheres que a natureza dotou de gestos lentos, cuja duração é a do próprio tempo.

E há as ilhas, Georges! Sei que muito te enganam os olhos, quando não vêem no mapa as minhas ilhas. Deviam ter-te educado a olhar a geografia invisível e a terra interior, para que pudesses, tal como eu, desconfiar daquilo que, por vezes, vem escrito nos mapas. E então compreenderias que todos os países têm suas dores, suas leis e suas ilhas. E que ilhas haverá sempre, dentro ou fora das dores e das leis, porque nelas residem o esforço e a esperança do nosso coração... Sim, creio que tens razão, Georges: deixemos, por agora e em suspenso, este assunto de ilhas, no qual fui sempre um homem suspeito – não vá eu incorrer de novo na heresia ou na blasfémia de escrever que o universo todo começa e acaba na mais pequena e remota de todas as ilhas.

O último país do Ocidente, nota bem, onde aconteceu algo do muito que ainda merece a pena contar, sendo por isso do domínio da imaginação e da literatura. O fim da Ditadura e a independência das colónias, Georges. O fluxo e o defluxo de todas as

mudanças. A saída da periferia e a peregrinação por dentro; a consciência de estarmos de novo no início de nós mesmos. Ainda não somos europeus, Georges. Nem mesmo sei como ou se algum dia o seremos. De resto, eu nunca conheci ninguém que se orgulhasse da sua condição europeia. A ti, que vens do centro longínquo e desconhecido da nossa desconfiança, e nos visitas com a curiosidade do teu preconceito europeu, Georges, eu daria finalmente alguns conselhos. Por exemplo, esquece que somos apenas dez milhões daqueles pobres que em tempos confundiste com os bárbaros e com os novos «pretos» da tua Europa. Dela não teremos inveja nem cobiça. Esquece por agora o que julgas saber dos generosos, mesquinhos, súplicas, quase sempre tristes e domesticados emigrantes que durante tanto tempo deram riqueza, arrogância e mesmo algum excesso de tudo ao teu país. Esquece também isso de tantas vezes nos terem considerado os negreiros de nós mesmos. Posso mostrar-te o tempo e a pedra da minha casa. Levar-te a conhecer o mar que não existe lá no teu país onde sempre existiu de tudo. Aqui, Georges, mora a virtude dos países que ousam o crescimento do invisível. Ao contrário de ti, ainda estamos em tempo de ousar, de ir em partida ou vir de regresso àquilo que nos povos é eterno, redondo, peregrinal ou infinito. Porque se ouvem os passos em volta, os passos do princípio, enquanto os outros vão já no caminho dos passos perdidos do Homem.

Se o quiseres conhecer, não comeces pela aparência nem pelo luxo; e não busques a ignorância triunfante nem a ostensiva burocracia dos que odeiam a sensibilidade e de novo ofendem a nossa cultura. Basta que te percas nas ruas, ouças as vozes, ames os livros, contemples o esforço e o silêncio, nos dêes, por enquanto, o simples benefício da tua dúvida, Georges. Compreende que o espírito precede a matéria, tanto quanto a aurora antecede o azul deste céu altíssimo e vertical, sob o qual ainda ousamos ter alma, sangue e coração. Não conheço outra maneira de a um europeu revelar a essência ou a natureza deste povo. Não a sua identidade (que nunca se demonstra), mas a razão, o direito de ser, a espessura íntima, aquilo que nele não se mistura porque em verdade não se dissolve.

Comecemos pelo espírito, Georges; por uma memória que não atravessou ainda as iníquas metamorfoses do esquecimento. Comecemos pelo imaginário da música, das festas, das casas com vida, pelo ser essencial de tudo o que pode até nós vir nos

livros. Começamos pela poesia e por aqueles pequenos sonhos que nenhum outro povo da Europa consegue já recordar como seus. E pelo silêncio de uma sabedoria tão sinuosa como os nossos caminhos de cabras. As estradas, Georges, têm tempo – e têm apenas o comprimento e a largura dos sonhos que levam àquelas cidadezinhas de província onde não chegou o remorso do ruído, nem as doenças criminosas do século.

Que importa isso das estradas, Georges? Sabes, por acaso, o que é o processo histórico e o imaginário dos povos? Lê-se no alfabeto do trabalho e dos dias, e nos olhos e na criação, e na independência mental, na certeza de um movimento íntimo, que vai da escrita para os livros, da tinta para a tela, do silêncio para a música, do amor para a vida, do tempo para o desejo e para a eternidade de tudo o que aqui passa e é feito à nossa medida. Tudo aliás se ouve nos cantares e nos assobios. Pode muito bem ser o princípio e o sonho da estrada. Ou o navio em que todos vogamos, vivendo e sonhando. Ou o mar que nos acorda o ouvido e o coração para sonhar. Por isso Georges, começamos pelo sonho, Georges, começamos...

Fonte: *Dicionário de Paixões*, Lisboa, Dom Quixote, 1994, pp. 167-177.
Primeira publicação: 1992.



1994



2003

Lídia Jorge

1946



O esconderijo

Esta breve história tem três momentos como uma composição francesa, e porque se distribui por três tempos muito distintos e dois lugares diferentes, não sei se poderá chamar-se uma história vivida sobre o 25 de Abril. Não importa. O primeiro lugar está circunscrito a uma terra, Azeitão, uma casa, a vivenda dos meus amigos Fulanos, e dela, mais propriamente a ala virada a sul. Era nessa parte da casa que se instalava a sala de jantar e a cozinha. Num domingo à tarde, quando corria o ano de 72, lanchávamos à sombra duma amoreira que havia em frente da moradia, junto a um tanque que também fazia de piscina.

O dono da casa contava o estado em que a PIDE tinha deixado a residência depois da última visita. Não havia sido uma busca vistosa, nem sequer tinham deixado marcas nitidamente ofensivas de abuso e desrespeito pela arrumação da casa. Mas os donos sabiam que eles tinham rebuscado todos os livros pelas marcas do pó, todas as roupas pela forma como as haviam virado, as reservas dos sabonetes pelo modo como estavam caídos, os pratos pela forma como haviam sido reempilhados. Atrás da cama, atrás dos quadros, atrás das cortinas, por cima das sanefas, atrás dos víveres, do presunto, das cebolas e dos alhos. Mas não tinham encontrado nada!

Quando aí chegou, por qualquer razão que até hoje estarei por saber, o dono da casa cometeu uma grande imprudência. A rir, com olhos de quem era capaz de driblar o diabo, levou-nos à cozinha. Dentro da cozinha havia uma despensa funda. A última parede da despensa era uma porta falsa carregada precisamente com presuntos, alhos, azeite e

cebolas. Fulano tirou para fora os garrafões do azeite, empurrou de certa forma a parede, e a parede cedeu — a parede da despensa era uma porta. Inacreditável. Atrás dela, amontoados sobre umas tábuas com tijolos, havia centenas e centenas de livros. Tinha-se ajoelhado, erguido, empoleirado no caixote. Com uma lanterna de algibeira, passava por algumas lombadas. Nessa altura só vi o volume dos livros, não vi os títulos.

Mas percebia-se perfeitamente que a mulher dele discordava daquela excursão ao lugar escondido. A mulher tinha ficado para trás. Estava muda, estarecida com a imprudência de Fulano. Afinal éramos apenas da idade dos seus filhos. Aquela súbita confiança desmedida no desconhecido tinha alguma coisa de loucura. Mas de bom, também. Era uma prova de sentimento, uma mostra que nos enternecia, que nos colocava num plano de confiança ilimitada, que nos fazia cúmplices dum segredo demasiado intenso. Apetecia coser o coração. Voltámos para debaixo da amoreira olhando em volta e falando e voz sussurrada. Fulano falava dum grande revolta, dum hora em que todos os democratas haveriam de se encontrar à luz clara do dia. Todos os livros haveriam de sair dos seus esconderijos. E outras coisas do género que faziam a circulação do pescoço parar. Afinal, ainda era apenas 72.

Mas Fulano tinha razão. Em 27 de Abril de 74, consta que ele mesmo, sua mulher e filhos levaram um dia inteiro a retirar os livros de trás das cebolas, dos alhos e dos presuntos. Que os sacudiram, escovaram, arrumaram em caixotes e trouxeram para a casa da Infante Santo. Em 1 de Maio já os livros se encontravam na estante principal, por cima da mesa do *pick-up*, ladeados por Cristos e Carochas da Rosa Ramalho. Foi nessa estante que os vi, logo no Setembro seguinte. E este é o segundo lugar, o segundo momento. O momento em que vi as lombadas.

Ali estavam aqueles livros. Expostos lado a lado, enchiam várias prateleiras. Uns eram brancos como boletins e tinham sido feitos próximo, outros encapados de pano cinzento tinham vindo de longe. A maior parte tinha vindo de longe. A maior parte tinha vindo de França, e eram normais, com capas de várias cores, vermelhas vivas, atestando a normalidade da circulação. Os livros estavam datados e cada um tinha atrás de si uma vida e uma viagem próprias. As datas e as assinaturas, quando as havia, tinham-se tornado históricas. Ao jantar entretínhamo-nos a ver os livros. Foi aí que os li. Alguns trouxe para casa. Outros já era fácil encontrar. De repente havia livros

vermelhos pelas ruas, aliás, não havia mais nada do que livros vermelhos. E depois a vida começou a andar. Saídas, exaltações, ódios de morrer e de matar. Contudo, sem morrer e sem matar. Perdão, amor, desenvolvimento. A vida a descascar-se como uma cebola à procura duma folha nova. Que só é mais profunda, mas não diferente. Numa sociedade nunca nada é completamente diferente. A sociedade é mais coesa do que o indivíduo, mesmo quando o indivíduo não pensa, mais resistente do que a soma de todos os corpos que a compõem mesmo que cada corpo se julgue com uma força desmedida, e mais durável do que a soma do seu tempo, ainda que cada um só aspire à sua própria eternidade.

Digo isto porque a cozinha junto à amoreira ainda lá está. Voltamos ao primeiro lugar.

Pois na verdade, em 83 a estante da Infante Santo mudou. Uma noite reparei que as lombadas dos livros não estavam no seu sítio. Tinham passado para a estante do corredor, em baixo, rente ao chão. Em 87 tinham desaparecido do chão. Em 90 tinham voltado para a estante da casa de Azeitão. Mas em 92 — e este é o terceiro tempo da história — também desapareceram da estante donde se vê a amoreira. Os filhos de Fulano são pessoas de bem, administradores, e um deles foi candidato a deputado. Aos domingos costumam convidar pessoas suas amigas. Aquela biblioteca incomoda. Em seu lugar encontram-se publicações com lombadas em carneira e letras de ouro. Sobre vinhos, medalhas, biografias de banqueiros, carros dos anos vinte, aldeias charmosas da Baviera, a história completa duma fábrica de cristais. Receio que os livros do pai de Fulanos tenham ido parar ao buraco do seu velho esconderijo. Na verdade, o rés-do-chão da casa da amoreira está completamente ocupado com uma mesa verde de *ping-pong*. O escritório de Fulano foi desalojado para aí se meter as pranchas de *surf* e a traquitana do jardim. Os quartos de cima têm cada um duas caminhas paralelas separadas por uma pintura. Ainda espreitei debaixo das cortinas e dentro dos armários da roupa onde balouçam dois fatos de cavaleiro. Botas altas de montar. Não vejo os livros em lugar nenhum. Tenho vergonha, não pergunto. Foi o tempo. O que está passado, passou.

Fonte: *JL – Jornal de Letras Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 614, 27.04.1994, p. 39.

Alice Vieira (1943)



O vidro

A última vez que eu tinha estado em Peniche, havia um vidro entre as minhas mãos e as mãos do Zé Magro. A entrada no forte tinha sido difícil, eu não pertencia à família, era apenas amiga e ainda por cima a minha visita não estava marcada para esse dia. No fim concederam-me cinco apressados minutos no parlatório, e por especialíssimo favor. Lembro-me de que chovia muito e as gaivotas faziam um barulho ensurdecedor. Lembro-me ainda de, ao chegar a casa, ter passado a noite inteira a vomitar. Abril vinha perto, mas eu não sabia.

Nunca mais lá voltei.

Por isso, decerto sou visitante diferente dos que neste domingo de calor entram naturalmente pelo forte dentro, e passeiam entre as muralhas, e delas se debruçam a olhar o mar, os barcos, o porto, as gaivotas. Onde os guardas nos revistavam malas e sacos estão agora simpáticos funcionários que nos dizem onde é o museu, e uma loja que vende artesanato, postais, *T-shirts*, livros. Já não ouço o terrível som das portas a fecharem-se atrás de nós, porque agora as portas estão abertas, escancaradas até às sete da tarde, hora do encerramento do museu.

Porque agora o forte é museu. Museu que guarda – naquele bloco de cimento de janelas gradeadas – a memória dos que ali passaram meses, anos, vidas inteiras, presos entre quatro paredes de minúsculas celas. Há quem por aqui se passeie normalmente, e se calhar assim é que deve ser, já se passaram mais de vinte anos que o pesadelo terminou. Mas eu continuo a ver o vidro grosso a separar as pessoas nos

cubiculos do parlatório onde nos sentávamos (e aquela criança de três anos, habituada a ver o pai sempre sentado na sua frente, que um dia gritou, ao ser-lhe concedida autorização para o ver fora do parlatório, «o pai tem pernas!»), e o olhar dos guardas ali de pé, ouvindo tudo, e o terrível branco dos azulejos das paredes gelando-nos por dentro.

Olho este parlatório agora vazio, agora exposto às máquinas fotográficas dos turistas, estrangeiros quase todos os que aqui entram nesta tarde de domingo – e continuo a ver, do lado de lá, o rosto sorridente do Zé Magro, que escrevia poemas em letra muito miudinha, para que o papel rendesse mais.

Isto agora é museu, tenho de pensar muitas vezes, enquanto olho para os objectos expostos, os cadernos e livros que faziam, as histórias que escreviam para os filhos que não viam crescer. Isto agora é museu, há mais de 30 anos que o forte é apenas o lugar do passeio domingueiro para se ver as vistas e tirar uma fotografia de grupo para o álbum de recordações, depois de uma boa caldeirada na Avenida do Mar.

Uma família passeia junto das muralhas. Olham a tabuleta que diz «Celas», com uma seta apontada para uma rampa. A filha mais velha vem já a descê-la. «Vale a pena lá ir?», pergunta a mãe, «há lá coisas bonitas para se ver?». A rapariga franze o nariz, nada que mereça o esforço, «só corredores e quartos vazios», acrescenta. «E é para ver isso que se tem de pagar 120 paus?», exclama a mais nova. Riem e encaminham-se para a saída, «já dá quase para duas bicas», diz a mãe, contente com a poupança. «Palavra de honra», exclama então o chefe de família, «sempre gostava de saber porque é que chamam museu a isto.»

As gaivotas fazem um barulho ensurdecador.

E eu continuo a pensar no vidro que havia entre as minhas mãos e as mãos do Zé Magro.

Fonte: *Bica Escaldada*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004, pp. 65–66.

Obs.: Não obstante não nos ter sido possível determinar a data precisa da publicação original desta crónica, a passagem do texto «já se passaram mais de vinte anos que o pesadelo terminou» indicia que tal aconteceu no segundo lustro da década de 1990.

Clara Ferreira Alves (1956)

O povo português

Era sábado, 25 de Abril, pelas seis da tarde. Na esplanada da Brasileira do Chiado, via-se o povo a passar. Eles vinham a subir a rua, de braço dado com elas, todos embrulhados na alegria da folga. Neles, muita camisa de riscadinho, muito sapato de sola de borracha. Nelas, a extravagância do gosto manchado pela idade. Demasiadas calças elásticas, demasiados saltos de plataforma, demasiadas imitações das vedetas pimbas e bimbas. Lenços garridos nos cabelos, saias de napa, óculos de sol com lentes avantajadas e carteiras de fancaria com correias doiradas. Muitos cravos vermelhos nas mãos, dísticos partidários, dois adolescentes com camisolas de algodão a dizer CCCP. Subiam o Chiado com a determinação de quem conhece o caminho e vai para destino certo, embora, junto à estátua de Camões, os grupos se dispersassem numa desorientação. Caminhavam com o sentido da ordem de quem alinha numa manifestação e, esgotada a manifestação, continuavam a caminhar em linha recta, com passo de passeio apressado. Só no Largo, junto aos pombos e ao poeta dos Lusíadas, se davam conta de que estavam entregues a si mesmos, povo de Abril à solta, sem marchar contra alguém, a favor de coisa nenhuma. Nas caras maltratadas pelo tempo e os trabalhos lia-se uma filiação, a dos remediados, da gente dos subúrbios, de agente da Outra Banda. A gente que o 25 de abril levantou do chão onde jazia esquecida pela Ditadura e o Marcelismo, que nunca se lembrou que eles existiam e que davam os filhos para a África sem pedir nada em troca. A filiação é quase sempre a do PCP, Partido Comunista Português. Ou a do PS, Partido Socialista Português.

Um casal de velhotes curtidos pelo sol conversava aos berros, como se os anos não tivessem dado cabo da conversa: «*Palavras como marxismo, socialismo, agora ninguém as quer. Com esta coisa da CEE, que é uma coisa de dinheiro, mudou tudo. Têm vergonha das palavras.*»

Os turistas da esplanada da Brasileira pareciam encantados com o desfile de anacronismos, e havia quem abraçasse um cravo vermelho com os dedos, como quem guarda uma recordação. A manifestação do 25 de Abril fora, na agenda do turista ocidental, uma compensação pelas lojas fechadas e a melancolia do feriado.

Este povo de Abril, povo de esquerda, ou povo do que lhe queiram chamar, faz uma estranha figura na paisagem contemporânea. Já não é a árvore mas a sua sombra, como se a sombra continuasse árvore e acabasse por não precisar dela. No Portugal do euro e das grandes obras, da modernização e da Europa, este povo – que continua a chamar à Europa CEE e nunca aprendeu o nome da União de que faz parte – deixou de ser actor principal da revolução para passar a ser figurante de televisão. Vemo-lo por alturas das campanhas eleitorais, acenando mais para a câmara do repórter do que para o político. Vemo-lo nos telejornais, a reclamar contra a política, o padre, o presidente da Câmara, o hospital, o clube de futebol, a portagem. Vemo-lo na plateia dos concursos, dos espectáculos pimba ou dos melodramas em directo, entusiasmando-se com o electrodoméstico, a corista, o actor de telenovela, ou com a atenção que lhes é dispensada quando o olho electrónico varre a sala e mostra as caras paradas. E vemo-lo sempre de lágrima fácil ou verbo furioso, menos apaziguado do que no 25 de Abril. Porque nesse dia ele sente-se o anfitrião da festa. O 25 de Abril não é uma festa chique, é uma festa do que a direita chama «a plebe». E nesse dia a plebe passeia-se de cravo na mão, inchada de orgulho, antes que o dia acabe e voltem a ter vergonha dela, ou apareçam a pedir-lhe o voto e a vocação histriónica que dá emoção ao telejornal. Às vezes, convidam-na para uma feijoada patrocinada, santa aliança do povo com a publicidade.

Esta plebe não aprendeu muitos nos últimos anos a seguir à Revolução. Era demasiado velha para isso. Manteve-se de esquerda, deslocando-se, no máximo da sua elasticidade, até ao centro do PSD e do cavaquismo, porque Cavaco era um deles. Não votará em Portas e Marcelo, nunca. Esta plebe, despojada do canto de terra, reformada antes da velhice, exilada no verdete dos subúrbios, encostada ao dorso das fábricas,

às cavalitas dos serviços das capitais, está à espera de saber o que querem os políticos fazer com ela, embora tenha percebido que o que os políticos querem é a sua extinção. Esta plebe é a herança do Estado Novo, as últimas gerações de legado de pobreza, ignorância e tristeza de Salazar. O mundo acelerou sem eles, e, analfabetos ou semianalfabetos na sua maioria, vão morrer de susto no dia em que lhes disserem que a moeda deixou de ser o escudo. Quem lhes vai explicar o euro e a Europa? Quem lhes vai explicar que eles foram o preço a pagar pela nossa integração rápida e acertada? Quem lhes vai explicar que para os outros passarem à frente eles tiveram de ficar para trás? Que não houve tempo, nem meios, nem possibilidade de os educar, de os alojar, de os preservar? De os civilizar? A esta plebe foi dado o direito ao voto e a falar direito e grosso. O direito a protestar. E quando eles arremetem, de olhos abertos para nós, de rosto contorcido e punho erguido, homens de dentes podres e mulheres de bigode, nós, aqui deste lado do século e do progresso, nós os privilegiados do 25 de Abril e da Europa, ficamos cheios de medo. Eles são, como no filme italiano, feios, porcos e maus.

No 25 de Abril, vendo-os subir o Chiado, de braço dado, reconquistados, percebe-se que foram eles. Foram eles que mandámos ir nas caravelas enfrentar os mares e dobrar os cabos. Que mandámos defender o Império. Que mandámos derrotar os exércitos de Napoleão. Que mandámos para a Índia e Timor. Que mandámos para Angola e Moçambique, Guiné e São Tomé, Cabo Verde. Os que mandámos pelo mundo ganhar a vida como emigrantes quando a pátria deixou de os poder sustentar, como uma mãe que expulsa os filhos de casa antes deles serem crescidos. Foram eles, sempre. Os dos Lusíadas.

Fonte: *A Pluma Caprichosa*, Lisboa, Dom Quixote, 2001, pp. 381-384.
Primeira publicação: *Expresso. Revista*, Lisboa, n.º 1331, 01.05.1998, p. 112.

Eduarda Dionísio

1946–2023

25 de anos do 25 de Abril *– Vozes da mudança*

1.

Primeiro ponto: tive sorte. Como alguns milhões que estavam vivos quando o 25 de Abril nos caiu do céu e nos aterrou em casa. Falo dos que não tinham nada a perder.

Ficou-me a memória de um tempo em que as pessoas (muitas) se puseram a tratar por tu e as gravatas desapareceram até dos telejornais e dos ministérios.

E com o gosto de uma vida assim fiquei, alguns ficaram. Repugnam-me um tanto lançamento, casamentos, condecorações, comemorações e outras cerimónias que pouco (ou nada) contribuem para a mudança do mundo.

Foi um tempo sem relógios, sem «calendarizações» e «filofaxes», em que a noite era tão ou mais importante do que o dia. A urgência era a vida, muito mais do que uma solução para os atrasos.

Fiquei com o tempo assim subvertido. Muitos ficámos. Não entendo a felicidade com hora marcada, de fim de semana no campo, de dia fixo na discoteca. Nem que a igualdade das mulheres possa passar por horários bem-comportados nos parlamentos como são.

Tenho a memória de um tempo «rentável» em que o impossível se reduziu a quase nada, com o encolher da burocracia e o eclipse parcial dos intermediários. Foi estreita a margem entre o decidir e o fazer, entre o dizer e o acontecer.

E com a certeza desta possibilidade fiquei. Alguns ficámos. Evito quanto posso repartições públicas, concursos, pedidos de subsídios. Continuamos alguns em pequenas «aventuras» hoje quase invisíveis. Com muito gosto.

Tenho a memória de um tempo em que alguma coisa do que fazíamos aparecia nos jornais. As secções não reproduziam os organigramas dos governos e dos ministérios, as greves não iam para a secção da economia. Foi um tempo de máquinas de escrever, de copiógrafos, de paredes que se pintavam.

Passei a entender-me bem com fotocópias, faxes, e-mails e até com internet. Conservo essa ideia de que a imprensa serve para nos informarmos uns aos outros. E também o vício de «publicar», de divulgar, de partilhar o que se sabe (ou julga saber), de apelar, de juntar pontas. Mesmo quando dizem que é «para nada».

Tenho a memória de um tempo em que as vozes das mulheres se ouviam mais do que muitas outras fora de casa, e essas vozes chegaram às casas de cada um.

E com o som da alegria, da razão e dos divórcios para novas vidas fiquei. Não chego a entender o que sejam «quotas».

Falo dum tempo em que subitamente cada um descobriu que sabia muito mais do que tinha aprendido. Os saberes nasciam da necessidade, do entusiasmo, da curiosidade por aquilo que não existia ainda, da atenção aos outros e às coisas, às palavras.

E com a crença de que só assim se aprende fiquei. Sou estranha às sábias ponderações sobre formação profissional, sucesso escolar, cultura com vista ao «desenvolvimento» ...

Guardo a imagem de um imenso laboratório de fotografia de onde iam saindo rolos e rolos, ininterruptamente. Em negativo, claro. E era a própria luz do dia e os nossos olhares que os imprimiam. Melhor ou pior.

2.

1999. Descubro numa página de publicidade que os industriais portuenses são uma nova «voz da mudança». A AIP, na comemoração dos seus 150 «prósperos» anos, oferece-nos uma fatia de cultura: o surrealismo – artistas devidamente «comissaria-

dos» por «gestor cultural», explicados por «especialistas em arte», «patrocinados» por 60 e tal logotipos de empresas várias, MC incluído.

É uma mudança: os patrões das fábricas onde foram vegetando operários numa miséria à Dickens (e que prescindiram dos seus Grémios no 25 de Abril...) interessam-se agora por Arte e escolhem aqueles que há 60 anos clamavam: «Transformar o mundo», disse Marx, «mudar a vida», disse Rimbaud – «estas palavras de ordem são para nós uma só».

O Ministro da Cultura tinha, entretanto, feito sua a primeira metade de um slogan dos operários italianos dos anos 70: «a cultura não é uma flor na lapela». Apesar de não ter adoptado a segunda metade («é crescimento colectivo e conhecimento da realidade para sabermos modificá-la»), também aqui há uma «mudança» ...

O discurso da «mudança» é o discurso de hoje. É ponto assente que a «globalização» impõe «mudanças», que as «novas tecnologias» as ampliam (ou vice-versa), que nos cabe saber «aproveitá-las», que a civilização está «mudada», que a cultura é «outra coisa».

Mas essas «mudanças», que se enquadram na tendência dominante para o «consenso» (o contrário da democracia) e que frequentemente se confundem com «democratização» (e até com «conquistas de Abril») são na realidade a «certidão de óbito» do 25 de Abril como instrumento. Acompanham a sua transformação em objecto de evocação e de comemoração.

As mudanças que se deram há 25 anos foram rompimentos. De regime, mas também de referências, de conceitos, de relações, de gestos, de modos de vida, de linguagens. E o maior terá sido dar voz a quem não a tinha. Foi em conflito (em que uns perderam e outros ganharam – eu, por exemplo, perdi quase sempre...) que a democracia nasceu. Foi de rompimentos que ela se fez. Esquecer e silenciar isto não transformará a História.

A primeira voz que aqui trago é a de João Martins Pereira, que, em 1983, lembrava aos «intelectuais» o que se começava a esquecer: «Esses dois anos terão sido para muitos (para eles próprios, mas sobretudo para uns milhões de trabalhadores da cidade e do campo, de «deserdados», de explorados, de moradores de bairros da lata, de velhos e novos, homens e mulheres) os dois únicos anos da

sua vida – até ver – em que agiram, comunicaram, decidiram, enfim, intensamente viveram.»

E a segunda voz é a de Vitor Hugo Lucas, da Comissão de Moradores do Bairro da Liberdade, em Setúbal, fundador e gestor da creche, e que, durante anos, até descrever, esteve, em pleno uso quotidiano das palavras e das ideias. Conta o que aprendeu (por exemplo: que havia leis escritas, que elas podiam ser usadas) e o que ensinou. Sobre os engenheiros e arquitectos do SAAL, com quem diariamente conviveu, afirma: «eles aqui é que vieram aprender.»

3.

De facto, de um momento para o outro, milhares de pessoas que nunca tinham pegado espontaneamente numa caneta ou num pincel passaram a usar folhas brancas (que se tornaram comunicados e cartazes) e também paredes onde inscreveram, a preto e branco ou a cores, letras e imagens. Para viabilizar empresas, fábricas e terras, para construir casas, puseram-se elas a fazer projectos, orçamentos, actas, a falar umas com as outras e tu-cá-tu-lá com o poder. Foi de «conquista da felicidade» que se tratou. O que começava a mudar era a vida. E com ela o conceito de cultura e o seu lugar no quotidiano.

Poucos artistas e intelectuais repararam que era o próprio terreno da cultura que se ia deslocando. Lembro-me do João Mota que notou a diferença que era ter passado a fazer teatro «sem polícia e sem bombeiro», e na rua; de Ernesto de Sousa que insistiu na importância das manifestações teatrais fora da capital, do «número extraordinário de publicações», das paredes anónimas de Lisboa.

Sobre essas paredes (que em breve seriam «limpas») Fernando Azevedo diria: «A humanização da cidade não teve estratégia. Eclodiu. [...] A dimensão estética que inovou não teve assinatura. Foi obra do povo e sinal do seu poder.»

É natural que, no meio destas mudanças, os artistas «a sério», os escritores, não tivessem muita importância quando, ainda por cima, os grandes rompimentos de linguagens (talvez anunciadores do 25 de Abril) já se tinham dado uns anos antes e nada indicava que outros estivessem em preparação.

O que mudava eram os processos de produção, de distribuição, de consumo, com o «quem» (que se alargava e diversificava) ao centro: quem fazia, quem mostrava, quem recebia.

O significativo aumento, de 73 para 75, das idas ao teatro e ao cinema e das tiragens dos livros entra neste quadro de «movimento colectivo», de «saída de casa», de «descoberta do desconhecido». Os números começariam a descer a partir de 76, para chegar, em 94 (ano da Capital da Cultura), a 1/6 do que eram então no caso do cinema, a 1/3 no caso do teatro e a metade no caso das tiragens de livros em 1.ª edição. Não existiu, portanto, um alheamento dos produtos culturais nestes tempos «conturbados». Também não foram pequenas leis nem «grandes realizações» do Estado com vetetas no cartaz que fizeram aumentar os consumos.

4.

O painel feito por 48 pintores (muitos deles hoje com alta cotação no mercado), no primeiro 10 de Junho que não foi «da Raça», não terá sido um «rompimento» de fundo, mas pôs os problemas com que as artes e a cultura se debatiam. Os artistas, aliás, não demorariam muito a «regressar à normalidade» e a apostar no seu novo papel de promotores de «consenso.»

A terceira voz que aqui trago é de a de António Mendes, autor de um dos 48 rectângulos do imenso painel, que ardeu em 81: «Um grupo de pintores» ... «no dia 1 de Maio, na rua» ... «sugeri que se fosse pintar as paredes do Técnico.» ... «Eram feias assim» ... «apetecia tornar as coisas bonitas» ... «Era agora altura para cada um se manifestar, fazendo aquilo que sabe fazer, ao ar e à vista de todos» ... «Depois, veio a fase da organização» ... «Eu que tinha aderido a um puro divertimento, a uma festa, vi-me embarcado numa seriíssima "homenagem"» ... «que não se passava ao sol mas num espaço fechado» ... «que já não era o cobrir de uma parede cega mas a pintura de uma convencionalíssima tela...» ... «Fui sem vontade» ... «Mas a festa fez-se e acho que resultou melhor do que era de esperar» ... «brutalmente cortada – é certo – pela cena da censura da televisão que todos sabemos.»

Foi assim que muitos artistas e intelectuais «perderam o pé» na complicada encruzilhada de três inconciliáveis desejos: 1.º «a poesia está na rua» (sem autor portanto); 2.º os poetas têm direitos de autor e sindicais; 3.º o Aparelho de Estado é um lugar para poetas.

E a quarta voz que aqui trago é a de Ernesto de Sousa, uma grande excepção, que conta o seu quotidiano em 75. Deitar às 5, levantar às 8. E, num só dia, reler uma mesa redonda do Jornal Novo sobre «Revolução Cultural», uma nota da Quinta Divisão sobre a polémica da Exposição de Paris, escrever uma crónica para a Vida Mundial, participar num júri da SNBA, fazer uma sessão de diapositivos no ARCO com uma escultora belga, encontrar-se com Mário Pedrosa (ex-director do Museu de Santiago do Chile), ver a exposição «Colagens» na SNBA, participar numa mesa redonda sobre o conflito no IPC, montar um super 8 da Festa da Electricidade para os amigos da Dinamização, pôr em dia a correspondência com o realizador Robert Kramer e o pintor Robert Filiou. E no fim exclama: «Eu sou um trabalhador, não acham? Pois, um trabalhador intelectual, e depois?»

Já em 77, poria de pé uma inesperada «Alternativa Zero», com o apoio da SEC então ocupada em «moralizar» o teatro independente ... «Criação consciente de situações». «Entrar no quotidiano» sem a «mentira dos objectos». 10000 visitantes no Mercado de Belém. Artistas consagrados e estreantes. Movimentos artísticos «de ponta». Participação activa do público.

Mas já era tarde para provar que o difícil, o diferente, o abstracto ou o conceptual não é necessariamente igual a «elitista» e que o fácil, o habitual, o naturalista, o figurativo, o decorativo não é igual a «popular». Tinha-se dado o regresso aos quartéis e começavam os regressos a casa. O 25 de Novembro apanhou na rede também a «Alternativa Zero»: possibilitou a sua concretização ao mesmo tempo que esvaziou a sua proposta.

5.

Vinte e cinco anos depois, falar do 25 de Abril é falar do 25 de Novembro, que aconteceu menos de dois anos depois, e onde houve vencedores e vencidos. Vivemos num

pós-25 de Novembro e não no pós-25 de Abril. É útil perceber o que, sendo radicalmente novo, terminou na sua sequência e o que, apesar dele, continuou. E vamos parar às lutas mais radicais. Ou seja às que colocaram a questão de uma «outra cultura».

Penso nos geralmente mal etiquetados casos República e Rádio Renascença; mas também na esquecida ocupação da Gulbenkian; noutras lutas localizadas – contra os padrões no Círculo dos Leitores, contra os filmes da Lusomundo – empresas hoje mais poderosas e mais consensuais do que nunca.

Histórias com morais diferentes, ao longo das quais os derrotados foram semeando mudanças. Lembro que a luta da Rádio Renascença começou, ainda em Abril de 74, com a proibição da administração (a Igreja) de transmitir declarações de Cunhal, Soares, J. M. Branco e L. Cília, regressados do exílio; que na Gulbenkian a luta começou, logo em Maio, com a proibição de uma reunião de trabalhadores por Azeredo Perdigão em pessoa.

E são estas as últimas vozes que aqui trago, de 75, contemporâneas das «paredes»:

Uma: «A Fundação continua a insistir no mesmo tipo de relação cultura-público e a servir a este o mesmo género de concertos, exposições, livros, etc. Deplorando esta situação, os trabalhadores estão determinados em mudar a concepção de cultura suscitando novas relações que ultrapassem o simples âmbito dos meros sinais exteriores de que a prática cultura se reveste.»

E outra: «Nós, trabalhadores da "República", somos conscientes de que estamos numa sociedade a que falta ciência e educação, a que falta portanto uma política de informação que, em vez de mutilar as classes trabalhadoras exploradas e pobres, lhes dê o poder da inteligência e da economia» (...) «declaramos que na Informação os trabalhadores têm de poder determinar que o fruto do seu trabalho – o jornal – seja aplicado em realizações que dizem respeito à transformação do homem e da vida e não em objectivos belicistas dos políticos, em privilégios de minorias corruptas ou em exibicionismos partidários.»

Perceber estas propostas (vencidas) de mudança, em vez de obstinadamente lhes descrevermos os fastidiosos itinerários partidários, talvez esteja mais do que nunca na ordem do dia, quando velhos espectros com roupagens novas nos atacam e

quando a dificuldade de os combater é cada vez mais declarada. Para citar só alguns: iliteracia, pensamento único, exclusão. Não era disto mesmo que estas últimas vezes falavam?

Não ter medo de fantasmas é a única forma de ver claro. Para poder utilizar hoje a sorte que tivemos ontem. Seria bom que «comemorar o 25 de Abril» pudesse significar fugir a sete pés do domínio das ideias feitas e do consenso obrigatório.

Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.
<https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/782>

Obs.: Ao título do texto está associada a data 27.02.1999, presumivelmente aquela a que corresponde a primeira publicação da crónica.

Eduardo Prado Coelho **(1944 – 2007)**

Já foi há 24 anos

Sabes que houve uma primeira vez que eu tentei explicar o 25 de Abril, e que foi um verdadeiro fiasco? Estávamos ainda em plena efervescência, naquela espécie de Maio de 68 dilatado, passado e repassado em câmara lenta, às vezes exasperante, outras vezes contagiante e comovedor, e, sabe Deus porquê, os senhores da Embaixada da Bulgária acharam que eu devia lá ir escolher filmes para uma semana de cinema búlgaro, que se passou ali no Apolo 70. Escolhi para abertura do festival, um filme feito por estudantes, alunos de uma escola de cinema, sobre uns jovens que roubavam carteiras nas ruas de Sófia, e aquilo nem caiu muito bem em termos oficiais, mas era do mais fresco e saudável que por lá vi. E na Bulgária deram-me uma guia, que era filha de um cineasta, que lia Freud às escondidas na biblioteca da Alliance Française, e a quem deixei os romances de Pierre-Jean Jouve que levava comigo, e ela queria saber o que era o 25 de Abril e eu explicava com o entusiasmo de quem supunha (ou supunha que supunha ...) que estava a inventar uma coisa inteiramente nova, que tínhamos começado a construir uma alternativa ao capitalismo que, no entanto, não tinha aquele ar de pesadelo totalitário em que se tinham transformado os países de Leste, e ela, a parte final até entendia, entenderia até melhor que eu, mas o princípio suscitava-lhe engulhos, e de repente quase gritou para mim: «Mas o que é que vocês têm contra o capitalismo?...».

Aí percebi que estas evidências nunca são inteiramente partilhadas, são evidências para quem acredita nelas, são violências para quem não acredita, e no fundo de

nós próprios o enraizamento das crenças é algo de inexplicável. E comecei com ela tudo do princípio. Mas isso não me impede de dizer, e gostar imenso de que tu o entendas por dentro: «O 25 de Abril foi um dos mais belos momentos da minha vida, e o 1 de Maio um dia glorioso, como diz o Pessoa ao escrever os poemas de Alberto Caeiro». O que é extremamente difícil de contar, e isso tem a ver com o facto de tudo aparecer em mim mais como um poema do que como uma narrativa, isto é, como uma sobreposição de imagens que se arrancam ao tempo normal e que criam um contratempo, isto é, um tempo que resiste ao tempo normal e procura uma forma de ordenar as paisagens, os gestos, as palavras, etc...

Eu sabia que havia coisas que se estavam a preparar, alguns amigos (lembro-me de conversas com o Fernando Lopes) mantinham-me informado, pressentia que um tempo chegara ao seu termo, e no entanto isso aparecia como a mais improvável das probabilidades. Encontrava-me no Monte Carlo, que já não existe, mas onde durante anos almocei dias a fio, ou então no Vavá, que existe mas reduzido ao fantasma de si próprio, e aí recolhia informações, trocava opiniões, avaliava hipóteses, e depois contava ao meu pai, mas ele tinha um cepticismo causticado, já vira muito e não queria acreditar demasiado. Mesmo depois de eu lhe ter levado o livro de Spínola.

Até que um dia, acordei, levantei-me, liguei o rádio como fazia sempre, e no momento em que passava a água pelos olhos para despertar melhor (é importante, para mim claro, dizer que foi neste momento, não é que isto simbolize o que quer que seja, mas é uma espécie de presilha da memória ao real, a coincidência mágica entre a água nos olhos e a ideia de revolução), ouço aquela fórmula mágica: «Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas» (dois poetas mais tarde fariam nas «forças amadas», num desvio hábil e homenageante de algo que durante meses dominou as nossas vidas), e então chamei a Manuela e disse: «É agora, começou tudo, ouve» – e ouvimos e decidimos logo ir chamar os vizinhos amados amigos e sair para a rua e ir ver o que se passava – porque duma coisa estávamos certos, a de que era impossível ficarmos parados. E fomos: dum lado, havia o José António e a Hélia, doutro a Maria Alzira e o Manuel Alberto.

Chama-se a isto uma emoção estética – algo que é preciso partilhar o mais depressa possível. Algo que é preciso dizer aos outros: não podes perder.

Por isso repito: eu posso comprar-te todos os livros e cronologias sobre o assunto, o bellissimo álbum que o Boaventura de Sousa Santos nos forneceu, os textos de análise do António Reis ou do Medeiros Ferreira, tudo o que quiseses, mas se tu não sentires o 25 de Abril como este momento de poesia pura (o dia em que o real é a poesia absoluta), então não entendes nada de coisa nenhuma, e o melhor é desistires. É isso que torna difícil transmitir uma memória: há uma forma de o vivido nos tatuar o corpo que nada pode apagar. É, se quiseses, o paradigma da festa.

Aliás, se pegares no último romance do Helder Macedo, «Pedro e Paula», verificas que é um romance sobre o 25 de Abril, porque é um romance sobre o antes e o depois, mas que naquilo que devia ser o 25 de Abril em si mesmo, temos o título do capítulo, «Festa é Festa», a data, 1974, e a seguir linhas sem palavras, até que na página seguinte, se conclui com esta frase: «Mas festa é festa, e essa já ninguém nos tira». O que gosto neste «já ninguém» é que ele engloba Deus, sobretudo se nos lembrarmos daquelas discussões medievais sobre se uma rapariga que tivesse sido objecto de violação poderia deixar de o ter sido por vontade de Deus, ou se o que aconteceu se sobrepõe à onipotência divina. E esse é o sentido radicalmente revolucionário de quando se diz algo que foi para nós uma verdadeira festa que «esta já ninguém me tira» – nem Deus, se o quisesse, porque fui eu que o vivi.

E portanto fui eu que vivi o 25 de Abril, fui eu que saí com a Manuela, a Hélia e o Zé António e fomos de carro para os lados do Carmo, ver o que se passava, e andámos em marcha atrás alucinada para fugir aos movimentos descontrolados de massas por alguns disparos desgarrados, o encontrarmos os caminhos mais adequados àquilo que pretendíamos: viver a História no momento em que ela é ainda a «nossa história».

Depois, foi à noite olhar a televisão e descobrirmos, entre alguma admiração e alguma desconfiança, o rosto dos «nossos» libertadores. Mas foi sobretudo o espanto de vermos como tudo o que parecia inabalável estava corroído por dentro, como as tropas não tinham alma para lutar em defesa de uma ditadura visceralmente minada, como a democracia era (às vezes demasiado depressa) uma «evidência», e como o MFA nos aparecia, nas suas múltiplas faces e contradições, como a total inversão do que pensávamos: afinal as Forças Armadas podem ser democráticas, podem mesmo ser de esquerda, podem mesmo ser ingenuamente de extrema-esquerda, e durante

alguns meses vão desempenhar o papel do sujeito-suposto-saber, isto é, do pólo de todas as transferências, do lugar de todas as utopias, eles chegam e a situação resolve-se, nomeia-se um MFA e a democracia assegura-se...

No dia seguinte, entrada orgulhosa e feliz no espaço da Faculdade de Letras, e foram dias de uma fraternidade real, da cumplicidade interminável entre os amigos que se encontravam e a quem nos abraçávamos, mas também os sorrisos na rua, a felicidade partilhada, a alegria comum, na certeza já de que tudo o que de absoluto se vive é a coisa mais frágil deste mundo, e irá fender-se como uma porcelana no próprio momento em que ainda a julgo viver inteira. Mas não tem importância, essa já ninguém nos tira – nem Deuses, nem Reis, nem o ditador que caiu da cadeira, nem o pai precário das conversas em família... Na Faculdade, enfrentamos os primeiros choques: entre os impacientes, que querem desde já tudo mais e mais, e os «realistas», entre os quais me situo de imediato, por uma espécie de instinto, para quem o essencial é continuar a viver esta quimérica unidade do povo em festa.

«Mas afinal que foi o 25 de Abril?», perguntarás. Foram tantas coisas ao mesmo tempo. Foi o fim da guerra colonial – embora o início de um processo de descolonização confuso, atribulado e sangrento. Foi a reconquista da democracia mínima, como diria Norberto Bobbio, e a rotação dos seus novos mecanismos, e com isso a recusa feroz de qualquer nova forma de censura, de todos os processos de opressão, de todas as polícias sem controle, de tudo o que de perto ou de longe evocasse o tempo salazarento em que os discursos do «velho abutre» tinham «o dom de tornar as almas mais pequenas» (para glosar um poema de Sophia de Mello Breyner). E foi a entrada num tempo em que «as almas se sentiam maiores». O Partido Comunista procurava reeditar os processos de conquista de poder que tinham funcionado noutros tempos e noutros lugares: multiplicando-se em duplos mais ou menos exangues, e empurrando as alternativas reais para o espaço da não-democracia. O PS procurou resistir, mesmo que para tal se aliasse aos esquerdismos mais descabelados. E lembro-me como todos os partidos, do CDS ao PPD, entravam na gramática da revolução: no fim do Campo Grande, alguém havia escrito que «só a social-democracia é revolucionária». Uns sonhavam com uma inserção na lógica terceiro-mundista – era esta a alternativa dos militares mais ideologicamente formados (entre os quais o mais notável foi

sem dúvida Melo Antunes, o mais corajoso sem dúvida Otelo, o mais inteligente e hábil sem dúvida Costa Gomes, e o mais ingénuo e exaltado Vasco Gonçalves). Outros iriam desde logo apostar na carta europeia – foi essa a genial intuição de Soares.

Contudo, o essencial do 25 de Abril, aquilo que faz que para uns se trata de uma data que os faz (nos faz) estremecer de emoção, hoje, ainda e sempre, e que para outros o importante é o que se instalou depois, e a data evoca apenas os excessos, as confusões, a batalha quotidiana por uma verdade incerta e inacessível, a violência das exclusões, dos saneamentos ou das fugas apressadas para o Brasil, o essencial do 25 de Abril, repito, é que se trata de um momento revolucionário (e não de uma revolução, como o PCP terá imaginado, ao querer copiar um desses regimes que hoje reconhecem ter sido de repressão e crime organizado e domínio boçal e baço das burocracias). E o que é um momento revolucionário?

É talvez aquilo que provavelmente só a nossa geração sabe ainda reconhecer em toda a sua pureza: é quando, movidos pelo desejo de outra coisa, ou melhor, de uma coisa sempre outra, vamos um pouco à frente de nós próprios, suspensos de desejo e não-saber, capazes do melhor (e por vezes do pior), num crescer de alma em que tudo converge, moral e estética, política e conhecimento, numa bola de fogo e exaltação, mitologia romântica, se quiserem, ou transcendência da história, ou ruptura das métricas do tempo, e andamos aos tiros aos relógios de uma cidade para inventarmos as cidades futuras – fique embora mais curta a nossa vida. Não te digo mais nada – dou-te as mãos, e a emoção contagia-nos de novo, como se o mundo começasse hoje – aqui e agora, ou, como escreveu Samuel Beckett, «moi seul suis homme et tout le reste, divin».

A grande questão é sabermos se isto se transmite, ou melhor, se isto hoje, mesmo como simples menção estética, ou confinada à estética, faz ainda sentido. Não estou certo. O que nós vemos à nossa volta é tão obviamente diferente. Terá sido um momento da História que desapareceu para sempre? Irá regressar na curva de um ciclo ideológico cuja constituição não sabemos equacionar? Mas as diferenças saltam aos olhos: quando os estudantes antes do 25 de Abril vinham para a rua ser perseguidos e presos pela polícia, então queriam, acima de tudo, um tempo de liberdade. Quando, já em democracia, passaram dias, semanas, meses, a inventarem

novas formas de relação com o saber, novas modalidades da relação de ensino, novos esquemas de poder, autoridade e participação, era a ideia de que a felicidade poderia ser uma ideia nova na Europa. Quando hoje se manifestam pela questão das propinas, não têm nenhum mundo por detrás, nenhum incêndio por dentro das palavras, nenhum poema oculto ou murmurado, mas apenas a irreverência adolescente e a demagogia manipulada, e é por isso que depois são sages e conformes, conservadores e bem-comportados, lisos e performantes, liberais e neoliberais...

Mas todos sabemos como nada se repete. Estamos no princípio de um século, e do que se passa aos nossos olhos fica apenas o cansaço de um século que se escreveu e despudoradamente se desescreveu e nos deixou agora perante o ilegível da História, sem sabermos se isto é o fim, ou o princípio de tudo, sobretudo desse tudo que a nossa geração não chegará já a ver, nem mesmo a conhecer, nem mesmo a nomear, mas que eu gostaria que pairasse, como um fio de luz no crepúsculo, no momento em que te começo a contar como foi, há vinte e quatro anos já o nosso 25 de Abril, e digo: tu sabes, e nas minhas palavras, por instantes, tu és o 25 de Abril que foi.

Fonte: *Diário de Notícias. DNA*, Lisboa, n.º. 47149, 25.04.1998, pp. 22–25.

Joaquim Letria (1943)

O pirilau de muletas

Ando há que tempos para dar os parabéns ao João Cutileiro. Felicito-o hoje, finalmente!

A razão vem de há muito, porque já era devida por certas peças da sua indústria de mármore artísticos, os quais se vendem um pouco por toda a parte, desde lojas de móveis com mesas de lagostas, a tendas de *souvenirs*. Mas desta vez tenho de efusivamente lhe dar os parabéns: a estátua do 25 de Abril, no alto do Parque Eduardo VII, de onde acabo de regressar para escrever esta nota de felicitações, é o máximo do humor! João Cutileiro, dos claustros do seu convento eborense, há anos que deve rir-se dos papalvos que lhe compram mamas e bonecas, e outros objectos decorativos, bem como das senhoras que lhe ficam com pirilau como este que deu agora aos lisboetas.

O 25 de Abril fica assim representado com cubos de pedra a fazerem xixi para o ar, onde durante anos se debateu se se devia lá pôr o D. Nuno Álvares Pereira, a pé ou a cavalo. E foi no vazio desta guerra entre Cavalaria e Infantaria que, por setenta e cinco mil contos, nasceu este pirilau, sem escala e entre colunas, à capital agradecida, onde guias turísticos nem páram com as suas vítimas japonesas e de outras nacionalidades.

A cidade já está por tudo, com o que há vinte anos lhe fazem. Os lisboetas já nem reagem. Mais buraco, menos pirilau, está tudo certo. Daí João Cutileiro ter razão: porque não aproveitar, se a Norte também há outros conventuais a cobrarem cem mil contos

em nome da escultura a autarcas ignorantes? Para não ficar atrás, espetemos-lhes aquilo que bem merecem e onde eles mais gostarem, à vista de todos, para não dizerem que não se podem assumir!

Ah grande Cutileiro! É assim mesmo, João! Ainda corriamos o risco duma obra dum escultor, dum Jorge Vieira, Croft ou Campos Rosado, ou dum Henry Moore comprado pelo Berardo, mesmo dum Martins Correia! Engulam (salvo seja) lá o símbolo do gutterrismo: um pirilau enfezado e de muletas, que não deve ter significado político, mas pode resultar ingenuamente – tão naïf ele se apresenta – do autor poupar no cachet de modelos e se ter socorrido dum auto-retrato ou da sua imagem refletida num espelho. Sei que o 25 de Abril também já não é aquilo – anda de cadeira de rodas, a abrilhantar os salões do marcelismo, a festejar a utopia do metro quadrado do Guincho, ou a abanar o chocalho embevecido com o pirilau do Cutileiro, que politicamente é muito correcto. Os mesmos que se benziavam com as Amoreiras do Taveira devem dizer agora, veneradores e obrigados, «João Cutileiro – um grande bem-haja!»

É rir, João Cutileiro! É rir! É cobrar, claro!! Eles nem sabem o que pagam!

Fonte: *Livro de Assentos*, Lisboa, Âncora, 1999, pp. 317-318.

Julieta Monginho (1958)

A professora de Latim

«O tempus miserum atque acerbum provinciae Scilliae! O casum illum multis innocentibus calamitosum atque funestum! O iustius nequitiam ac turpitudinem singularem!»

– Chega! Não foi lá muito fluente essa leitura mas já se nota um ligeiro progresso. Podem começar a fazer a tradução do texto completo, têm trinta minutos. Ana Maria, venha sentar-se nesta carteira da frente, ao pé de mim.

Empilhei o dicionário, o livro de textos e o caderno, encostei-os ao braço e levantei-me a caminho do lugar que a professora tinha acabado de indicar. Obedeci sem entusiasmo nem protesto. Já estava habituada a mudar de lugar nos testes de latim, isolada dos meus colegas prisioneiros para evitar que copiassem todo o teste pelo meu, como tinha acontecido no princípio do ano.

Mas nessa manhã o humor de Aretusa – era este o nome carinhoso da megera – parecia ainda mais agreste do que o habitual, para me impor assim o pior lugar da sala, rodeado de muros: a norte o quadro preto, a leste uma parede, a sul uma fila de carteiras desertas e a oeste a secretária magistral. Nessa manhã não me dava a mínima hipótese de fuga. Pelo menos quando ficava perto da janela conseguia tirar proveito do isolamento, porque mal acabava o teste punha-me a olhar para a paisagem exterior e fugia dali para um mundo maravilhoso, sem latim.

E nessa manhã teria valido a pena ficar perto da janela. O sol ainda não tinha nascido há muito tempo mas já tinha invadido a sala inteira. Um sol capaz de penetrar a espessura dos corpos e de iluminar até um texto atormentado de M. Tullius Cicero. Capaz de anunciar um dia raro, apesar do latim ao primeiro tempo, fatal à quinta-feira.

Pousei os livros e comecei a traduzir mentalmente, facilmente, como de costume. Nunca cheguei a perceber que espécie de relação havia entre mim e aquela língua austera. Em todo o caso uma relação tormentosa, uma injusta relação, porque era óbvio que ela me amava apaixonadamente, tentando todos os artifícios para me seduzir, enquanto eu a repelia sem piedade, sem ao menos lhe permitir uma pequena esperança.

«*Quae consolari hominem in malis posset*». Consolar os homens. Ajudar os companheiros de reclusão, os colegas aflitos. Levantei-me com o pretexto de ir buscar a caneta que intencionalmente tinha deixado no meu lugar de origem e fui passar soluções à colega encarregada de as divulgar pela turma. Depois regresssei à cela de isolamento, onde já me aguardava o olhar torcionário, a ferver em ácido sulfúrico.

– É a última vez que se levanta do lugar, estes imbecis não merecem a sua ajuda, ou pensa que merecem?

Seria um diálogo o que ela estava a sugerir? Afinal Aretusa estaria só com vontade de falar? Mas da minha parte não havia a mínima hipótese de lhe corresponder, tal como à língua que justificava a sua decrépita presença, cada vez mais irritante. Limitei-me a olhar para o caderno e começar a escrever, sem me dar ao trabalho da resposta. Mas não cheguei a completar a primeira frase porque ela afinal não tinha desistido: – Não ouviu a pergunta que eu lhe fiz?

Era então um desafio! Pelos vistos o caso estava a ficar mais sério que o previsto, começava a interessar-me e a merecer empenhamento.

– Ouvi a pergunta, mas a resposta não ia ser lá muito amável, se não se importa prefiro voltar à tradução.

O sol continuava a iluminar a sala inteira. Nos olhos dela provocava um estranho tom amarelado de ictérica, como se eles fossem nesse dia a única barreira em que a luz tropeçasse e depois fugisse apavorada.

– Não precisa de continuar a tradução, já sei que ficaria perfeita como sempre, não vale a pena ter esse trabalho, disse ela, e ao mesmo tempo baixava os olhos e a voz, num registo inesperado.

– Não vale a pena ter esse trabalho num dia como este.

– Um dia como este? – perguntei eu, sinceramente surpreendida – O que é que este dia tem de especial?

– Não vê este sol todo, esta luz capaz de entontecer? Não ouviu as notícias? – Ainda vinha a dormir quando entrei na aula, não ouvi nada, que notícias?

– A revolução, em Lisboa. No país todo, ao que parece. A ordem acabou. Acabou tudo, e chamam ao fim a liberdade. As ruas estão apinhadas de gente desvairada, com os dedos esticados em gestos obscenos, sem o mínimo respeito pela autoridade. Aqueles dedos, aquelas mãos vão acabar com tudo, até são bem capazes de acabar com as aulas de latim.

Eu, atónita e feliz, sem conseguir esconder o riso, com vontade de desatar aos saltos e de atirar para o lixo lodosos livros e cadernos e o liceu em geral. Virei-me para trás e gritei:

– Vamos embora, malta, estamos livres, o teste acabou.

Mas a turma estava tão empenhada no seu esforço tradutor que poucos perceberam e ninguém me levou a sério. Quando olhei de novo para a frente, à espera de uma reacção, nem queria acreditar. Seriam mesmo lágrimas o que parecia restituir um fio de luz aos olhos de Aretusa?

– Não vou deixar que acabem com as aulas de latim, vou reagir, prometa-me que me vai ajudar. Aconteça o que acontecer nunca deixe de vir às minhas aulas, prometa-me.

Não consegui dizer nada, nem sequer um aceno de cabeça me animou. Não fui capaz de enfrentar aqueles olhos nem de lhes prometer fosse o que fosse. Nunca tive jeito para mentir mesmo por compaixão. Levantei-me, fui até ao quadro e comecei a escrever a tradução do texto inteiro, letras brancas de giz sobre a ardósia preta.

Não houve outras aulas nesse dia feliz. As de latim foram acabando sem tumulto ao longo de uma primavera deslumbrante. Longínqua, também só uma luz invencível na memória.

Fonte: *ABRIL*, Braga, Comissão Abril de Abril, 1999.

Maria Belo (1938)

... a liberdade apenas posso esperar

De certa forma podemos dizer que as expectativas de Abril se cumpriram. Os três D são hoje o nosso real e já não uma aspiração.

Por razões estruturais que são provavelmente as mesmas que levaram à revolução de Abril e ao seu êxito (as transformações da Europa) avançámos muito mais em 25 de anos do que seria razoável esperar. Recebemos sem esforço os direitos fundamentais e uma igualdade de acesso para quase todos – é verdade que há excluídos, o homem, mesmo depois de uma revolução, não dá a camisa ao pobre sem que se note. Ainda não aprendemos a solidariedade, temos reflexos antigos, mas os jovens parecem finalmente curiosos, activos e generosos por inesperada herança psíquica.

Ao contrário do slogan anarquista, a realidade não se engana. A democracia fez de nós um país entre outros que só se distingue pela sua história e os laços e nós que dela recebemos.

Para a minha geração há contudo algum desconforto. Cortados pelo regime do real, não podemos deixar de constatar o sucesso da democracia que tínhamos sonhado diferente.

Mas o meu Abril não tem letra D. Apesar de a revolução dos cravos nos ter empresetado a democracia, dado o desenvolvimento e aos povos das colónias devolvido uma difícil e dolorosa independência, e apesar de tudo isso nos ser indispensável, as letras do meu Abril são o anagrama incompleto de liberdade.

Muitos estão desiludidos com os resultados de uma revolução que, logo uma semana depois, e em lembrança dos 1.ºs de Maio violentos dos anteriores cinquenta anos, originou uma romaria pacífica a que só faltou o santo, em que as flores davam um ar alegre e campestre e onde quase não se ouviram palavras de ódio e de agressão contra os vencidos (António José Saraiva).

Muitos sonharam com amanhã que cantam, com amor e concórdia para sempre, com uma sociedade sem classes, sem injustiças, todos diferentes, todos iguais.

Muitos sonharam poder ser simultaneamente o rei e o povo, ver as margens do Jordão abrirem-se à nossa frente e o maná cair do céu.

Muitos julgaram que os cinquenta anos eram uma página virada para sempre e não se consolam por ainda terem de continuar a viver.

Muito imaginaram que ia ser fácil dizer e escrever as falas da noite em dia claro.

Mas a mim o 25 de Abril lembra-me uma canção brasileira que diz: a ousadia posso te dar, a coragem posso te emprestar, mas a liberdade apenas posso esperar.

Fonte: *Vida Mundial*, Lisboa, n.º 15, abril 1999, p. 98.

Rita Ferro (1955)

Ideologia, a rifa

Nasci numa mestiçagem sem classificação: uma origem brãmene, outra irlandesa, uma avó viscondessa, outra poetisa, um pai místico, uma mãe-mãe, um avô feio, baixo, gordo, escuro, tímido, honesto, hiperactivo, filho do dono numa loja de ferragens do Intendente e que se deixou enfeitiçar por três coisas perigosíssimas: talento, mulheres e chefes.

Cresci no Bairro Alto, na Rua do Século, numa casa pombalina e numa curva que cheirava a canos. Lembro-me de acordar com os músicos do Conservatório a afinarem os violinos e de espreitar, do meu quarto, o vulto do Saramago a entrar e a sair dos Estúdios Cor.

Foi nessa rua que vi pela primeira vez um homem nu.

Não, não foi o Saramago, mas um rapaz de onze anos que me tocou à janela do quarto para me mostrar o seu, como dizer?, padrão dos descobrimentos. A janela tinha grades de prisão, como tantas em Lisboa, e foi essa a primeira metáfora da minha vida.

Soube como as crianças vinham ao mundo no CIF, um clube de ténis perto do Restelo onde o meu pai treinava todos os domingos; tinha doze anos e levei comigo uma amiga que me explicou debaixo de um castanheiro como se faziam os bebés. Gritei «os meus pais eram incapazes, nunca mais te quero ver na vida!», e corri até o coração me estrangular a garganta. Ainda hoje sinto um soco no estômago quando lembro aquele dia e, durante meses à hora das refeições, fitava os meus pais tão fixamente que cheguei a preocupá-los.

Durante muito tempo sofri este dilema: acredito em Deus ou na minha mãe, que me jurou que Ele existia? Ensinaaram-me a temer Deus e o talento em doses iguais e foi, e é essa primeira esquizofrenia de uma pessoa urbana.

Na escola primária ouvia missa às sete da manhã, em latim, com tanta reverência que durante mais de dois anos achei que era falta de respeito tossir numa igreja; muitas vezes saí da capela asfiziada, roxa, com baixa de tensão.

Confessei-me por ter dado a mão a um rapaz num cinema da Praia das Maças. Casei de branco e em branco sem me passar pela cabeça que havia pessoas que faziam troça.

Deixei-me hipnotizar por loucos e perversos, fiada nas fitas francesas do meu tempo, abandalhadas, pensando que os primeiros viam mais e os segundos tinham génio. Descubri que a bondade faz o mesmo sem vítimas, mas até perceber engordei imenso.

Começaram as dúvidas: respeitar os mandamentos ou ceder às tentações para saber como era? A maçã do paraíso era pecado ou Conhecimento? Foi nessa altura que percebi que as alegorias da Bíblia me iam atrasar a vida. Ou que o mistério estava aí, num cofre tão bem fechado que podíamos morrer entretanto sem encontrar a chave.

The answer, my friend, is blowing in the wind – cantava o Bob Dylan.

A minha irmã casou em Março de 74, na Cozinha Velha, com sete pratos e um grande presente do Jorge de Mello. Eu casei um mês depois: galo! Marquei no Albatroz, que entrou em autogestão, pelo que fui parar ao Altis e não mostro as fotografias a ninguém – a tapeçaria que aparece por detrás do meu véu é africana e está tudo dito.

Casei, recasei, casei, recasei, sempre a pensar que a felicidade era um direito que Deus me dava. Ia-me embora quando achava que ma regateavam.

Escrevi o primeiro livro para dizer precisamente o contrário: que ser feliz não é um sonho tão justo como parece. Mas, coitada: tão desajeitadilha que até metia dó.

Apanhei com a revolução como azeite a ferver quando me começaram a tratar por «vocês». Não era erro de português, era ódio. «Vocês, os fascistas.» «Vocês, os patrões.» «Vocês, os ricos.» Levei anos para perceber se merecia ou não. Mas o outro gritava «Il n'y a pas d'innocents!», e fui obrigada a repensar retroactivamente até ao dia em que nasci, em Benfca, na casa de saúde das alemãs. Coitada da minha mãe:

três filhos mortos, dois que vingaram e eu que cheguei para a arreliar. Uma senhora ou uma «facha» é a mesma coisa para uma certa cambada. Eu nunca censurara ninguém, não tinha hectares nem empregados nem um tostão furado. Era uma nova-pobre pelo lado da mãe. O pai do meu pai tinha um terreno em Vale de Lobos e o Jorge Segurado fez-lhe um projecto para uma casa ampla; morreu sem dinheiro para fazer a casa e deixou o terreno ao meu pai, que morreu sem dinheiro para fazer a casa e deixou o terreno aos filhos, que venderam o terreno aos filhos, que venderam o terreno por não terem dinheiro para fazer a casa. Quando dei por mim era de direita e as pessoas de esquerda eram mais inteligentes do que eu, mais sensíveis do que eu, mais justas do que eu e com mais talento do que eu; apesar de a esquerda que conheço ser tão boa ou tão má, muita dela injusta, ter mais carros, cargos, dinheiro do que eu, e, quanto a talento, o mesmo bambúrrio.

Claro que não se pode generalizar. Mas houve qualquer coisa que me escapou entre ser criança e de direita. Devia estar distraída a pensar na forma como hoje se fazem bebés.

Fonte: *Por Instinto*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 11-14.

António Lobo Antunes **(1942)**



Herrn Antunes

Hoje é quarta-feira, 25 de Abril de 2001, e estou no último andar de um hotel em Munique. Não tenho um quarto: tenho um quarto, uma casa de banho, um corredor e uma cozinha-sala de jantar, e sempre que estou num hotel com quarto, casa de banho, corredor uma cozinha-sala de jantar lembro-me do pior ano da minha vida, 1976, em que morei num sítio assim, em Lisboa, com a mala na cozinha-sala de jantar e suspeitos da embaixada soviética por vizinhos, de olhos pálidos como os dos lobos, que pareciam cheios de medo e de mistérios. Não falavam com ninguém: ocupavam cada um o seu buraco e um coxo que dava ideia de mandar neles passeava pelos andares no ar de guarda prisional, a verificar se as portas estavam trancadas. Às vezes encontrava-o sentado numa cadeira, à saída do corredor: nunca entendi muito bem porque não me deu um tiro. Sentia os olhos do homem nas minhas costas enquanto metia a chave à fechadura.

Este hotel é diferente: durante o pequeno-almoço os hóspedes comem ovos cozidos e dá-me ideia que foram pintados por Lucas Cranach, o Velho. As mesmas mãos, os mesmos narizes, as mesmas bocas finas, expressões que atravessam séculos para lutarem com os buraquinhos entupidos dos saleiros. O ar enche-se das fendas das telas dos quadros antigos e só falta a rapariga que serve à mesa emoldurá-los em talha. Em 1976 eu chegava à janela e via a rua Luís Bivar, árvores, automóveis estacionados, caixotes de lixo, candeeiros. Uma barata espreitava-me do rodapé, a vibrar as antenas. Os sujeitos da embaixada soviética deviam dormir atormentados por

pesadelos de mais-valia. Uma ocasião saí para o patamar de madrugada. O coxo saltou na cadeira e julguei que fosse principiar a latir. Caminhava a dar impulso com a perna esquerda, pilotando uma trotineta, invisível e olhando as pessoas na suspeita de que lhe desejassem roubar o brinquedo.

1976, uma primavera dura, um verão duro. Não escrevia, não lia. Devia cheirar-se a minha solidão à légua. O recepcionista, em quem habitava um São Francisco de Assis de uniforme, emprestava-me o viático do jornal desportivo, extraído dos fundos do balcão num sorriso de conspirador. Lá no raciocínio daquele frade laico o pontapé na bola devia ajudar a dissolver a angústia. Passava um fósforo de um canto da boca para o outro num movimento rápido da língua. Senhor Fernandes, com duas alianças no dedo e a camisa pouco limpa a virtude não é incompatível com o desdém pelas lavandarias: a eminência do cardeal Richelieu era parda. Projecto de anúncio de detergente: o cardeal a apontar a eminência, branquíssima:

– Eu pensava que a minha eminência fosse parda antes de a lavar com (acrescentar o nome do produto).

1976, um outono duro. Vinham-me constantemente episódios de guerra talvez porque vivia nessa época uma guerra pior. O prisioneiro que se amarrava ao guarda-lamas do rebenta-minas e gritava de terror. O Ernesto Melo Antunes a chegar, desesperado, das acções de pirataria com os sul-africanos:

– Destruímos tudo.

Em 1976 eu tinha destruído tudo na minha vida, com morteiros, bazucas, granadas ofensivas e defensivas, G3, napalm, exfoliantes. Julgo que nem um amigo me sobrava: uma acção de pirataria completa. Em qualquer parte no escuro a luzinha do amor de uma mulher e eu a fugir da luzinha. Porquê? Enquanto Ernesto se desesperava, os sul-africanos embebedavam-se. Ouvia-os cantar até de madrugada, em afrikander.

Hoje, 25 de Abril de 2001, as feridas não sararam por completo mas estou em Munique, e o mesmo é dizer que não existo. Dou com a minha fotografia no jornal que o hóspede da mesa ao lado folheia: não se assemelha a mim, conforme eu não me assemelho a mim. Nerval escrevia nas costas dos retratos dele: Sou o outro. E portanto não há perigo que me reconheçam.

Amanhã vou a Viena receber um prémio: as pompas todas, a cerimónia toda, o almoço com o chanceler. O outro vai a Viena. Eu fico: as personagens de Lucas Cranach não passeiam ao longo do Danúbio. Ficam para ali, nos museus, a perscrutarem a gente. Este ovo cozido há-de durar-me anos: nem penses em comê-lo. Devia ter trazido uma gravata para agradar à minha mãe:

– Vão julgar que não soube educar-te.

Soube, mãe. O problema é que, de gravata, me assemelho a um noivo de província num mostuário de feira. E descanse que eu garanto a toda a gente que bem se esforçou:

– Por vontade da minha mãe trazia uma gravata.

Prometo que informo disso o chanceler, sossegue:

– Por vontade da minha mãe trazia uma gravata sabia?

E era educado, simpático, atento, em lugar de sorrir distraído. E de explicar:

– O Nerval era o outro, mãe.

– O Nerval não é meu filho.

O que se pode responder a isto? De facto o Nerval não era filho dela. E tendo chegado ao último argumento a única coisa a fazer é calar-me. O hóspede da mesa ao lado passou a página com o meu retrato. Pego na colher e assento a primeira pancada na casca do ovo: nada. A segunda: nada. Um ovo inquebrável. A minha eterna luta com os objectos inanimados. A terceira, com força: o ovo pula para o chão e as personagens de Lucas Cranach interessam-se pelo episódio. Uma senhora previdente recua uns centímetros, à cautela. Olho para o ovo, o ovo olha para mim, a reclamar

– Apanha-me.

Apanho o ovo mas o guardanapo escorrega-me dos joelhos. Apanho-o também, e fico com o ovo numa das mãos e o guardanapo na outra, como um matador de touros prestes a exhibir ao público os seus troféus. Oíço a voz da minha mãe a prevenir a assistência

– Palavra de honra que fiz o que podia.

E fez, mãe. O que podia. Em acabando esta viagem vou jantar a sua casa e tenho modos à mesa. Apareço-lhe de gravata e tudo. Vai ver que nunca teve um filho tão composto. Um filho-andar modelo para mostrar às visitas:

– Os irmãos são todos assim.

O problema é ser tarde demais para isso. E o filho-andar modelo reduz-se a um rapaz de cinquenta anos a procurar no bolso os berlindes que já não estão lá. Ou talvez estejam. No caso de estarem faço três covas com o calcanhar, e repare só no bigode que hei-de dar a estes alemães. Uma ocasião deu-me um saco de pano para os berlindes, recorda-se? Fechava-se com um cordel e tudo. Se tivesse um saco de pano aqui tirava, juntamente com os berlindes, o meu sorriso lá de dentro. Se fico muito calado e muito quieto continuo a ouvi-lo. Vocês podem ouvi-lo também: basta colocar a orelha contra esta página. Não mudou nada desde a escola primária. Pois não?

Fonte: *Segundo Livro de Crónicas*, Lisboa, Dom Quixote, 2002, pp. 97-100.



2004



2013

António Borges Coelho (1928)



Ouviste a rádio

Eram umas cinco da manhã quando me acordaram:

– Ouviste a rádio? Liga o aparelho!

– É do Kaulza? – Não. É dos nossos!

Assim se juntaram os primeiros laços e engrossaram os caudais da gente. Assim se desenhou a moldura que enquadrou os tanques libertadores naquela manhã e dia. «Não saiam das residências». E enquanto os capitães e os soldados controlavam a televisão, as rádios, os quartéis, o aeroporto, enquanto os canhões de Vendas Novas avançavam para a Outra Banda, a multidão envolvia no Terreiro do Paço os militares comandados por Salgueiro Maia, subia com eles ao Largo do Carmo, avançava para Caxias, expunha a vida às balas disparadas das janelas da Pide na Rua António Maria Cardoso.

A Junta de Salvação Nacional tardava em abrir os portões das cadeias políticas, presos havia ainda na tortura do sono, mas os militares e o povo escancararam as portas.

A boa nova corria o país inteiro, levava os cravos de Abril aos cinco cantos do mundo. Os comboios e os aviões traziam de regresso os exilados políticos. Mário Soares assomava às janelas de Santa Apolónia. No aeroporto, Álvaro Cunhal falava à multidão de pé em cima da chaimite. Dois poetas, um deles Pedro Oom, não resistiram.

Quantos portugueses morreram à espera daquela «manhã»? Quantos disseram «não», um dia e outro dia para que a liberdade chegasse? Quantos desesperaram?

Frederico Garcia! Não há cálice que contenha o vinho da alegria. Não há praças onde caiba a multidão e a voz! Gritam de felicidade mas também para expulsar o medo, um medo com milhares e milhares de anos de prisão e de tortura, com milhares de mortos nas guerras, nas ruas e nas cadeias.

E veio o primeiro de Maio. Recordo o momento inicial em que se abriram as portas das casas, em que as pessoas atravessaram o umbral e saíram. Os pequenos grupos fundiam-se rapidamente em regatos que nos cercavam de toda a parte como se as pessoas brotassem do próprio chão. Já sabiam que o governo caíra, mas ao chegarem à porta, ao pisarem a rua, ao lançarem ao vento os primeiros gritos, lia-se ainda no rosto o espanto, o espanto do milagre de não haver gendarmes que sufocassem o grito, de não haver ninhos de metralhadoras que barrassem a marcha. Braço no braço, rapaz e rapariga, fardado e civil, velho e novo, chaimites emolduradas com cachos de rapazes e raparigas. Caminhavam pela Avenida Almirante Reis, o Largo do Areeiro, a Avenida do Aeroporto, a Avenida dos Estados Unidos da América, aí os esperava a minha mulher e eu, com a minha filha nos ombros, rodeados de tantos, tantos amigos. Infleximos para a Avenida 31 de Janeiro, entramos no estádio 1º. de Maio. A liberdade era um mar. As armas que serviram para dar a morte sustentavam a flor da liberdade e da vida.

Fonte: *JL – Jornal de Letras Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 876, 28.04.2004, p. 17.

Armando Pereira da Silva (1940–2022)

Crónica do dia em que os homens se sentiram pássaros e pousaram nas árvores

Toda esta crónica, ou toda esta revista, poderia ser uma glosa à volta da foto que, em reprodução da primeira página das edições do «Diário de Lisboa» de 26 de Abril de 1974, aqui deixamos. Acompanhava-a um pequeno texto debaixo do título: «Minuto zero: o 'regime' vai cair».

O instantâneo fora obtido na tarde gloriosa da véspera, no Largo do Carmo, em Lisboa, poucos segundos antes da rendição do último ditador. Estes rostos tensos e decididos de milhares de pessoas, quase todas jovens, exprimem a fugacidade de um momento, de uma espera, de uma expectativa, de uma esperança que nunca iriam esquecer. O largo, as ruas, os carros dos soldados, as janelas e varandas vizinhas, tudo estava ocupado pelo sopro irrepetível da História em gestação.

E as árvores.

Aquele cenário propiciou a captação de belíssimos documentos fotográficos, como este. Mas talvez nenhum tão em cima do momento, nenhum com uma tal tensão transformadora. A foto – sem identificação do autor, o que é uma pena – caiu-me em cima da mesa de trabalho no meio de centenas delas, tiradas um pouco por toda a cidade e arredores, em todo o sítio onde houve movimentações militares ou/e populares. Mas aquela era, digamos assim, a foto, o «boneco»: o instante único, inclassificável, insondável, que separa quase imperceptivelmente duas realidades opostas, dois extremos inconciliáveis, dois modos não co-habitáveis de viver a vida.

Depois de um dia dramaticamente intenso de acontecimentos, dúvidas e esperanças, avanços e recuos, a História definia-se com a presença vigorosa, testemunhal, interviniente do Povo.

O dia que a fotografia documenta era uma quinta-feira, 25, de um Abril datado de há trinta anos. Já não me lembro se estava sol ou chuva, calor ou frio. Estava lindo, de qualquer modo. Disso tenho a certeza. Começou cedo, também para mim, essa quinta-feira: ao princípio da madrugada alguém me acordou, finalmente, para a notícia que um país inteiro esperava. De caminho, passei pela casa do Rui Pacheco, repórter fotográfico e companheiro de muitas andanças, e pouco depois estávamos no Rádio Clube Português, já em fase de ocupação pelo Movimento das Forças Armadas, a meia centena de metros da redacção do «DL». Mal sabíamos que o RCP em breve mudaria de nome. Emissora da Liberdade se viria a chamar, por todo o tempo em que em Portugal se pensou que todos os sonhos eram possíveis. O RCP voltaria a mudar de nome, e de dono, mas nem tudo se perdeu. A liberdade resistiu.

Esta chamada às primeiras horas do dia 25 de Abril foi uma de muitas outras. Antes, durante e depois. Por exemplo: as lutas camponesas. Pelos baldios, nas serranias do Vouga, e dos meloeiros, na campina ribatejana. Um companheiro de jornada, o José João Louro, incitava-nos e incitava-se, em plena ditadura, a uma noção exemplar de jornalismo vivo: informar é estar atento a tudo o que se move. E juntos, ele e outros de nós, fomos descobrindo que no Portugal cinzento da opressão havia muita coisa a mover-se. Até os camponeses, que o Partido nunca abandonou. Por exemplo: o JLL, o António Bica e Carlos Carvalhas tiveram um papel notável no acompanhamento da luta das populações serranas pela recuperação dos baldios, a qual, das formas possíveis, também eu amplifiquei nos jornais onde trabalhava. Pouco antes de capitular perante os militares democratas do MFA, Marcelo Caetano teve de se vergar à exemplar e justa luta dos camponeses pelos baldios. Eram vários, e alguns muito e duramente trilhados, os caminhos que conduziram à libertação.

E depois. Depois da data mágica, as chamadas multiplicavam-se. De repente, o Povo que se movia constituiu um rio torrencial. O povo que, na foto do Largo do Carmo, estava em vias de explodir no grito da sua vitória.

De repente, as pessoas acreditaram: a vida tem dias assim. De pura e absoluta felicidade. Manuel de Azevedo, meu veterano camarada de profissão, costumava contar as horas, primeiro, e os dias depois de Abril, os dias de liberdade finalmente vivida, proclamando: «Este(s) já ninguém nos tira». Talvez esta foto o tenha inspirado: o mesmo dirão ainda hoje os que, naquele minuto histórico, ali viveram o primeiro dia da sua vida verdadeira. Eram quase todos jovens, aqueles rostos. Muitos deles terão sido traídos nas suas esperanças legítimas, ter-se-ão sentido enganados, ou terão resistido à erosão do tempo e dos comportamentos, terão sabido identificar o importante e o supérfluo, não deixaram de sonhar e acreditar. Talvez se sintam hoje revoltados quando ouvem alguns idiotas reinantes chamar-lhes velhos por serem dos que lutaram contra a opressão que os ditos desconhecem – porque nasceram ou foram criados e educados em liberdade, a liberdade que os tais «velhos» lhes deixaram por herança.

Ao rever esta fotografia, recordo o poeta: «Os pássaros nascem na ponta das árvores/ As árvores que eu vejo em vez de frutos dão pássaros», escreveu Ruy Belo, talvez por essa altura. Aqui, as árvores são vida, como sempre. Mas os pássaros são homens. Aquele foi o dia em que os homens se sentiram pássaros e pousaram nas árvores.

O dia estranho e glorioso em que acordei com um golpe de Estado e me deitei com uma Revolução. E pássaro me senti.

Fonte: *25 de Abril: uma Revolução em Perspectiva*, Lisboa, Edições Avante!, 2023, pp. 275-277. Primeira publicação: *O Militante*, Lisboa, n.º 269, março-abril 2004, pp. 22-23.

Carlos Coutinho (1943)



Obrigado, Louro

Trinta anos depois, o que está mais vivo na minha memória é um certo branco e um certo azul – as ruas, o rio e o céu de Lisboa com uma luz inverosímil para quem saía de uma cela. Era com essa claridade multiplicada no tempo e nas pessoas que tudo parecia definitivo na alegria, nos gestos quentes e nas expectativas desmesuradas de quase toda a gente.

Essa mesma luz poderia ter sido intuída logo pelas oito horas do dia 25 de Abril, apesar daquele amanhecer com um céu encoberto, ainda húmido dos chuviscos recentes. O Manel Abraços, da LUAR, que dormia numa tarimba ruidosa no canto oposto ao da minha, mal acordou, fez o que era seu hábito: com quatro saltos atravessou a cela e pendurou-se nas grades da janela com a agilidade de um saguí. Só não concluiu o grito com que sempre gostava de irritar o sentinela da GNR: «Viva a República!» Ainda lhe saiu um «vivà», mas logo emudeceu, para, dois segundos depois, virar a cabeça para nós e murmurar: «Eh malta, os mabecos da GNR estão de camuflado!»

Eram os fuzileiros que acabavam de chegar e já tomavam posições no talude fronteiro ao Reduto Norte de Caxias. Era, pois, um sinal da luz que logo se intuiu, porque o 16 de Março ainda estava fresco e certos rumores já tinham conseguido atravessar as portas de algumas celas.

O episódio, no entanto, que a minha memória retém com mais nitidez, uma nitidez luminosa, aconteceu algumas horas depois. Já constara que o general Spínola só deixaria libertar alguns dos presos políticos e que a Pide insinuava a chantagem de fazer de

todos nós reféns. Para pôr cobro à ansiedade crescente, dentro e fora do país, o MFA mandou que todos os encarcerados saíssem por meia hora para o terreiro de entrada e deixou que um batalhão de jornalistas entrasse para falar com eles e ver que todos estavam em segurança.

O abraço mais caloroso que tive foi de um jovem repórter como barbas iguais às minhas, o José João Louro, de «A Capital». A certa altura puxou-me para perto do talude e meteu-me no bolso do casaco o seu cartão de jornalista, ao mesmo tempo que me ia pondo a par das últimas novidades.

«Tu estás no grupo dos que o Spínola não quer deixar sair», disse. «Mas vais ser o primeiro a sair. Sais com o meu cartão, que já tens no bolso.»

Meio a sério, meio a brincar, retorqui: «Olha que quem manda cá dentro daquelas paredes ainda é a Pide. Já imaginaste o buraco em que podes ficar metido?»

«Não te preocupes. Ninguém anotou os nossos nomes à entrada. Quando os jornalistas começaram a sair, tu, que tens umas barbas parecidas com as minhas e também és jornalista, sais com a maior das naturalidades. E eu cá me desenrasco. Procuro ser o último a sair e, se houver dúvidas, digo ao fuzileiro que me esqueci do cartão e ele que ligue para «A Capital». Se calhar ainda te vou dar boleia para Lisboa.»

Não aceitei, porque, embora os receios ainda fossem muitos e bem concretos, com não poucos pides ainda armados dentro da cadeia, os presos de Caxias já tinham decidido em plenário—de—gritos—à—janela que ou saíam todos ou não saía ninguém. E não vou reproduzir aqui a insistência do Louro para que eu aceitasse a sua oferta tão generosa quão temerária, porque a teimosia dele é proverbial, é daquelas que dariam para encher páginas de prosa repetitiva. E, se não resisto a contar este episódio, é porque ele também faz alguma luz sobre o espírito do tempo. E sabe mesmo muito bem dizer em público, trinta anos depois: «Obrigado, Louro.»

Fonte: *JL—Jornal de Letras Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 876, 28.04.2004, p. 16.

Hélia Correia (1949)

O breve instante

Os crentes em Jeová têm por certo que ele construiu o mundo em oito dias. Os nossos, que eram homens, não levaram mais tempo. Pronunciaram o seu *Fiat Lux* e, assim convocada, a luz chegou. Pareceu tudo tão fácil, tão dizível, que mais tinha ciência de milagre do que ciência de preparação. Acontecia, como se a natureza o oferecesse, e o mês de Abril não resultasse de um acaso, mas do agendamento que há nas flores. Nunca se vira uma revolução tão gentil que podia ser servida às crianças com as mesmas imagens em que lhes são servidas as outras fantasias. Os belos cavaleiros venciam o tirano e saíam às praças na sua roupa verde. Até nisso evocavam os heróis que viviam escondidos em florestas, mimetizados com o arvoredo. As raparigas vinham recebê-los, coroá-los com as suas guirlandas de jasmim e então o povo, grato, lançava saudações. Os fugitivos regressavam em triunfo e a terra inteira festejava o fim feliz.

Pois efectivamente aquilo brilhava como, contadas, brilham as histórias. Por um breve momento, essa beleza forrou as coisas da realidade e ocultou a visão da carne viva. Era uma fina pele que rasgaria com a primeira unhada e a custo continha o egoísmo que corre com o sangue e o alimenta. E, no entanto, nesses dias existiu. A alegria que ocupou as ruas ocupava também os pensamentos e todos se puseram a viver como não é possível que se viva.

Se alguma vez se quis achar a utopia sem atender à negação que lhe é implícita, foi nesta terra, e não há muitos anos. O povo pôs a confiança no dizer e falou, sem o

treino que só os estudantes mais agitados tinham. Céus, o que se falou naquela altura. As frases empurravam as pessoas e ocupavam palácios devolutos, criavam, zangas contra os homens ao jantar porque as mulheres, as grandes lingüareiras, iam atrás da energia das palavras e deixavam desertas as cozinhas.

As pessoas noutros países escutavam este alarido que mudava tudo e desciam, a ver com os seus próprios olhos de quanto era capaz a liberdade. Tive muitos amigos que vieram e que tornaram a partir, tão transtornados que pouco aproveitaram da experiência. Tinham participado numa festa em que o estado de graça transcendia a mera relação de causa e efeito.

O espírito da grande perfeição caía sobre todos como um vinho e exagerava os gestos do afecto. Naquelas ruas do 1.º de Maio, viu-se passar de braço dado toda a gente. Ria-se e acenava-se e alterou-se a hierarquia das intimidades, fazendo com que simples conhecidos se abraçassem, de lágrimas nos olhos. E os jovens pais erguiam os filhos sobre os ombros, para que eles vissem e testemunhassem essa hora valiosa, esse tesouro. Pensariam aqueles que desfilavam que assim se dava início a nova História? Estava-se atravessando o arco-íris e, realmente, o que bateu nos rostos foi um deslubrimento irrepetível.

Dados uns passos mais, todos entraram no campo endurecido do real e a luta dos interesses começou. Direi que começou em hora própria, porque bondade assim não tardaria em lançar o pavor entre os humanos. Ninguém sabia o que fazer com ela se se tornasse um estado permanente. Mas foi um privilégio contemplar a sua aparição e o seu fulgor.

Vimos depois as forças sociais oscilarem, tratando de absorver os seus excessos, na busca apoquentada do equilíbrio. Chegámos calmamente ao que hoje temos. Não passa de uma forma esvaziada, porém um optimista pensa sempre nas possíveis maneiras de a encher.

Não é com o exemplo daqueles dias que eu preencho o meu guia do futuro, pois prefiro projectos a memórias. Aquilo que então aconteceu não se transmite e não há forma de o aproveitar. Entrou em cada um dos indivíduos e é tão pessoal como o amor. De modo algum me indigna que os jovens já encolham os ombros, indiferentes. Essa é a marca que está neles, tão entranhada que não a sentem. É um órgão adquirido.

Em troca, eles não entendem mecanismos como a censura ou o delito de opinião. Às vezes pensam que mentimos nos relatos, tão absurdo o regime lhes parece. Gosto de os ver cansados de escutar. Gosto de que a exceção que é esta data se dissipe nas regras que fundou.

Fonte: *JL - Jornal de Letras Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 876, 28.04.2004, p. 11.

Jorge Silva Melo (1948– 2022)

As minhas férias com Salazar

Passo Julho entre Almada e Lisboa, teatros, transpirações, cacilheiros, esplanada da Benard de manhã, enquanto há sombra, Jon Fosse, os aeroportos, os hotéis, são os amigos estrangeiros que chegam, o ano passado Antonio Onetti e Juan Mayorga, este ano os italianos, o brilhante Fausto Paravidino, o genial Antonio Tarantino, o Tiziano Fratus, poeta, que ficou cá em casa para pouparmos uns tostões, mais o Almeida Faria, que apresento e de cuja arte falo, e mais o Jaime Rocha, que aparece, a Maria Laita (que passei a intitular *la mamma del festival*), dias longos, trabalhosos, há sorrisos e risos, nervos e gritos, estreias, beijos, despedidas, reencontros, é o Festival de Almada e eu gosto.

E são as minhas férias, este cosmopolitismo pela rua Garrett, mostrar aos amigos estrangeiros *A Capital*, esse lugar perdido onde fomos felizes, paraíso de que fomos expulsos por ordem de um presidente de câmara volúvel e efêmero (para quê? porque estes anos por aí sem respostas nem vida própria?), que a História esquecerá bem mais depressa do que tantos, mais a ida ritual ao Primavera, com os seus filetes de peixe-galo e o arroz, a fotografia da Josephine Baker e agora a da Juliette Gréco, mais a memória dos amigos naquele restaurante estiveram, Rossana Rossanda entrevista uma noite, a Luiza Neto Jorge tantas, o Klaus Grüber e o Michael König, o Jon Fosse, o Bruno Ganz, os Presnyakov, o André Wilms, Judith Herzberg, tantos neste restaurante simples, David Harrower, Stanislas Nordey, Desarthe, Titina Maselli, Gilles Aillaud.

E descubro que a conversa acaba sempre em Salazar, risos e surpresas com o ditador, com as suas galinhas e a Dona Maria, a sua astúcia camponesa, a picante francesa que escreveu *As Minhas Férias com Salazar*, os seus ministros fantoches e a sua hipocrisia besuntada.

Eu bem tento falar de Abril, da revolução, de Thomas Harlan, das terras ocupadas, da visita de Jean-Paul Sartre ao Ralis, de Simone Weil na Nazaré, dos trabalhos de Ana Hatherly que ainda às vezes se podem ver, nas fotos de Agnès Varda no Portugal de 50, bem tento falar da I República, da inovação do ensino, do anarquismo, de Adolfo Lima, de Raul Brandão, a conversa esmorece: aquilo que todos querem saber, entre um arrepio e um sorriso, é quem era esse Salazar (e não havia oposição armada?), como o suportámos 50 anos que parecem dois séculos (mas como era a censura?), como era a sua vida pós-queda-da-cadeira, como foi a transição marcelista.

Eu bem lhes digo, a todos, mais próximos ou mais distantes, bem lhes digo que o meu Portugal não é esse, que me enjoa só o citar os nomes dos ministros, que nem quero pensar, falo-lhes do «República», jornal dos trabalhadores, passo pela Academia dos Amadores de Música e evoco Lopes-Graça, mostro a Cervejaria da Trindade e os seus azulejos maçons, aponto os andares devolutos Rua da Misericórdia abaixo, aquilo que foi sede do MUD-Juvenil, ofereço cds com a Herminia Silva e o seu génio popular, aponto o que foi o seu Solar, os bordéis da Rua do Mundo, aponto aquele restaurantezinho onde ainda às vezes vislumbro o Herberto, aponto o andar onde viveu a Luzia, o que todos querem saber é quem era esse Salazar. E lá vem o discurso sobre os pobres, o analfabetismo, a desconfiança em relação à indústria, Maurras, mas também Unamuno, Maurtain, Bainville, T. S. Eliot, Maeterlinck, que todos estes, distraídos ou empenhados (Eliot presidiu mesmo, à distância, claro, mas deu o seu sagrado nome a um concurso que premiou Eduardo Malta, raio de ideia!), andaram por aí nos festejos populistas do Leitão de Barros, marchas de Lisboa, Avenida de Liberdade abaixo.

O meu Portugal é outro, é outra a sua história, mas à medida que os anos passam, esta aberração, este atraso, esta sombra amaldiçoada ainda paira nos nossos costumes, esta memória surda e porca, tudo isto ainda nos persegue, malditos que somos, que fomos pelo abutre, o velho abutre do poema de Sophia.

E entro nas livrarias e com vergonha peço o livro do António Ferro sobre Salazar, que todos o querem conhecer, saber quem é, e eu a olhar para o lado, a assobiar, às vezes a comprar outro para disfarçar, para me mostrar apenas estudioso imparcial, mas com vergonha tanta, e o prefácio do Fernando Rosas para me desculpabilizar.

Depois, os estrangeiros partem, é Agosto e os turistas que passam não são das minhas áreas de trabalho, eu deixo de andar pelo Bairro Alto, ponho-me a sonhar com um Portugal onde não tivesse havido Salazar, saúdo a Escola Oficina n.º 1, ali no Largo da Graça e vou trabalhar.

Fonte: *Século Passado*, Lisboa, Cotovia, 2007, pp. 105-107.

Primeira publicação: *Magazine Artes*, Lisboa, setembro 2004.

Manuel António Pina (1943 – 2012)



O sonho possível

A esperança que, antes, tínhamos (falo de mim e daqueles que me eram próximos) era principalmente uma questão connosco mesmos. Lutávamos como quem sonhava, com o coração cheio de palavras imensas, como a palavra Liberdade, e sem os constrangimentos partidários de outros. Não tínhamos, nem os nossos sonhos, controleiros. E sabíamos (mas era coisa de que não queríamos saber) que alguns dos que a nosso lado lutavam poderiam, se fosse caso disso, tornar-se um dia os nossos novos carcereiros. Porque os que sonham como nós desalmadamente sonhávamos – tinha-o dito de outro modo Daniel Cohn-Bendit – são sempre os cornudos da História. Nada nos permitia, porém, sonhar que o nosso sonho fosse possível. O país resignado, a podridão mansa, pareciam uma inevitabilidade, qualquer coisa congénita e irremediável. E, com os anos, o destino da maior parte de nós (os mais lúcidos e os mais cínicos sabiam-no se calhar já) haveria provavelmente de ser o dos «jeunes peigne-culs» de Jacques Brel: notários mais ou menos metafóricos, mais ou menos azedos e conformados, subscrevendo abaixo-assinados e participando em alguma romagem melancólica uma vez por ano. Mas então tínhamos apenas 20 anos, ou pouco mais. Éramos, como Colette Magny cantava, «les gens de la moyenne» e havia alguma grandeza absurda no nosso desprendimento, cheios de ideais e ainda sem interesses.

Por isso a madrugada de 25 de Abril e os dias acesos que se lhe seguiram, o país insuspeitado que de repente desembocou nas praças e nas ruas, a inocência vibrante dos primeiros gestos (o soldado dirigindo timidamente o trânsito, de G-3 a tiracolo,

as flores nas espingardas e nos corações, os primeiros «slogans», «Liberdade! Liberdade!», ainda espontâneos em cada garganta), dir-se-iam irrealis. Caminhávamos sem tocar o chão, o dentro de nós fora de nós, transbordando; tudo era de súbito possível e os nossos braços abriam-se ilimitadamente, incapazes de alcançar tanta desmesura. Enquanto, em salas sufocantes de ansiedade e de tabaco, alguns discutiam já planos para «organizar» a nossa alegria e pô-la ao «serviço» de objectivos «possíveis», bebíamos nós até ao fundo pela taça da desrazão e da felicidade. Os presos libertados de Caxias ou de Peniche, os exilados que chegavam, incrédulos, aos aeroportos ou às estações de caminho de ferro, todos cabiam ainda, de igual forma, no nosso abraço, como todos os que connosco exultavam nas ruas, nos locais de trabalho, nos cafés. Durou, o sonho, só uma semana, mas esse é um património que ninguém nos tirará. Na tarde do 1º de Maio, já nos confrontávamos uns com os outros.

De então para cá, tem sido o que se sabe. Carlyle escreveu que as revoluções são sonhadas por idealistas, realizadas por radicais, e que quem delas se aproveita são os oportunistas de todas as espécies. 30 anos depois, aí estão eles, já em segunda geração, os oportunistas de todas as espécies.

Fonte: *JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 876, 28.04.2004, p. 15.

Maria Teresa Horta (1937)



Madrugada

Uma pequena vagem, noz ou semente a crescer por entre os interstícios de um desacostumado sonho que apesar de tudo ainda hesita na orla da dúvida empurrada pela lembrança da ordem oficial contumaz: perigo de se insistir em princípios e ideais, de pensar pela nossa cabeça na teima de querer e conseguir, do desejo e do prazer, que mesmo assim se atrevem todos os dias, a fazerem-nos estremecer de receio; anseios que trepam mas não se arrepiam, atravessados por uma corrente de ar vinda do medo. Mas de nada disto nos lembramos neste momento, estupefactos, sem encontrar explicação, entendimento para aquelas vozes masculinas, que através da rádio aconselham a ficar em casa, em vez de incitarem a respirar o ar prateado com que a lua cobre este abril de primavera incipiente; pedaços de vento a desgrenhar as ruas, colinas acima sete vezes, matizadas com odores macerados que o Tejo não se desacostuma de ir buscar, espalhar a rente às esquinas, subindo esquivos até às janelas e varandas, adensando-se nos quartos cheios de sono, nas praças, nos pátios desertos; cheiros almiscarados, riscados de violeta e de púrpura, saídos das lodosas intimidades molhadas do rio, onde se resguarda a recordação de tanta história antiga, que as mulheres alinhavam pela bainha dos actos ditos menores, calados pelos cronistas e até por testemunhas quem sabe mais fidedignas porque destituídas de poder, a trazerem à tona sobretudo as mortes e as infâncias, mesmo se da Corte em Queluz, em Salvaterra ou no Terreiro do Paço. Só que desta vez não são de reis nem de rainhas ou de anjos em reza ajoelhada na obscuridade das igrejas, as vozes que começam a invocar

a liberdade. Discurso que nos parece dissonante à mistura com marchas militares, apesar de tudo fazendo-nos apressar a respiração ansiosa, fina tessitura da esperança a destas vozes anónimas, sem rosto ou corpo visível, não conseguindo nós adivinhar as fardas que as vestem, televisão sem imagem nesta espera tardia enquanto as estrelas se esgarçam nos céus de Lisboa. E aqui permanecemos a juntar bocados de memória: acontecimentos passados boca a boca, boatos jubilosos e meias verdades escutadas ao longo das semanas e dos meses, desconfianças e até anedotas, ambiguidades que agora nos parecem certezas, perguntas que ficaram sem resposta, navios chegados de África carregando o degredo da morte nas entranhas pequenas à surdina da raiva; e tudo isto nos volta ao entendimento em revoada, sem nexos, diz que diz descontente, pedaços de tanta coisa vaga ou talvez certa e amargosa, que apesar da censura passa pelas malhas do silêncio e se acumula, como peças de um puzzle. E quando as vozes regressam, acompanhadas por um «daqui posto de comando do movimento das forças armadas», oscilamos ainda entre acreditar que o sonho está a acontecer, e o temer o contrário: extremar do jugo no reforço da violência fascista. E em plena hora do lobo em que é pido tem por hábito bater à nossa porta, a recordação dos amigos presos em Caxias irrompe de súbito: inexplicavelmente inseguros tememos por eles, vindo-nos as lágrimas aos olhos, reconhecendo embora a mescla já do sobressalto feliz, apesar de incrédula. Labareda que nos atravessa num adejar de asa com sabor a esperança, começo de dia vinte e cinco, através da névoa cintilante do fim da madrugada. «Vamos para a rua» – pede-me o meu filho, tropeçando na vontade que tenho de correr para o jornal onde trabalho. Camisolas de ambos vestidas à pressa, alvoroço mais forte do que a prudência, mão pequena e morna entrelaçada na minha, a saborearmos amanhã que vemos romper o cerco da noite.

Fonte: *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 876, 28.04.2004, p. 12.

Mário de Carvalho (1944)

As passas do Algarve

Passei as passas do Algarve, vendo bem. Mas falo pouco disto. Um sentimento mínimo de decência rejeita o aproveitamento de certas oportunidades 'pro domo'. E sobrevém a convicção de que houve quem passasse por muito pior, e com menos defesas e recursos. Revejo os documentos fotocopiados na Torre do Tombo e regresso sempre à mesma questão: como é que eu aguentei aquilo tudo? Um puto idealista, ignorante e cheio de ilusões, contra uma das mais sórdidas escórias sociais que este país produziu e, infelizmente, não produziu poucas.

Fui preso à porta de casa no Sábado à tarde, quando ia buscar o carro, estacionado longe. Era cadete miliciano e estava em folga de tropa. Preparava-me para ver no cinema *A Confissão*, de Kostas Gravas, baseada na narrativa de Arthur London. Foi uma ironia dos deuses. Nessa tarde começou o meu interrogatório que iria prolongar-se por três dias e três noites consecutivos, sem um instante de sono, na sede da Pide, rua António Maria Cardoso. Depois de uma noite dormida, seguir-se-iam mais seis dias e seis noites. Outra pausa e mais dois dias e duas noites. Ameaçaram-me, insultaram-me, obrigaram-me a estar de pé cerca de quarenta e oito horas. Depois do Vinte e Cinco de Abril vi nos jornais que estes valentões choravam baba e ranho, garantiam que não tinham feito mal a ninguém, e se desfaziam em lamúrias, porque suportavam mal a prisão. Ralé que o meu país produziu com vocação para carrascos; carrascos cobardes capazes de se rojar aos pés dos vencedores, em pranto. Não sei o que será mais difícil de suportar.

Não me recordo de quanto tempo eram aqueles turnos. Seis horas? Oito horas? Um agente vinha render outro. Sentava-se do lado de lá duma mesa de pau tosco e tinha como função não nos deixar dormir. Uma mesa, duas cadeiras, um aplique de plástico na parede, a janela gradeada que dava sobre o Tejo. Assisti à manobra de reboque dum enorme porta-aviões americano.

Tudo valia para não nos deixar dormir. Pancadas na mesa, gavetas abertas e fechadas com estrondo, empuxões bruscos, berros, chaves, lápis, pratos de metal no chão, a porta a bater. Estranho jogo, dia após dia. Aproveitar dois segundos de distração para conseguir dormir um segundo que fosse. Depois vinha o chefe com perguntas. E o inspector. E o agente de primeira. Às quatro da manhã, os ecos ressoavam numa pastosa nuvem de pesadelo. Às nove da manhã, estava-se eufórico («já aguentei quatro, cinco, seis noites, mais uma, uma, mais uma...») e ouviam-se, distintos, os álcres ruídos de Lisboa, zunir dos eléctricos, tlim. Havia estes estranhos ciclos, do profundo abatimento, das alucinações, de escadas que se abriam para o infinito, das músicas exóticas que atroavam aqueles saguões, do bebé que ia ser pisado pelo passo do pido com uns sapatos que rangiam, rangiam, das angústias por causa dos apelos a que não podíamos responder. Os músculos falhavam e intronmetiam-se eternidades em que éramos levados em ombros para que não adormecêssemos de golpe nem esmurrássemos a cabeça contra as paredes. Não era descabido esmurrar a cabeça de um preso. Mas tinha de ser por ordem expressa do inspector, ou do chefe.

Depois a vida em Caxias, o parlatório, a Lena e a Ana, pequenina, para lá do vidro duplo. O julgamento. Tribunal plenário. A miséria da magistratura. À face do direito não havia a menor prova que vingasse contra mim. Zé Lopes de Almeida, a excelência da advocacia, argúcia, zelo, competência e empenho que nunca conseguirei retribuir. Inútil. Dois anos de prisão maior, como então se dizia.

Liberdade provisória, por via do recurso. Estágio da advocacia. Incerteza. Confirmação do acórdão. Mais uma vileza acobardada dos cabisbaixos juizes de então. De novo, Caxias, Peniche, a Ana e a Rita, pequeninas, para lá dos vidros, no parlatório. Cada qual, naquela sala em que me arrumaram, tinha uma história pior que a minha. O mar, à noite, através das grades, luminescências. Diniz Miranda era de Montoito, bem que cantava à Alentejana...

Liberdade condicional. Obrigação de me apresentar semanalmente não sei onde, porque nunca lá fui. Não tardaria a voltar à tropa, para a chamada companhia disciplinar de Penamacor. Soldado raso, entre corrécios. Mobilização. África. Humilhações e desminagens.

Tinha a minha conta. Exilei-me, a salto e a custo. Outra longa história. Para contar um dia. Mais passas do Algarve.

Fonte: *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 876, 28.04.2004, pp. 10-11.

Teresa Rita Lopes **(1937)**



O meu primeiro 1.º de Maio

Pensar que já passaram 30 anos sobre o 25 de Abril!

Os jovens, esses que nós olhamos com um sorriso nostálgico quando falamos do 25 de Abril, não podem imaginar o que é recuperar uma pátria de que um longo exílio nos separou. Só se ama mesmo o que já alguma vez se perdeu ou esteve a ponto de se perder. A experiência do exílio é um segundo nascimento mas de si próprio, como um caule que cresce do seu próprio nó. A profunda nostalgia da Mãe primeira nunca se perde e a maior dor do exilado é a de não poder regressar a esse colo para se reaceitar não sabe bem com quê, talvez apenas consigo próprio. Por isso acho que deve ter havido vários 25 de Abril, de facto diferentes: para os exilados, para os presos, para os que viviam quotidianamente asfixiados pela ditadura e também outro, para os que por ela se sentiam protegidos.

Não, não estava em Portugal no dia 25 de Abril mas em Paris, para onde me escapei, fugida à Pide, quase ainda uma menina. Vim a 30 de Abril para festejar o 1.º de Maio.

Só nesse dia – um dos mais bonitos da minha vida – o 25 de Abril aconteceu verdadeiramente para mim. Lembro-me de ir abraçando amigos pelo caminho, na longa marcha para o Estádio, onde finalmente nos reunimos e houve discursos (desses não me lembro). Tudo para mim tinha um sabor a reencontro mas numa terra que era ao mesmo tempo outra e a minha. Não mais aquele manto de cinza e de tristeza que cobria tudo: explosões de alegria por todo o lado, até os sinaleiros – que os havia, numerosos, nessa altura – faziam os sinais de trânsito com os dois dedos abertos no vê de vitória.

A euforia do Maio 68, em Paris, com que intensamente vibrei, não foi comparável a esta: vivi-a sempre com um aperto no coração, com o sentimento de que aquela terra não era a minha, não era minha aquela revolução. Nesse meu primeiro 1.º de Maio sentia ah! sim que aquela terra era mesmo a minha.

Em geral, não gosto de multidões. Fico à parte. Mas nesse dia fiz corpo com aquela multidão em delírio, agitando cravos com uma alegria jovem, quase infantil.

A energia das multidões é, muitas vezes, destruidora, e por isso me aflige. Mas a daquela, não. Lembro-me de ter conseguido, com o simples poder da minha fraca voz, ter alterado um slogan: em vez de «Morte à Pide!», pus as pessoas a gritar: «Abaixo a Pide!»

Recordo que nesse dia tinha a sensação de que tudo era possível, como se estivessemos no princípio do mundo. De um novo mundo.

Fonte: *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 876, 28.04.2004, p. 16.

Rui Cardoso Martins (1967)



Dia da Liberdade

A 25 de Abril de 1974, quando um golpe militar derrubava uma ditadura civil, extravagância pouco vista no mundo, cheguei a casa mais cedo e despi a farda. Era um bibe azul com o nome bordado no meu peito curto de sete anos. Um colégio de padres que usava a palmatória nos burros, era onde eu estava no 25 de Abril.

Antecedentes democráticos, a primeira recordação da vida é o meu pai a sorrir a dizer que um Salazar morreu, na luz matinal de Sines, indescritível sobre as férias do mar, ainda lá estava a falésia, antes do petróleo e do gás, e eu a perguntar-lhe se era amigo do papá, e não se podia dizer.

Anos depois pintaram um mural gigante no recreio da escola diante de minha casa, ao lado dum penhasco, colado a Espanha, e entrei no mural

O Povo Está com o MFA!

Viva o 25 de Abril Sempre!

O Povo Unido Jamais Será Vencido!

Abaixo a Reacção!

Comoventes ameaças na escala da pintura que era de um por um, um soldado pintado era do tamanho do professor que o pintou, a criança que dava um cravo ao soldado era do tamanho da criança que o pintou, e as espingardas automáticas G-3 apareciam como nas serralharias, na parede das ferramentas, uma sombra escura com

um prego para pendurar a régua, o berbequim, a plaina do tamanho da sombra, pendure aqui a sua G-3, soldado, cuidado com os dedos. As espingardas traziam cravos vermelhos no cano, os bonecos olhos brancos de felicidade, em cima do canhão do tanque. Jogávamos à bola seguros, no recreio da escola, vigiados por um tanque pintado no seu tamanho real de guerra.

Entretanto perdemos a escala.

O 25 de Abril de Portugal abriu as portas a mais transições para a democracia, como a de Espanha, ou revoluções contra a ditadura, como a da Grécia dos coronéis, foi sempre o que ouvi dizer. A Grécia retribui agora e passa-nos, aliviada, a fama da bancarrota, os juros da dívida a ferver nas mãos, não somos o alvo a seguir, estamos a ser alvejados pela finança internacional, não se sabe quanto tempo de pé.

Voltou a palmatória, como nos alunos burros do meu colégio de padres. Um euro são quantos escudos. 200? Mais ou menos 200? Achas, burro? Pensas que vais continuar nas contas erradas, que o € (tão jovem um símbolo) te segura no colégio da União se o estiveres a matar? O histórico perigo português internacionaliza-se como no 25 de Abril, mas não eufórico, não revolucionário e com esperança, só triste, cansado e deprimido. Há profecias que se auto-realizam de tanto se falar nelas, mas não deve ser só isso, é outra coisa do nosso ser de hoje, um desastre ontológico em curso.

A minha irmã chega de Paris, fugiu a horas das cinzas do vulcão, mas o que ouviu à mesa de homens e mulheres de mais de dez países europeus foi nem se atreva a brincar com a Grécia, não diga que é diferente porque

– Portugal está na bancarrota e o vosso Governo é corrupto.

Um amigo vai à Alemanha em trabalho, passa por Itália e diz o que se fala nessas terras, falimos e não prestamos, enganámos as pessoas e estamos em negação, nem vale a pena abrir a boca.

Há 36 anos cheguei a casa e despi a farda, um suave bibe azul com o nome bordado no peito.

– Vais para casa mais cedo, há qualquer coisa a acontecer em Lisboa.

Fonte: *Público. Supl. Pública*, Lisboa, n.º 7325, 25.04.2010, p. 73.

José Pacheco Pereira (1949)

Parafernália

Todas as semanas entram-me em casa entre um e dois metros de papéis, livros, jornais, brochuras, panfletos, cartazes, autocolantes, emblemas, CD-ROM, DVDs disquetes, efémera, a que tenho de acrescentar alguns objectos, que não contam para a metragem, mas que também contam para a vida desta Parafernália. A palavra significa «os bens da esposa (noiva) para além do dote», ou os «bens pessoais», ou a «tralha». O dicionário de Samuel Johnson em que eu tinha alguma esperança de ter uma definição com o humor fino do autor fica-se pelos bens da esposa. O Webster é mais completo mas também anda por aqui e o Houaiss deixa os bens da noiva para o fim e começa pelos bens próprios e pela tralha. Ou seja, a Parafernália, uma bela palavra grega latinizada, não voa muito nos dicionários.

Fiquemos pela tralha porque a tralha é boa companhia, nas alturas em que a política parece ter chegado a um beco sem saída, como é o caso dos dias de hoje em que metade do mundo diz-nos que mesmo que façamos tudo o que devemos fazer ficamos na mesma situação do que não fazendo nada e a outra metade diz-nos que se fizermos tudo o que temos a fazer, talvez possamos fazer outra coisa, cuja não se sabe bem qual é. Para uns, somos lixo; para outros, porcos. Nada é brilhante, tudo baço. Precisamos pois de algum ar puro e novo, ideias e imaginação, coisas novas e baratas e, não havendo forças endógenas, mais vale procurar fora aquilo que se pode aprender. Ora, como o único país estrangeiro pelo qual se pode viajar sem ser com muito dinheiro é o passado, vamos pois à tralha, ao dote da noiva para além do

dote, ver o que é que a jovem senhora que preside ao reino da Parafernália trouxe nas suas arcas.

O livro de L. P. Hartley, um autor pouco conhecido por estas bandas, começa com uma frase famosa: «The past is a foreign country: they do things differently there», «o passado é um país estrangeiro, lá fazem-se as coisas de forma diferente». E a enorme vantagem da Parafernália é precisamente permitir essa viagem. Como todas as viagens em que a nossa cabeça viaja mais do que o nosso corpo, nunca são inócuas. Na Parafernália está sempre este constante movimento para o país onde «se fazem as coisas de forma diferente». E como a estranheza é uma novidade, é um excelente meio para sair da nossa triste condição de povo emparedado entre o lixo e os PIGS, e trazer pérolas sem as dar aos porcos. Enriquecer, em suma, aprender, lidar com o diferente, a ver se somos capazes de fazer diferente. Aproveitemos.

Nas colheitas recentes da minha Parafernália está um velho disco de vinil de 45 rotações. Já quase que não há máquinas para o ouvir e faz parte daquilo que os americanos chamam Dead Media. Na capa está um tanque hoje obsoleto (à data do 25 de Abril também já era obsoleto), com toda a Banda de Caçadores n.º 5 dependurada em cima, instrumentos e tudo. Fardada a preceito, uns com ar mais marcial, outros tentando manter o equilíbrio ou encostando-se ao canhão ou por cima das lagartas. No meio, o maestro da banda, capitão Sílvio Lindo Pleno, então o mais novo maestro de uma banda militar e, mais tarde, com uma carreira que o levou ao S. Carlos e a Paris, tendo antes e depois regido várias bandas de «Sociedades Filarmónicas».

O disco chama-se *Amanhecer Heróico* e agrupa quatro músicas: «Marcha Patriótica 25 de Abril», «A Mais Bela Herança», «Grândola Vila Morena» e «Cravo Livre», adaptadas ou originais de José Afonso, José Calvário, Luís Alcária e do próprio Capitão maestro. O disco, edição da Telectra, faz no verso um agradecimento ao Comando das Forças Armadas, à Banda, ao seu Maestro e ao Sr. Alberto Nunes «pelo milagre da captação do som deste disco, que o público irá julgar». O disco que possuo tem uma dedicatória de Dezembro de 1974, o que permite datar o disco dos primeiros meses após o 25 de Abril.

Tudo certo e tudo bem dentro do «país estrangeiro» do passado. Arcaísmos: vinil, forças armadas, «amanhecer heróico», pátria. A unidade militar chamava-se «caçadores», já em si uma antiga designação e tivera origem num batalhão alentejano que participou em várias batalhas e escaramuças da Guerra Peninsular e que, para a memória mais recente, teve um papel destacado no 25 de Abril. Percebe-se o disco, a escolha das músicas e a escolha da banda. À data ainda o 25 de Abril era o «dia inicial inteiro e limpo» em que livres «habitamos a substância do tempo». Eis o passado em estado puro: dias de esperança, esperança dentro do tempo, que não costuma ser muito dador de esperança.

No verso, há uma dedicatória de uma mulher a um homem. (A Parafernália é muito indiscreta.) Nela se diz: «Lembras-te em Julho na Manutenção Militar? Agora que estamos no fim de 1974 é bom recordar os dias felizes que todos nós vivemos e que nunca esqueceremos. Por isso desejo que toda a tua vida seja cheia de 25 de Abril (...)». Não sei se a dedicatória é amorosa ou apenas afectiva, mas esta dedicatória só pode ter sido feita, como foi, nos primeiros meses do 25 de Abril. Não diz «que eu vivi», mas que «todos nós vivemos», não diz «eu», mas «nós». Nós «nunca esqueceremos», uma promessa sobre a memória futura, uma das mais difíceis de cumprir. E o desejo que a mulher faz é que «toda a tua vida seja cheia de 25 de Abril».

É um desejo que se percebe ser de aniversário, talvez para um dos homens que está dependurado no tanque, ou apenas um militar anónimo que participou no 25 de Abril. Não há réstia de politização nesta dedicatória, não há traços do modo como todas as palavras relativas ao 25 de Abril se tornaram menos «limpas», quando se passou do 25 de Abril para o «espírito de Abril». É História pura, tempo perfeito, passado, país estrangeiro onde «se fazem as coisas de forma diferente», um genuíno momento de participação em que o indivíduo e a História não são distintos. Bem longe de nós, bem longe do presente.

Na Parafernália, é o nosso olhar que dá vida, o olhar que não esquece, o olhar que viaja para o país de onde vieram os papéis, os livros, os objectos e que os vê. Insisto: que os vê. Que vê o autocolante onde está a candidata presidencial da LCI Arlete, a fumar na fotografia, e que dizia que era uma coisa e não era. Teve de sair da campanha pela

porta baixa. Hoje teria uma carreira gloriosa com tanta gente que diz que é uma coisa e é outra. Ou o folheto de caricaturas intitulado *Alemão Nazi em 22 lições, compreendendo informações úteis para führers, «quinta-colunistas», gauleiters e quislings*, produzido pela propaganda de guerra inglesa. Aí se explica em «alemão-nazi» o significado de «permuta»: «sistema económico pelo qual um exército de ocupação se apodera de cereais, gado, lacticínios, minérios ou petróleo de um território ocupado dando em troca uma fotografia do Führer autografada». Quantas fotografias do Führer autografadas, quantos diplomas de bom comportamento recebemos em troca nesta «permuta» europeia! Ou uma fotografia do trabalho fabril usada numa exposição, com máquinas, operários, peças, *stocks*, tudo tão arqueológico como um dólmen na vastidão alentejana. Ou o Estatuto do Sindicato Nacional dos Alfaiates, agora que quase não há alfaiates, que me recorda a Academia de Corte Maguidal onde o velho Manuel Guilherme de Almeida, o último dos fundadores vivos do PCP, se queixava da indiferença com que uma menina que registou a sua nova ficha partidária depois de Abril tomou nota da sua data da filiação, 1921. A Parafernália vale a pena, aprende-se muito no dote da noiva. É que nos dias de hoje o passado tem mais futuro do que o presente.

Fonte: *Público*, Lisboa, n.º 7763, 09.07.2011, p. 37.



2014



2023

Rui Zink (1961)

Eu só queria um pónei

Opá, eu ia fazer 13 anos quando se deu o 25 de abril. Dizem que Portugal não era um país rico em 1974, e eu sei que não era um país rico, mas portou-se como rico, em 1974, porque me ofereceu uma revolução, quando eu já me contentaria com um pónei, uma bicicleta ou, simplesmente, um passe para ver quatro filmes no Cinema Império. Os meus pais eram pobres e forretas, a pior das combinações, e não me queriam dar um presente catita pelos meus 13 anos, logo a idade com que em tantas culturas um jovem é iniciado no mundo adulto – ainda não «um homem» mas já «um homenzinho». A minha mãe desculpava-se com as aulas que tinha de dar, o meu pai estava em África, e eu já me conformara em não ter nem pónei nem bicicleta, nem sequer o passe para quatro idas ao Império. Por sorte eu já andava sozinho nas ruas e frequentava os «piolhos». Na altura havia muitos em Lisboa, só na Baixa eram quatro: o do Coliseu, o Animatógrafo, o Olympia, o Salão Lisboa. Para marcar o lugar no intervalo das sessões contínuas, uma pessoa colava com cuspo o bilhete às costas da cadeira ou então atava um lenço ranhoso ao braço da cadeira. (Convinha ser ranhoso, para ninguém o roubar.) Eu desde os seis que andava sozinho nas ruas, Lisboa era assim naquele tempo, pelo menos na Pena, ali mesmo por cima do Rossio, com vista para as chaminés do palácio da Independência, onde era a Mocidade Portuguesa, com os seus calções castanhos e a saudação de braço esticado. Lisboa, pá? Era um filme antigo: as peixeiras subiam descalças a calçada, apanhávamos caranguejo no Cais Sodré, o funileiro passava a assobiar, e o amolador, e o senhor Bento (o carvoeiro galego) estava sempre aberto caso fosse preciso

petróleo para o fogão, e a capelista, a drogaria, os queijeiros da Rua Gaspar Trigo, a casa da Amália na Rua Martim Vaz, o convento. A guerra era longe e ainda não era problema meu, ainda tinha mais cinco anos antes de pensar fugir ou ir. Era uma infância gira: parada no tempo, cristalizada numa noite de cristal. Ainda hoje, quando vejo um filme italiano ou francês dos anos 20, 30, digo: «Olha, a minha infância». Tinha o seu quê de interessante, ser miúdo num país fora do tempo. Um pouco como viver no campo quando se é criança. Aos 13 anos, contudo, um adolescente começa a precisar de outra coisa, pá, senão mirra. E foi essa outra coisa que o meu país me ofereceu. Uma manhã, estremunhado, o meu primeiro sentido disse-me que tinha acordado tarde. (Há quem lhe chame sexto sentido, mas para mim é o primeiro.) E a minha mãe continuava em casa, e disse-me que hoje não havia escola, diziam na rádio, não se percebia bem o que estava a acontecer, mas havia soldados nas ruas. Eu vesti-me logo e, apesar dos protestos dela, saí à rua, prometendo (ou seja, mentindo) que teria cuidado. Das escadinhas, por cima das chaminés do palácio da Independência via-se a confusão no Rossio. Não irei jurar que àquela hora já havia chaimites. Horas mais tarde, de certeza – eu próprio andei à boleia num. Mas de manhã? Não posso garantir que a minha memória não esteja a inventar coisas. (Têm a mania de fazer isso, as memórias.) Estava a caminho do Terreiro do Paço quando soaram tiros. Abriguei-me numa loja da Rua do Ouro. Penso que os tiros foram mais para proteger os civis. Não sabia ainda que quatro iriam ser mortos naquele sítio que agora é um condomínio. Nos dias seguintes foi uma festa. Nunca mais vi gente tão gente e tão tanta e tão tão feliz. A caça ao pido também teve a sua graça, porque é sempre divertido ver o medo apontar o nariz na direção de quem até então o comandava. E que maravilha aquele 1º de Maio, Almirante Reis acima, de mão dada com a minha mãe, eu que já não tinha idade para lhe dar a mão mas, naquele dia, lhe dei a mão. Foi o primeiro dos três momentos mais religiosos da minha vida – e o único que tive enquanto filho e não enquanto pai. Estou, ainda hoje, grato ao meu país: uma revolução, quando se tem 13 anos, é mesmo um presente do carças. Obrigado, pá. Naquele dia estiveste bem.

Estivemos todos.

Fonte: *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, n.º 1136, 16.04.2014, p. 17.

Ana Margarida de Carvalho (1969)



Testemunho de quem foi privada de comemorar o 25 de Abril (o primeiro deles, em 1974)

No 24 de Abril ensinaram-me a dizer «o papá está na tropa». E eu gostava de ir à «tropa». Porque havia uns bichinhos nos corredores com os quais me entretinha e o meu pai estava dentro de um aquário. Ali todos os pais viviam dentro de aquários. E eu dizia-lhe para partir os vidros, parecia-me fácil. E ele ria-se muito.

No 24 de Abril passava imenso tempo com os meus avós. E eles pediam-me para cantar os *Filhos da Madrugada* (a primeira canção que aprendi) mais baixinho nos restaurantes.

No 24 de Abril apareciam homens lá em casa, e a minha mãe corria a esconder livros e discos na banheira. E gritava muito de cada vez que eles me tocavam ou me queriam pegar ao colo. E a minha avó, com medo que também levassem a minha mãe, ajudava-os a arrumar em sacos os livros e discos que nos roubavam.

No 24 de Abril, estava sempre a mudar de casa, e o meu pai morava num castelo maravilhoso cercado pelo mar em Peniche e nós numa casinha de pescadores. E eu dizia-lhe «papá parte os vidros». E lá fora havia mulheres descalças sentadas na areia a desenlear redes.

A minha mãe e a minha avó choravam, às vezes, eu achava normal que os pais estivessem atrás dos vidros. Sempre o tinha conhecido assim, atrás de uns vidros de uma prisão. Tal como achava normal que as mulheres descalças lá fora nunca parassem de desenlear redes.

No 24 de Abril, eu tinha esta mania de fugir, de cada vez que encontrava um espaço aberto pela frente. E a minha avó atrás, muito alarmada, agarrada à minha irmã-bebé, chamava *Ó Ana, ó Ana*, com medo que eu desaparecesse. E eu não sentia medo de desaparecer, fugia e pronto.

Nesse dia foi o meu pai que me encontrou, no aeroporto de Estocolmo. Já não tinha vidros à frente, e usava um gorro enorme na cabeça por causa da neve. Eu olhei para ele, tao alto, sempre o tinha visto sentado. Não era o meu pai mas era o meu pai.

No 25 de Abril recebemos imensos telefonemas na nossa casa Ikea, de Lund. E assisti ao 25 de Abril pela televisão num noticiário sueco, com a sala cheia de amigos latino-americanos. Íamos mudar de casa outra vez. Eles estavam felizes, nas fotografias aparecem a rir-se imenso. Eu não. Tinha de deixar o meu triciclo, os meus amigos suecos, o ouriço-cacheiro que vivia no jardim das traseiras. E ali, se largasse a correr e fugisse, sempre havia algum sueco que me encontrava e levava a casa. Devia ser a única miúda morena num raio de 20 quilómetros.

No 25 de Abril, quando aterrámos no aeroporto de Lisboa, trazia um urso amarelo debaixo do braço, e um hospedeiro muito sorridente perguntou-me porque é que ele não tinha bilhete. Depois encafuaram-me numa bata cor-de-laranja e mandaram-me para a escola. E eu não percebia nada daquilo. Porque os pais das outras meninas não tinham estado presos. E cheguei da escola e disse à minha mãe que tinha de sair dali rapidamente, porque andava numa escola com meninos fascistas. A minha mãe explicou-me que não era exactamente assim, mas eu continuava a não perceber. E vomitava todos os dias antes de ir para a escola como forma de protesto. Depois os meus avós punham-me em frente a umas tias e diziam-me para eu cantar a gaivota, para mostrarem como eu já sabia cantar bem, e alto.

No 25 de Abril, quando estava muito zangada, chorava, e gritava com os meus pais e dizia-lhes que um dia ainda havia de ser fascista.

Fonte: *Capazes* (blogue), 25.04.2015,
<https://capazes.pt/cronicas/testemunho-de-quem-foi-privada-de-comemorar-o-25-de-abril-por-ana-margarida-de-carvalho/>.
(consulta: 17.10.2017)

José Tolentino de Mendonça (1965)

As lágrimas do general

Ouvi ao Arquiteto Siza Vieira esta história, e tenho voltado a ela, em pensamento, ao longo deste abril. Nos primeiros dias da revolução o grupo de Belas-Artes estava a construir um mural. E nisto, vem a passar o poeta Eugénio de Andrade, que tinha já nos círculos culturais do Porto um verdadeiro capital de estima. Era um criador, um espírito livre, irreverente, inspirado. Imediatamente alguém sugere que se aborde Eugénio de Andrade, pedindo-lhe um verso ou uma frase para integrar o mural e a verdade é que, com igual espontaneidade, ele assentiu. Ficaram então à espera, como que suspensos, do que seriam as palavras do grande poeta. E o que torna inesquecível esta história é que a proposta de Eugénio foi simplesmente: «abaixo o fascismo». Siza Vieira fala disto como de uma lição.

Quando é que as grandes transformações humanas e societárias acontecem? Acontecem quando coincidimos, como indivíduos e como povo, na prática (e não só na teoria) daquilo que reputamos como o essencial. Precisamos certamente de evidências éticas maiores que nos inspirem e agreguem; que nos deem o sentido daquilo pelo qual temos de estar disponíveis a arregaçar as mangas, a comprometermo-nos e até a sofrer, percebendo que sem isso a vida fica sequestrada e diminuída. Precisamos de valores indiscutíveis, que informem e qualifiquem a realidade. Mas necessitamos continuamente de práticas. É por isso que dizer que a herança do 25 de Abril é a instauração do regime democrático, sendo em si uma verdade objetiva e de mérito inestimável, não deixará de ser, cada vez mais, e inevitavelmente, uma daquelas afirmações

estáticas e um tanto escolares. Ou atribuir ao 25 de Abril a participação igualitária ou a liberdade, como facilmente se vê repetido, não deixa de ser verdade, mas também de saber a pouco. Michel Foucault explica isso bem quando lembra que não há propriamente máquinas de construir liberdade, nem dispositivos que sejam pela sua natureza funcionalmente libertadores. E podemos alargar isso à democracia no seu conjunto. Ou aos direitos humanos. A liberdade, como ele escreve, é uma prática e mais do que tudo depende das relações que reciprocamente se efetuam ou das assimetrias que combatemos ou que perpetuamos.

A democracia é um devir. Por isso, uma das intervenções mais significativas nestas comemorações de Abril foi a do general Ramalho Eanes alertando que a unidade nacional «não se mantém com este nível de desemprego, de miséria e de portugueses com fome, que é uma coisa que nos ofende e que não devíamos permitir». E formulando, com justa veemência, um apelo que nos recoloca do lado das práticas, mesmo se as clivagens ideológicas e de poder continuam a preferir assobiar para o lado: um «pacto de reforma do Estado, que responda àquelas que são as necessidades e exigências de um Estado social», pois há «um futuro que temos obrigação de deixar aos nossos filhos». E ao proferir estas palavras era evidente que a emoção o empurrava para as lágrimas. Mas quem ouviu as lágrimas do general? «Abril é o mais cruel dos meses», disse T.S. Eliot, um vate avisado. É um mês cheio de promessas, que desmembra o inverno e desmente a terra morta, fazendo florir as agónicas raízes, conduzindo ao deslumbre até os bolbos que se tinham por desenganados, acordando, avivando, semeando esperanças, garantindo que é este o tempo de se expor ao sol, mesmo na vulnerabilidade, e que vale a pena sair da sombra do medo. Mas é o mês mais cruel quando fica apenas a promover o que não cumpre.

Fonte: *Que Coisa São as Nuvens*, Paço de Arcos, Expresso, 2015, pp. 187-188.

Dulce Maria Cardoso (1964)



Faxismo nunca +

O desejo de mudarmos era antigo, mas demorou muito até conseguirmos trocar a modesta casa térrea pelo primeiro andar quase a estrear que – palavras dos meus pais – mandava ventarolas. Um morador dos bairros acima da linha dos comboios de ferro que cortava Luanda em duas não encontraria diferenças significativas entre a casa velha e a nova, nas ruas de terra batida por que ambas eram servidas nada podia merecer atenção, mas para nós a casa nova era o prenúncio de que a partir dali tudo nos iria correr bem.

Mudáramos havia menos de um ano, eu saltava à corda perto da igreja que se ia construindo com as contribuições dos fiéis, quando a Editinha magricelas apareceu afogueada com a notícia, houve uma revolução na Metrópole. Nem eu nem os meus amigos nos distraímos da brincadeira, a capital do Império era, para nós, tão irreal quanto o céu que, mesmo baixo de nuvens escuras, continuava lá longe. Aos sábados de manhã, cantávamos hinos ao Império com o mesmo despreendimento com que entoávamos os cânticos da missa de domingo. Dali a menos de três meses, eu faria 10 anos.

Nesse meu aniversário, enchi-me de alegria infantil com os dois dígitos que desenhariam a minha idade para o resto da vida. Forrámos o quintal com folhas de palmeira, comprámos um barril de cerveja para acompanhar o churrasco, pusemos merengues a tocar, a festa durou até de manhã. Ter-se-ão ouvido tiros também nessa noite, a revolução da Metrópole, que não parara as nossas brincadeira, trouxera já os

movimentos independentistas para Luanda, os soldados portugueses desleixavam-se com canhangulos e liamba, os novos donos da cidade patrulhavam as ruas armados até aos dentes, mas a nossa vida parecia poder seguir quase igual, o meu pai continuava a transportar café para os navios que atracavam no porto, a minha mãe tomava conta de nós e da casa, íamos à escola, almoçávamos no Vilela aos domingos. E eu continuava a brincar na rua.

No dia em que a revolução fez um ano, corriam já, há muito, os boatos de que os comunistas da Metrópole queriam deixar os colonos morrer às mãos dos soldados independentistas, não interessava se os homens, mulheres ou crianças, eram todos fascistas, colonialistas e imperialistas, ia haver maca da grossa. O martelar dos caixotes tornou-se ensurdedor, os mais previdentes encafuavam dentro deles os seus haveres, despachando apressadamente as suas vidas para fora dali, o ouro esgotou-se nas ourivesarias, a modista Clotilde ofereceu à lavadeira as peças de bordado inglês que guardava para o enxoval da filha, as escolas fecharam, deixou de haver quem fizesse o pão, o carpinteiro António queimou a oficina para que ninguém se ficasse a rir dele, a lista dos desaparecidos lida na rádio antes e depois do *Simplesmente Maria* era cada vez maior, o recolher obrigatório não era suficiente para nos proteger. Mesmo assim eu rezava todas as noites para que o meu pai não nos conseguisse arranjar lugar na ponte aérea de que todos falavam, cheguei até a ajoelhar-me em frente ao altar da igreja nova, para sempre inacabada, pedindo a Deus que nos deixasse ficar no único chão que eu conhecia e a que pertencia. Deus não me ouviu, a mitificada capital do Império revelou-se uma desilusão que me deixou sem palavras e recebi um nome que nunca mais me largou: retornada. O Império apodrecido de cinco séculos ruía, finalmente, mas apanhava-me na queda.

Quando fiz onze anos não tinha casa nem infância. os sítios onde fui vivendo, 15 semanas com uns avós desconhecidos, em Trás-os-Montes, 17 meses no quarto 315 do Hotel Paris, onde os meus pais desesperavam com a falta de futuro e a minha irmã estudava Introdução à Política para se envergonhar deles e dos outros retornados, 11 anos num T1 do sétimo andar do Lote 11 do J. Pimenta, um bairro de retornados tão mal afamado, que os taxistas se recusavam a fazer serviços para lá, nunca foram a minha casa. E quando a História deixou de me ferir, já não havia infância a que regressar.

Ainda éramos retornados quando a revolução celebrou o seu 12º aniversário. Eu era das poucas moradoras do desalentado Lote 11 que continuavam os estudos. Teria, nas palavras dos meus pais, uma enxada para a vida. Nesse ano, o 25 de abril calhou num dia quente, Cascais encheu-se de veraneantes e eu passei a tarde encostada ao muro da Praia dos Pescadores, a fingir que estudava as maçadoras lições de Direito. Ao regressar a casa, parei no Café do Bento para comprar tabaco. Sendo o único café do bairro, estava sempre cheio de retornados, que ali matavam a amargura do desemprego ou da velhice empobrecida, bebendo cervejas e comendo petiscos à moda de lá. Lá era sempre África. Nesse, como em todos os outros feriados do 25 de Abril, alguns velhos retornados exibiam um fumo no braço, em sinal de luto de si próprios, em luto por aqueles que tinham deixado de ser quando foram arrancados de lá. Nunca soube de onde vinha nem para onde ia a Nampula, a cadela que andava por ali quase todos os dias e cuja cauda fazia de chicote sempre que alguém chamava pelo nome da cidade em honra da qual fora batizada. O mais certo era ser uma cadela vadia, alimentada de restos por todos. Também nunca soube quem, naquela tarde, a envenenou e a fez morrer ali, à nossa frente.

Dois anos mais tarde, os meus pais conseguiram mudar-se, por fim, do J. Pimenta, mas eu era já adulta. Tornara-se impossível pertencer a outra casa que não uma que eu própria criasse, e pouco depois vim para Lisboa. Por essa altura, alguém escreveu em letras enormes, no prédio que ainda hoje continua a desdentar o primeiro quarteirão da Avenida da República, junto ao Saldanha, *25 de abril sempre, fascismo nunca mais*. Faltavam mais de 20 anos para começarmos a escrever com a economia de caracteres própria dos contactos virtuais com que passámos a estar ligados, ainda achávamos sem x e não dispensávamos a sílaba inicial ao conjugarmos o verbo estar. Mas talvez já tivéssemos começado a esquecer.

Fonte: *Autobiografia Não Autorizada*, Lisboa, Tinta da China, 2021, pp. 15–18.

Primeira publicação: *Visão*, Lisboa, n.º 1364, 15.04.2019, pp. 8–9.

José Viale Moutinho (1945)



O dia certo!

A gaveta está fechada há muitos anos. Fechada à chave, mas não encontro o raio da chave! Ainda por cima é uma chave que não se parece com as chaves do nosso quotidiano. Julguei que poderia estar aqui ou ali. As gavetas mais difíceis de abrir sem uma chave normal são as da cabeça, e há quem lhes chame *memória*. E quando o que lá foi metido, na gaveta, na cabeça, na memória, estiver indecentemente deteriorado por uns determinados indivíduos, que não passam exactamente disso, de indivíduos *tout court*, sem importância colectiva (como Sartre comentava algures), desses que odeiam as massas em movimento no sentido da felicidade dos povos, assentes nas premissas inalienáveis da Paz, na Liberdade, nos fundamentos de uma sociedade sem classes, ah que espanto! São esses que escondem a chave na gaveta, ou a atiram para a sarjeta – e depois cada qual é que se amola quando precisa de reconhecer a própria história e dá de caras com uma fechadura demasiado complicada.

Porém, meus caros, tenho as reminiscências desses momentos fundamentais para a libertação do país português que não se compadecem com dificuldades. Revolucionário, eu? Que ideia, nunca o fui. Nada de guerrilhas, apenas um cidadão com os sentidos atentos à realidade, exigindo-me de participar nessa mesma realidade. E em 25 de Abril de 1974 eu era apenas jornalista com uns escassos oito anos de actividade – curiosamente entrara para o *Jornal de Notícias* a 1 de Abril de 1966! E optei por essa profissão, onde me aguntei 40 anos, porque não sabia fazer mais nada do que escrever.

Tendo nascido num berço relativamente dourado e com as defesas amparadas no lar familiar, precisei dessa profissão para melhor estar com os outros e por todos, para encarar de perto a realidade em que deveria viver. Vivia intensamente as duas faces da mesma moeda – o que ultrapassava bastante a configuração de um tal senhor Janus! Colaborava na página literária, mesmo antes de entrar para o quadro do JN, e já me movimentava no universo dos escritores, dos pequenos, dos médios e dos grandes escritores, não perdia tempo. Entrevistas com A, B e C, e começava a ter as minhas opções estéticas jogando-as na força do que me musculava como um ser cidadão assumido e relativamente consciente. E as minhas opções políticas. Procedia das aulas do excelente novelista José Marmelo e Silva e sentia-me muito bem com outro grande escritor, que aliava à sua intervenção política uma extrema generosidade com os mais novos, com quem estava desperto. O Urbano Tavares Rodrigues. É quando conheço também o Manuel Ferreira, tenho uma conversa incisiva com Aquilino, leio os neo-realistas – Soeiro, Redol, Namora, Manuel do Nascimento, Loureiro Botas, tantos mais. E o rapazinho ia aprendendo a ser homenzinho. Dou então de caras com um livro fundamental, *Aventuras de João Sem Medo* de José Gomes Ferreira, e com o entusiasmo da sua poesia. Curiosamente, até então não era grande leitor de poesia que esquivasse a intervenção. Assim, quando nos idos 1967 e 68 me senti como peixe na água na poesia experimental, cuidei sempre que ela se transformasse em mais uma trincheira, o que não aconteceu. E fiquei a fazer mão até 1975.

No jornal servia eu nos *casos do dia*, onde já me reencontrava com esse animal feroz chamado censura, que me tocara fundo nas colaborações literárias nos suplementos literários do JN e do *República*. E certa madrugada, o velho camarada jornalista Eduardo Soares, acordou-me com um telefonema, a dizer-me: *Venha para o jornal, que há uma revolução*. Seria a tal? Lá fui, porém, horas passadas, a coisa falhara. Era a Revolta das Caldas. Mas não se apagara. Havia uma chispa, era 1974, e pouco tardou para outra madrugada me telefonarem do jornal a chamar-me. *Outra revolução? Será desta vez a sério? O carro vai buscá-lo aí e siga para o Rádio Clube Português*. Quando cheguei à porta de casa, topo com o *Jaguar* do director do jornal, Manuel Vaz Pacheco de Miranda, um homem de exemplar educação, ao volante, com um entusiasmo mal disfarçado por alguém há tempos na maturidade.

Meu caro, aqui não está o director do jornal, mas o motorista que o vai levar ao RCP. E lá fomos. Conforme recolhia informações, havia sempre um conhecido que me perguntava: *Quem está ali é mesmo o senhor director?* que assim o Porto tratava Pacheco de Miranda. Ele foi um exemplar motorista naqueles momentos. O trabalho prestado por Pacheco de Miranda naquela hora foi sensacional. E eu tinha a certeza que a notícia dos militares libertando o país o deveria ter colhido à saída de uma casa de fados, nas Virtudes, onde costumava cear e, às vezes, assinava o expediente!

Nesse dia, já a manhã se compunha com o sol de Abril quando ergo o telefone para o comando da PSP, pedindo uma ligação ao coronel comandante, Santos Júnior de seu nome. Garantiu-me que não havia problemas de maior, que estava tudo sob controlo, acrescentando algo que me deixou perplexo: *O nosso general Kaulza de Arriaga está chefiando as forças.* Titubeei que deveria estar enganado quanto a tal personagem se encontrar naquilo que já se chamava Movimento das Forças Armadas, pois os comunicados radiodifundidos não concordavam com aquela invocada situação ideológica. E desliguei.

Inopinadamente, abriu-se a gaveta, ou outra gaveta mais secreta, porque o nome de Santos Júnior a abriu. Santos Júnior era também o nome de um velho amigo, envolvido nas lutas clandestinas. Um tipo baixote, de voz autoritária que um ou dois anos antes se encontrara na Praça da Liberdade, em torno do equestre D. Pedro IV, numa manifestação proibida e fustigada pelas forças da repressão. Era um Primeiro de Maio já com a palavra de ordem: *O Primeiro de Maio é vermelho!* Pois uns quantos guardas descarregavam as ordens de mata-mata sobre um manifestante jovem, caído por terra. Os bastões revezavam-se sobre todo o seu corpo. Santos Júnior, o meu amigo, que envergava uma gabardine castanha e leve, óculos escuros, avança para aquele episódio de maior violência e ordena – é que ordenou mesmo! – aos polícias que levassem o jovem para um dos carros deles. Deu a altiva ordem e foi obedecido. Naturalmente haviam-no tomado por um agente da PIDE/DGS. E ele próprio abriu a porta do carro, dois polícias entraram levando o moço no meio. E ele foi instalar-se ao lado do motorista. *Siga para o Comando.* E subiram a então Rua de Santo António buzinando sempre e voltaram para a Praça da Batalha, indo parar à porta do Comando da PSP.

Apearam-se e o Santos Júnior ordenou – ordenava sempre! – que levassem o detido ao comandante. Acompanhou-os ao gabinete, onde o coronel Santos Júnior os viu entrar. O rapaz estava feito num oito, ensanguentado e farto de insultar o suposto Pide. O coronel quis saber o que se passa. *Quero que V. Excia veja o estado em que os seus polícias puseram este cidadão!* Perplexo, o coronel: *E o senhor quem é?* Santos Júnior disse o seu nome. *Espere, disse o comandante, Santos Júnior sou eu.* Sem se alterar, o meu amigo: *Pois, mas eu chamo-me tal como V. Excia, mas não sou polícia.* Baralhado, o coronel: *Então, quem diabo é?* E ouviu o que nunca um repressor deve ter ouvido: *A testemunha.* De olhos muito abertos (o Santos Júnior é que me descreveu o rosto do antagonista), o comandante temido da polícia do Porto, inquietou-se: *Qual testemunha? A testemunha de quê?* E foi esclarecido: *A testemunha de como estes dois guardas e alguns colegas espancaram este cidadão.* O moço estava abismado, tal como o comandante. E as coisas levaram que ambos partilhassem a mesma cela na sequência daquilo.

Mas isto faz parte da memória do 25 de Abril, estão a perceber?

Na Praça da Liberdade, encontrou-se nessa tarde de 1974 uma força dos Comandos de Lamego, comandada pelo major Delgado da Fonseca, ante uma força da PSP às ordens de um graduado. Em torno das duas forças, uma multidão de portuenses, melhor dito historicamente: de *tripeiros*, apoiava os Comandos e exigia aos berros que os guardas se rendessem.

Bem, fugiram. Fugiram à vista de um tanque, que vinha mais atrás e, se disparasse, só o som quebraria todos os vidros e vidraças, mas não foi preciso. Lembro-me de que os tripeiros apoiavam a tropa. E, às tantas, vejo um par de soldados com as míticas G-3, a mal coberto do degrau do passeio, deitados no chão, ali para o que desse em viesse. E a multidão, em pé, acotovelando-se, prazenteira, estendendo-lhes sandes de presunto, de queijo e garrafas de cerveja, para que nada lhes faltasse! Era a improvisada cantina dos soldados do MFA!

Só dois dias depois se rendeu a PIDE/DGS, donde saíram os agentes sob escolta, para serem generosa – e tolamente, cá me pareceu – libertados, momentos mais tarde, nos arredores do Porto. Entretanto, na varanda da sinistra casa da Rua do Heroísmo, o Jorge Pisco, o último preso a ser libertado, Virgínia Moura, Arnaldo Mesquita, Óscar

Lopes e o poeta Papiniano Carlos falaram às massas. Eu andava por ali atento a tudo, quase sempre com os pés no chão, a lembrar-me: quando ainda era puto, em 1958, pela mão da minha mãe tinha ido ao Porto, consultar um oftalmologista e então descemos a Rua de Santo António, também quase sem calcar a rua. Era um mar de gente que alaridamente se dirigia à Praça de Almeida Garrett para vitoriar o general Humberto Delgado, que fazia a sua impante campanha para a Presidência da República! E lá conseguimos entrar na Estação de São Bento e apanhar o comboio para Espinho. Que entusiasmo, amigos, já o 25 de Abril andava a rondar-nos! Tudo apontando para o dia certo!

Que o meu 25 de Abril foi muito mais complexo. Lá isso foi! Porém, eu quis aqui apenas dar aquele impacto dos primeiros dois dias de extrema alegria, em que mal se conseguia pensar e eram sempre notícias sobre notícias dos acontecimentos naquele, repito até à saciedade, dia felizmente certo.

Espero que um dia se possa escrever mais friamente o durante e o depois, que isso chegue até estes dias onde o desencanto ainda recorda os momentos de maior glória e confiança. A minha geração ainda tem o passado muito hegemónico como conteúdo de gaveta e eu não só não o quero esquecer como faço questão de o lembrar.

Porto. Maio 2020

Fonte: Carlos de Almada Contreiras e Fernando Mão de Ferro (coord.),
Antologia O 25 de Abril de 1974 – Testemunhos da Luta pela Democracia e pela Liberdade,
Lisboa, Colibri, 2020, pp. 283–288.

Fernando Alves (1955)



O meu 25 de Abril na Ereira

Ontem uma cegonha dos campos do Mondego planou largos minutos sobre o cemitério da Ereira quando eu procurava a tão abandonada campa do poeta Afonso Duarte. Em 1989, durante uma «visita cultural à Ereira» foi ali posta uma lápide. Trinta e poucos anos depois, a campa do poeta continua em estado deplorável. A cegonha demorou largos minutos nesse sobrevoo, confundindo-se com um drone silencioso. Lembrei-me do que escutei certa vez a um especialista de voo planado (que considerava esta modalidade «a forma mais pura de voar»). Ele dizia que todos deveriam aprender com a cegonha, com o modo como a cegonha procura correntes de ar ascendentes nas quais pode ficar horas sem bater as asas. Sob o sol a pique, eu seguia o voo planado da cegonha pelo movimento da sombra das suas asas abertas sobre as campas do cemitério da Ereira. De algum modo foi essa sombra que me conduziu à campa procurada, ao lugar onde Miguel Torga, respondendo por certo ao desabafo do autor do Cancioneiro das Pedras («Eu posso lá morrer, terra florida...») disse, naquele Março de 1958 em que Afonso Duarte foi a sepultar: «Tínhamo-nos acostumado à eternidade da tua presença».

Uma hora antes, eu olhara a vastidão dos campos, outrora inundados, do Mondego, lá do alto do castelo de Montemor-o-Velho, junto à placa que perpetua uma quadra de Afonso Duarte («Onde nasceu o Fernão Mendes Pinto? / Jorge de Montemor onde nasceu? / A mesma terra, o mesmo céu que eu pinto, / Castelo velho, o que foi deles é meu»). Nesse tempo, só ele ficou guardador da vila morta. A meu lado, estava ontem

o sobrinho-neto do poeta, que dele guardou o mesmo nome e uma admirável devoção pela obra poética, mas também pelo extraordinário trabalho do pedagogo que em 1932 foi brindado com a aposentação compulsiva. Num poema de Ossadas ele fala do «heroísmo de cavar a terra». Não há dúvidas sobre a âncora deste homem desterrado na sua «ilha de Ereira», ele que proclamou em verso: «Quero ser europeu /num canto qualquer de Portugal». No primeiro 25 de Abril em que não desci a Avenida, cuidei de saber do poço onde ele se ia sentar, aquele poço revelado em 1987 por Manuel Alegre num documentário na RTP. Fiquei a saber que ainda existe a romãzeira plantada pelo poeta. Foi o meu cravo na lapela, seguindo os lugares daquele a quem, poucos meses passados sobre o primeiro Abril da nossa vida decente, Paulo Quintela considerou um dos homens mais maltratados da literatura portuguesa. É como se escutasse a voz de Saramago que aqui passou há quarenta anos: «Adeus, Ereira. Até sempre, Afonso Duarte». A cegonha já lá vai, mais adiante.

Fonte: *Sinais*, TSF, 26.05.2022

www.tsf.pt/programa/sinais/o-meu-25-de-abril-na-ereira-14799853.html

João Pedro Mésseder (1957)

Era uma vez um 25 de Abril

Na manhã de 25 de Abril de 1974, minha mãe veio despertar-me, como sempre costumava fazer, no meu quarto da nossa casa na Travessa das Musas – perpendicular a essa Rua das Musas, onde nascera José Gomes Ferreira em 1900, no coração da freguesia de Santo Ildefonso. Era uma quinta-feira, dia de aulas na faculdade, creio. Não me recordo já se mãe me alertou para alguma coisa de anormal, mas creio que sim. Liguei o rádio, como sempre fazia ao acordar, e de imediato, pela música, pelos comunicados do MFA (Movimento das Forças Armadas), me apercebi de que algo muito importante, algo decisivo estava a ocorrer no país. Escutar marchas militares, José Afonso aqui e acolá, ouvir palavras que diziam do derrube do governo de Marcelo Caetano não era coisa de todos os dias. Comecei a sentir um fervilhar, simultaneamente inquieto e feliz. Já não saí para a faculdade.

Eu odiava o fascismo, a pobreza em que afoagara o país, a sua estreiteza moral e cultural, e abominava a repressão que já sentira na pele; eu tinha muita dificuldade em viver sob a espada de Dâmocles da mobilização militar para a Guerra Colonial, caso a minha atividade política estudantil fosse detetada pela PIDE e o meu «adiamento militar» fosse suspenso, como sucedera com tantos dos meus colegas. Eu já andara, aos dezasseis anos, por Paris, por Frankfurt, por Amesterdão e trabalhara um mês numa floresta alemã – onde convivera com um pequeno grupo de jovens estudantes da Itália, da França, da Holanda, da Alemanha, e tivera ocasião de discutir com eles sobre a vida em Portugal e sobre a vida nos países de onde vinham...

Eu sentira lá fora, pela primeira vez, o cheiro da liberdade nesse verão mágico de 1972 (se bem me recordo), embalado pelo álbum *Sticky Fingers* (com «Brown Sugar») dos Rolling Stones, pela música dos Pink Floyd e por outras coisas mais ou menos embaladoras.

Eu vivia então mergulhado na música de Carlos Paredes, de José Afonso e Adriano Correia de Oliveira, de José Mário Branco e de Sérgio Godinho, de Manuel Freire e de Fanhais, mas escutava também as canções contestatárias de Bob Dylan, de Joan Baez, do velho Woody Guthrie, dos Stones, dos Crosby Stills Nash & Young, dos Doors, de Zappa, dos MC 5, a guitarra de Jimi Hendrix, a par dos *blues* norte-americanos... E ouvia a grande poesia espanhola musicada e interpretada pelo inigualável Paco Ibañez (Lorca, Alberti...), ou então pelos Aguaviva e por Serrat, e a francesa cantada por Leo Ferré, por Brassens e por outros. Ria muito, claro, a ouvir «Les Bourgeois», de Jacques Brel. Há uns dois ou três anos que copiava para um caderno poemas de Luís Pignatelli (Luís de Andrade), de Manuel Alegre, de Gedeão, do Zeca, versos que escutava cantados por vozes várias, e lia Daniel Filipe e *A Invenção do Amor*, as traduções de Ferlinghetti, de Ginsberg e de Voznessenski, começara até a ler... Herberto Helder. Era convictamente contra a guerra do Vietname, contra o golpe de Pinochet no Chile, contra o imperialismo norte-americano.

Estava, é claro, em ponto de rebuçado para aderir à revolução que começava.

A manhã foi passada a escutar notícias, a telefonar para A, para B, para C... Logo a seguir ao almoço, reuni-me com amigos no Café Satélite, ao pé do Marquês, conversámos, analisámos a situação com os escassos dados de que dispúnhamos, pusemos em cima da mesa as nossas inquietações, em relação à ultradireita, e em seguida descemos até ao Café Piolho e depois para a Avenida dos Aliados e para a Praça da Liberdade. Havia já soldados, alguns carros militares, muito povo exaltado e exultante. A polícia desaparecera das ruas.

A tarde vivemo-la em festa, curiosidade insaciável, inquietação, andando de um lado para o outro da cidade. éramos jovens, buliçosos; éramos algo ingénuos e amiúde generosos. Mas ao final do dia eu já tinha uma quase certeza: no futuro, não iria parar com os ossos na Guerra Colonial, pois ela estaria condenada a terminar a curto prazo; os meus colegas da faculdade, suspensos por motivos políticos, acabariam

certamente sendo reintegrados e prosseguiriam os estudos; a minha atividade política não mais correria o risco de ser reprimida; os presos políticos seriam libertados. E o facto é que a liberdade começava o seu reinado nas ruas, na rádio, na televisão... O vermelho dos cravos e das bandeiras nas praças e avenidas, o branco dos panos pintados de muitas cores, com vivas e com as mais diversas palavras de ordem, políticas e sociais – tudo isto, a par da alegria imensa estampada nos rostos, e da certeza da manietação dos líderes do fascismo, tudo isto e a livre vozeria de muitas e de muitos, os abraços e os beijos, as canções por todo o lado... – era enfim o início do que escreveu Sophia por esses dias (e Maria Helena Vieira da Silva pintou): «a poesia está na rua».

Eu nunca a tinha visto assim, à poesia, em plena rua. E acho mesmo que só a vi na rua por esses «dias levantados» (Manuel Gusmão inspirado por Saramago). Foi a primeira revelação da minha Revolução.

24-4-2022

Fonte: *Porto, Maneira de Olhar. Crónicas e Memórias*, Porto, Asa, 2023, pp. 83-87.

Luís Filipe Castro Mendes (1950)



Onde estavas no dia 25 de Abril de 1974?

O cronista recorre à memória, quando a atualidade o excede. A crise política é o elefante que não está já só no meio da sala: ele passeia-se agora por toda a sala, a esmagar recordações e realidades, esperanças e promessas.

Estamos nas vésperas do cinquentenário do 25 de Abril. Como podemos olhar com confiança para o futuro, enquanto o elefante continua a sua marcha arrasadora à volta da sala? Como poderemos defender a pequena luz bruxuleante (Jorge de Sena) dessa liberdade que reconquistámos e não queremos perder? Como manter a esperança no meio da desolação?

Num momento em que as ameaças à democracia nunca foram tão fortes, lembro-me da pergunta canónica de Baptista-Bastos, que deu título a esta crónica, e escrevo de uma memória feliz contra um presente sombrio.

No jornal *República*, onde eu colaborava então, a convite do Mário Mesquita, os nossos colegas comunistas defendiam a inconsistência da «ilusão militarista», porque só um «levantamento nacional armado» (que não víamos muito bem donde viria) poderia pôr fim à ditadura. Álvaro Guerra e Carlos Albino, por dentro da conspiração, abanavam a cabeça e sorriam daquela juventude convencida e dogmática. Eu, sem as informações, ainda que cripticas, de Melo Antunes, que fora transferido para os Açores, e considerando o falhado «Golpe das Caldas» de 16 de março, tendia para o ceticismo.

Nesse tempo, ter um telefone em casa implicava uma longa espera, e havia já dois anos que eu tinha pedido a sua instalação, sem consequências. Por isso, foi a vizinha de cima que veio bater à minha porta naquela manhã e me disse para ligar o rádio.

Lembro-me de andar todo o dia a pé pela cidade e ver as ruas cheias de gente deambulante e excitada, como quem acorda de um sonho e tarda a reconhecer a realidade que a rodeia. A liberdade espalhava-se pelas ruas, brilhava no reflexo das armas e dos capacetes dos militares, dividia-se nas multidões várias que corriam, no boca a boca que nos trazia as boas notícias e os desvairados rumores, ressoava nos aplausos e nos gritos de alegria, como nos tiros perdidos, aqui e ali.

Não fui para o Largo do Carmo, fiquei pela redação do *República*, na Rua da Misericórdia. Os populares vinham aplaudir às nossas janelas e em seguida desciam o Chiado em direção ao edifício da sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, donde vieram os primeiros tiros e os únicos mortos daquele dia. De todo os outros jornais saíam edições anunciando «não-visado pela Comissão de Censura», com a alegria de uma primeira vez. Lembro-me de nesse dia almoçar no restaurante Mealhada com um grande grupo e ficar confuso por podermos falar de política em voz tão alta, sem recear os ouvidos à volta, tal como, quando da chegada de Mário Soares a Santa Apolónia, continuei com o reflexo de procurar ao longe, atrás da manifestação, os vultos da polícia de choque, para poder preparar a fuga.

Os PIDEs, tão presentes nas nossas vidas e nos nossos medos, espreitando das mesas do café para as nossas mesas, espreitando por dentro das manifestações e das reuniões de alunos, entrando violentamente, à bofetada e ao pontapé, nas salas de estudo que tínhamos transformado em sedes de propaganda clandestina, disparando por vezes e matando, como fizeram ao colega Ribeiro dos Santos, os PIDEs tinham desaparecido da nossa vista, detidos para não serem massacrados.

De que valem estas recordações do passado nos dias cinzentos que estamos a viver? Talvez elas possam reacender a pequena luz bruxuleante, talvez lembrar Abril seja hoje, mais do que uma comemoração, um ato de resistência. Contra o elefante no meio da sala, contra a degradação da democracia, contra tudo o que contra Abril se levanta. Ou, como escrevia o poeta Manuel Gusmão, contra toda a evidência em contrário, a alegria.

Fonte: *Diário de Notícias*, Lisboa, n.º 56455, 14.11.2023, p. 26.

A vertical red line on the right side of the page, with a small diagonal cutout at the top and bottom.

2024

Capicua (1982)

Uma preciosidade

Uma das preciosidades familiares de que mais me orgulho é uma pilha de jornais dos dias seguintes ao 25 de Abril e ao Primeiro de Maio de 1974. «Jornais de Notícias», na sua maioria, com quase cinquenta anos, conservados pelos meus avós pela sua importância histórica, por pura consciência de que aqueles eram dias marcantes e que havia que preservar, como documentação mas também como amuleto, aquelas publicações. Os jornais que documentam esses dias, escritos já sem a sombra da censura, relatam a intensidade de todos os acontecimentos e trazem fotografias icónicas. A mais bela de todas sai no dia 2 de Maio e mostra a Avenida dos Aliados completamente coberta de gente, naquela que foi a confirmação de que éramos livres para ocupar as ruas, para celebrar a democracia e lutar pelos nossos direitos.

É uma pilha de jornais velhos, presos por um cordel e cobertos por um saco de plástico, mas é uma preciosidade, porque a possibilidade da existência de uma imprensa livre, que documente os grandes e pequenos acontecimentos que compõem a história do país, concretiza uma das mais perfeitas dimensões da nossa democracia, o que faz com que naquelas páginas já amareladas possamos ler a sua evocação simbólica. Naqueles dias era ainda embrionária, hoje está mais madura e também mais desgastada a nossa democracia, mas, sem jornais, nem então nem hoje seria possível falar em liberdade e, por isso, é tão preocupante a sua extinção iminente.

A viabilidade económica da imprensa está ameaçada e é cada vez mais difícil manter as publicações em papel. Os outros meios de comunicação e a internet

parecem estar a atirar os jornais para a obsolescência, mas precisamente pela exploração de outros média, cada vez menos escrutinados, manchados por *fake news* e disseminadores de desinformação (para servir interesses obscuros) é que urge salvar a imprensa séria, livre e independente.

O que é certo é que, para isso, é preciso salvar e valorizar as equipas que a fazem, pagando dignamente os seus salários, dando estabilidade às carreiras e independência para investigar e publicar. Para isso, é preciso que sejamos solidários com os trabalhadores do setor na sua luta contra a precariedade e a desproteção e com os diretores que se batem (ou demitem) para lutar contra ingerências editoriais ou estratégias de gestão que inquinam a qualidade do que é impresso, ou desvalorizam o título e a sua história. É que estas páginas em que escrevo, apesar de centenárias, património do povo e o único exemplo de imprensa escrita, nacional, feita a partir do Porto, estão em risco. Assim como os restantes meios do mesmo grupo. Assim como a revista em que comecei a escrever crónicas (a «Visão»). E mesmo que para os mais cínicos possa parecer apenas uma pilha de jornais, a sua existência é uma verdadeira preciosidade e nela está depositada uma boa parte da nossa democracia.

Fonte: *Jornal de Notícias*, Porto, n.º 230, 09.01.2024, p. 2.

Ana Margarida de Carvalho (1969) é escritora, jornalista e crítica de cinema. No jornalismo foi distinguida com o Prémio Gazeta Revelação do Clube de Jornalistas de Lisboa (1994), o Prémio do Clube de Jornalistas do Porto (1995), o Prémio Maria Lamas (2000) e o Prémio Reportagem Norberto Lopes da Casa de Imprensa em 2021. Colaborou com várias revistas e jornais, nomeadamente *Ler*, *Marie Claire*, *Jornal de Letras, Artes e Ideias* e *Visão*. Foi redatora da SIC e autora de guiões subsidiados pelo ICA. Os romances *Que Importa a Fúria do Mar* (2013), *Não se Pode Morar nos Olhos de um Gato* (2016), ambos galardoados com o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (APE), e *O Gesto que Fazemos para Proteger a Cabeça* (2019). A antologia de contos *Pequenos Delírios Domésticos* (2017) venceu o Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco da APE/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. É autora do *podcast Felicidade Interna Bruta*, da Câmara Municipal de Lisboa.

António Alçada Baptista (1927–2008) dirigiu a revista *O Tempo e o Modo* (1963–1969), o jornal *O Dia* (1975) e foi editor da Moraes Editores. O escritor foi assessor para a Cultura do ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, presidente do Instituto Português do Livro, adido cultural de Portugal no Brasil e presidente administrador da Fundação Oriente. Na criação literária seguiu duas vias: a romanesca, com *Os Nós e os Laços* (1985), *Catarina ou a Sabor da Maçã* (1988), *Tia Suzana, Meu Amor* (1989) e *O Riso de Deus* (1994); e a autobiográfica, com *Peregrinação Interior I – Reflexões sobre Deus* (1971), *Peregrinação Interior II – O Anjo da Esperança* (1982) e *A Pesca a Linha, Algumas Memórias* (1998). Em 2010, a Sociedade Portuguesa de Autores criou um prémio com o seu nome para a literatura memorialista e autobiográfica. Publicou as suas crónicas nos volumes *Documentos Políticos* (1970), *O Tempo nas Palavras* (1973), *Tecido de Outono* (1999), *Um Olhar à Nossa Volta* (2002) e *A Cor dos Dias* (2003).

António Borges Coelho (1928) é um vulto relevante da historiografia nacional e professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. António Borges Coelho é autor de uma vasta bibliografia historiográfica a que se acrescenta a poesia, o teatro, a ficção e a colaboração em jornais. Antes da vida de historiador, teve uma vida de total entrega à luta antifascista. Foi preso em 1957, como militante e funcionário clandestino do PCP a atuar no Movimento de Unidade Democrática

Juvenil. Dois anos depois de sair da cadeia de Peniche, publica *Raízes da Expansão Portuguesa* (1964), a que se segue *A Revolução de 1383* (1965). Destacam-se ainda outros títulos seus: *Portugal na Espanha Árabe* (1972-1975), *Comunas ou Concelhos* (1973), *A Inquisição de Évora* (1987) e a monumental *História de Portugal*, que conta com sete volumes, o primeiro deles de 2010. Preside ao Conselho Consultivo do Museu do Aljube: Resistência e Liberdade.

António Lobo Antunes (1942) é um dos maiores romancistas portugueses. Licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa, com especialização em Psiquiatria, dedica-se, desde a década de 1980, em exclusivo à escrita, depois de ter trabalhado no Hospital Miguel Bombarda. A sua experiência na Guerra Colonial, entre 1971 e 1973, na função de médico militar, deixou marcas na sua produção literária. Em 1979, publicou o seu primeiro livro: *Memória de Elefante* (1979), e desde então publicou mais de trinta romances e volumes das suas crónicas. Em 2007 ganhou o Prémio Camões, o mais importante prémio dedicado à literatura em língua portuguesa instituído pelos Governos de Portugal e do Brasil.

António Modesto Navarro (1942) é um dos fundadores da Associação Portuguesa de Escritores, pertenceu ao conselho de redação da *Seara Nova* e colaborou em diversos jornais e revistas (*A Capital*, *O Diário*, *Diário de Lisboa* e a revista *Vértice*). Publicou mais de vinte livros de ficção, alguns deles policiais, com o pseudónimo de Artur Cortez, e outros nos quais reflete as suas preocupações com os problemas sociais, culturais e económicos das zonas rurais. Foi autor da série televisiva *Crime à Portuguesa*. Em 1991, ganhou o prémio Caminho de Literatura Policial.

Armando da Silva Carvalho (1938–2017) foi poeta e tradutor. Licenciado em Direito, foi advogado, jornalista, professor do ensino secundário e publicitário. Colaborou na *Antologia de Poesia Universitária*, em 1959, juntamente com Ruy Belo, Fiama Hasse Pais Brandão, Luiza Neto Jorge, Gastão Cruz, entre outros, e também na *Quadrante*, revista da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, iniciada em 1958. Publicou *Lírica Consumível*, em 1965, o marco do início da sua obra poética e que lhe valeu o Prémio Revelação da Sociedade Portuguesa de Autores. Das obras de ficção salienta-se *Portuguex*, de 1977. Colaborou em inúmeros jornais e revistas (*Diário de*

Lisboa, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, *O Diário*, *Poemas Livres*, *Colóquio-Letras*, *Hífen*, *As Escadas Não Têm Degraus*, *Sílex*, *Nova*, *Via Latina*, *Loreto 13*, entre outras). Foi incluído na *IV Líricas Portuguesas*, antologia poética organizada por António Ramos Rosa e desde então tem estado representado na generalidade das antologias de poesia portuguesa.

Armando Pereira da Silva (1940–2022) foi jornalista e trabalhou na delegação de Lisboa de *O Comércio do Porto*, *Vida Mundial*, *Diário de Lisboa* e *O Diário*, publicação na qual foi o primeiro chefe de redação e diretor, nos anos 1980. Foi presidente da Direção da Casa da Imprensa no biénio 1972–1973 e integrou o seu Conselho Geral entre 2009 e 2019. Publicou dois livros e uma reportagem sobre a luta pela gestão democrática dos terrenos baldios durante a ditadura, intitulada *Talhadadas do Vouga. Ocupação sem Limites* (1973). Quando deixou o jornalismo, reforçou a atividade de tradutor de obras sobretudo de temáticas sociopolíticas. Foi militante comunista, durante vários anos e, até a doença o impedir, deu apoio jornalístico à edição de *O Militante*.

Arnaldo Saraiva (1934) é professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, poeta, ensaísta, tradutor e cronista. Arnaldo Saraiva colaborou com a Rádio Televisão Portuguesa, com a Antena 1 e com diversas publicações portuguesas e estrangeiras. Foi fundador do Centro de Estudos Pessoaanos, do jornal *O Boavista* e codirigiu a revista *Persona*. Em 2017, Arnaldo Saraiva recebeu o Prémio Seiva, na área das Letras.

Arsénio Mota (1930) é jornalista, escritor e poeta. Em 1956, emigrou para a Venezuela, onde foi redator no semanário *Ecos de Portugal* e participou em programas de rádio. Depois de regressar a Portugal, retoma o jornalismo e em 1963 ingressa no *Jornal de Notícias*. Em 1964, foi preso pela PIDE. Após o 25 de Abril, regressa ao *Jornal de Notícias* onde trabalha até se aposentar. A partir de 1985, dedica-se à literatura infantojuvenil e, desde 2008, publica regularmente num blogue que toma o seu nome. Arsénio Mota estreou-se na poesia em 1955 com *Canto Desconforme*, sob o pseudónimo Arsénio de Bustos (uma alusão à sua terra natal, na região da Bairrada).

Augusto Abelaira (1926–2003) foi dramaturgo (*A Palavra é de Ouro*, 1961), romancista, tradutor e jornalista, é autor do diário ficcional *Bolor* (1968) e de romances como *A Cidade das Flores* (1959), *As Boas Intenções* (1963, Prémio Ricardo Malheiros), *Enseada Amena* (1966), *Sem Tecto entre Ruínas* (1979), *O Bosque Harmonioso* (1982) e *Outrora Agora* (1996), que lhe valeu o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (APE). Foi colaborador da revista *Almanaque* (1959-61) e, a partir de 1974, assinou, em *O Século*, a rubrica diária «Entrelinhas»; foi cronista do *Diário de Lisboa*; em *O Jornal*, assegurou a coluna «Escrever na água» (1978-92) e no *Jornal de Letras, Artes e Ideias* escreveu, de 1981 a 1996, sob o título «Ao Pé das Letras». Foi diretor da revista *Seara Nova* (1969-1973). Depois do 25 de Abril, foi diretor de programas da RTP (1977-78) e presidente da APE (1978-1980).

Baptista-Bastos (1934–2017) nasce no Bairro da Ajuda, Lisboa, e cedo se interessa pela imprensa e pela literatura, devido à profissão do pai, que é tipógrafo. Publica os seus primeiros contos na secção infantil do *Diário Popular* aos catorze anos e aos dezanove começa a estagiar na redação de *O Século*. Em 1953 torna-se subchefe de redação da revista *O Século Ilustrado*, assinando uma coluna de crítica e de comentário de cinema. Participou na Revolta da Sé, o que levou ao seu despedimento de *O Século* em 1960. Sob o pseudónimo de Manuel Trindade, redigiu notícias para a RTP e colaborou em documentários da estação pública. Integra o *Diário Popular* de 1965 a 1988. Como cronista, colabora extensamente com o *Jornal de Notícias*, *A Bola*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Negócios* e a revista *Tempo Livre*. Leu as suas crónicas na Antena 1 e na Rádio Comercial e como crítico colaborou com vários jornais e revistas. Destacou-se ainda como romancista, com títulos como *Cão Velho entre Flores* (1974), *A Colina de Cristal* (1987, Prémio Pen Clube e Prémio Cidade de Lisboa) e *No Interior da Tua Ausência* (2002).

Capicua, pseudónimo de Ana Matos Fernandes (1982), é *rapper* e letrista. A sua discografia conta com álbuns em nome próprio (*Capicua* em 2012, *Sereia Louca* em 2014, *Medusa* em 2015 e *Madrepérola* em 2020) e, em parceria com Pedro Geraldes, gravou o disco-livro para crianças *Mão verde* em 2016 e em 2022 também com

Francisca Cortesão e António Serginho. Foi letrista para os intérpretes Gisela João, Aline Frazão, Ana Bacalhau, Camané e Clã e escreveu e dirigiu a peça de teatro *A Tralha* em 2021. Colaborou como cronista para a *Visão* entre 2015 e 2021 e escreve para o *Jornal de Notícias*. Recebeu vários prémios, entre eles o Prémio José da Ponte da Sociedade Portuguesa de Autores em 2016 e o Prémio José Afonso em 2021.

Depois do serviço militar na Guerra Colonial, em 1969, **Carlos Coutinho (1943)** iniciou a carreira de jornalista, tendo trabalhado em diversos jornais, como *O Século* ou *O Diário*. Militante do PCP, foi operacional da Ação Revolucionária Armada e participou ativamente em diversas ações políticas contra a ditadura e a guerra, o que o levou à prisão em 1973; foi libertado em 26 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos. Desenvolveu atividade literária nas áreas da ficção, teatro e crónica e reportagem jornalística (*Recordações da Casa dos Mortos*, 1976; *No País da Alegria*, 1976) e memórias (*Balanço Precário*, 2020).

Clara Ferreira Alves (1956) é jornalista, crítica literária, cronista e coautora e comentadora de programas televisivos (*O Senhor que se Segue*, na SIC, *Figuras de Estilo e Falatório*, na RTP2, *O Caminho Faz-se Caminhando*, na RTP1 e *O Eixo do Mal*, SIC Notícias). Entre 2000 e 2004, foi diretora da Casa Fernando Pessoa, onde refundou a revista *Tabacaria*. É cronista do *Expresso*, desde 1995, e nas antologias *A Pluma Caprichosa* (2001) e *Estado Guerra* (2012) reuniu diversas crónicas publicadas neste semanário. Também como cronista colaborou na revista *Máxima*, no *Diário Digital* e na TSF. Foi membro do Conselho Diretivo do Centro Cultural de Belém e é membro do júri do Prémio Fernando Pessoa, um dos prémios nacionais mais revelantes nas Artes, Ciências e Humanidades.

Dias de Melo (1925 – 2008) foi um escritor e jornalista açoriano. Concluiu os estudos liceais na cidade da Horta, Ilha do Faial, onde se estreou na imprensa. Colaborou com os jornais regionais *O Telégrafo*, *Ilha*, *Correio dos Açores* e *Açoriano Oriental*, bem como com os jornais nacionais *Diário de Notícias* e *Diário de Lisboa*. Fundou, juntamente com colegas do Liceu da Horta, a Associação Cultural Académica, em 1944. Em 1949, radicou-se em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, onde foi professor do ensino primário e preparatório. Estreia-se em livro com os poemas de *Toadas do Mar e da Terra* (1954),

seguido de as crónicas romanceadas de *Mar Rubro* (1958). Publica crónicas, romances, contos, relatos de viagem, trabalhos de investigação e recolha etnográfica, destacando-se o extenso recurso ao testemunho oral, como o *Na Memória das Gentes* (1985).

Dulce Maria Cardoso (1964) é escritora de ficção. O primeiro romance *Campo de Sangue* (2002) recebeu o Grande Prémio Acontece de Romance, na sequência de uma Bolsa de Criação Literária do Ministério da Cultura. *Os Meus Sentimentos* (2005) venceu o Prémio da União Europeia para a Literatura, *Chão dos Pardais* (2009), o Prémio PEN Clube Português e o Prémio Ciranda e *O Retorno* (2011) foi distinguido com o Prémio Especial da Crítica. Em 2018, o romance *Eliete* (2018) venceu o Prémio Oceanos. Os seus contos foram publicados na imprensa e reunidos nas antologias *Até Nós* (2008) e *Tudo São Histórias de Amor* (2014). Foi condecorada pelo Ministério da Cultura de França como Cavaleira da Ordem das Artes e Letras em 2012. Colabora com a *Visão* na rubrica *Autobiografia Não Autorizada*, tendo recolhido as crónicas nas antologias com o mesmo título, publicadas em 2021 e 2023. Em 2024 vence o Grande Prémio de Crónica e Dispersos Literários da Associação Portuguesa de Escritores/Câmara Municipal de Loulé com *Autobiografia Não Autorizada 2*.

Eduarda Dionísio (1946 – 2023) foi escritora, dramaturga, crítica literária, dinamizadora cultural e jornalista. Foi professora do ensino secundário, em Lisboa e, com a sua mãe, foi coautora de livros escolares para o ensino de Português. Como atriz, cenógrafa, dramaturga e tradutora, pertenceu a diversos grupos e companhias de teatro: o da Faculdade de Letras, onde se licenciou, o do Ateneu Cooperativo, a Cornucópia, o Bando e o grupo Contra-Regra, que fundou em 1983. Colaborou nos jornais *Combate* e *Diário de Lisboa* e na revista *Seara Nova*. Foi diretora da Casa da Achada, em Lisboa, onde se encontra o espólio do escritor Mário Dionísio, seu pai. Participou no movimento estudantil contra o regime, foi cofundadora do jornal *Crítica*, em 1971, e, em 1994, da Associação Cultural Abril em Maio. Destacou-se na criação literária com os títulos *Comente o Seguinte Texto* (1972) e *Retrato dum Amigo enquanto Falo* (1979). Em 1981, ganhou o Prémio PEN Clube Português com o livro *Histórias, Memórias, Imagens e Mitos duma Geração Curiosa*.

Eduardo Guerra Carneiro (1942–2004) foi um escritor e jornalista português. Frequentou o curso de História na Universidade do Porto e pertenceu, com António Cabral, Eurico Figueiredo, José Vasconcelos Viana e Nuno Barreto, entre outros, ao movimento Setentrião de Vila Real, tendo sido cofundador da revista com o mesmo nome. Publicou o seu primeiro livro de poesia em 1962, seguindo-se outros de poesia e de crónicas. Como jornalista, desde o final dos anos 60, trabalhou para *O Primeiro de Janeiro*, *Diário Popular*, *O Século*, *República*, *Se7e*, *Portugal Hoje*, *Match Magazine*, *ABC*, *TV Guia*, e em diversos programas de rádio, como «As Noites Longas do FM Estéreo». Em 1975 foi cooperante na República Popular da Guiné-Bissau onde fundou o jornal *Nô Pintcha*, ainda hoje o periódico de referência no país. Traduziu várias obras literárias para português e colaborou em diversas obras cinematográficas.

Académico destacado na área dos Estudos Literários, da Cultura e da Comunicação, **Eduardo Prado Coelho (1944–2007)** foi conselheiro cultural na Embaixada de Portugal, em Paris, e diretor do Instituto Camões naquela cidade. Colaborou extensamente em jornais e revistas, desde 1963, como o *Diário de Lisboa* e a *Seara Nova*. Nos anos 1970 publicou no semanário *O Jornal* e dirigiu a *Abril*, revista de reflexão socialista. Foi um dos coordenadores do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, a partir de 1981. Assinou uma coluna no *Expresso*, entre 1986 e 1989. Passou a colaborar com o *Público* desde 1990. *Cálculo das Sombras* (1997) reúne textos do suplemento «Leituras» daquele diário, assinando também aí uma coluna diária, entre 1998 e 2007, com o título «O fio do horizonte». Publicou o volume *Crónicas no Fio do Horizonte* em 2004, ano em que ganhou o Grande Prémio de Crónica João Carreira Bom. É autor de dois volumes de diário (*Tudo o Que não Escrevi*, 1992), obra que lhe mereceu o Grande Prémio de Literatura Autobiográfica da Associação Portuguesa de Escritores (APE). Dá nome ao Grande Prémio de Ensaio, instituído em 2010 pela APE.

Fernando Alves (1955) é jornalista e, inicia o seu percurso radiofónico em Benguela, trabalhou na RDP entre 1975 e 1988 e foi um dos fundadores da cooperativa de jornalistas que deu origem à TSF. Editou durante vários anos o horário nobre da TSF e foi autor de programas como *O Postigo da Noite*, *A Espuma dos Dias*, *Onde Nos Levam os Caminhos* e *Viagem a Portugal*. A rubrica diária *Sinais* foi, até 2023, a sua imagem

de marca e publicou a antologia *Sinais. Sobre Últimas 50 Crónicas na TSF* (2000), reúne as crónicas radiofónicas entre 1996 e 1999. Regressa à Antena 1, em 2024, com a rubrica semanal *Tão Longe, Tão Perto* e participa no podcast *Um Pouco Mais de Azul*. Recebeu o Prémio Bordalo da Rádio da Casa da Imprensa (1993), o Prémio Antena 3 – 15 anos (2009), o Prémio Carreira Escritaria 2015 e o Globo de Ouro – Personalidade de Rádio em 2000. Em 2024 foi agraciado com a Medalha de Mérito Cultural.

Fernando Assis Pacheco (1937–1995) foi poeta, ficcionista, crítico e jornalista no *Diário de Lisboa*, no *República*, no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, na *Visão* e na *Vértice*. Foi redator e chefe de redação de *O Jornal. Memórias de um Craque* (2005), editado por Abel Barros Baptista a partir de folhetins publicados, em 1972, no jornal *Record*, recorda a infância em Coimbra e em *Tenho Cinco Minutos para Contar Uma História* (2017) reúnem-se as crónicas que leu aos domingos, na RDP, em 1977 e 1978. Fernando Assis Pacheco foi pioneiro na poesia da Guerra Colonial, em *Cuidar dos Vivos* (1963). *Memórias do Contencioso e Outros Poemas* (1980) e *A Musa Irregular* (1991) agregam a sua produção poética a que veio somar-se o póstumo *Respiração Assistida* (2003). Na ficção, destacam-se a novela *Walt ou o Frio e o Quente* (1978) e o romance *Trabalhos e Paixões de Benito Prada: Galego da Província de Ourense, que veio a Portugal ganhar a vida* (1993), cujo título alude à sua ascendência galega.

Fernando Namora (1919–1989) foi médico e escritor, autor de uma extensa obra, que mereceu vários prémios. Licenciado em Medicina, pertenceu ao grupo literário geração de 40. Estreou-se com o livro de poesia *Relevos* (1937), mas já publicara o livro de contos *Cabeças de Barro*, em coautoria. Em 1938 publica o seu primeiro romance galar-dado com o Prémio Almeida Garrett. Com outros companheiros da geração 40 funda a revista *Altitude* e envolve-se no projeto do *Novo Cancioneiro* (1941-1944), coleção poética de dez volumes que assinala o advento do neorrealismo. Com uma obra literária ao longo de cinco décadas, é de salientar o relevo da sua criação no romance e no conto, sem esquecer a poesia, impressões de viagem e os cadernos de escritor. Foi dos autores mais traduzidos no estrangeiro e em 1981, foi proposto para o Prémio Nobel da Literatura, pela Academia das Ciências de Lisboa e pelo PEN Clube Português.

Hélia Correia (1949) é poetisa, tradutora e dramaturga. Enquanto ficcionista Hélia Correia revelou-se como um dos nomes mais importantes e originais surgidos na década de oitenta, ao publicar, em 1981, *O Separar das Águas*. Os romances *Lillias Fraser* (2001) e *Adoecer* (2010) – foram muito aplaudidos pela crítica e têm enorme relevo na literatura portuguesa contemporânea; o primeiro foi distinguido com o Prémio de Ficção PEN Clube Português 2001 e o Prémio D. Dinis 2002. Na poesia, colabora frequentemente em antologias e jornais e publicou *A Pequena Morte/Esse Eterno Canto* (1986), com Jaime Rocha, *Apodera-te de Mim* (2002) e *A Terceira Miséria* (2012), que ganhou o Prémio de Poesia PEN Clube Português e o Prémio Correntes d'Escritas. Destaca-se igualmente no domínio da literatura para a infância. Foi distinguida com o Prémio Vergílio Ferreira pelo conjunto da sua obra (2013), com o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores por *Um Bailarino na Batalha* (2019). Em 2015, ganhou o maior galardão da língua portuguesa, o Prémio Camões.

João de Melo (1949) é ficcionista, poeta, ensaísta e cronista. João de Melo esteve na Guerra Colonial entre 1971 e 1974, cuja experiência fixou em *Os Anos da Guerra* e *Autópsia de um Mar em Ruínas*. Foi professor e editor de autores portugueses e conselheiro cultural na embaixada de Portugal em Espanha. Em Madrid, criou o maior evento português fora de fronteiras: a «Mostra Portuguesa» que contou com sete edições anuais, entre 2003 e 2009. Ganhou diversos prémios literários, recebeu o Grau de Cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada (1989) e o Grau de Comendador da Ordem do Infante Dom Henrique (2015). Em 2019, o Ministério da Cultura atribuiu-lhe a medalha de Mérito Cultural. O seu romance mais conhecido – *Gente Feliz com Lágrimas* (1988) – foi premiado por cinco vezes e traduzido em dez países.

João Pedro Mésseder (1957), nome literário de José António Gomes, professor universitário e ensaísta. A sua obra poética e narrativa é vasta, tendo começado a publicar em 1999. Em 2000, *Uma Pequena Luz Vermelha* vence o Concurso Literário do Sindicato dos Professores da Região Centro e, no mesmo ano, *Fissura* foi galardoado com o Prémio Literário Maria Amália Vaz de Carvalho. É um dos autores mais representativos da narrativa e da poesia infantil e juvenil, tendo os seus livros sido traduzidos,

musicados e adaptados para o teatro, teatro de marionetas e opereta. O livro *Porto Maneira de Olhar. Crónicas e Memórias* (2023) reúne crónicas autobiográficas sobre a Cidade Invicta.

Joaquim Letria (1943) é jornalista e estreou-se, em 1962, no *Diário de Lisboa*, onde foi repórter, cronista e correspondente em Londres. Foi redator da *Flama* (1965 a 1969) e repórter internacional na *Associated Press*. Colaborou com o jornal *República* entre 1972 e 1973, esteve na preparação do número zero do *Expresso* e foi grande repórter da Agência Noticiosa de Portugal. Em 1969, selecionado para a BBC, mudou-se para Londres, onde frequentou a *London School of Journalism*. Depois de 1974, voltou para dirigir a informação da RTP onde foi autor e apresentador de programas de informação e de *talk shows*. Fundou *O Jornal*, o *Tal & Qual* e a revista *Sábado*. Em 1998, lançou o livro *A Verdade Confiscada*. Colaborou com a Rádio Comercial, com os jornais *24 Horas* e *Diário de Notícias*. Foi professor em escolas superiores de jornalismo. Reuniu as suas crónicas em *Histórias para Ler e Deitar Fora* (1987) e *Livro de Assentos* (1999).

Encenador, ator, cineasta, dramaturgo, tradutor e crítico, **Jorge Silva Melo (1948–2022)** cofundou o Grupo de Teatro de Letras e com Luís Miguel Cintra o Teatro da Cornucópia (1973), onde permaneceu até 1979. Trabalhou na Alemanha e em França como ator. Realizou inúmeros filmes, vários sobre artistas plásticos. Em 1995, fundou a produtora Artistas Unidos onde dirigiu e produziu centenas de espetáculos, organizou exposições e editou a coleção «Livrinhos de Teatro» e a revista *Artistas Unidos*. Assinou mais de uma dezena de peças originais. Muita da sua colaboração na imprensa e textos dispersos estão reunidos nos volumes *Deixar a Vida* (2002), *Século Passado* (2007) e *A Mesa Está Posta* (2019).

José Cardoso Pires (1925–1998), nome grande da prosa em língua portuguesa, foi tradutor, codirigiu a coleção «Os Livros das Três Abelhas» e foi *copywriter* de publicidade. Funda a revista *Almanaque* (1959-1961) e reestrutura, em 1962, a *Gazeta Musical e de Todas as Artes*. Promove iniciativas de resistência cultural: *Magazine de Letras, Artes e Espetáculo do Jornal do Fundão*, o suplemento satírico «A Mosca» do *Diário de Lisboa*, ou a fábula satírica *Dinossauro Excelentíssimo* (1972). Foi leitor na

Universidade de Londres e depois escritor-residente, redigindo a peça *Corpo-Delito na Sala de Espelhos* (1979). Publica *O Delfim* (1968), *A Balada da Praia dos Cães* (1983) e *Alexandra Alpha* (1987). No ensaio, destacam-se *A Cartilha do Marialva* (1960) e *E Agora, José?* (1977). Foi diretor-adjunto do *Diário de Lisboa* (1974). Foi cronista no *Diário Popular*, em *O Jornal* e no *Público*. Foi galardoado com múltiplos prémios literários.

As crónicas cinéfilas que **José Gomes Ferreira (1900 – 1985)** assina, sob um pseudónimo, entre 1928 e 1934 – hoje reunidas em *Uma Sessão por Página* (2000) –, são contemporâneas da sua participação como assistente de montagem em *A Canção de Lisboa* (1933) e coautor do argumento e planificação de *Aldeia da Roupa Branca* (1938). É desse período a publicação da primeira versão de *Aventuras de João Sem Medo* (1963). Coorganiza os *Contos Tradicionais Portugueses* (1958) e colabora na *Presença*, *Revista de Portugal*, *Vértice*, *Ler*, *Gazeta Musical* e de *Todas as Artes*. Na prosa destacam-se *A Memória das Palavras* (1965), *Relatório de Sombras* (1978), a série póstuma de diários, *Dias Comuns* (1990-2018) e os volumes de crónicas *O Mundo dos Outros* (1950), fruto da colaboração na *Seara Nova*, em 1945; *Revolução Necessária* (1975) e *Intervenção Sonâmbula* (1977), com artigos publicados em *O Primeiro de Janeiro*, *Diário de Notícias*, *Vida Mundial*, *Seara Nova*, *Diário Popular* e *O Jornal*. Foi, ainda, presidente da Associação Portuguesa de Escritores entre 1973 e 1975.

José Manuel Mendes (1948) nasceu em Luanda, mas após os estudos secundários veio para Portugal, para a cidade de Braga. Em jovem, participou ativamente em movimentos estudantis, associativas e políticos e publicou o seu primeiro livro de poesia com quinze anos. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, mas nunca exerceu a advocacia. Foi professor do ensino secundário, deputado e atualmente leciona na Universidade do Minho. Colaborou com diversos jornais e revistas culturais e é autor de mais de vinte textos literários, entre os quais *Ombro, Arma!* (1978, contos); *O Homem do Corvo* (1989, contos); *Despir de Névoa* (1984, romance); *Limiar da Terra* (1983, poesia); *Rosto Descontínuo* (1992, poesia) e *Presságios do Sul* (1992, poesia). Presidente da Associação Portuguesa de Escritores desde 1992.

José Pacheco Pereira (1949) é político, comentador político, historiador com investigação sobre movimentos de esquerda cultural e política, nomeadamente sobre o PCP,

da qual se destaca a biografia política de Álvaro Cunhal. José Pacheco Pereira criou o *Arquivo/Biblioteca Ephemera*, o maior arquivo privado português. É cronista do jornal *Público* e da revista *Sábado*, tendo já publicado crónicas e artigos de opinião no *Jornal de Notícias*, *Semanário*, *O Comércio do Porto* e *Diário de Lisboa*. Tem ensaios e crónicas reunidos em *O Nome e a Coisa: Textos dos Anos 1980 e 90* (1997), *Desesperada Esperança e outros Textos* (1999), *Vai Pensamento: Ensaio e outros Textos* (2002) ou *Crónicas dos Dias do Lixo* (2013). É autor dos blogues *Abrupto*, *Estudos sobre o Comunismo* e *Ephemera*.

José Saramago (1922–2010) ganhou o prémio Nobel da Literatura em 1998. Três anos antes ganhara o Prémio Camões, uma das mais prestigiadas distinções no campo da literatura em Portugal. José Saramago nasceu na aldeia de Azinhaga, no Ribatejo, mas ainda criança foi viver para Lisboa onde frequentou o curso profissional de serralheiro mecânico. Na capital, trabalhou como administrativo na Segurança Social e era presença assídua na biblioteca pública do Palácio Galveias, onde pôde desenvolver o gosto pela leitura. Em 1947, publica o primeiro livro: *Terra do Pecado*. Desde o final da década de cinquenta trabalha na Editorial Estúdios Cor, como produtor e diretor literário, tendo a crítica literária e tradução como atividades paralelas. Em 1972, assume a função de editoralista no *Diário de Lisboa*, vindo a ser coordenador de um suplemento cultural do jornal, e em 1975 a de diretor-adjunto do *Diário de Notícias*. Os romances *Levantado do Chão* (1980), *Memorial do Convento* (1982), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), ou *Todos os Nomes* (1997) são exemplos da sua vasta produção literária que conta com mais de quarenta títulos. Entre eles constam volumes de crónicas: *Deste Mundo e do Outro* (1971), *A Bagagem do Viajante* (1973), *As Opiniões Que o DL Teve* (1974); *Os Apontamentos* (1976) e *Folhas Políticas 1976–1998* (1999).

José Tolentino de Mendonça (1965) é presbítero, professor, poeta, ensaísta e tradutor. Ordenado cardeal em 2019, foi reitor do Pontifício Colégio Português em Roma, vice-reitor da Universidade Católica Portuguesa (UCP), responsável pela Biblioteca Apostólica e pelo Arquivo Secreto do Vaticano e, em 2022, foi nomeado prefeito para o Dicastério da Cultura e Educação da Santa Sé. Dirigiu a revista *Didaskalia*, editada pela Faculdade de Teologia da UCP. O seu trabalho de poesia, ensaio e crónica foi distinguido

com prémios nacionais e internacionais, tendo recebido o Grande Prémio de Crónica e Dispersos Literários da Associação Portuguesa de Escritores/Câmara Municipal de Loulé, em 2016, pela antologia *Que Coisa São as Nuvens* (2015) que reúne crónicas publicadas no *Expresso*, e o Prémio Pessoa, em 2023.

José Viale Moutinho (1945) é jornalista, escritor e tradutor. Foi chefe de redação adjunto do *Diário de Notícias* e colaborou com os jornais *República*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Prelo*, *Colóquio/Letras*, *Jornal de Letras, Artes e Ideias* e *Vértice*. Antes do 25 de Abril editou a novela juvenil *Os Meus Misteriosos Pais* sobre a clandestinidade. Recebeu, entre outros, o Grande Prémio do Conto Camilo Castelo Branco/Associação Portuguesa de Escritores, em 2000, com *Cenas de Vida de um Minotauro* e, em 2018, com *Monstruosidades do Tempo do Infortúnio*, o Prémio Literário Edmundo Bettencourt, em 2003, com *Já os Galos Pretos Cantam* e, em 2005, *Ocasos de Iluminação Variável*. O seu trabalho jornalístico «No passarán» foi premiado com o Prémio de Reportagem Norberto Lopes da Casa da Imprensa de Lisboa em 1996–1997. Grande Prémio de Literatura em 2024, com a obra de poesia *Desaparecimento Progressivo* (2024).

Julieta Monginho (1958) é escritora e magistrada do Ministério Público na jurisdição de família e crianças e formadora, colaborando com o Centro de Estudos Judiciários. Em 1996 publicou o primeiro romance, *Juízo Perfeito*. Seguiram-se *A Paixão Segundo os Infiéis* (1998), *À Tua Espera* (Prémio Máxima de Literatura, 2000), *Dicionário dos Livros Sensíveis* (2000), *Onde Está J?* (2002) e *A Construção da Noite* (2005). Colabora regularmente em revistas literárias e jurídicas. Tem-se distinguido como romancista, galardoada com vários prémios entre os quais o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores para *A Terceira Mãe* (2008) e para *Volta ao Mundo em Vinte Dias e Meio* (2021) e o Prémio Fernando Namora e o Prémio PEN Clube Português para *Um Muro no Meio do Caminho* (2019).

Desde 1980, com o seu romance de estreia, *O Dia dos Prodígios*, até ao mais recente título de 2022, *Misericórdia*, **Lídia Jorge (1946)** fez-se uma ficcionista maior da língua portuguesa que traça um retrato sensível e crítico do Portugal contemporâneo. Com livros traduzidos em várias línguas, ganhou os mais prestigiados prémios nacionais e estrangeiros, entre os quais o Prémio Albatroz da Fundação Günter Grass. A Feira

Internacional do Livro (FIL) de Guadalajara atribuiu-lhe o reconhecido Prémio FIL de Línguas Românicas 2020. Ganhou o Prémio Médicis Étranger de 2023. Embora tivesse escrito poesia desde muito jovem, só em 2019 publica o seu primeiro livro, *O Livro das Tréguas*. Colabora regularmente com o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, com o *Público* e com o *El País*. Em 2020, com o título *Em Todos os Sentidos*, reuniu as crónicas que leu, ao longo de um ano, aos microfones da Antena 2, galardoado com o Prémio de Crónica e Dispersos Literários da Associação Portuguesa de Escritores (2021).

Luís Filipe Castro Mendes (1950), diplomata e escritor, esteve ligado às lutas académicas antes do 25 de Abril. Ingressou na carreira diplomática em 1975 e foi ministro da Cultura no XXI Governo Constitucional. Estreou-se como poeta em 1983 com *Recados* e, em 1985, o livro de poesia *Seis Elegias e Outros Poemas* foi galardoado com o Prémio da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto. Em 2020 recebeu o Grande Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes da Associação Portuguesa de Escritores/Câmara Municipal de Amarante com a obra *Poemas Reunidos*. Começa a publicar poesia em 1965 no suplemento juvenil do *Diário de Lisboa* e colaborou com o jornal *República*.

Luís Forjaz Trigueiros (1915–2000), jornalista, ficcionista, ensaísta, crítico literário e teatral, estreou-se no conto em 1936, com *Caminho sem Luz*, que obteve o Prémio Fialho de Almeida e a que se seguem *Ainda Há Estrelas no Céu* (1942), *Boa Noite, Pai* (1955) e *O Carro de Feno* (1974). Iniciou a atividade jornalística em 1931, no *Notícias de Alcobaça*. Colaborou, entre outros, no *Bandarra*, de que foi um dos fundadores, no *Diário Popular*, desde 1943, tendo sido seu diretor de 1946 a 1953, e no *Diário de Notícias* (1954 – 1974). Fez crítica literária e de teatro. Desde os anos 1940, colaborou com jornais brasileiros. Entre 1941 e 1946 trabalhou na secção brasileira do Secretariado Nacional de Informação e foi redator da revista luso-brasileira *Atlântico*. Colaborou na Emissora Nacional, desde a sua fundação, com programas culturais e literários. Foi administrador da Editora Bertrand, entre 1951 e 1974, e diretor da Editora Nova Fronteira (Rio de Janeiro), entre 1975–1978, período em que se exilou no Brasil. Dirigiu o Centro de Estudos Brasileiros do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Luiz Pacheco (1925–2008) foi inspetor dos espetáculos e acumulou a escrita com a tradução e com a atividade editorial, publicando na Contraponto, editora fundada por si em 1950. Estreia-se com *Carta-Sincera a José Gomes Ferreira* (1959), numa crítica agressiva e irreverente de costumes e nomes consagrados. Colaborou em publicações como *Bloco*, *Seara Nova*, *Globo*, *Afinidades*, *Diário Popular*, *Diário Ilustrado*, *Jornal do Fundão*, *O Jornal*, *Público* e *Diário Económico*. Parte dessa colaboração está reunida em *Crítica de Circunstância* (1966), *Textos Locais* (1967), *Exercícios de Estilo* (1971, 1998), *Literatura Comestível* (1972), *Textos de Circunstância* (1977), *Textos de Guerrilha* (1979-1981), *Textos do Barro* (1985), *Textos Sadios* (1991), *Memorando Mirabolando* (1995) e *Prazo de Validade* (1998). Da ligação ao grupo surrealista deixou a encenação epistolar satírica *Pacheco versus Cesariny* (1974). Participa na tertúlia do Café Gelo, grupo iconoclasta e libertário associado a uma segunda geração surrealista. À escrita polémica e crítica acrescem textos líricos em prosa que tendem, com frequência, para a autobiografia romanceada.

Manuel António Pina (1943–2012) foi poeta, tradutor e autor de literatura para a infância. Trabalhou como jornalista no *Jornal de Notícias* do Porto entre 1971 e 2001, onde também desempenhou as funções de chefe de redação e editor. Colaborou com os jornais e as revistas *República*, *Diário de Lisboa*, *Jornal de Letras*, *Artes e Ideias*, *Expresso*, *O Jornal*, *Visão*, *Marie Claire* e a revista *Península de Barcelona*. A sua obra infantil foi premiada com o Grande Prémio Gulbenkian de Literatura para Crianças e Jovens em 1984, 1988 e 2000. A antologia *O Anacronista*, que reúne crónicas publicadas na imprensa, recebeu o Prémio Nacional de Crónica do Clube de Jornalistas em 1993. O Prémio Camões foi-lhe atribuído em 2011.

Maria Belo (1938) é psicanalista, cofundadora do Centro Português de Psicanálise, membro da Associação Lacaniana Internacional e professora universitária com doutoramento em Cultura Portuguesa e Psicanálise pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa de que resultou o livro *Filhos da Mãe* (2007). Publicou artigos com base na prática e na reflexão psicanalítica e foi também palestrante e dinamizadora de congressos e encontros científicos. Militante do Partido

Socialista, membro da sua Comissão Nacional e Política, foi deputada ao Parlamento Europeu entre 1988 e 1994 e membro da Assembleia Municipal de Lisboa entre 1993 e 1997.

Maria Filomena Mónica (1943) é socióloga, historiadora e investigadora emérita do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. As suas publicações analisam a sociedade portuguesa dos últimos dois séculos e meio e foi coautora, com António Barreto, do *Dicionário da História de Portugal*. Desde os anos 1980, colabora na imprensa periódica sob a forma da crónica, no *Diário de Notícias*, *Grande Reportagem*, *Publico*, *Máxima*, *O Independente* e *Expresso*. Recolheu esses textos em volumes como *Vida Moderna* (1997), *Os Sentimentos de Uma Ocidental* (2002), *Nós, os Portugueses* (2005), *Confissões de Uma Liberal* (2007) e *Nunca Dancei num Coreto* (2018).

Maria Judite de Carvalho (1921–1998) estreia-se em 1949 com um conto a que se seguem as «Crónicas de Paris». Em 1955 tornou-se redatora da *Eva* e depois chefe de redação. Em 1959, publica *Tanta Gente*, *Mariana* que abre uma carreira assinalável no conto e na novela. O traço comum da sua obra é o de uma consciência em movimento e de uma escrita arguta e dorida, centrada em personagens sós e frustradas. É autora do romance *Os Armários Vazios* (1966) e postumamente são publicados o livro de poesia *A Flor Que Havia na Água Parada* (1998) e a peça de teatro *Havemos de Rir!* Foi redatora dos jornais *Diário de Lisboa* e *d'O Jornal*. Também colaborou com os jornais *República* e *O Século* e com as revistas *O Escritório*, *Mulheres* ou *Come e Cala*, assim como com o suplemento «Mulheres» do *Diário de Lisboa*; desta última colaboração surgiu o volume *Diários de Emília Bravo* (2002), galardoado com Prémio da Crónica da Associação Portuguesa de Escritores. Prémio Vergílio Ferreira 1998.

Maria Rosa Colaço (1935–2004) foi professora do ensino primário, escritora, jornalista e defensora da liberdade e da importância da leitura na educação das crianças. Em 1960, publicou *A Criança e a Vida*, um livro no qual reuniu textos dos seus alunos e que contou com mais de quarenta edições. Ao longo da sua vida, publicou obras de literatura infantojuvenil e peças de teatro e escreveu programas televisivos para o público mais jovem. Paralelamente, colaborou com diversos jornais: *Diário de Lisboa*,

A Capital, Diário de Notícias, Planície de Moura, Diário do Alentejo, O Diário e Diário do Sul. Em 1982, ganhou o Prémio Soeiro Pereira Gomes e, sete anos mais tarde, o Prémio Alice Gomes da Associação Portuguesa para a Educação pela Arte.

Maria Teresa Horta (1937) é poeta e ficcionista. Em 1960 publica *Espelho Inicial*, o primeiro livro de poesia, e integra o grupo «Poesia 21». Foi coautora, com Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno, de *Novas Cartas Portuguesas* (1972), obra apreendida e proibida pela censura que levou à instauração de um processo judicial contra as escritoras e fez de Maria Teresa Horta um expoente do feminismo em Portugal. Colaborou com a imprensa, tendo coordenado o suplemento «Literatura & Arte», de *A Capital*, antes do 25 de Abril. Foi chefe de redação da revista *Mulheres*, órgão oficioso do Movimento Democrático de Mulheres, entre 1977 e 1989. Colaborou com os jornais *Diário de Notícias, Diário de Lisboa, República, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, entre outros, e com as revistas *Seara Nova, Vértice, Flama, Eva, Cadernos do Meio Dia, Hidra I, Colóquio-Letras, Hifen e Ler*. Em 2014, a Sociedade Portuguesa de Autores atribuiu-lhe o Prémio Consagração de Carreira.

Maria Velho da Costa (1938–2020) inaugura a sua inovadora poética romanesca com *Maina Mendes* (1969). Com Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno publica *Novas Cartas Portuguesas* (1972), reprimidas pela Censura e por um processo judicial que só terminou em absolvição depois do 25 de Abril. Além do trabalho sobre formas fragmentárias, entre a prosa e a poesia, é autora de contos, de teatro, e de memorialismo. Tem duas recolhas de crónica: *Desescrita* (1973) e *O Mapa Cor-de-Rosa* (1984). No ensaio publicou *Ensino Primário e Ideologia* (1972) e *Português: Trabalhador; Doente Mental* (1976), sob pseudónimos. Foi presidente da Associação Portuguesa de Escritores (APE) (1976-1978), e dirigiu a revista literária *Loreto 13* (1978-1988). Foi leitora no King's College (Londres, 1980–1987). Foi adjunta do secretário de Estado da Cultura (1979), adida cultural da Embaixada de Portugal em Cabo Verde (1988–1990), e integrou a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos e o Instituto Camões. Colaborou em argumentos cinematográficos de João César Monteiro, Margarida Gil e Alberto Seixas Santos. Prémio Vergílio Ferreira 1997. Prémio Camões 2002. Prémio Vida Literária da APE 2013.

Mário Castrim (1920–2002) é o pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca. Foi jornalista, escritor, dramaturgo, crítico literário e de televisão, função que desempenhou desde 1965. Inicia-se na escrita jornalística aos vinte anos, em 1940. Colabora desde então com vários periódicos: *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Tal & Qual* e *Avante!*. Coordenou o suplemento «Diário de Lisboa Juvenil» entre 1957-1973, ano em que é encerrado pela Censura. A sua obra publicada é vasta e variada: dedica-se à ficção infantil e juvenil; ao teatro e à poesia. Escreve, ainda, crónicas e ensaios em *Televisão e Censura* (1996) e *Histórias da Televisão Portuguesa* (1997). *O Lugar do Televisor* (vol. I-1996; vol. II-2000; vol. III-2003) recolhe crónicas para jovens publicadas na revista *Audácia* (dos Missionários Combonianos). Está representado em *Um Homem na Cidade* (1968), coletânea de crónicas de dez jornalistas do *Diário de Lisboa*.

Mário de Carvalho (1944) é escritor, advogado e jornalista. Começou a sua atividade política durante o curso de Direito na Universidade de Lisboa e participou nas lutas estudantis dos anos sessenta. Durante o serviço militar foi preso por ser militante do PCP e exilou-se em 1973, na Suécia, tendo regressado a Portugal depois da Revolução de Abril de 1974. Colaborou com a imprensa periódica e reuniu as crónicas do *Público* e do *Jornal de Letras, Artes e Ideias* na antologia *O que eu Ouvi na Barrica das Maçãs* (2019), que recebeu o Grande Prémio de Crónica e Dispersos Literários da Associação Portuguesa de Escritores/Câmara Municipal de Loulé. Grande romancista e contista da língua portuguesa, que se estreia em 1981 com *Contos da Sétima Esfera*, Mário de Carvalho viu a sua obra ser reconhecida com inúmeros prémios, escrevendo também para teatro, cinema e televisão.

Nuno Bragança (1929–1985) nasce numa família da alta aristocracia portuguesa, a Casa de Lafões. Licenciado em Direito, em 1955 integra a equipa do jornal *Encontro* (órgão da Juventude Universitária Católica), onde publica os seus primeiros textos literários. Na década de 1950 escreve *A Morte da Perdiz* (peça radiofónica com colaboração de Pedro Tamen, Nuno Cardoso Peres e Maria Leonor), *O Guardador de Porcos ou Guliveira* e *os Liliputos*, uma sátira a Salazar escrita em colaboração com outros autores. Pela mesma altura escreve inúmeras críticas cinematográficas fundando e dirigindo o Cineclubes – Centro Cultural de Cinema (1956–1959). Foi coargumentista

do filme *Os Verdes Anos* (1963). Participa no Movimento Catolicismo Progressista e é cofundador da revista *O Tempo e o Modo*. Foi militante no Movimento de Ação Revolucionária e participou em atividades clandestinas de preparação de um atentado contra a PIDE. Fixou-se em Paris em 1968 e publicou o primeiro romance *A Noite e o Riso* no ano seguinte. Regressou a Portugal em finais de 1972. Escreveu ainda *Directa* (1977), *Square Tolstoi* (1981) e *Estação* (1984) – somando-se a novela póstuma *Do Fim do Mundo* (1990). Depois do 25 de Abril de 1974, junta-se ao teatro A Comuna e escreve para o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.

Pedro Alvim (1935–1997) foi jornalista e redator de *O Primeiro de Janeiro* e do *Diário de Lisboa*, no qual coordenou o suplemento *Diário de Lisboa* «Ler/Escrever». Pedro Alvim esteve ligado a movimentos de intervenção cultural promovidos pelo seminário *A Planície*, de Moura, na década de 1950, e pela revista *Coordenada*, do Porto, nos anos 1960. Pedro Alvim publicou poesia (*Sábado*, 1960; *Rutilo e o «I»*, 1980; *A Esfera dos Dias*, 1985; *Os Jogadores de Xadrez*, 1986), ficção (*O Cosmonauta*, 1974; *Astrónomos Portugueses*, 1978; *RDA, Ida e Volta*, 1979; *Santíssima Trindade*, 1994) e literatura infantil (*O Sapato do Coração*, 1973; *Sofia Só*, 1979; *Os Filhos dos Outros*, 1985). Traduziu Safo, Buda e Kawabata. No domínio da crónica, evidenciam-se o volume *O Caçador do Nada* (1972) e a colaboração em edições coletivas como *O Homem na Cidade* (1968) e *Ser ou Não Ser pelo Amor Livre* (1975).

Raul Rego (1913–2022) foi jornalista, político, escritor e historiador. Raul Rego iniciou a atividade de jornalista no *Jornal do Comércio*, em 1942, e colaborou com o *Diário de Lisboa*, com a agência Reuters e com o *República*. Neste último, ocupou o cargo de subdiretor e posteriormente de diretor, em 1972. Mais tarde, dirigiu os jornais *A Luta* e *Portugal Hoje*. Entre a sua vasta obra como escritor e historiador contam-se os títulos: *Para um diálogo com o Sr. Cardeal-Patriarca* e *O processo de Damião de Góis*, livros que o levaram à prisão e interrogatórios da PIDE. Raul Rego foi um dos fundadores do Partido Socialista e após o 25 de Abril foi secretário de Estado para a Comunicação Social no I Governo Constitucional.

Rita Ferro (1955) estudou Design, especializou-se em Marketing, foi professora de publicidade e de escrita e exerceu funções de direção e consultoria em diversas empresas. Iniciou-se na escrita em 1990. Escreveu dezenas de livros, entre romances, cartas, biografias, livros de crónicas e literatura infantil. Além de presença regular na imprensa, na rádio e na TV, criou um curso de incentivo à criação literária. Foi jurada de concursos literários e de cinema e colaboradora nas revistas *Marie Claire*, *Ler e TV Guia* e nos jornais *Semanário*, *A Capital* e *Diário de Notícias*. As suas crónicas jornalísticas foram compiladas em *Por Tudo e Por Nada* (1994) e *Por Instinto* (2000). O seu romance autobiográfico *A Menina é Filha de Quem?* (2011) ganhou o PEN Clube Português de Narrativa. Escreveu em parceria com a irmã Mafalda Ferro a fotobiografia *Retrato de Uma Família: Fernanda de Castro, António Ferro e António Quadros* (1999) e com a filha Marta Gautier, *Desculpe lá, Mãe* (2002).

Rui Cardoso Martins (1967) é escritor, jornalista e argumentatista de cinema e televisão. Foi um dos fundadores do jornal *Público*, colaborando como repórter e cronista. A rubrica de crónicas «Levante-se o Réu», que escreveu durante vinte anos neste jornal, recebeu dois Prémios Gazeta do Clube de Jornalistas de Lisboa, em 1991 e 1994. Em 2015 foi publicada a primeira antologia que reuniu algumas das crónicas no volume *Levante-se o Réu* e, em 2016, o segundo volume *Levante-se o Réu Outra Vez*. Venceu o Prémio de Crónicas e Dispersos Literários da Associação Portuguesa de Escritores (APE). Foi cofundador das *Produções Fictícias* e autor e cocriador dos programas *Contra-Infamação*, *Herman Enciclopédia* e *Conversa da Treta*. O romance *Deixem Passar o Homem Invisível* foi distinguido com o Grande Prémio do Romance e Novela da APE em 2009. O seu romance mais recente intitula-se *As Melhores da Morte* (2024).

Rui Zink (1961) é escritor e professor. Além de ficcionista é dramaturgo, tradutor, argumentista de banda desenhada e escreveu o libreto da ópera *Os Fugitivos* (2004). Estreou-se em 1987 com *Hotel Lusitano* e venceu, entre outros, o Prémio do PEN Clube Português em 2004 com *Dádiva Divina* e o Prémio Ciranda com o romance *Destino Turístico* em 2009. Começou a colaborar com a imprensa em 1985 como redator da revista *Contraste*. A partir de 1991 colabora regularmente com *O Independente*, com

a revista *K*, foi editor da publicação satírica *O Inimigo*, da revista *Linhas Cruzadas* da Portugal Telecom e do suplemento «O Inevitável» do *Expresso*.

Teresa Rita Lopes (1937) é poeta, escritora de ficção e de teatro e professora. Viveu exilada em Paris, onde estudou e trabalhou na Sorbonne, tendo voltado a Portugal depois do 25 de Abril. Colaborou com os periódicos *República*, *O Tempo e o Modo*, *Colóquio/Letras*, *Espaço Escrito*, *Anthropos*, *Archives* e *Magazine Littéraire*. O livro de poesia *Os Dedos, os Dias, as Palavras* foi distinguido com o Prémio Literário Município de Lisboa, em 1987, e com a sua obra ensaística venceu o Grande Prémio de Ensaio Unicer/Letras & Letras em 1990 (*Miguel Torga: Ofícios a um Deus de Terra*) e o Prémio PEN Clube Português de Ensaio em 1991 (*Pessoa por Conhecer/Roteiro para uma Exposição*).

Urbano Tavares Rodrigues (1923–2013) foi ficcionista, crítico literário, tradutor, antologista e docente universitário em França. Tendo sido proibido de lecionar pelo seu ativismo antissalazarista, só voltou à universidade depois de 1974. Antes, foi jornalista no *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias* de Lourenço Marques, *Artes e Letras*, *O Século* ou *Seara Nova*. Fez reportagens de viagem/crónicas como *Santiago de Compostela* (1949), *Jornadas no Oriente* (1956), *Jornadas na Europa* (1958), *De Florença a Nova Iorque* (1963) e *Registos do Outono Quente* (1976). Quanto a volumes de crónicas, há a assinalar *Tempos de Cinzas* (1968), *A Palma da Mão* (1970), *Esta Estranha Lisboa* (1972), *As Grades e o Rio* (1974) e *A Luz da Cal* (1996). Foi presidente da Associação Portuguesa de Escritores (APE) (1980–1982), Prémio Consagração de Carreira da Sociedade Portuguesa de Autores (2000) e Grande Prémio Vida Literária APE (2002).

Posfácio

«Não esquecerei o que então chamámos Esperança» – esta é a frase que encerra o testemunho de José Saramago na Revista do *Expresso* alusiva ao 25 de Abril nos 20 anos da Revolução.¹ Antes da frase lapidar, o escritor lembra a prisão iminente dias antes da revolução, a incumbência de escrever o primeiro editorial em liberdade da *Seara Nova*, datas cruciais e lugares míticos da Revolução Portuguesa: 1.º de Maio, 28 de Setembro, 11 de Março, a Assembleia do MFA em Tancos, os meses durante os quais foi diretor-adjunto do *Diário de Notícias*. A rematar o breve testemunho, Saramago projeta no futuro a memória de um tempo (da esperança revolucionária) que sabe ter acabado, mas que deseja ser capaz de sobreviver pela recordação. Afinal de contas, o 25 de Abril de 1974 é o marco mais transformador da nossa contemporaneidade, pelo que interrompeu (a Guerra Colonial, a Ditadura e o colonialismo) e pelo que abriu caminho. Antes de mais, ao regime democrático que incorporou direitos e liberdades conquistados nessa conjuntura exaltante, tornando a Constituição no «fruto do compromisso com um processo revolucionário que profundamente a marcou».² E, claro, à descolonização, ao reconhecimento dos novos estados independentes e à vaga de *retorno* de portugueses e seus descendentes.

¹ José Saramago, “Eu recordo-me”, *Expresso. Revista* “25 de Abril 74-94”, n.º 1121, 23.04.1994, p. 130.

² Fernando Rosas, “A Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40.º aniversário” in Manuel Loff *et al.* (Coord.), *Ditadura e Revolução. Democracia e Políticas de Memória*, Coimbra, Almedina, 2015, p. 203.

Na ótica de quem proferiu aquela frase, a esperança associada ao 25 de Abril justifica-se pelo exemplo emancipatório que ele encerra: certamente pelo movimento de rutura (mais ou menos concretizado) com o passado autoritário, colonial, patriarcal e classista, pela energia criadora da participação política massiva e pelo horizonte de oportunidades que então se alargou para uma larga faixa da população portuguesa, com reverberação até ao nosso tempo, meio século depois. E, todavia, ao ser remetida para o passado, a esperança surge melancolicamente esmorecida no presente da enunciação de Saramago, em 1994. Não será difícil adivinhar que, no seu entender, eram visíveis os efeitos da vitória contrarrevolucionária que ganhou ímpeto com o 25 de Novembro de 1975, derrotando a esquerda militar e o rumo socialista da Revolução (para alguns, a última revolução socialista europeia do século XX), ainda assim apontado no preâmbulo da Constituição, aprovada a 2 de Abril de 1976. Depois, impunha-se por força o esquecimento resultante da passagem do tempo e da correlação disputada de forças nos campos político e da memória pública.

O registo da memória de Abril nos últimos 50 anos faz-se na presente antologia com base no género crónica que nasceu da forma oitocentista do folhetim, burlada nos jornais a par de e em contaminação com géneros (como a reportagem) que até hoje se situam na margem do campo literário. Escrita do tempo desde a sua etimologia, registo breve, fragmentário e plástico que combina o apelo documental e ficcional, a crónica favoreceu o realismo como forma hegemónica de representação. Nesse sentido, ela deu visibilidade e voz a figuras da História comum e procurou fixar captar a diversidade física e humana de um país em aceleração histórica, de um quotidiano maioritariamente urbano e com isso foi recriando paisagens, figuras e modos de lhes dar forma escrita. Acresce a especificidade da crónica autobiográfica. Quando ela diz que diz a verdade (que é diferente de dizer a verdade), inscreve a pulsão ficcional, o olhar e a história pessoais no pulsar do movimento histórico mais amplo. Dessa forma, não raro, consegue registar com agudeza o que frequentemente é ignorado pela historiografia e pelos discursos institucionais. Assim sucede também com Abril.

As vozes de cronistas aqui reunidas compõem um corpo polifónico. Há escritores e jornalistas, homens e mulheres que escrevem bem próximos das ruas e praças da

Lisboa revolucionária, de outras paragens do país e de territórios que haveriam de ser descolonizados. Há os que sonharam décadas a fio com a Revolução e os que nascidos depois dela se assumem seus herdeiros e com cujo legado democrático se identificam de modos diferenciados. Há quem relembre a opressão ditatorial, quem prefira cristalizar as lembranças daquele dia maior de Abril, de personalidades e factos do contexto revolucionário mais alargado, e quem interpele o futuro e os perigos da desmemória.

Escolher as crónicas autobiográficas para recordar a Revolução dos Cravos permite assinalar a passagem das décadas como um tempo que não é contínuo, padronizado ou uníssono. Não por acaso, a escolha do que se recorda da Revolução é, para muitos destes cronistas, um gesto de contraste (e mesmo de contradição) face a discursos dominantes sobre o significado do 25 de Abril. As suas memórias derivam de óticas multimodas, conflituais até, sobre a Revolução, situadas em tempos diferentes e enformadas por suportes como o jornal e o livro mas também a rádio e a *internet*.

Os estudos sobre as dinâmicas de construção da memória pública da Revolução no Portugal democrático ajudam a enquadrar a sequência das 58 crónicas selecionadas e arrumadas por décadas, de entre mais de centena e meia inicialmente recolhidas e lidas. Em muitas delas não se esquece a violência fascista, outras dão expressão à palavra liberta e à inerente confrontação ideológica dos seus enunciadores. Mostram, na primeira pessoa verbal, como foram sendo diferentes os modos de Abril ser lembrado ou esquecido, celebrado ou contestado por vozes de diferentes setores político-ideológicos e por várias gerações, mesmo se o conjunto de cronistas se apresenta mais homogéneo em função do género (sobretudo masculino) e da origem de classe burguesa e intelectual (de jornalistas e escritores) a que pertencem.

Daí ser profícuo ter em linha de conta os termos usados por Manuel Loff e Miguel Cardina para estudarem este meio século de memória e dos respetivos usos públicos, marcada por uma efetiva pluralidade conflitual. Sem consenso social sobre a memória da ditadura, da guerra colonial, da descolonização e do próprio 25 de Abril, a história dos portugueses confunde-se «com as suas esperanças e as suas desilusões, com a conquista e a perda de direitos, com a adesão e a rejeição do sistema político criado

entre 1974 e 1976».³ Por maioria de razão é essa a situação do momento crítico dos nossos dias em que se retrai o Estado Social e os direitos laborais e se disseminam a extrema-direita, o belicismo, «o conservadorismo e se revelam manifestações, mais ou menos envergonhadas, de saudosismo relativamente ao passado fascista e colonial e de “ajuste de contas” com a Revolução».⁴ Assim acontece quando aqueles historiadores alargam a análise ao panorama memorial dos 40 anos anteriores:

As narrativas que o Estado adotou em cada um dos aniversários redondos do 25 de Abril, por exemplo, variaram radicalmente entre a retórica da «reconciliação» e da «superação» de passados incómodos, tão presente em 2004 (o 30.º aniversário, que ficou conhecido pelo *slogan* fracassado de «Abril é Evolução»), a condenação política da revolução como processo de mudança, tão presente no discurso cavaquista de 1994, ou a comemoração do 25 de Abril como grande alameda aberta para a democracia, comemorada no 25.º aniversário, em 1999. Em dois momentos, as comemorações do 25 de Abril embaraçaram governos e elites políticas e sociais em tempos de crise e de sofrimento coletivo (1984 e 2014). Foi, sintomaticamente, em ciclos de crise social da democracia e, particularmente, há dez anos, no 40.º aniversário, que a memória do 25 de Abril serviu para trazer para a rua e para o debate público a vontade expressa em *Grândola*: a de que fosse «o povo quem mais ordena».⁵

Não admira, por isso, que, na presente coletânea, um grande número de crónicas se concentre nas datas redondas de celebração pública e que sejam mais escassas as crónicas autobiográficas que foi possível reunir sobre o tema na década de 1980 até inícios dos anos 1990. A organização da antologia por décadas dá a ver uma espécie de filme do tempo pessoal com a história coletiva em fundo, escrito por testemunhas

³ Manuel Loff, “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014) in Manuel Loff *et al.* (Coord.), *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*, Coimbra, Almedina, 2014, p. 29.

⁴ Manuel Loff e Miguel Cardina (Org.), *25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 anos de Memória*, Lisboa, Tinta da China, 2024, p. 21.

⁵ Manuel Loff e Miguel Cardina (Org.), *idem*, pp. 19-20.

participantes ou evocativas, mais ou menos críticas, ou por herdeiros de quem viveu os dezanove meses do PREC (Processo Revolucionário em Curso) e dos seus frutos subsequentes, num exercício de pós-memória da Revolução.

Mesmo se não é fruto da experiência vivida há 50 anos para cada vez mais pessoas, o 25 de Abril configura um legado-base da democracia portuguesa e a sua memória não é matéria do estrito acontecido e encerrado mas implica reiteradamente o presente a partir do qual é (e como é) ou não lembrado. Nessa conformidade, a antologia de crónica autobiográfica *Não Esquecerei O Que Então Chamámos Esperança* é também um modo de envolver a Universidade do Algarve no gesto de comemoração do meio século da Revolução de Abril, de que a instituição é fruto desde a sua criação, ao ter sido aprovada por unanimidade, em 1979, pela Assembleia da República.

Não Esquecerei o que Então Chamámos Esperança reúne 58 crónicas de escritores, escritoras e jornalistas sobre o 25 de Abril, escritas entre 1974 e 2024 e publicadas em jornais e livros ou divulgadas na rádio e na internet.

A escolha incidiu sobre a crónica autobiográfica. O olhar pessoal de cada texto desdobra os diferentes modos de recordar a Revolução dos Cravos, criando uma antologia polifónica. Há quem escreva das ruas da Lisboa revolucionária, outros de territórios que haveriam de ser descolonizados, há quem recorde Abril na sua maturidade e há quem tenha nascido depois. A diversidade das memórias, aqui reunidas, contrasta com e complementa os discursos coletivos, mais institucionais, que foram celebrando o 25 de Abril ao longo de cinco décadas.

Antologiar o que não esquecer deste legado é mostrar que cada memória continua a contribuir para uma leitura do presente.

Apoios

